

4.3 – ANÁLISE DOS CUSTOS TOTAIS DA DEMANDA

As pesquisas foram feitas baseadas no Manual de Pesquisa de Preços do Superior Tribunal de Justiça, 4ª edição (2021) (disponível em <https://www.stj.jus.br/publicacaoainstitucional/index.php/MOP/article/view/11587/11711>), em conformidade com a Portaria da Presidência do TRE-PI nº 826/2022 (SEI nº [1633088](#)).

O referido manual orienta que, para valores heterogêneos e extremos obtidos em pesquisa de preços, indica-se o uso da **mediana** e não da média.

Assim, usa-se medidas de dispersão, como o **Desvio Padrão**, o qual mostra o quanto os valores estão distantes da média, sendo achado por meio da raiz quadrada da somatória da diferença entre cada um dos elementos do conjunto com a média, dividido pela quantidade de elementos do conjunto.

Já o **Coefficiente de Variação** é obtido dividindo-se o Desvio Padrão pela Média do conjunto, sendo dado em percentagem.

Deste modo, se o referido coeficiente for acima de 25% (vinte e cinco por cento), há indicação de valores extremos, então utiliza-se a Mediana. Caso o coeficiente seja menor ou igual a 25%, opta-se pela Média dos valores encontrados.

Na aferição dos custos salariais baseou-se nos seguintes contratos, com o mesmo objeto:

- Contrato Senado Federal nº 193/2023 (evento SEI nº [0002136522](#));
- Contrato TJ-CE nº 17/2023 (evento SEI nº [0002136518](#)) e
- Contrato TRE-PI nº 03/2023 (evento SEI nº [1752317](#))

Ambos obtidos do site <https://connect.cnj.jus.br>, Portal do Conselho Nacional de Justiça, o qual concentra artefatos de contratação de todos os órgãos do Poder Judiciário Federal e Estadual.

Foi considerado, na composição da pesquisa, o Contrato TRE-PI nº 03/2023 (SEI nº [1752317](#)), com os valores de salários pagos pela Contratada aos profissionais, atualmente vinculados a este Tribunal, informados no Relatório SEI nº [0002139367](#).

Tomou-se, também, como fonte de pesquisa o site especializado em busca de empregos <https://br.talent.com/>, acessado no dia 16/08/2024, conforme resultados constantes dos eventos SEI nº [0002184590](#), [0002184591](#), [0002184592](#) e [0002184593](#).

Não foram encontrados outros contratos da Administração Pública, que contivessem os perfis profissionais divididos em níveis júnior, pleno e sênior, no site Painele de Preços (<https://paineledeprecos.planejamento.gov.br/>).

A Convenção Coletiva de Trabalho 2024 dos empregados de empresas de asseio e conservação do Estado do Piauí (evento SEI nº [0002211658](#)) foi considerada para efeitos de cálculos dos demais encargos trabalhistas e piso salarial, desconsiderando-a na composição para os valores de pesquisa, por não conter a divisão em níveis de especialização que os profissionais de desenvolvimento de sistemas possuem no mercado atual.

| Perfil Profissional | Fonte de Pesquisa | Valor Salário | Desvio Padrão | Coefficiente de Variação | Média/Mediana |
|--------------------------------------|---|---------------|---------------|--------------------------|---------------|
| Webdesigner (Sustentação de Portais) | Talent (https://br.talent.com/) - SEI 0002184590 | R\$ 4.000,00 | R\$ 3.777,00 | 46,80% | R\$ 7.110,46 |
| | Contrato TRE-PI nº 03/2023 - SEI 0002139367 | R\$ 7.110,46 | | | |
| | Contrato Senado Federal 193/2023 - SEI 0002136522 | R\$ 13.101,05 | | | |
| Desenvolvedor de Software Júnior | Contrato TRE-PI nº 03/2023 - SEI 0002139367 | R\$ 4.343,33 | R\$ 964,88 | 21,92% | R\$ 4.401,55 |
| | Contrato TJ-CE 17/2023 - SEI 0002136518 | R\$ 5.611,32 | | | |
| | Talent (https://br.talent.com/) - SEI 0002184591 | R\$ 3.250,00 | | | |
| Desenvolvedor de Software Pleno | Contrato TRE-PI nº 03/2023 - SEI 0002139367 | R\$ 6.912,57 | R\$ 1.276,20 | 18,20% | R\$ 7.011,96 |
| | Contrato TJ-CE 17/2023 - SEI 0002136518 | R\$ 8.622,30 | | | |
| | Talent (https://br.talent.com/) - SEI 0002184592 | R\$ 5.501,00 | | | |
| Desenvolvedor Sênior | Contrato TRE-PI nº 03/2023 - SEI 0002139367 | R\$ 9.734,75 | R\$ 1.915,46 | 20,23% | R\$ 9.467,95 |
| | Contrato TJ-CE 17/2023 - SEI 0002136518 | R\$ 11.669,09 | | | |
| | Talent (https://br.talent.com/) - SEI 0002184593 | R\$ 7.000,00 | | | |

Para o profissional Desenvolvedor Sênior utilizar-se-á como salário base, o vigente no Contrato TRE-PI 03/2023, tendo em vista que foi o único que sofreu decréscimo em decorrência do cálculo da média.

Tal iniciativa de manutenção salarial decorre da tendência de valorização profissional da área de TI, especialmente, da área de desenvolvimento de sistemas e da escassez de tais profissionais o que pode resultar negativamente na execução do contrato.

Assim, os salários bases são os dispostos na tabela a seguir:

| Perfil Profissional | Salário Base |
|----------------------------------|--------------|
| Suporte a Sustentação de Portais | R\$ 7.110,46 |
| Desenvolvedor de Software Júnior | R\$ 4.401,55 |
| Desenvolvedor de Software Pleno | R\$ 7.011,96 |
| Desenvolvedor de Software Sênior | R\$ 9.734,75 |

Considerando todos os encargos envolvidos nessa contratação e constantes da Planilha de Formação Custos e Preços (SEI nº [0002212337](#)), e pesquisa de salários realizadas, têm-se os seguintes custos anual e em 60 (sessenta) meses:

| PERÍODOS ==> | | ANUAL - R\$ | DA CONTRAÇÃO - R\$ |
|-----------------------|----------------|--------------|--------------------|
| | | 12 MESES | 60 MESES |
| ANEXO II (A a C) | MÃO DE OBRA | 1.233.254,28 | 6.166.271,40 |
| ANEXO III | HORAS EXTRAS | 66.000,00 | 330.000,00 |
| ANEXO IV | CRACHÁS | 211,67 | 1.058,35 |
| ANEXO V | PLANO DE SAÚDE | 18.448,38 | 92.241,90 |
| PREÇO TOTAL - R\$ ==> | | 1.317.914,33 | 6.589.571,65 |



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS CONTINUADOS DE SUSTENTAÇÃO/DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS E SERVIÇOS EVENTUAIS SOB DEMANDA COM FOCO EM METODOLOGIAS ÁGEIS, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NESTE TERMO DE CONTRATO E SEUS ANEXOS, DURANTE O PERÍODO DE 24 (VINTE E QUATRO) MESES, PRORROGÁVEIS CONFORME POSSIBILIDADES DEFINIDAS NA LEI Nº 8.666/1993, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (TJCE), QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ E A EMPRESA ENGESOFTWARE TECNOLOGIA S.A (Processo Administrativo N. 8509158-72.2022.8.06.0000).

CT N.º 17/2023

CÓDIGO PAC: TJCESETIN_2022_0031

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, com sede na Av. General Afonso Albuquerque Lima, s/n, Bairro Cambé, em Fortaleza-CE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.444.530/0001-01, doravante denominado simplesmente de TJCE ou CONTRATANTE, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes, e por sua Secretária de Tecnologia da Informação, Denise Maria Norões Olsen, e a empresa ENGESOFTWARE TECNOLOGIA S.A., CNPJ 00.681.946/0001-60, com sede na SCIA Quadra 13, Conjunto 04, Lotes 1 e 2, Zona Industrial Guarú, Brasília - DF, neste ato representada por seu Diretor Presidente, Fernando Oliveira Freitas, CPF: 020.786.611-20, portador da carteira de identidade Nº: 2.477.295 SSP-DF, daqui por diante simplesmente denominada CONTRATADA, em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e demais legislação aplicável, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Fundamenta-se o presente Instrumento na proposta apresentada pela CONTRATADA e no resultado da licitação realizada sob a modalidade Pregão Eletrônico n.02/2023, devidamente homologada pelo(a) Exmo(a). Desembargador(a) Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, tudo em conformidade com as disposições da Lei Federal n. 10.520/2002 e da Lei Federal n. 8.666/1993, com suas alterações e atualizações posteriores, e o processo administrativo n.8509158-72.2022.8.06.0000).

PARÁGRAFO ÚNICO – REGIME DE CONTRATAÇÃO

A execução da presente avença será indireta, segundo o regime de execução preço unitário, nos termos dos art. 6º, VIII, "b" da Lei n. 8.666/93, sendo originário da licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, sob o número 02/2023.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

Contratação de empresa especializada em tecnologia da informação para a prestação de serviços técnicos continuados de sustentação/desenvolvimento de sistemas e serviços eventuais sob demanda com foco em metodologias ágeis, conforme as especificações descritas neste Termo de Contrato e seus anexos, durante o período de 24 (vinte e quatro) meses, prorrogáveis conforme possibilidades definidas na Lei nº 8.666/1993, para atender às necessidades do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE).

§ 1º DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

Os documentos constantes do Processo Administrativo nº **8509158-72.2022.8.06.0000** integram o presente Termo de Contrato como se nele estivessem transcritos, cujos teores consideram-se conhecidos e acatados pelas partes, sem prejuízos da aplicação de normas técnicas e legislação vigente relativa ao objeto contratual, especialmente quanto a(ao):

- a. Termo de Referência;
- b. Edital e demais apêndices do Pregão Eletrônico nº 02/2023; e,
- c. Proposta da CONTRATADA, no que couber.

§ 2º A prestação dos serviços obedecerá ao estipulado neste Termo de Contrato, bem como às disposições assumidas na proposta firmada pela CONTRATADA, dirigida ao CONTRATANTE, independentemente da transcrição, a qual faz parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrarie.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

São obrigações das partes neste Termo de Contrato:

§ 1º DO CONTRATANTE:

- I. Nomear Gestor e Fiscais do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas.
- II. Receber o objeto fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita.
- III. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.
- IV. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais
- V. Prestar, por meio de seu Gestor do Contrato, as informações e os esclarecimentos pertinentes ao(s) fornecimento(s) e serviço(s) contratado(s) que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.
- VI. Registrar os incidentes e problemas ocorridos durante a execução do Contrato.
- VII. Comunicar oficialmente à CONTRATADA sobre quaisquer falhas verificadas na fiscalização do cumprimento dos fornecimentos e serviços prestados.
- VIII. Informar à CONTRATADA sobre atos que possam interferir direta ou indiretamente nos fornecimentos e serviços prestados.
- IX. Proporcionar os recursos técnicos e logísticos necessários para que a CONTRATADA possa realizar os fornecimentos e executar os serviços conforme as especificações estabelecidas em Contrato, incluindo os recursos de hardware (microcomputadores, impressoras e servidores de rede) e software básico (sistema operacional e aplicativos de escritório) essenciais à prestação dos serviços, quando executados nas dependências do TJCE.
- X. Revogar e eliminar autorizações de acesso concedidas à CONTRATADA e a seus representantes ao final do contrato e quando houver substituições na equipe que atende ao CONTRATANTE.
- XI. Disponibilizar cópia da Política de Segurança da Informação (PSI/TJCE) e das demais



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

normas pertinentes à execução dos serviços, bem como às suas atualizações.

§ 2º DA CONTRATADA

I. Prestar os serviços contratados conforme especificações, quantidades, prazos e demais condições estabelecidos neste documento e respectivo Contrato.

II. São de responsabilidade da CONTRATADA todas as despesas diretas e indiretas, incidentes sobre o serviço contratado, inclusive a resolução de problemas de inconformidade, para os quais tenha concorrido direta ou indiretamente.

III. Responsabilizar-se pela execução operacional dos serviços e gestão dos recursos a seu cargo.

IV. Planejar, desenvolver, implantar, executar e manter os serviços objeto do contrato de acordo com os níveis de serviço estabelecidos no **Anexo XIII – Indicadores de Nível Mínimo de Serviços**.

V. Utilizar, na prestação dos serviços, pessoal devidamente capacitados e habilitados para os serviços contratados que atenda às exigências profissionais estabelecidas pelo TJCE observadas as especificações listadas no **Anexo VI – Perfis, Grupos de Atividades e Qualificações Profissionais**.

VI. Manter seu corpo técnico atualizado em relação às tecnologias, normas e metodologias adotadas pelo TJCE, capacitando às suas expensas os profissionais envolvidos na execução dos serviços, garantindo a qualificação necessária desses profissionais, de modo a cumprir os prazos estabelecidos e garantir a qualidade dos serviços.

VII. Manter as atualizações na documentação comprobatória da qualificação técnica dos profissionais alocados na execução dos serviços e disponibilizar essa documentação ao TJCE, sempre que solicitada.

VIII. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação durante toda a vigência do Contrato.

IX. Obedecer ao especificado em todas as normas, padrões, processos e procedimentos do TJCE, respeitando os princípios éticos e compromissos de conduta estabelecidos pelo TJCE.

X. O TJCE pode, a qualquer tempo, atualizar sua plataforma tecnológica, bem como, suas normas, padrões, processos e procedimentos comprometendo-se a CONTRATADA a se adaptar nos prazos definidos no contrato contados a partir da data de notificação por parte do TJCE. Para as atualizações cujos prazos não estejam definidos explicitamente no contrato, o prazo para adaptação da Solução será no máximo de 30 (trinta) dias corridos.

XI. Responsabilizar-se pela execução do objeto do presente documento, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a, direta ou indiretamente, causar ou provocar ao TJCE.

XII. Obter todas as autorizações, aprovações e franquias necessárias à execução dos serviços, pagando os emolumentos prescritos por lei e observando as leis, regulamentos e posturas aplicáveis. É obrigatório o cumprimento de quaisquer formalidades e o pagamento, às suas expensas, das multas porventura impostas pelas autoridades, mesmo daquelas que, por força dos dispositivos legais, sejam atribuídas à Administração Pública.

XIII. Abster-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste documento sem prévia autorização do TJCE.

XIV. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do Contrato, respeitando todos os critérios de sigilo, segurança e inviolabilidade aplicáveis aos dados, informações, regras de negócios, documentos, entre outros.

XV. Prestar qualquer tipo de informação solicitada pelo TJCE sobre os serviços contratados bem como fornecer qualquer documentação julgada necessária ao perfeito entendimento do objeto desta Contratação.

XVI. Participar, no período compreendido entre a assinatura do contrato e o termo final do prazo para o início da prestação dos serviços, de reunião inicial para alinhamento de expectativas contratuais com equipe de técnicos do TJCE. O TJCE fará a convocação dos representantes da empresa e fornecerá



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

previamente a pauta da reunião.

XVII. Manter preposto responsável pela supervisão permanente dos serviços prestados, durante todo o período de vigência do contrato, com poderes de representante legal para tratar de todos os assuntos relacionados ao contrato, em atenção aos art. 68 da Lei no 8.666/93, sem ônus adicional para o CONTRATANTE. O preposto deverá ter disponibilidade para, pelo menos, uma reunião semanal para acompanhamento das demandas e uma reunião mensal de para apresentação dos relatórios mensais de prestação dos serviços, nas instalações do CONTRATANTE, na cidade de Fortaleza, Ceará. A critério do TJCE, esta reunião poderá ocorrer por videoconferência.

a) O preposto indicado pela CONTRATADA não poderá acumular de forma simultânea a prestação dos serviços de Desenvolvimento de Novos Sistemas e Sustentação de Sistemas Legados mensurados em Unidades de Serviço Técnico.

XVIII. Encaminhar ao TJCE, antes da data de início da realização dos serviços e mensalmente, junto ao relatório gerencial de níveis de serviço, relação nominal dos profissionais que atuarão junto ao Poder Judiciário do Estado do Ceará, indicando o CPF, área de atuação e apresentando documentação comprobatória da qualificação dos profissionais alocados na execução dos serviços, bem como da comprovação de seu vínculo empregatício com a CONTRATADA.

XIX. Elaborar e apresentar ao TJCE, mensalmente, Relatório Gerencial dos Serviços executados, contendo detalhamento dos níveis de serviços executados comparados com os contratados e demais informações necessárias ao acompanhamento e avaliação da execução dos serviços.

XX. Manter os seus profissionais devidamente identificados por meio de crachá, quando em trabalho nas dependências do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

XXI. Gerenciar seus profissionais, exercendo supervisão técnica e administrativa durante toda a execução dos serviços prestados ao TJCE.

XXII. Atender, quando necessário, a necessidades eventuais demandadas através dos procedimentos de atendimento dos chamados técnicos em horários extraordinários, finais de semana ou feriados.

XXIII. Providenciar o imediato afastamento de qualquer colaborador alocado na prestação dos serviços sempre que solicitado pelo Gestor do Contrato do TJCE. A CONTRATADA deverá garantir a execução integral da Ordem de Serviço, portanto a prestação do serviço deverá ser restabelecido em no máximo 15 (quinze) dias úteis.

XXIV. Solicitar, obrigatoriamente, ao Poder Judiciário do Estado do Ceará a revisão, modificação ou revogação de privilégios de acesso a sistemas, informações e recursos do TJCE, quando da transferência, remanejamento, promoção ou demissão de profissional sob sua responsabilidade que tenham executado tarefas relacionadas ao contrato com o TJCE.

XXV. Administrar todo e qualquer assunto relativo aos profissionais alocados na execução dos serviços.

XXVI. Garantir a remuneração de todos os colaboradores que estiverem a disposição da CONTRATADA para execução dos serviços, responsabilizando-se única e exclusivamente por todos os encargos decorrentes da execução do contrato, observando de devida legislação para os serviços executados em horários extraordinários.

XXVII. Responsabilizar-se única e exclusivamente pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas, diretas ou indiretas, decorrentes da execução do objeto do presente Termo de Contrato, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais, previdenciárias, trabalhistas, fundiárias, enfim, por todas as obrigações e responsabilidades, sem qualquer ônus adicional ao TJCE, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus profissionais não manterão nenhum vínculo empregatício com o Poder Judiciário do Estado do Ceará.

XXVIII. Responsabilizar-se pelo ônus decorrente de todas as reclamações e/ou ações judiciais ou extrajudiciais, por culpa ou dolo, que possam eventualmente ser alegadas por terceiros, contra o TJCE, procedentes da prestação dos serviços do objeto desta contratação, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.

XXIX. Responsabilizar-se pelo cumprimento das prescrições referentes às leis trabalhistas, de previdência social e normas regulamentadoras da medicina e segurança do trabalho.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

XXX. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas seus trabalhadores no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridos nas dependências do TJCE ou a serviço dele.

XXXI. Responder por quaisquer danos causados diretamente a bens, tangíveis e intangíveis, de propriedade do Poder Judiciário do Estado do Ceará ou de terceiros, quando tenham sido causados por seus profissionais durante a execução dos serviços.

XXXII. Encaminhar à unidade fiscalizadora a solicitação de pagamento dos serviços prestados, emitidas em conformidade com os dados de medição de serviços previamente validados na reunião mensal de acompanhamento.

XXXIII. Reportar ao TJCE imediatamente qualquer anormalidade, erro ou irregularidades que possa comprometer a execução dos serviços e o bom andamento das atividades do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

XXXIV. Providenciar cópia, para todos os profissionais alocados na execução dos serviços, da PSTI/TJCE e das demais normas disponibilizadas pelo Poder Judiciário do Estado do Ceará, bem como zelar pela observância de tais normas.

XXXV. Solicitar, dos profissionais alocados na execução dos serviços, a assinatura de termo de sigilo e responsabilidade, bem como termo de ciência, de acordo com modelo a ser fornecido pelo Poder Judiciário do Estado do Ceará.

XXXVI. Apresentar mensalmente ao TJCE cópia da documentação que comprove a quitação das obrigações trabalhistas e previdenciárias.

XXXVII. Devolver os crachás fornecidos pelo TJCE quando do desligamento de seus profissionais ou do término do contrato, e ainda ser o Poder Judiciário do Estado do Ceará ressarcido por eventuais extravios ou danos.

XXXVIII. Abster-se de contratar, para atuar no âmbito da presente contratação, servidor ativo ou aposentado do quadro do Poder Judiciário do Estado do Ceará ou ocupante de cargo em comissão, assim como de cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau.

XXXIX. É vedada a subcontratação para a execução dos serviços objetos desta contratação.

XL. Assumir a responsabilidade e o ônus financeiro pelo deslocamento dos profissionais de suas instalações para as instalações do TJCE, inclusive quanto às despesas de passagem e hospedagem.

XLI. Seguir as instruções e observações efetuadas pelo Gestor do Contrato, e fiscais técnicos, bem como reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os produtos e/ou artefatos que tenham sido construídos ou mantidos pela CONTRATADA, caso eles apresentem vícios, defeitos ou incorreções.

XLII. Fornecer informações e esclarecimentos sobre seus profissionais, em no máximo 48 (quarenta e oito) horas a contar do envio da solicitação feita pelo TJCE.

XLIII. Para os serviços realizados nas dependências do TJCE, os recursos de hardware (microcomputadores, impressoras e servidores de rede) e software básico (sistema operacional e aplicativos de escritório) serão fornecidos pelo TJCE. Quaisquer outros softwares necessários para prestação dos serviços são de responsabilidade da CONTRATADA.

XLIV. A CONTRATADA deverá fornecer os recursos de hardware (microcomputadores, impressoras e servidores de rede) e software básico (sistema operacional e aplicativos de escritório) e softwares utilizados pela equipe técnica que executar os serviços de forma remota, bem como providenciar a comunicação remota entre sua sede e seus colaboradores em regime de teletrabalho e as instalações (*datacenter*) do TJCE.

XLV. Tratar como “confidenciais” quaisquer informações, a que tenha acesso para execução do objeto, não podendo revelá-los ou facilitar sua revelação a terceiros. A obrigação permanecerá válida durante o período de vigência contratual e nos doze meses subsequentes ao seu término, e o seu descumprimento implicará em sanções administrativas e judiciais contra a CONTRATADA. A CONTRATADA deverá assinar o **Termo de Compromisso - Anexo IX e o Termo de Ciência - Anexo X**.

XLVI. Repassar, quando do período de transição inicial e/ou final do contrato, ou quando solicitado



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

pelo TJCE, aos profissionais indicados pelo Poder Judiciário do Estado do Ceará, os documentos, procedimentos e demais conhecimentos necessários para continuidade dos serviços prestados na vigência do contrato.

XLVII. Abster-se de executar quaisquer Práticas Proibidas definidas no ANEXO XV - Política do Banco Interamericano de Desenvolvimento sobre Práticas Proibidas.

CLÁUSULA QUARTA – DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

A Solução de TI abrange a prestação dos serviços de sustentação/desenvolvimento de sistemas e serviços eventuais sob demanda conforme especificações e requisitos mínimos obrigatórios exigidos neste documento.

§ 1º Os serviços de desenvolvimento consistem no desenvolvimento de novos sistemas de informação e manutenções adaptativas/evolutivas de sistemas legados.

I. A manutenção adaptativa consiste na adequação de aplicações que não impliquem em inserção, alteração ou exclusão de funcionalidades visíveis a seus usuários. Exemplos: mudanças de versão de linguagem, sistemas gerenciadores de banco de dados e navegadores web, melhoria de performance, etc.

II. A manutenção evolutiva consiste na inclusão, alteração e exclusão de características e/ou funcionalidades em aplicações em produção, decorrentes de alterações de necessidades de negócio e/ou imposições legais.

§ 2º Os serviços de sustentação compreendem as manutenções corretivas dos sistemas em produção no TJCE.

I. A manutenção corretiva consiste na correção de defeitos em sistemas em produção. Abrange comportamentos inadequados que causem problemas de uso ou funcionamento do sistema e quaisquer desvios em relação aos requisitos estabelecidos pelo CONTRATANTE.

§ 3º Os serviços de sustentação e desenvolvimento de sistemas abrangem a execução de todas as tarefas inerentes às disciplinas típicas de um processo de software:

I. Requisitos e Análise.

II. Documentação técnica e manuais.

III. Arquitetura de Software e de Dados.

IV. Implementação (codificação).

V. Teste.

VI. Gestão de Configuração.

VII. Implantação.

VIII. Migração/manutenção de dados em sistemas legados cedidos ou adquiridos.

IX. Apoio técnico incluindo orientação e esclarecimento de dúvidas, capacitação, elaboração de pareceres técnicos, configuração e parametrização, transferência de tecnologia.

X. Gestão de Projeto incluindo metodologias ágeis, como SCRUM e KANBAN.

§ 4º Os Serviços eventuais sob demanda compreendem desenvolvimento de novos sistemas ou módulos em sistemas legados e consultoria especializada, solicitados pelo TJCE em caráter excepcional para projetos específicos que gerem grande impacto no planejamento de entregas correntes.

§ 5º Os serviços de sustentação e desenvolvimento deverão ser prestados através da alocação de profissionais de TI vinculada a resultado previstas no momento da emissão das Ordens de Serviço pelo TJCE.

§ 6º Os Serviços eventuais sob demanda deverão ser prestados tendo como base na quantidade de Pontos por Função de cada solicitação encaminhada através das Ordens de Serviço.

§ 7º Os serviços deverão ser executados em conformidade com a versão vigente do Processo de Desenvolvimento de Software (PDS) do TJCE, os padrões de desenvolvimento definidos pelo TJCE e seus relacionamentos, metodologias de projeto, tecnologias, ferramentas e ambiente de



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

desenvolvimento e infraestrutura utilizados pelo TJCE, conforme **Anexo VIII – Plataforma Tecnológica**.

§ 8º É vedado à CONTRATADA entregar qualquer componente de software distinto ou com versão distinta do adotado e definido pelo TJCE, sem prévia autorização formal deste.

§ 9º O TJCE terá ampla liberdade de atualizar as versões dos sistemas operacionais, componentes arquiteturais e de software, ferramentas de apoio ao desenvolvimento de sistemas, todos de sua propriedade ou de seu direito de uso, segundo sua necessidade e conveniência, cabendo, nestes casos, à CONTRATADA adaptar-se à respectiva mudança, sem quaisquer custos adicionais para o TJCE.

§ 10º Sempre que demandados pelo TJCE, os serviços prestados deverão atender:

I. Os padrões definidos no Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI) do Poder Judiciário e do Ministério Público, instituído pela Resolução Conjunta nº 3/2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

II. Os requisitos da Portaria No 253, DE 18 de Novembro de 2020, que institui os critérios e diretrizes técnicas para o processo de desenvolvimento de módulos e serviços na Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br.

III. As normas e os padrões da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

IV. A acessibilidade a pessoas com limitação ou deficiência (visual, motora, cognitiva), naquilo que afetar a interface com usuário e a interação humano-sistema; o Art. 47 do Decreto Federal nº 5.296 de 2004, do Acesso à Informação e à Comunicação; e as diretrizes e padrões de acessibilidade definidos pelo Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG), do Programa de Governo Digital do Governo Federal, e pelas Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web (WCAG) e Accessible Rich Internet Applications (WAI-ARIA), do World Wide Web Consortium (W3C).

V. Diretrizes definidas pelos Padrões Web em Governo Eletrônico (ePWG), do Programa de Governo Digital do Governo Federal.

VI. Os padrões definidos no Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário (Moreq-Jus).

§ 11 Forma de Execução do Serviço:

I. Para a execução do contrato, será implementado método de trabalho baseado no conceito de delegação de responsabilidade. Esse conceito define o TJCE como responsável pela gestão do contrato e pela atestação da aderência aos padrões de qualidade exigidos dos serviços entregues, e a CONTRATADA como responsável pela execução dos serviços, distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos necessários.

II. Entretanto, a natureza dos serviços requer o atendimento tempestivo a demandas dos usuários. Por esse motivo, será exigida a disponibilidade permanente de equipes qualificadas e dimensionadas de forma compatível com a demanda esperada. Com isso, configura-se um modelo de contratação no qual a remuneração máxima é estabelecida com base no dimensionamento descrito em Ordens de Serviço, porém os valores efetivamente pagos são calculados em função dos serviços efetivamente prestados confrontados com o cumprimento de metas de desempenho e de qualidade exigidos.

III. O serviço executado no escopo da contratação envolverá a execução de atividades de rotina, que devem ser executadas de maneira contínua para apoiar os processos de trabalho do ambiente de TIC do TJCE, bem como de atendimentos realizado sob demanda.

IV. A execução dos serviços será gerenciada pela CONTRATADA, que fará o acompanhamento diário da qualidade e dos níveis de serviço alcançados com vistas a efetuar eventuais ajustes. Os dados relativos ao registro e atendimento de demandas deverão ser mantidos atualizados nas Soluções de Gerenciamento de Service Desk e Gerenciamento de Demandas do TJCE, os quais serão utilizados para obter informações para a emissão dos relatórios gerenciais mensais e para a fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais. Quaisquer problemas que venham a comprometer o bom andamento dos serviços ou o alcance dos níveis de serviço estabelecidos devem ser imediatamente comunicados aos gestores do contrato.

V. A CONTRATADA e os profissionais alocados na execução dos serviços deverão transferir ao TJCE, de forma incondicional, todos os direitos referentes à propriedade intelectual sobre procedimentos, roteiros de manutenção e configuração de equipamentos e demais documentos produzidos no âmbito do contrato.

VI. Quaisquer problemas que venham a comprometer o bom andamento do serviço ou o alcance



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

dos níveis de serviço e indicadores exigidos deverão ser imediatamente comunicados ao Gestor do Contrato, que colaborará com a CONTRATADA na busca da melhor solução para o problema.

VII. Os serviços de Desenvolvimento de Sistemas e Sustentação de Sistemas Legados serão mensurados por posto de trabalho considerando a alocação de profissionais:

a) A remuneração da CONTRATADA se dará por alocação de profissionais de TI vinculada a resultado;

b) A empresa especializada proverá equipe de profissionais alocados exclusivamente ao TJCE para a prestação do serviço de desenvolvimento, manutenção e sustentação de sistemas;

c) A CONTRATADA será remunerada pela alocação efetiva de profissionais de TI com a possibilidade de aplicação de ajuste no pagamento a depender da aferição dos indicadores de níveis mínimos de serviços;

d) A prestação do serviço de alocação de profissionais de TI se dará em conformidade com a metodologia ágil adotada, considerando a versão vigente do Processo de Desenvolvimento de Software (PDS) do TJCE;

e) Todos os serviços são prestados por meio da alocação de profissionais da CONTRATADA, conforme condições previamente previstas neste instrumento convocatório.

f) Os profissionais de TI serão avaliados por meio de metas de produtividade aferidas pelos indicadores de níveis mínimos de serviços.

§ 12 Das obrigações do coordenador:

I. É obrigatória a designação, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, de um profissional para exercer as funções de COORDENADOR e com conhecimento de metodologia apropriada;

II. O COORDENADOR deverá possuir graduação superior, ter experiência em gestão de serviços terceirizados e conhecimentos acerca de processo de desenvolvimento de software baseado em Metodologia Ágil e Gerenciamento de Projetos (PMP).

III. A qualificação do Coordenador deverá ser comprovada por meio de certificado(s) e/ou comprovante(s) de conclusão de curso e currículo atualizado.

IV. Quando e se o preposto assumir a função de coordenador deverá ter estas mesmas qualificações.

V. O coordenador do contrato será responsável:

a) Manter atualizado os relatórios com o rol e status das OSs e dos serviços em andamento e demais relatórios de aferição de níveis de serviço, alocação e apropriação de esforço em projetos e sistemas;

b) Pelo acompanhamento geral dos cronogramas de projetos e requisições de serviços, bem como o atendimento aos níveis mínimos de serviço;

c) Pela manutenção dos prazos das OSs / entregas, que se referem as datas de entrega de uma versão do sistema em homologação, sempre atualizadas e, em caso de alteração destas datas informar previamente à CONTRATANTE através da ferramenta de Gestão de Demandas (em campo específico) e também através de e-mail;

d) Pela busca de solução dos impedimentos da equipe junto ao setor de infraestrutura, equipe técnica do TJCE, analistas de negócio do TJCE e usuários finais (quando autorizado); A solução dos impedimentos pode envolver a viabilização de reuniões entre os envolvidos, registrando em ata as deliberações e ações da reunião, acompanhando e reportando os atrasos das ações acordadas;

e) Pela alocação das equipes e sua adequação para o serviço;

f) Demais funções que se fizerem necessárias para o bom andamento da gestão e controle do rol de atividades e projetos;

g) Por acompanhar e direcionar a equipe da CONTRATADA designada para a prestação de serviços;

h) Alertar sobre ausência de funcionários, férias, licenças e faltas. Gerenciando para que não haja prejuízo para o cronograma das atividades e projetos;

i) Adequar a equipe, em quantidade e especialização, para cumprimento dos prazos definidos;

j) Demais funções que se fizerem necessárias para o bom andamento dos serviços.

k) As funções de Coordenador e Preposto poderão ser acumuladas, no início do contrato, desde que



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

observadas as qualificações solicitadas.

I) Os coordenadores de equipe não fazem parte dos profissionais requisitados nas Ordens de Serviço, são profissionais da CONTRATADA que tem o objetivo de acompanhar a equipe e deverão ser indicados a cada 30 (trinta) postos de trabalho, demandados via OS.

VI. A realização desta atividade de coordenação deverá ter o seu custo incluído pela CONTRATADA na planilha de composição de custos como Despesas Indiretas conforme **inciso VII, § 14 desta Cláusula.**

a) Haverá rotina de reunião de acompanhamento com periodicidade mínima quinzenal, com a participação obrigatória dos coordenadores a fim de garantir o fiel cumprimento do objeto desta contratação.

§ 13 Do local e horário da prestação dos serviços de Sustentação/Desenvolvimento de Sistemas

I. Os serviços de sustentação/desenvolvimento de sistemas são prestados preferencialmente de forma remota, durante o horário padrão estabelecido em dias de expediente forense, das 08 às 19 horas.

II. Será de responsabilidade da CONTRATADA os equipamentos e softwares utilizados pela equipe técnica que executar os serviços de forma remota que deverá consignar essa despesa em Despesas Indiretas na sua composição de custos.

III. A CONTRATADA deve fornecer certificado digital ICP/Brasil aos seus funcionários responsáveis pelo desenvolvimento e testes de funções, para as quais seja necessário o certificado, sem custo adicional ao CONTRATANTE.

IV. Não haverá expediente forense nos feriados nacionais, estaduais e municipais, bem como nas datas determinadas pela Presidência do Tribunal de Justiça, formalizadas através de portaria publicada no Diário da Justiça Eletrônico.

V. O recesso natalino compreendido entre os dias 20 de dezembro e 06 de janeiro deverá ser considerado como dia útil para prestação dos serviços, mesmo não ocorrendo o expediente forense.

VI. O TJCE poderá estabelecer, a qualquer tempo, para projetos específicos a execução da prestação dos serviços de forma presencial ou híbrida.

VII. Os serviços prestados presencialmente deverão estar disponíveis nas dependências do TJCE, (na sede do Tribunal de Justiça e no Fórum Clóvis Beviláqua). O TJCE disponibilizará espaço físico, mobiliário e computadores a serem utilizados pela equipe da CONTRATADA que prestar os serviços nas dependências do Poder Judiciário.

VIII. O local da prestação dos serviços será indicado na respectiva Ordem de Serviço, sendo que as alterações do local de trabalho e correspondente modificação da OS serão comunicadas à Contratada com antecedência mínima 15 (quinze) dias.

IX. O deslocamento de prestador de serviço da CONTRATADA não poderá ser justificativa para atrasos, não poderá acarretar prejuízos à prestação dos serviços, bem como não implicará em nenhuma forma de acréscimo ou majoração nos valores dos serviços diferentes daqueles apresentados na planilha de composição de custos, conforme **Anexo XIX – Planilha de Composição de Custos.**

X. Os profissionais da CONTRATADA deverão obedecer às regras de acesso, identificação e permanência dos prédios ou ambientes informacionais indicados pelo TJCE, podendo esta definir exigências adicionais.

XI. Cada posto de trabalho previsto nesta contratação deverá cumprir 08 (oito) horas de expediente diário nos termos da legislação trabalhista, dentro do horário de funcionamento estabelecido no **inciso I deste parágrafo.**

XII. Não haverá remuneração adicional à CONTRATADA no caso de execução de jornada de trabalho diária superior a 8 (oito) horas sem expressa autorização do TJCE.

XIII. Excepcionalmente o TJCE poderá autorizar previamente a execução de jornada de trabalho em dia específico e determinado diferente da definida na Ordem de Serviço para um determinado posto de trabalho. Nesse caso, desde que autorizado pelo TJCE, poderá ocorrer a compensação das horas de serviço prestadas considerando o quantitativo total de horas previstas no mês de referência. A compensação deverá ocorrer sempre dentro do mês de referência. Não será devida qualquer remuneração adicional caso a



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

quantidade de horas de trabalho ultrapasse o quantitativo mensal definido sem a devida autorização do TJCE.

XIV. Adicionalmente, o TJCE poderá demandar a execução de serviços em horários extraordinários, incluindo finais e semana e feriados, considerando o pagamento de horas extras.

XV. Os serviços executados em horários excepcionais serão demandados formalmente pelo TJCE junto ao Coordenador da Contratada que deverá providenciar a alocação do posto de trabalho.

XVI. Será de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA observar, na hipótese de aprovação da realização de horas extras excedentes, os limites, diário e mensal, máximos estabelecidos nas normas trabalhistas aplicáveis e em Acordos ou Convenções Coletivas de Trabalho das categorias profissionais objeto desta contratação.

XVII. O colaborador alocado na prestação do serviço deverá registrar uma requisição de serviço, na Solução de Gerenciamento de Service Desk do TJCE, para aferição do início e fim do serviço. Deverão ser informados de forma resumida, na referida requisição de serviço, as ações e procedimentos executados.

XVIII. Mensalmente, a CONTRATADA apresentará junto ao Relatório Gerencial de Serviços as horas extras autorizadas e comprovadas através da extração das informações da solução de Service Desk do TJCE. Somente serão pagos os serviços efetivamente autorizados, prestados e comprovados.

XIX. Não haverá reembolso de valores pagos, por parte da CONTRATADA aos seus colaboradores, a título de remuneração de horas extras, trabalho noturno, e outros adicionais relativos a horário de trabalho, que não tenham sido ajustados e previamente autorizados pelo TJCE.

XX. O valor das horas extras não poderá ultrapassar o previsto na planilha de composição de custos apresentada na proposta de preços individualizado para cada posto de trabalho, já incluído, neste percentual, a tributação pertinente, devendo ser comprovada a efetiva execução dos serviços.

XXI. O valor mensal da provisão para horas extraordinárias deverá ser calculado considerando duas horas mensais de segunda a sábado no período noturno e duas horas mensais aos domingos e feriados para cada perfil. Considerando que a contratação prevê 18 perfis profissionais a Provisão para Horas Extraordinárias deverá prever 72 (setenta e duas) horas extraordinárias mensais. A planilha de composição de custos para a Provisão para Horas Extraordinárias apresentada na proposta de preços deve detalhar o cálculo da hora extra de forma individual para cada perfil profissional, conforme **Anexo XIX – Planilha de Composição de Custos**.

XXII. A Provisão para Horas Extraordinárias representa meramente uma estimativa mensal de utilização dos serviços, portanto não haverá nenhuma obrigação do TJCE na utilização do quantitativo total indicado. Essa provisão mensal poderá ser ultrapassada desde que não seja ultrapassado o valor total previsto para a utilização durante a toda a vigência do contrato.

XXIII. Para pagamento das horas extras deverão ser respeitados os adicionais para sábados, domingos e feriados estabelecidos na Convenção Coletiva da Categoria.

XXIV. As horas extras, cujo total não poderá exceder a 50% (cinquenta por cento) do salário mensal do profissional, se realizadas, deverão estar condicionadas à imperiosa necessidade dos serviços e serem expressamente autorizadas pelo TJCE.

XXV. Qualquer tipo de ausência descaracteriza a efetiva alocação do profissional para o posto de trabalho, implicando na aplicação de indicador específico para redução na fatura correspondente à proporção das ausências. As faltas decorrentes de ausências legais não serão contabilizadas para efeito de apuração de indicadores de níveis de serviço referentes à qualidade e desempenho.

XXVI. As ausências legais programadas, como férias, deverão ser comunicadas ao TJCE com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias e deverão ocorrer preferencialmente durante o recesso natalino.

§ 14 Da Forma de medição dos Serviços de Sustentação/Desenvolvimento de Sistemas

I. Os serviços serão mensurados por posto de trabalho considerando a alocação de profissionais vinculados a resultado.

II. Para cada posto de trabalho será atribuído um perfil estabelecido através da qualificação técnica e das atividades exigidos para sua execução, conforme **Anexo VI – Perfis, Grupo de Atividades e Qualificações Profissionais**.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

III. A CONTRATADA deverá alocar os recursos humanos necessários para atender cada posto de trabalho previstos para execução dos serviços. Os colaboradores da CONTRATADA deverão ser cadastrados previamente na Solução de Gerenciamento de *Service Desk* do TJCE. No momento da prestação dos serviços os colaboradores devem ser associados na ferramenta ao posto de trabalho que executarão para registro de suas atividades, a fim de cumprir a Ordem de Serviço.

IV. O quantitativo de Postos de Trabalho total previsto para execução durante a vigência do contrato representa meramente uma estimativa de utilização dos serviços, portanto não haverá nenhuma obrigação da TJCE na utilização do quantitativo total indicado. Somente serão devidos e pagos os Postos de Trabalho efetivamente utilizados.

V. Para mensurar os serviços de sustentação/desenvolvimento de sistemas, a previsão de custo para o cálculo da remuneração dos profissionais alocados nos postos de trabalho deverá se basear considerando nos valores praticados pela Administração Pública, conforme pesquisa de mercado contante da portaria SGD/ME Nº 5.651 de 28 de Junho de 2022 do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISP do Poder Executivo Federal.

VI. Desta forma, estabelece-se que a CONTRATADA deve, no mínimo, assinar a CTPS dos colaboradores que comporão os serviços com valor do salário-base definido na tabela abaixo, estabelecido sem os benefícios, a fim de se criar condições propícias ao bom andamento dos serviços, contribuindo para a sua eficiência.

| Perfil | Salário-base |
|--|---------------------|
| Arquiteto de Software - Pleno | 10.498,73 |
| Arquiteto de Software - Sênior | 15.779,17 |
| Analista de Testes/Qualidade - Junior | 5.200,46 |
| Analista de Testes/Qualidade - Pleno | 6.550,32 |
| Analista de Testes/Qualidade - Sênior | 9.671,80 |
| Desenvolvedor de Software - Junior | 5.611,32 |
| Desenvolvedor de Software - Pleno | 8.622,30 |
| Desenvolvedor de Software - Sênior | 11.669,09 |
| Líder Técnico de Desenvolvimento | 13.389,21 |
| Analista de Negócios/Requisitos Júnior | 5.838,48 |
| Analista de Negócios/Requisitos Pleno | 7.407,49 |
| Analista de Negócios/Requisitos Sênior | 9.664,58 |
| Analista de BI Júnior | 6.683,31 |
| Analista de BI Pleno | 9.967,63 |
| Analista de BI Sênior | 12.816,73 |
| Administrador de Dados Pleno | 7.816,50 |
| Administrador de Dados Sênior | 9.946,67 |
| Scrum Master | 11.488,00 |

VII. A proponente deverá informar em sua proposta de preços a Convenção Coletiva de Trabalho utilizada como referência para cálculo da composição de custos e formação de preços, adstrita à base territorial de sindicato cearense, bem como apresentar planilha de custos e formação de preços padrão com



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

base na Instrução Normativa Nº5 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, seguindo o modelo apresentado no **Anexo XIX – Planilha de Composição de Custos**.

VIII. O salário-base apresentado na proposta de preços deverá ser obrigatoriamente considerados como o mínimo a ser praticado durante toda a vigência do contrato, devendo a CONTRATADA implementar as alterações decorrentes das Convenções Coletivas de Trabalho publicadas após o fornecimento da proposta.

§ 15 Das Ordens de Serviços para os Serviços de Sustentação/Desenvolvimento de Sistemas

I. Os Ordens de Serviço serão classificadas:

- a) Ordem de Serviço de Desenvolvimento executada em horário padrão para tarefas de desenvolvimento de sistemas e manutenção adaptativa/evolutiva de sistemas legados;
- b) Ordem de Serviço de Sustentação executada em horário padrão para tarefas de sustentação de sistemas em produção.

II. A execução das tarefas/atividades será sempre precedida da emissão de Ordem de Serviço (OS), contendo no mínimo: tipo da Ordem de Serviço, identificação do serviço, descrição do serviço, horário de prestação dos serviços, período para a execução do serviço, quantitativo de postos de trabalho, o perfil com as atividades e demais informações listadas no **Anexo VI** para cada posto de trabalho, tipo de demandas (Desenvolvimento ou Sustentação), prazo para a execução do serviço, local da execução do serviço, especificações técnicas do serviço esperados, outras informações julgadas necessárias.

III. A informação do tipo de demanda, citada no item anterior, indica se o profissional está alocado prioritariamente nas demandas de sustentação (Correções de Erro no sistema) ou Desenvolvimento (Novos sistemas e melhorias adaptativas / evolutivas nos sistemas). O profissional alocado em um tipo de demanda deverá priorizar o atendimento dos indicadores associados a estes tipos de demandas;

IV. A Ordem de Serviço (OS) será emitida, assinada e autorizada pelos Fiscais do Contrato e pelo Gestor do Contrato;

V. Toda Ordem de Serviço deverá ser assinada pelo Preposto, representante da CONTRATADA perante o TJCE, declarando a ciência por parte da CONTRATADA dos serviços solicitados e das atividades descritas na “Ordem de Serviço – OS”, de acordo com as especificações estabelecidas pelo TJCE;

VI. Os serviços deverão estar sempre de acordo com as especificações constantes nas Ordens de Serviços;

VII. O controle da execução dos serviços se dará em 03 (três) momentos, a saber: no início da execução – quando a Ordem de Serviço é emitida pelo TJCE; durante a execução – com o acompanhamento e supervisão dos Fiscais do Contrato; e ao término da execução ou do mês de referência – com o fornecimento de “Relatório Gerencial de Serviços” pela CONTRATADA e atesto do mesmo pelos Fiscais do Contrato;

VIII. Todos os serviços prestados pela CONTRATADA deverão ser necessariamente documentados, registrados em ferramentas indicadas pelo TJCE, conforme procedimentos definidos pelo TJCE;

IX. As Ordens de Serviço Padrão deverão ser executadas de forma ininterrupta e terão seu prazo de execução estabelecido pelo período mínimo de 180 (cento e oitenta) dias;

X. Quando da alteração de uma Ordem de Serviço Padrão em execução, requisitando um novo posto de trabalho, a CONTRATADA terá até 30 (trinta) dias, a partir da data de alteração da ordem de serviço, para alocar o profissional.

XI. Caso o TJCE deseje reduzir a quantidade de postos de trabalho solicitada através de Ordem de Serviço Padrão, esta deverá comunicar à CONTRATADA em um prazo de, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência, devendo alterar a ordem de serviço em execução.

§ 16 Da Descrição dos Serviços de Sustentação/Desenvolvimento de Sistemas

I. As demandas de sustentação referentes aos serviços de manutenção corretiva serão executadas conforme descrito no **Anexo I – Serviços de Manutenção Corretiva**.

II. As demandas de sustentação referentes aos serviços de apoio serão executadas conforme descrito no **Anexo II – Serviços de Apoio**.

III. As demandas referentes aos serviços de manutenção evolutiva/adaptativa e desenvolvimento



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

de novos sistemas serão executadas conforme descrito no **Anexo III – Serviços de Manutenção e Desenvolvimento**.

§ 17 Do local e horário da prestação dos Serviços Eventuais sob Demanda

I. Os serviços eventuais sob demanda serão prestados nas dependências da CONTRATADA.

II. Os serviços deverão estar disponíveis durante o horário de expediente forense.

III. A implantação das demandas deverá contemplar, sem custos adicionais ao TJCE, a execução dos procedimentos de mudança e liberação em horários diferentes do horário padrão sempre que impactarem em alguma funcionalidade em produção.

§ 18 Da Forma de medição do Tamanho Funcional do Software (Serviços Eventuais sob Demanda e Serviço de Manutenção e Desenvolvimento para fins de aferição dos níveis de serviço)

I. Os Serviços de manutenção evolutiva/adaptativa e desenvolvimento de novos sistemas (para fins de aferição de níveis de serviço), bem como os Serviços Eventuais sob Demanda serão mensurados em Pontos de Função.

II. A contagem de Pontos de Função será efetuada de forma Estimada e de forma Detalhada.

III. A Contagem Estimada será realizada através da técnica de Contagem Estimada definida pela NESMA (Netherlands Software Metrics Association).

a) A contagem estimada será utilizada para avaliar os prazos de entrega e composição das sprints e para o cálculo dos indicadores aferidos após a fase de requisitos e antes da homologação da versão final do software. A contagem estimada será obrigatória para os serviços eventuais sob demanda. Para os serviços de desenvolvimento, a contagem estimada será realizada quando demanda pelo TJCE.

IV. A Contagem Detalhada será realizada conforme a metodologia descrita no Manual de Práticas e Contagens versão 4.3 (Counting Practices Manual Release 4.3) ou superior, publicado pelo IFPUG (International Function Point Users Group) e disponibilizado no Brasil pelo BFPUG (Brazilian Function Points Users Group).

V. A medição detalhada definida no item anterior deverá ser realizada por especialista da CONTRATADA certificado em Ponto de Função (Certified Function Point Specialist – CPFS) pelo International Function Point Users' Group (IFPUG) e será posteriormente validada pela CONTRATANTE. Não será permitido que o especialista esteja ocupando um dos postos de trabalho previstos no contrato.

VI. A realização desta atividade de contagem de Pontos por Função deverá ter o seu custo incluído pela CONTRATADA na planilha de composição de custos como Despesas Indiretas, conforme **Anexo XIX – Planilha de Composição de Custos**.

VII. Onde não for possível a utilização das técnicas citadas nos **incisos III e IV deste parágrafo** será utilizado o Roteiro de Métricas de Software do SISP versão 2.2 ou superior.

VIII. No momento da validação das planilhas de PF geradas pela CONTRATADA, caso o TJCE observe divergência entre o total de PF levantado pela CONTRATADA e o total levantado pelo TJCE na quantificação dos serviços a serem realizados, o TJCE poderá admitir a participação de profissional especializado externo, com certificação CFPS, ou empresa especializada, sem ônus para o TJCE.

IX. Ao final da fase de Levantamento de Requisitos, uma nova planilha Estimada de PF pode ser apresentada pela CONTRATADA para validação do TJCE, de acordo com o **inciso III deste parágrafo**. Assim, quando necessário, custos e prazos da demanda poderão ser restabelecidos.

§ 19 Das Ordens de Serviços para os Serviços Eventuais sob Demanda

I. As necessidades de alocação e disponibilização dos serviços serão formalizadas junto à CONTRATADA, de acordo com as prioridades do TJCE por meio de Ordens de Serviço (OS).

II. A priorização das OSs é determinada pelo TJCE.

III. Todos os serviços a serem executados deverão ser precedidos de emissão de Ordem de Serviço (OS) que deve conter:

- a) O número da Ordem de Serviço;
- b) Identificação do(s) serviço(s);
- c) Descrição do(s) serviço(s);
- d) Responsável e data da abertura da Ordem de Serviço;



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

e) Outras informações julgadas necessárias pelo TJCE não previstas inicialmente para as OSs serão informadas e a CONTRATADA deverá adequar-se dentro do prazo de 20 dias.

IV. A alocação das Ordens de Serviço à CONTRATADA dar-se-á de forma eventual, devendo esta, em função do volume de serviço estimado, estar preparada para atender às solicitações do TJCE, dentro dos prazos máximos acordados entre CONTRATADA e o TJCE.

V. A quantidade de Pontos de Função a ser demandada pelo TJCE, por meio de Ordens de Serviço, dependerá das demandas advindas das áreas de negócio do TJCE, portanto não haverá nenhuma obrigação da TJCE na utilização do quantitativo total definido neste Termo de Contrato.

VI. Devido à variabilidade da frequência das solicitações, não é possível estabelecer uma quantidade mínima de Pontos de Função mensal a ser demandada a CONTRATADA.

VII. A abertura da OS é de responsabilidade do TJCE.

§ 20 Da Descrição dos Serviços Eventuais sob Demanda

I. Os serviços executados conforme descrito no **Anexo IV – Serviços de Eventuais sob Demanda**.

§ 21 Do Recebimento do Serviço

I. A frequência de aferição e avaliação dos níveis de serviços será mensal, devendo, a CONTRATADA, elaborar Relatório Gerencial de Serviços, apresentando-o ao TJCE, até o 5º. (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, momento no qual o TJCE fará o recebimento provisório.

II. Devem constar desse relatório, dentre outras informações, os indicadores/metras de níveis de serviços definidos e alcançados, recomendações técnicas, administrativas e gerenciais para o próximo período e demais informações relevantes para a gestão contratual.

III. O Relatório Gerencial de Serviços para a apuração do cumprimento aos Níveis Mínimos de Serviço na prestação de serviços será gerado a partir dos dados fornecidos por ferramenta indicada pelo TJCE.

IV. Os indicadores de desempenho estabelecidos para cada serviço, deverão ser monitorados e servirão de base para a avaliação mensal da CONTRATADA, nos “Relatórios de Gerenciais dos Serviços” do Contrato, onde será possível verificar a efetividade do atendimento e permitir a depuração do processo.

V. Os Níveis Mínimos de Serviços devem ser considerados e entendidos, pela CONTRATADA, como um compromisso de qualidade, que assumirá, junto ao TJCE.

VI. A análise dos resultados destas avaliações, pelo TJCE, resultará em advertências, penalizações e redução na fatura, caso a CONTRATADA não cumpra com os seus compromissos, de qualidade e desempenho.

VII. Para aceite do recebimento e posterior encaminhamento ao pagamento, deverão ser apresentadas as Ordens de Serviços emitidas e assinadas e demais documentos técnicos pertinentes e comprobatórios de execução do serviço.

VIII. Após a apuração dos níveis de serviços exigidos e de cálculo do pagamento devido, o TJCE realizará o recebimento definitivo dos serviços.

§ 22 Da aferição de níveis de mínimos de serviço

I. Os níveis mínimos de serviço serão medidos conforme definido no **Anexo XIII - Indicadores de Nível Mínimo de Serviços**

§ 23 Requisitos de Segurança da Informação

I. A CONTRATADA deverá submeter-se à Política de Segurança de Informação definida pelo TJCE em seus regulamentos, bem como executar os serviços com base nas boas práticas de segurança da informação.

II. O TJCE comunicará à CONTRATADA as alterações introduzidas na Política de Segurança da Informação, bem como a edição dos regulamentos complementares, e definirá, de comum acordo com a CONTRATADA, o prazo necessário para a implementação dessas alterações.

III. As atividades previstas neste Termo de Contrato, executadas através de comunicação remota, deverão utilizar conexão segura entre a rede da CONTRATADA e a do TJCE.

IV. A CONTRATADA será responsável pelos custos de comunicação remota entre sua sede e



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

seus colaboradores em regime de teletrabalho e as instalações (datacenter) do TJCE.

V. O acesso remoto aos ambientes do TJCE pela CONTRATADA se dará apenas por meio de funcionários autorizados com respectivo usuário e senha individual.

VI. A CONTRATADA deverá enviar, sempre que solicitado pelo TJCE, uma relação contendo todos os usuários nominados que possuam acesso aos ambientes do TJCE.

VII. A CONTRATADA terá acesso autorizado aos ambientes de teste, homologação e treinamento para todos os seus funcionários cadastrados.

VIII. O acesso ao ambiente de produção do TJCE deverá seguir os seguintes procedimentos:

a) Para cada necessidade de acesso ao ambiente de produção do TJCE, visando atualização de programas, transferência de arquivos e outras atividades relacionadas aos serviços, a CONTRATADA deverá encaminhar pedido formal ao TJCE, contendo a justificativa do pedido, o período (com a data e hora de início e a data e hora de término) em que se dará tal acesso e o detalhamento de todos os recursos que serão acessados incluindo bancos de dados, tabelas, equipamentos.

b) O TJCE analisará o pedido, deferindo ou não a solicitação. Caso deferido, o TJCE emitirá autorização para acesso durante o período solicitado.

c) A autorização formal do TJCE permitirá o uso de comunicação remota por meio seguro para acesso ao seu ambiente de produção.

d) A CONTRATADA terá acesso remoto ao ambiente de infraestrutura do TJCE, somente por meio de usuário específico e com nível de acesso condizente com a justificativa apresentada pela CONTRATADA.

e) A CONTRATADA responderá por quaisquer acessos de seus funcionários ao ambiente de produção que não tenham sido expressamente autorizados pelo TJCE, assim como, desde que devidamente comprovados, por quaisquer prejuízos que seu acesso ao ambiente de produção do TJCE vier a causar no funcionamento da Solução, inclusive a perda, total ou parcial, bem como corrupção dos registros do banco de dados do TJCE.

IX. Constatado o prejuízo à Solução disponibilizado ao TJCE, a CONTRATADA será notificada para corrigir os problemas causados em decorrência do seu acesso ao ambiente de produção do TJCE, que serão tratados, quando aplicável, através de abertura de chamados.

§ 24 Prazos e Condições

I. Deverá ser realizada até o 5º (quinto) dia útil após a assinatura do Contrato, na Sede do TJCE, uma reunião de alinhamento, conforme agendamento efetuado pelo Gestor do Contrato, com o objetivo de:

a) Indicar formalmente um preposto apto a representá-la junto ao TJCE, que deverá responder pela fiel execução do Contrato;

b) Nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, no Edital e em seus Anexos, esclarecendo, caso necessário, possíveis dúvidas acerca do objeto;

c) Definir em conjunto com o TJCE o modelo do Relatório Gerencial de Serviços, o qual deverá ser aprovado pelo Gestor do Contrato;

d) Indicar a equipe técnica interna da CONTRATADA que receberá o repasse de conhecimentos realizado pelo TJCE que deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato. A equipe indicada receberá o repasse e posteriormente será responsável por capacitar os colaboradores da CONTRATADA que serão alocados na prestação dos serviços, conforme **inciso IV deste parágrafo**, portanto a equipe mencionada não será a mesma que prestará dos serviços mensurados em postos de trabalho.

e) Entregar os documentos assinados: **Anexo IX - Termo de Compromisso, Anexo X - Termo de Ciência**, bem como o Plano de Inserção (fornecido pelo TJCE).

f) Emissão da primeira Ordem de Serviço Padrão pelo TJCE.

II. O início da prestação dos serviços deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias corridos após a emissão da primeira Ordem de Serviço Padrão.

III. O TJCE promoverá um repasse de conhecimentos para a CONTRATADA abordando o



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Processo de Desenvolvimento de Software (PDS), os padrões de desenvolvimento e seus relacionamentos, ambiente, metodologias, fluxos de trabalho, segurança da informação, ferramentas para registro e acompanhamento das demandas e sistemas corporativos do TJCE.

IV. A CONTRATADA deverá replicar o repasse de conhecimentos para todos os seus colaboradores que executarão os serviços de sustentação e desenvolvimento de sistemas antes do início da prestação dos serviços. O repasse de conhecimentos não será necessário para os colaboradores a CONTRATADA que executarão os serviços eventuais sob demanda.

a) Será condição para o início da prestação dos serviços apresentação de declaração pela CONTRATADA informando que o colaborador está devidamente capacitado nos conteúdos definidos no inciso III deste parágrafo.

V. Os 90 (noventa) dias contatos a partir do início efetivo da prestação dos serviços serão considerados como período de estabilização.

a) Durante o período de estabilização os indicadores dos níveis mínimos de serviços serão calculados, porém não serão aplicados redutores nas faturas decorrentes do não atingimento das metas definidas. Essa cláusula não exime a CONTRATADA de apresentar os relatórios demonstrando os valores dos índices de cada indicador, desde o primeiro mês de serviço. O não envio deste relatório ocasiona a suspensão desta cláusula e consequente cobrança das penalidades desde o **período de não apresentação das informações**.

CLÁUSULA QUINTA – DOS ELEMENTOS PARA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Os elementos para a gestão da contratação e os requisitos de negócio são os que ora seguem:

§ 1º Papéis e Responsabilidades

| ID | Papel | Entidade | Responsabilidade |
|----|---------------------|---|---|
| 1 | Fiscais Técnicos | Servidores indicados pela SETIN e nomeado através de portaria | 1) Avaliação da qualidade dos serviços realizados e justificativas, de acordo com os Critérios de Aceitação definidos em contrato; 2) Identificação de não conformidade com os termos contratuais; 3) Verificação da manutenção das condições classificatórias referentes à habilitação técnica. 4) Verificação de manutenção das condições elencadas no Plano de Sustentação (Documento elaborado no planejamento da contratação, que visa garantir a continuidade do negócio durante e após a entrega da Solução de Tecnologia da Informação, bem como após o encerramento do contrato); 5) Comunicar por escrito ao gestor do contrato qualquer falta cometida pela empresa CONTRATADA, seja por inadimplemento de cláusula ou condição do contrato, ou por serviço executado de forma inadequada, fora do prazo, ou mesmo não realizado, formando o dossiê das providências adotadas para fins de materialização dos fatos que poderão levar a aplicação de sanção ou à rescisão contratual; 6) Sugerir ao gestor do contrato a aplicação de penalidades nos casos de inadimplemento parcial ou total do contrato; |



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

| | | | |
|---|--|---|---|
| | | | <p>7) Realizar pessoalmente a medição dos serviços contratados;</p> <p>8) Recusar serviço ou fornecimento irregular ou em desacordo com condições previstas em edital, na proposta da CONTRATADA e no contrato;</p> <p>9) Receber e dirimir reclamações relacionadas à qualidade de serviços prestados;</p> <p>10) Averiguar se é o contratado quem executa o contrato e certificar-se de que não existe cessão ou subcontratação fora das hipóteses legais;</p> <p>11) Verificar o cumprimento das normas trabalhistas por parte do contratado, a exemplo da jornada de trabalho, limitações de horas extras, descanso semanal, bem como da obediência às normas de segurança do trabalho, a fim de evitar acidentes com agentes administrativos, terceiros e empregados do contrato;</p> <p>12) Atestar a efetiva realização do objeto contratado para fins de pagamento das faturas correspondentes;</p> <p>13) Acompanhar e analisar os testes, ensaios, exames e provas necessários ao controle da qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos serviços.</p> |
| 2 | Fiscais Requisitante do Contrato | Servidores indicados pela SETIN e nomeado através de portaria | <p>1) Avaliação da qualidade dos serviços realizados e justificativas, de acordo com os Critérios de Aceitação definidos em contrato, em conjunto com o Fiscal Técnico quando solicitado pelo Gestor do Contrato;</p> <p>2) Identificação de não conformidade com os termos contratuais, em conjunto com o Fiscal Técnico quando solicitado pelo Gestor do Contrato;</p> <p>3) Verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação;</p> <p>4) Verificação de manutenção das condições elencadas no Plano de Sustentação (Documento elaborado no planejamento da contratação, que visa garantir a continuidade do negócio durante e após a entrega da Solução de Tecnologia da Informação, bem como após o encerramento do contrato), em conjunto com o Fiscal Técnico quando solicitado pelo Gestor do Contrato;</p> <p>5) Acompanhar e analisar os testes, ensaios, exames e provas necessários ao controle da qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos serviços, em conjunto com o Fiscal Técnico;</p> <p>6) Verificar o cumprimento das normas trabalhistas por parte do contratado, a exemplo da jornada de trabalho, limitações de horas extras, descanso semanal, bem como da obediência às normas de segurança do trabalho, a fim de evitar acidentes com agentes administrativos, terceiros e empregados do contrato, em conjunto</p> |



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

| | | | |
|---|-----------------------|--|--|
| | | | <p>com o Fiscal Técnico quando solicitado pelo Gestor do Contrato;</p> <p>7) Receber e dirimir reclamações relacionadas à qualidade de serviços prestados, em conjunto com o Fiscal Técnico quando solicitado pelo Gestor do Contrato;</p> <p>8) Comunicar por escrito ao gestor do contrato qualquer falta cometida pela empresa contratada, seja por inadimplemento de cláusula ou condição do contrato, ou por serviço executado de forma inadequada, fora do prazo, ou mesmo não realizado, formando o dossiê das providências adotadas para fins de materialização dos fatos que poderão levar a aplicação de sanção ou à rescisão contratual, em conjunto com o Fiscal Técnico quando solicitado pelo Gestor do Contrato;</p> <p>9) Sugerir ao gestor do contrato a aplicação de penalidades nos casos de inadimplemento parcial ou total do contrato, em conjunto com o Fiscal Técnico quando solicitado pelo Gestor do Contrato.</p> |
| 3 | Fiscal Administrativo | Coordenadoria de Gestão Administrativa de TI | <p>1) Certificar-se do correto cálculo e recolhimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias decorrentes do contrato;</p> <p>2) Efetuar o controle da vigência, realizando comunicado ao fiscal técnico em tempo hábil, uma vez que este deverá controlar os prazos de execução, necessidades de prorrogações ou nova contratação, ficando o fiscal administrativo responsável pelo controle da época de reajustamento dos preços contratados, tomando as providências cabíveis em tempo hábil junto à Divisão Central de Contratos e Convênios do TJCE, quando necessário;</p> <p>3) Verificar se a empresa contratada cumpriu com a garantia contratual prevista no contrato.</p> |
| 4 | Gestor do Contrato | Secretaria de Tecnologia da Informação | <p>1) Manter registro próprio, atualizado, das ocorrências relacionadas à execução do contrato;</p> <p>2) Acompanhar o cumprimento do cronograma de execução e dos prazos previstos em conjunto com o Fiscal Técnico e Fiscal Requisitante;</p> <p>3) Determinar à CONTRATADA a regularização das falhas ou defeitos observados, assinalando prazo para correção;</p> <p>4) Relatar, por escrito, à autoridade competente do órgão responsável, a inobservância de cláusulas contratuais ou quaisquer ocorrências que possam trazer dificuldades, atrasos, defeitos e prejuízos à execução da avença, em especial os que ensejarem a aplicação de penalidades;</p> <p>5) Comunicar à autoridade competente do órgão responsável, apresentando as devidas justificativas, a eventual necessidade de acréscimos ou supressões de serviços, materiais ou equipamentos, identificadas no curso das atividades de fiscalização;</p> |



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

| | | | |
|--|--|--|---|
| | | | <p>6) Solicitar à CONTRATADA a substituição de empregado ou preposto da CONTRATADA e aprovar, previamente, mediante termo juntado ao processo, a substituição de iniciativa da CONTRATADA, quando assim exigir o contrato;</p> <p>7) Receber, definitivamente, por meio de ateste na nota fiscal/fatura ou documento equivalente, devidamente discriminado, obras, serviços e materiais;</p> <p>8) Acompanhar o prazo de vigência do contrato e manifestar-se, quando provocado pela Administração, sobre os aspectos de oportunidade, conveniência, razoabilidade e economicidade administrativa de realizar-se alteração, prorrogação ou rescisão do contrato, anexando, quando for o caso, documentação comprobatória.</p> |
|--|--|--|---|

§ 2º Forma de Acompanhamento do Contrato:

| ID | Evento | Forma de Acompanhamento |
|----|--|--|
| 1 | Reunião de alinhamento inicial do Contrato | Cronograma de implantação da Solução, Termo de Compromisso, Termo de Ciência e Plano de Inserção |
| 2 | Prestação dos serviços continuados de manutenção e desenvolvimento de sistemas | Postos de trabalho alocados através de Ordens de Serviço para execução de demandas registradas em chamados técnicos e acompanhadas através de relatórios mensais de prestação de serviços. |
| 3 | Prestação dos serviços eventuais sob demanda | Demandas registradas através de Ordens de Serviço e acompanhadas através das entregas planejadas. |

§ 3º Metodologia de Avaliação da Qualidade:

| Etapas/Fase/Item | Método de Avaliação |
|---|---|
| Início da Prestação dos Serviços | Verificar se o início dos serviços ocorreu dentro do prazo definido em Contrato. |
| Comprovação do atendimento aos requisitos de experiência dos empregados da CONTRATADA | No início da prestação dos serviços, e sempre que houver alteração na equipe de colaboradores da CONTRATADA, esta deverá apresentar currículo e demais documentos que comprovem que seus colaboradores atendem às especificações de perfis profissionais. |
| Verificar a qualidade dos serviços prestados. | A verificação do atendimento da qualidade dos serviços prestados será realizada da forma descrita neste Termo de Referência e seus anexos. |

§ 4º Estimativa do Volume de Bens/Serviço:

| Id | Forma de Estimativa | Bem/Serviço | Und. de Medida | Qtd. a ser Contratado |
|----|---|---|---------------------------------|-----------------------|
| 1 | A quantidade de serviço prestado foi estimada considerando a demanda contínua pela prestação de serviços executados | Serviço Desenvolvimento de Novos Sistemas | Postos de Trabalho vinculados a | 88 |



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

| | | | | |
|---|---|--|-------------------|-------|
| | através dos contratos Nº 16/2021 e Nº 102/2019, da produtividade por profissional considerando a volumetria obtida no levantamento histórico das demandas de sustentação e desenvolvimento, o <i>backlog</i> de demandas solicitadas e não atendidas por falta de pessoal, bem como a previsão de novas demandas. | e Sustentação de Sistemas Legados - Rotina | resultado | |
| 2 | A quantidade de serviço prestado foi estimada considerando a demanda obtida através do histórico do Contrato Nº 16/2021, o <i>backlog</i> de demandas solicitadas e não atendidas por falta de pessoal, bem como a previsão de novas demandas. | Serviços eventuais sob demanda | Pontos Função por | 2.000 |

§ 5º Prazos e Condições:

I. Os prazos e condições de execução dos serviços estão estabelecidos detalhadamente de acordo com o conteúdo do **Cláusula Quarta (Da descrição da solução e das especificações técnicas)**.

§ 6º Aceite, Alteração:

I. Condições de Aceite

a) O aceite se dará pelo estabelecido na **Cláusula Quarta (Da descrição da solução e das especificações técnicas)** e no **Anexo XIII – Indicadores de Nível Mínimo de Serviço**.

II. Condições de Alteração

a) A CONTRATADA deverá aceitar, nas mesmas condições propostas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial d contrato.

b) Alteração contratual unilateral, pela Administração Pública, quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos conforme o artigo 65, inciso I, alínea a, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

§ 7º Propriedade, Sigilo, Restrições:

I. A CONTRATADA cederá ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, nos termos do art. 111, da Lei Federal N.º 8.666/93, combinado com o art. 4.º, da Lei Federal N.º 9.609/98, o direito patrimonial e a propriedade intelectual em caráter definitivo, os resultados produzidos em consequência dos serviços contratados, entendendo-se por resultados quaisquer estudos, relatórios, artefatos, descrições técnicas, fluxos de trabalho, protótipos, dados, esquemas, plantas, desenhos, diagramas, roteiros, tutoriais, código fonte de IDE (Ambiente de Desenvolvimento Integrado), ferramentas que auxiliam na engenharia de software (ferramenta CASE), software e respectivos componentes, *frameworks* de desenvolvimento, fontes dos códigos de programas computacionais em qualquer mídia, páginas de Intranet e Internet e qualquer outra documentação produzida no escopo da presente contratação, em repositório eletrônico definido pelo TJCE, entregues conforme versões e fabricantes indicados pelo TJCE, sendo vedado à CONTRATADA sua cessão, locação ou venda a terceiros.

II. Toda a documentação produzida pela CONTRATADA referente os serviços e documentos exigidos neste Termo de Contrato passam a ser propriedade de forma perpétua do TJCE, não precisando este Tribunal de autorização da CONTRATADA para reproduzir, distribuir e publicar em documentos públicos ou fornecer a terceiros quando a administração considerar necessário. Na assinatura do Contrato a CONTRATADA deverá entregar a Declaração de cessão patrimonial/autoral conforme o **Anexo XVI – Declaração de Cessão de Direitos Patrimoniais/Autorais**.

III. Todas as informações obtidas ou extraídas pela CONTRATADA quando da execução dos serviços



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

deverão ser tratadas como confidenciais, sendo vedada qualquer divulgação a terceiros, devendo a CONTRATADA, zelar por si, por seus sócios, empregados e subcontratados pela manutenção do sigilo absoluto sobre os dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais de que eventualmente tenham conhecimento ou acesso em razão dos serviços executados;

IV. A obrigação assumida de Confidencialidade permanecerá válida durante o período de vigência do contrato principal e o seu descumprimento implicará em sanções administrativas e judiciais contra a CONTRATADA, previstas no CONTRATO e na legislação pertinente;

V. Para efeito do cumprimento das condições de propriedade e confidencialidade estabelecidas, a CONTRATADA exigirá de todos os seus empregados que, a qualquer título, venham a integrar a equipe executante do Objeto deste Termo de Contrato, a assinatura do **Anexo IX - Termo de Compromisso**, bem como a assinatura do **Anexo X - Termo de Ciência** onde o signatário e os funcionários que compõem seu quadro funcional declaram-se, sob as penas da lei, ciente das obrigações assumidas e solidário no fiel cumprimento das mesmas.

§ 8º Proteção de dados pessoais:

I. Quaisquer tratamentos de dados pessoais realizados no bojo do presente CONTRATO, ou em razão dele, deverão observar as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, suas alterações e regulamentações posteriores, as normas complementares expedidas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados e pela CONTRATANTE, bem como a respectiva finalidade específica, a consonância ao interesse público e a competência administrativa aplicável.

II. Havendo necessidade de compartilhamento de dados pessoais no âmbito deste CONTRATO, serão transferidos apenas os dados estritamente necessários para a perfeita execução do objeto contratual, os quais deverão ser utilizadas apenas para tal fim.

III. O compartilhamento de dados, quando necessário, dar-se-á sempre em caráter sigiloso, sendo vedado à CONTRATADA transferir ou de qualquer forma disponibilizar as informações e os dados recebidos da CONTRATANTE a terceiros sem expressa autorização da CONTRATANTE.

IV. No caso de transferência de dados a terceiros, previamente autorizada pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá submeter ao terceiro às mesmas exigências estipuladas neste instrumento no que se refere à segurança e privacidade de dados.

V. A CONTRATADA deverá eliminar quaisquer dados pessoais recebidos em decorrência deste CONTRATO sempre que determinado pela CONTRATANTE e, com expressa anuência da CONTRATANTE, nas seguintes hipóteses:

- a)** Os dados se tornarem desnecessários;
- b)** Término de procedimento de tratamento específico para o qual os dados se faziam necessários;
- c)** Fim da vigência contratual.

VI. É vedada à CONTRATADA a utilização de dados pessoais repassados em decorrência da contratação para finalidade distinta daquela do objeto deste CONTRATO, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

VII. A CONTRATADA deverá adotar e manter medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais armazenados, processados ou transmitidos em decorrência deste Contrato contra acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, vazamento ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

VIII. Caberá à CONTRATADA implantar política para tratamento, com ênfase na prevenção ao vazamento de dados, comprometendo-se a manter o sigilo e a confidencialidade de todas as informações repassadas em decorrência da execução contratual.

IX. A CONTRATADA compromete-se ao correto processamento e armazenamento dos dados pessoais a ela atribuídos em razão de eventuais relações trabalhistas e/ou contratuais havidas em decorrência desta contratação.

X. A CONTRATADA deverá adotar as medidas de segurança e proteção dos dados pessoais porventura recebidos durante e após o encerramento da vigência do pacto administrativo celebrado com o CONTRATANTE, com vistas, principalmente, a dar cumprimento às obrigações legais ou



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

regulatórias do controlador, respeitando os prazos legais trabalhistas, previdenciários e fiscais para a guarda de tais dados, nos termos do art. 16, inciso I, da Lei Federal nº. 13.709/2018.

XI. A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente ao CONTRATANTE, ao titular dos dados, e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante ao titular dos dados, em consonância com as providências dispostas no art. 48 da Lei Federal nº. 13.709/2018.

XII. Para a execução do objeto deste Contrato, em observância ao disposto na Lei Federal nº. 13.709/2018 (LGPD), na Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e na Lei Federal nº. 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e ao princípio da transparência, a CONTRATADA e seu(s) representante(s) fica(m) ciente(s) do acesso e da divulgação pela CONTRATANTE de seus dados pessoais, tais como número do CPF, RG, estado civil, endereço comercial, endereço residencial e endereço eletrônico.

§ 9º Mecanismos Formais de Comunicação:

I. São instrumentos formais de comunicação entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA:

| ID | Função de Comunicação | Emissor | Destinatário | Forma de Comunicação | Periodicidade |
|----|---|----------------------------|----------------------------|---|---|
| 01 | Registro de Chamados Técnicos | Contratante | Contratada | Registro nas ferramentas de gestão de demandas e <i>service desk</i> do TJCE | Quando demandado pelo TJCE |
| 02 | Emissão de Nota de Empenho | Contratante | Contratada | Nota de Empenho | Quando demandado pelo TJCE |
| 03 | Registro das Reuniões realizadas entre a contratante e a contratada | Contratada/ Contratante | Contratada/ Contratante | Ata de Reunião | Sempre que houver reunião entre as partes |
| 04 | Relato de alguma ocorrência contratual através de Ofício por correspondência. | Contratante | Contratada | Documentos Oficiais | Sempre que houver falha no atendimento a algum item do contrato ou quando necessário. |
| 05 | Troca de informações técnicas necessárias a execução do contrato | Contratada/ Contratante | Contratada/ Contratante | Através de telefone, e-mail, presencial, relatórios, documentos texto, planilhas, slides, sítios da internet, PDF (<i>Portable Document Format</i>): documento em formato portátil. | Quando necessário. |

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR DO CONTRATO



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços prestados, o valor global para 24 (vinte e quatro) meses de vigência contratual o valor de **R\$ 47.988.230,48 (quarenta e sete milhões novecentos e oitenta e oito mil duzentos e trinta reais e quarenta e oito centavos)**, referente aos serviços descritos nos Anexos deste Termo de Contrato.

§ 1º A CONTRATADA deverá observar, quanto aos prazos, custo e forma de pagamento, as seguintes diretrizes:

I. A Reunião Mensal de Acompanhamento deverá ocorrer até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços.

II. Na Reunião Mensal de Acompanhamento deverá ser entregue ao TJCE o Relatório Gerencial dos Serviços que será utilizado para efeitos de faturamento.

a) A estrutura e o conteúdo do Relatório Gerencial dos Serviços serão definidos na Reunião Inicial do Contrato.

III. Os faturamentos dos serviços executados pela CONTRATADA, serão efetuados conforme abaixo:

a) O pagamento referente aos serviços será realizado através de depósito bancário, devendo as solicitações de pagamento, referentes à execução dos serviços previamente autorizadas, serem entregues até o dia 10 (dez) do mês subsequente à prestação dos mesmos, devendo o mesmo ser realizado, sem quaisquer acréscimos e atualização monetária, até o último dia útil do referido mês, devidamente atestado pelo(s) setor(es) competente(s) deste Tribunal de Justiça;

b) Caso a solicitação de pagamento não seja apresentada pela CONTRATADA ou, ainda, esteja incompleta ou com falhas, os prazos para realização do pagamento serão suspensos até que sejam sanadas as pendências apontadas pelo TJCE.

c) O pagamento somente será efetuado após a apresentação de certidões que comprovem a regularidade da empresa com o fisco Federal, Estadual e Municipal, FGTS, INSS e débitos trabalhistas.

d) Constatada a situação de irregularidade da CONTRATADA, deve-se providenciar a sua advertência, por escrito, no sentido de que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a CONTRATADA regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

e) O prazo do item anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração.

f) Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Administração, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

g) Persistindo a irregularidade, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão do contrato em execução, nos autos dos processos administrativos correspondentes, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

h) Havendo a efetiva prestação de serviços, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso a CONTRATADA não regularize sua situação.

i) Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do órgão ou entidade CONTRATANTE, não será recolhido o contrato em execução com empresa ou profissional inadimplente em sua regularidade fiscal e trabalhista. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA, em caso de descumprimento das condições de habilitações e qualificações exigidas na licitação.

IV. Os serviços serão faturados mensalmente após a solicitação de pagamento por parte da CONTRATADA e aceite do Relatório Gerencial de Serviço, por parte da CONTRATANTE.

V. O valor do pagamento mensal estará diretamente vinculado ao índice alcançado para os indicadores estabelecidos, sendo pago conforme resultado obtido e decrementado (cumulativamente) quando



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

não forem atingidas as metas exigidas. Caso a CONTRATADA não cumpra com os seus compromissos, de qualidade e desempenho, terá a sua fatura reduzida conforme estabelecido nos Indicadores a serem considerados para a apuração dos níveis mínimos de serviço.

a) Nesse caso, a CONTRATADA será notificada conforme especificado nos Mecanismos Formais de Comunicação descritos no contrato.

VI. Quando houver divergência entre a solicitação de pagamento apresentada e a prestação dos serviços verificada pela CONTRATANTE, a parte incontroversa poderá ser faturada ficando a parte controversa para ser discutida e compensada na fatura posterior.

VII. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome da Fonte Pagadora e CNPJ descritos na Nota de Empenho.

VIII. O Tribunal de Justiça reserva-se o direito de recusar o pagamento, no ato da ATESTAÇÃO, caso o objeto não esteja em conformidade com as condições deste instrumento.

IX. Os valores da(s) NF(s) / Fatura(s) deverão ser os mesmos consignados nas Notas de Empenho Ordinários ou, quando se tratar de Empenhos por Estimativa, no Termo de Recebimento Definitivo/ Parecer Administrativo, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido prazo para a CONTRATADA fazer a substituição desta(s) NF(s) / Fatura(s).

X. O prazo para pagamento será suspenso durante o período de indisponibilidade do sistema de pagamento do Estado do Ceará ao final de cada exercício financeiro, aproximadamente entre 20 de dezembro e 31 de janeiro do ano subsequente, cujos pagamentos serão realizados até o final da primeira quinzena do mês de fevereiro.

§ 2º Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo TJCE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365}$$

$$I = \frac{6/100}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

no qual i = taxa percentual anual no valor de 6%.

§ 3º É de inteira responsabilidade da CONTRATADA todas as obrigações fiscais e trabalhistas decorrentes da execução do contrato, porém para acompanhamento da regularidade dos serviços prestados, faz-se necessário, para a realização do pagamento, a apresentação dos seguintes documentos, relativos a todos os trabalhadores que tenham atuado na execução do contrato, mesmo que transitoriamente, em substituição à mão de obra faltante, nos casos em que o período de substituição ultrapassar 30 dias (mês imediatamente anterior àquele no qual esteja em curso a prestação dos serviços):

I. Tabela Mensal de trabalhadores a ser apresentada sempre atualizada, em arquivo eletrônico (formato csv), contendo informações acerca de todos os trabalhadores que tenham atuado, no mês imediatamente anterior, na execução do contrato nos serviços mensurados em postos de trabalho vinculados a resultado, mesmo que transitoriamente.

II. Na primeira planilha, referida aos trabalhadores que tenham prestado serviços no mês anterior e estejam prestando serviços mensurados em postos de trabalho vinculados a resultado na data de apresentação da Tabela Mensal, deve constar os seguintes dados:

a) período/mês de referência;



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

- b) nome completo, sem abreviaturas;
- c) matrícula atribuída ao trabalhador, pela CONTRATADA;
- d) cargo/função atribuído ao trabalhador, pela CONTRATADA;
- e) CPF do trabalhador
- f) número da carteira de trabalho
- g) tipo de contrato de trabalho (por tempo determinado ou por tempo indeterminado)
- h) data inicial do contrato de trabalho;
- i) somatório dos valores pagos ao trabalhador, no mês anterior;
- j) somatório dos valores descontados do trabalhador, no mês anterior;
- k) período aquisitivo de férias: <01/01/1990 a <01/01/1990>,
- l) data inicial de férias <01/01/1900>;
- m) data final de férias <01/01/1900>;
- n) tipo de licença;
- o) data inicial de licença <01/01/1900>; e
- p) data final de licença <01/01/1900>.

III. Na segunda planilha do mesmo arquivo eletrônico, referente aos trabalhadores que tenham prestado serviços mensurados em postos de trabalho vinculados a resultado no mês anterior e, por dispensados, não estejam prestando serviços na data de apresentação da Tabela Mensal, deve constar os seguintes dados:

- a) período/mês de referência;
- b) nome completo, sem abreviaturas;
- c) CPF do trabalhador
- d) matrícula atribuída ao trabalhador, pela CONTRATADA;
- e) cargo/função atribuído ao trabalhador, pela CONTRATADA;
- f) número da carteira de trabalho
- g) tipo de contrato de trabalho (por tempo determinado ou por tempo indeterminado)
- h) data inicial do contrato de trabalho;
- i) data final do contrato de trabalho;
- j) causa do término da relação de trabalho;
- k) data do aviso;
- l) data do afastamento;
- m) valor bruto da rescisão;
- n) valor líquido da rescisão.

IV. Quadro resumo: apresentar o quantitativo de trabalhadores admitidos em gozo de férias, afastado por doença, licença-maternidade, licença paternidade, desligados no período relativo à execução do serviço mensurado em postos de trabalho vinculados a resultado ou que tiveram outras ocorrências no período, dos que atuaram na execução do contrato;

V. Admissão de pessoal - Quando ocorrer admissão de pessoal a ser alocado na execução do contrato para os serviços mensurados em postos de trabalho vinculados a resultado, será necessário:

- a) Apresentar cópia do exame médico admissional que atesta a aptidão do funcionário para o exercício da função indicada na CTPS;
- b) Apresentar cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- c) Apresentar os comprovantes de qualificação de cada funcionário, exigidos no contrato e/ou termo de referência;

VI. Demissão de pessoal - Quando ocorrer demissão de pessoal alocado na execução do contrato para os serviços mensurados em postos de trabalho vinculados a resultado, será necessário:

- a) Apresentar cópia da CTPS com a anotação da rescisão do contrato de trabalho;
- b) Apresentar o exame demissional para todos os casos de afastamento;
- c) Apresentar o Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho;
- d) Apresentar o Termo de Homologação de Rescisão do Contrato de Trabalho assinado e datado pelo funcionário, representante legal da empresa e pelo representante do sindicato, quando o



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

funcionário tiver mais de um ano na CONTRATADA;

- e) Apresentar o Termo de Quitação de Rescisão do Contrato de Trabalho assinado e datado pelo funcionário e representante legal da empresa, quando o funcionário tiver menos de um ano na CONTRATADA;
- f) Apresentar a notificação de Aviso Prévio, quando for o caso;
- g) Apresentar o pedido de desligamento por iniciativa do funcionário, quando for o caso;
- h) Apresentar Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS (GRRF), no caso de rescisão sem justa causa por iniciativa do empregador, quando for o caso;
- i) Apresentar cópia das correspondências (Aviso de Recebimento) enviadas ao funcionário, notificando do comparecimento à rescisão com nova data marcada, caso o funcionário não tenha comparecido à rescisão;
- j) Apresentar o comprovante de pagamento das verbas rescisórias, incluindo as retroativas por força de legislação, acordo e/ou Convenção Coletiva de Trabalho ainda não homologada sempre que couber, ou outras que se mostrarem necessárias mas não foram previstas neste contrato;
- k) Apresentar o Demonstrativo do Trabalhador de Recolhimento FGTS Rescisório, quando for o caso.

VII. Documentação das férias - Quando ocorrer gozo de férias de pessoal alocado na execução dos serviços mensurados em postos de trabalho vinculados a resultado do contrato e que tenha prestado serviço nas dependências do CONTRATANTE, será necessário:

- a) Apresentar Aviso de Férias, datado e assinado pelo funcionário;
- b) Apresentar comprovante do pagamento das férias;
- c) Apresentar comprovante de pagamento do abono pecuniário, quando for o caso.

VIII. Pagamento mensal de salário – Somente do pessoal alocado na execução do contrato nos serviços mensurados em postos de trabalho vinculados a resultado, será necessário apresentar:

- a) O Demonstrativo de Pagamento / Contracheque;
- b) O comprovante de depósito em conta-corrente ou de transferência ou relação bancária, emitida pelo banco com status “pago / processado”, do pagamento do salário.

IX. Pagamento de 13º salário – 1ª e 2ª parcela - Somente do pessoal alocado na execução do contrato nos serviços mensurados em postos de trabalho vinculados a resultado, será necessário:

- a) Apresentar a documentação, conforme **inciso VIII deste parágrafo.**
- b) Folha de Pagamento Mensal - Somente do pessoal alocado na execução do contrato.

X. Relação de vale-transporte ou extrato demonstrativo da empresa de cartões de benefício - Somente do pessoal alocado na execução dos serviços mensurados em postos de trabalho vinculados a resultado do contrato. A relação deverá apresentar os seguintes campos:

- a) Período: de 99/99/999 a 99/99/999
- b) Nome;
- c) Valor do Trecho (R\$);
- d) Valor Diário (R\$);
- e) Nº dias;
- f) Total;
- g) Assinatura do funcionário.

XI. Relação de vale-alimentação/refeição ou extrato demonstrativo da empresa de cartões de benefício - Somente do pessoal alocado na execução dos serviços mensurados em postos de trabalho vinculados a resultado do contrato. A relação deverá apresentar os seguintes campos:

- a) Período de Utilização;
- b) Nome;
- c) Valor Diário (R\$)
- d) Nº dias;
- e) Total;
- f) Assinatura.

XII. Guia de Previdência Social – GPS e seu respectivo comprovante de pagamento - somente do



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

pessoal alocado na execução dos serviços mensurados em postos de trabalho vinculados a resultado do contrato.

XIII. Guia de Recolhimento do FGTS – GRF e o respectivo comprovante de pagamento - somente do pessoal alocado na execução dos serviços mensurados em postos de trabalho vinculados a resultado do contrato.

XIV. Relatórios GFIP listados abaixo, para o Tomador / Obra: TJCE – somente do pessoal alocado na execução dos serviços mensurados em postos de trabalho vinculados a resultado do contrato.

- a) Relação dos Trabalhadores Constantes no Arquivo SEFIP/ Modalidade: “BRANCO” – Recolhimento ao FGTS e Declaração à Previdência;
- b) Relação dos Trabalhadores Constantes no Arquivo SEFIP / Modalidade: “BRANCO” – Declaração ao FGTS e à Previdência;
- c) Relação dos Trabalhadores Constantes no Arquivo SEFIP / Resumo do Fechamento – Tomador de Serviços/Obra / Modalidade: “BRANCO” – Recolhimento ao FGTS e Declaração à Previdência;
- d) Relação de Tomador / Obra – RET;
- e) Comprovante de Declaração das Contribuições a Recolher à Previdência Social e a Outras Entidades e Fundos FPAS – Empresa;
- f) Comprovante de Declaração a Recolher à Previdência Social e a Outras Entidades e Fundos por FPAS – Tomador;
- g) Relação dos Trabalhadores Constantes no Arquivo SEFIP / Resumo do Fechamento – Empresa FGTS;
- h) Protocolo de Envio de Arquivos / Conectividade Social.

XV. Se durante a análise da documentação apresentada juntamente com a Nota Fiscal, o Gestor do Contrato verificar a falta de documento ou a necessidade de algum esclarecimento, por parte da CONTRATADA, notificará o preposto do contrato para que sane a pendência ou preste o devido esclarecimento.

- a) A partir da notificação, o prazo para pagamento será interrompido até que a CONTRATADA sane a pendência;
- b) O Gestor do Contrato estipulará um prazo para a CONTRATADA sanar a pendência em no máximo 5 (cinco) dias corridos;
- c) A nota fiscal deverá ser entregue ao CONTRATANTE, com todos os documentos listados no **Parágrafo Primeiro, inciso III, alínea “c” desta Cláusula** em no máximo 3 (três) dias após a sua emissão.
- d) Os documentos comprobatórios listados no **Parágrafo Terceiro desta Cláusula** serão exigidos apenas com relação aos profissionais que prestarem serviços por período igual ou superior a 30 dias.

§ 4º Do Provisionamento dos encargos trabalhistas

I. Na proposta, a CONTRATADA deverá estar ciente de que a base objetiva do negócio jurídico a ser firmado estará integrada:

- a) Pelo pagamento diferido da fração do preço mensal do contrato que corresponda às obrigações trabalhistas referidas da Resolução n.º 169/2013, alterada pelas Resoluções n.º 183/2013 e n.º 248/2018 todas do CNJ; e
- b) Por firme intenção do TJCE, responsável subsidiário, de não permitir existência de qualquer margem de risco de inadimplemento das obrigações trabalhistas a cargo da CONTRATADA. A fração do preço mensal do contrato que corresponda ao somatório dos encargos sociais devidos aos trabalhadores a serviço da CONTRATADA, alocados na prestação dos serviços mensurados em postos de trabalho vinculados a resultado, será provisionada pelos percentuais abaixo:

| ENCARGOS SOCIAIS PARA RETENÇÃO | |
|--------------------------------|--------|
| GRUPO A | % |
| Previdência Social | 20,00% |



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

| | |
|--|---------------|
| FGTS | 8,00% |
| Salário Educação | 2,50% |
| SESI/SENAC | 1,50% |
| SENAI/SENAC | 1,00% |
| SAT – Seguro Acidente de Trabalho* | 6,00% |
| INCRA | 0,20% |
| SEBRAE | 0,60% |
| TOTAL GRUPO A | 39,80% |
| GRUPO B | % |
| 13º Salário | 8,33% |
| Férias | 8,33% |
| Abono de Férias (1/3 Constitucional) | 2,78% |
| Auxílio Doença | 0,00% |
| Licença Paternidade | 0,00% |
| Faltas (legais e/ou abonadas) | 0,00% |
| Acidente de Trabalho | 0,00% |
| TOTAL GRUPO B | 19,44% |
| GRUPO C | % |
| Aviso Prévio Indenizado | 0,33% |
| Aviso Prévio | 0,00% |
| Indenização Adicional | 0,08% |
| FGTS Rescisões sem Justa Causa | 3,60% |
| TOTAL GRUPO C | 4,01% |
| GRUPO D | % |
| Incidência Acumulativa Grupo B (%) * Grupo A (%) | 7,74% |
| TOTAL GRUPO D | 7,74% |
| Lucro s/ encargos p/ retenção | 0,00% |
| TOTAL ENCARGOS (B+C+D) | 31,19% |

* Caso o SAT da CONTRATADA seja menor que 6,00%, deverá ser comprovado, para seja reduzida essa retenção.

II. A verificação dos percentuais das rubricas indicadas no item anterior, o acompanhamento, o controle, a conferência dos cálculos efetuados, a confirmação dos valores e da documentação apresentada e demais verificações pertinentes, serão efetuados pela Coordenadoria de Gestão Administrativa de TI do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

III. O contingenciamento será efetuado mensalmente, mediante depósito em conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação -, cujo saldo será remunerado pelo índice da caderneta de poupança ou outro definido com a instituição financeira, recaiando a opção sempre pelo de maior



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

rentabilidade, na forma estabelecida na Resolução CNJ n. 169, alterada pelas Resoluções n.º 183/2013 e n.º 248/2018.

IV. A CONTRATADA deverá providenciar a assinatura dos documentos relativos à abertura e movimentação da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, em até 20 (vinte) dias a contar da notificação do TJCE, sob pena de multa, na forma prevista na **Cláusula Onze (Das Sanções Administrativas)**.

V. Eventuais despesas com abertura e manutenção da conta-depósito vinculada deverão ser suportadas pela CONTRATADA e integrarão seus custos a título de taxa de administração.

VI. Caso o banco promova desconto(s) diretamente na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, das despesas com abertura e manutenção da referida conta, o valor correspondente será retido do pagamento mensal devido à CONTRATADA e depositado na conta-depósito vinculada.

VII. O TJCE reserva-se o direito de realizar diretamente aos trabalhadores a serviço da CONTRATADA, os pagamentos de salários e de outras verbas trabalhistas, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem honrados pela CONTRATADA, sem que isso caracterize responsabilidade subsidiária.

VIII. Quando não for possível a realização dos pagamentos a que se refere o item anterior pelo próprio TJCE, esses valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais.

IX. As parcelas descritas no art. 4º da Resolução CNJ n. 169, de 31 de janeiro de 2013, serão liberadas ao longo da execução do contrato na medida em que os eventos ocorrerem, observado o disposto nos artigos 7º e 12 da referida Resolução.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE, DA REPACTUAÇÃO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os serviços sob demanda poderão ser reajustados visando a manutenção da justa remuneração decorrente da suscetibilidade inflacionária dos contratos.

§ 1º Condições de Reajuste:

I. O emprego do reajustamento contratual visa exclusivamente a recomposição de preços dos serviços sob demanda medidos em pontos por função apresentados pelos orçamentos referenciais ou propostas licitatórias que com o transcorrer do tempo ficam em descompasso com os praticados no mercado em função da desvalorização da moeda, cabendo sempre a demonstração analítica em sua atestação.

II. Os valores do contrato, serão reajustados pelo Índice de Preços ao Consumidor - IPCA, utilizando-se o percentual acumulado dos últimos 12 meses.

III. Caso o índice de reajustamento estabelecido neste Contrato seja extinto ou de qualquer outra forma não possa mais ser utilizado, o reajustamento utilizará como expressão para cálculo o índice geral de preços mais vantajoso para a CONTRATANTE, apresentado por instituição oficial.

IV. O intervalo de 12 (doze) meses completos necessários para o cálculo do reajuste terá como marco inicial a data de apresentação da proposta.

§ 2º Condições de Repactuação:

I. O valor dos serviços medidos em postos de trabalho vinculados a resultado poderá ser repactuado, mediante negociação, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data do orçamento a que a proposta se referir.

II. Caberá à CONTRATADA apresentar, junto à sua solicitação de repactuação, a devida justificativa e demonstração analítica da variação dos componentes de custo da proposta, de acordo com o detalhamento exigido na proposta de preço, observado o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente (adstritos à base territorial de sindicato cearense), com a comprovação de registro na Superintendência Regional do Trabalho, entre outros, visando à análise e à aprovação pelo CONTRATANTE.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

III. Para os fins previstos neste parágrafo, considera-se como data do orçamento a que a proposta se referir, a data do início da vigência do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente (adstrita à base territorial de sindicato cearense), que estipular o salário vigente à época da apresentação da proposta.

IV. Ocorrendo a primeira repactuação, as subsequentes observarão a anualidade, que será contada a partir do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

V. Por ocasião da repactuação, poderão ser contemplados todos os componentes de custo apresentados no detalhamento exigido na Planilha de Custos e Formação de Preços que tenham sofrido variação, desde que haja demonstração analítica devidamente justificada e comprovada.

VI. Não será admitida a inclusão, por ocasião da repactuação, de nenhum item de custo não previsto nos componentes apresentados originariamente na proposta, na forma exigida na Planilha de Custos e Formação de Preços, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva, cujos itens de custo sejam diferentes dos inicialmente previstos no acordo coletivo ou convenção coletiva utilizada (adstrita à base territorial de sindicato cearense) para elaboração da proposta de preços.

VII. A proposta de repactuação, observado o disposto neste parágrafo, dependerá de iniciativa da CONTRATADA e deverá ser apresentada antes da assinatura do termo de prorrogação do contrato ou, se for o caso, do encerramento do ajuste, sob pena de preclusão do direito de repactuar.

VIII. Na hipótese de não ter ocorrido o registro do acordo coletivo ou da convenção coletiva da categoria até a data da assinatura do termo aditivo de prorrogação da vigência contratual, a CONTRATADA deverá, sob pena de preclusão, ressaltar, naquele aditivo, o seu direito a repactuar. A partir da ressalva, a formalização do pedido de repactuação deverá ocorrer até a data da assinatura do termo de prorrogação subsequente.

IX. A inércia da CONTRATADA em ressaltar seu direito ou em solicitar a repactuação, no prazo estipulado, implicará a preclusão do direito à repactuação e ao recebimento dos valores retroativos a que eventualmente faria jus.

§ 3º Os recursos financeiros correrão por conta do Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará – FERMOJU, tendo como fonte os Recursos Diretamente Arrecadados, nas seguintes dotações orçamentárias:

04200021.02.126.512.15505.15.33904000.759.70.00.1.20

04200021.02.126.512.15511.15.33904000.759.70.00.1.20

§ 4º Nenhuma contratação será efetuada sem a prévia indicação da disponibilidade orçamentária.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente contrato é de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data da sua assinatura, podendo este prazo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme previsto no inciso II, art. 57, da Lei n 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA CONTRATUAL

A CONTRATADA deverá entregar ao Gestor do Contrato, que submeterá à Coordenadoria Central de Contratos e Convênios do TJCE, no prazo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do TJCE, contados a partir da data de assinatura de termo de contrato, a título de garantia, a quantia



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

equivalente a 5% (cinco por cento) do valor global da contratação, cabendo-lhe optar dentre as modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei Nº 8.666/93. A garantia será devolvida à CONTRATADA somente depois do cumprimento integral das obrigações assumidas, inclusive recolhimento de multas e satisfação de prejuízos causados ao CONTRATANTE.

§ 1º A garantia deverá ter validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

§ 2º A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

I. Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

II. Prejuízos causados à administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

III. As multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA; e

IV. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

§ 3º A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no parágrafo 2º, observada a legislação que rege a matéria;

§ 4º A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em instituição bancária indicada pelo CONTRATANTE, com correção monetária, em favor do CONTRATANTE.

§ 5º A não renovação, tempestivamente, da Garantia do Contrato ensejará a suspensão de pagamentos até a regularização do respectivo documento, independentemente da aplicação das sanções contratuais.

§ 6º Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento de multas, ela deve ser complementada no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contado da solicitação do CONTRATANTE, a partir do qual se observará o disposto abaixo:

I. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação da multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia sobre o valor do contrato, por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

II. O atraso superior a 10 (dez) dias acarretará a rescisão unilateral do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666, de 1993, sem prejuízo da multa prevista no inciso anterior.

III. Os incisos I e II poderão ser aplicados em relação aos prazos do caput desta Cláusula.

§ 7º O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

§ 8º A garantia será considerada extinta:

I. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

II. No prazo de 90 (noventa) após o término da vigência, caso o CONTRATANTE não comunique a ocorrência de sinistros;

§ 9º Na garantia deverá constar expresse o prazo de validade superior a 90 (noventa) dias do prazo final de vigência contratual.

§ 10º A ausência de prestação da garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a adjudicatária sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa e rescisão unilateral do contrato administrativo.

§ 11 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DOS SERVIÇOS



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

A CONTRATADA garantirá os serviços realizados durante toda a vigência do contrato.

§ 1º A CONTRATADA se obriga a corrigir quaisquer defeitos nos serviços entregues no período de vigência do contrato, sem ônus para o TJCE. Os defeitos compreendem, mas não se limitam, as imperfeições percebidas no serviço, ausência de artefato de documentação obrigatório e qualquer outra ocorrência que impeça o seu funcionamento normal. Tais defeitos poderão ser apurados pelo TJCE ainda que tenham sido faturados e pagos sem nenhuma restrição, ou seja, a fatura aceita não é documento de garantia de qualidade.

§ 2º Esta garantia abrange toda correção decorrente dos erros ou falhas cometidas na execução dos serviços contratados.

CLÁUSULA ONZE – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Com fundamento no art. 7 da Lei N. 10.520/2002 e, subsidiariamente, nos artigos 86 e 87 da Lei N. 8.666/1993, a CONTRATADA ficará sujeita, assegurada prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

§ 1º Sanções Administrativas:

I. ADVERTÊNCIA;

II. MULTAS, estipuladas na forma a seguir:

a) multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor faturado pela empresa no período de 06 (seis) meses, para cada indicador de nível de serviço que apresente discrepância superior a 10% em relação à meta prevista em 03 (três) medições em meses consecutivos, ou alternados, realizadas a cada período de 06 (seis) meses da execução dos serviços, até o limite de 5% (cinco por cento) sobre o valor faturado neste mesmo período;

b) multa de 1% (um por cento) sobre o valor total faturado para o contrato, no mês da infração, para cada ocorrência de descumprimento de obrigações contratuais que não sejam relacionadas ao atingimento das metas estabelecidas para os indicadores de nível de serviço, até o limite 10% (dez por cento) sobre o valor total faturado para o contrato no mês da infração;

c) multa de 1% (um por cento) sobre o valor total faturado para o contrato, no mês da infração, para cada indicador/meta de níveis de serviço que tenha sido objeto de fraude, manipulação ou descaracterização pela CONTRATADA, até o limite 10% (dez por cento) sobre o valor total faturado para o contrato no mês da infração;

d) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

e) multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor mensal a ser pago pela Ordem de Serviço Padrão, pelo atraso no início do serviço, por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento) do valor mensal a ser pago pela Ordem de Serviço Padrão.

f) multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por evento sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor global atualizado do contrato.

III. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com o Estado do Ceará e descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no contrato e das demais penalidades.

IV. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

V. RESCISÃO, nos casos previstos no art.78 da Lei nº 8.666/93.

§ 2º Ao TJCE será assegurado, após regular processo administrativo, utilizar a garantia para permitir a compensação da multa aplicada. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;

§ 3º As sanções acima descritas poderão ser aplicadas de forma distinta ou cumulativa, sem prejuízo de responsabilização nas esferas cível e penal;

§ 4º Sempre que houver irregularidade na prestação dos serviços executados, o CONTRATANTE efetuará a apuração das ocorrências e comunicará à CONTRATADA, conforme especificado. As multas serão aplicadas sobre a garantia contratual e quando a mesma não for suficiente para a quitação integral da multa o restante será descontada nas notas fiscais da CONTRATADA;

§ 5º A CONTRATADA terá prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento da comunicação para apresentar as justificativas;

§ 6º Caso não haja manifestação da CONTRATADA dentro desse prazo ou caso o CONTRATANTE entenda serem improcedentes as justificativas, serão aplicadas as penalidades previstas;

§ 7º Caso ocorram divergências entre as justificativas apresentadas pela CONTRATADA e o atesto emitido pelo TJCE, o faturamento da parte incontroversa poderá ter o seu pagamento autorizado e os ajustes poderão ser realizados no período subsequente após a conclusão dos processos de apuração das irregularidades;

§ 8º As notificações de multas e sanções são de responsabilidades da Divisão Central de Contratos e Convênios do TJCE que receberá dos setores responsáveis os relatórios com as ocorrências insatisfatórias que comprometam a execução do contrato.

CLÁUSULA DOZE – DA RESCISÃO

O descumprimento total ou parcial de qualquer das cláusulas previstas neste Contrato, por parte da CONTRATADA, assegurará ao CONTRATANTE o direito de dá-lo por rescindido mediante notificação por meio de ofício entregue diretamente ou por via postal com prova de recebimento. Constituem, ainda, motivos suficientes para rescisão deste pacto caso a CONTRATADA incorra em qualquer das situações previstas nos incisos do artigo 78 da Lei Federal nº 8666/93.

§ 1º Constituem motivo para rescisão contratual:

- I. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- II. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- III. A lentidão do seu cumprimento, levando o Tribunal a comprovar a impossibilidade da execução do serviço, nos prazos estipulados;
- IV. O atraso injustificado na entrega do objeto;
- V. A paralisação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação ao Tribunal;
- VI. A subcontratação total ou parcial das obrigações contraídas;
- VII. A associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial das obrigações contraídas, bem como a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA, que afetem a boa execução do Contrato, sem prévio conhecimento e expressa autorização do Tribunal;
- VIII. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, assim como as de seus superiores;
- IX. O cometimento reiterado de faltas na execução do Contrato, anotadas pelo Tribunal;
- X. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da CONTRATADA;
- XI. A dissolução da CONTRATADA;
- XII. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA que prejudique a execução do Contrato;
- XIII. Razões de interesse público justificadas e determinadas, de alta relevância e amplo conhecimento, pela máxima autoridade do Tribunal, e exaradas no Processo Administrativo a que se refere este Contrato;
- XIV. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

XV. O descumprimento do disposto no Inciso V, do Artigo 27, da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções cabíveis.

§ 2º A rescisão do Contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito do TJCE;

§ 3º O Contrato poderá ser rescindido por acordo entre as partes, mediante aviso prévio e escrito, desde que haja conveniência para o Tribunal, conforme previsto no Artigo 79, Inciso II da Lei 8666/93;

§ 4º Poderá o Tribunal rescindir imediatamente o Contrato, sem qualquer ônus, no caso de persistência no inadimplemento de obrigações pela CONTRATADA, e pelas quais já tenha a mesma, sido notificada para providenciar as devidas regularizações;

§ 5º O Contrato poderá ser rescindido pelo TJCE a qualquer tempo, sem ônus de qualquer espécie, a exclusivo critério do Tribunal, desde que devidamente notificado, devendo este notificar a Contratada de sua intenção rescisória, com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias corridos.

CLÁUSULA TREZE – DO ENCERRAMENTO DO CONTRATO

Em caso de encerramento do contrato, deverão ser observados os seguintes procedimentos:

§ 1º A CONTRATADA providenciará a devolução de quaisquer equipamentos disponibilizados a seus funcionários para exercício das atividades contratualmente estabelecidas.

§ 2º A CONTRATADA deverá elaborar e executar um Plano de Transição, com transferência de tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, aos técnicos do TJCE ou do fornecedor de uma nova Solução de Tecnologia da Informação adquirida ao final da vigência da presente contratação.

§ 3º O Plano de Transição deverá ser apresentado pela CONTRATADA 30 (trinta) dias antes do encerramento do contrato para aprovação do CONTRATANTE.

§ 4º O CONTRATANTE promoverá a revogação de perfis de acesso de funcionários da CONTRATADA.

CLÁUSULA QUATORZE – DO GESTOR DO CONTRATO E DO ORDENADOR DE DESPESAS

O órgão responsável pela contratação é o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

§ 1º O Gestor do Contrato será a(o) Secretária(o) de Tecnologia da Informação do TJCE ou profissional por ela(e) indicado devidamente oficializado por meio de publicação no Diário da Justiça Eletrônico.

§ 2º Os Ordenadores de Despesas serão o(a) Desembargador(a) Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará conjuntamente com o a(o) Secretária(o) de Tecnologia da Informação do TJCE, conforme Portaria n. 320/2021, disponibilizada no DJe de 17 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre a delegação de competências administrativas no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

CLÁUSULA QUINZE – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este contrato rege-se pela Lei n. 10.520/2002 e alterações, pela Lei n. 8.666/1993 e alterações, pela legislação correlata, pelas medidas provisórias, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelos regulamentos, pelas instruções normativas e pelas ordens de fornecimento, emanados de órgãos públicos, aplicando-se-lhes supletivamente nos casos omissos os princípios gerais dos contratos e demais disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA DEZESSEIS – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Em caso de eventuais demandas da contratada, o novo Portal de Atendimento do TJCE para pro-



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

protocolo exclusivamente administrativo (CPA) permitirá consultas processuais, petições iniciais e intermediações no âmbito dos processos administrativos, desde que realize cadastro prévio no Portal (<https://portalad-min.tjce.jus.br/atendimento/>) e possua certificado digital.

Visando a facilitar a utilização do Portal, foram disponibilizados 3 (três) vídeos tutoriais, cujos links seguem abaixo:

1) Cadastro de Usuário:

<https://www.youtube.com/watch?v=J00Yow2ywRc>

2) Peticionamento Inicial:

<https://www.youtube.com/watch?v=TNhHA6vQKdg>

3) Peticionamento Intermediário:

<https://www.youtube.com/watch?v=dT5pLHNwXyw>

Os vídeos tutoriais referenciados constarão do site do TJCE (<https://www.tjce.jus.br/>) de forma permanente.

CLÁUSULA DEZESSETE – DO FORO

Fica eleito o foro de Fortaleza (CE), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de Contrato, caso não possam ser resolvidos por via administrativa, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Firmam o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma, por estarem justos e acertados, na presença da(s) testemunha(s) que também o assinam, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, devendo seu extrato ser publicado no Diário da Justiça Eletrônico (DJe).

Fortaleza/CE, data da última assinatura registrada pelo sistema.

ANTONIO ABELARDO
BENEVIDES
MORAES:11613297300

Assinado de forma digital por ANTONIO
ABELARDO BENEVIDES
MORAES:11613297300
Dados: 2023.03.29 10:05:05 -03'00'

ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES

DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TJCE

DENISE MARIA NOROES
OLSEN:28381610320

Assinado de forma digital por DENISE
MARIA NOROES OLSEN:28381610320
Dados: 2023.03.28 17:36:42 -03'00'

**DENISE MARIA NORÕES OLSEN
SECRETÁRIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO TJCE**

FERNANDO OLIVEIRA
FREITAS:02078661120

Assinado de forma digital por FERNANDO
OLIVEIRA FREITAS:02078661120
Dados: 2023.03.27 16:28:11 -03'00'

FERNANDO OLIVEIRA FREITAS

DIRETOR PRESIDENTE DA EMPRESA ENGESOFTWARE TECNOLOGIA S/A



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

ANEXO I DO CONTRATO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA

AQSETIN2022006 – Serviço de Sustentação e Desenvolvimento de Sistemas

ANEXO I – SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA

• **Descrição dos serviços**

1. O serviço de manutenção corretiva compreende as atividades realizadas pela Contratada com o objetivo de manter os sistemas em seu estado normal de operação, prestando atendimento à equipe técnica do TJCE, investigando e tratando eventos relativos a erros, compreendendo no mínimo:
 1. Correção de erros ou falhas provocadas pela implementação incorreta de funcionalidades, construção de rotinas para correção de imperfeições no sistema, quer seja da implementação das regras de negócio ou de correção de dados no Banco de Dados da Solução, ou seja, recolocar o sistema em pleno estado de funcionamento, removendo definitivamente os defeitos apresentados, seja em rotinas “batch” ou “on-line”;
 2. Correção de erros de integrações oriundos de falhas de comunicação com outros sistemas.
 3. Execução de ações, proativas e/ou reativas, utilizando-se de coleta de dados estatísticos e indicadores de operação dos sistemas e de seus componentes.
2. A CONTRATADA deverá avaliar os erros abertos, acionando o TJCE para tomar as ações cabíveis, ou, quando aplicável, reestabelecer a operação dos sistemas, podendo solicitar para tal, operações de parada, de reinício, bem como verificar a disponibilidade dos sistemas.
3. Os serviços deverão contemplar a resolução de incidentes e problemas quanto a questões funcionais e técnicas relacionadas a instalação, configuração, suporte, customização e utilização dos sistemas.
4. A execução dos serviços de Manutenção Corretiva serão demandados através dos chamados técnicos abertos na ferramenta indicada pelo TJCE e encaminhados para a fila de atendimento da CONTRATADA, considerando o perfil, as atividades a serem executadas e severidade do chamado.
5. Os chamados para os serviços de manutenção corretiva terão origem em decorrência de qualquer incidente detectado no tocante ao pleno estado de funcionamento dos sistemas,



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

inclusive incidentes relacionados com instalação, configuração, otimização e atualização.

6. Os chamados serão classificados, conforme Matriz de Prioridade, considerando as melhores práticas do ITIL V3 – Service Operation:

| Código de Prioridade | | IMPACTO | | |
|----------------------|-------|---------|-------|-------|
| URGÊNCIA | | Alto | Médio | Baixo |
| | Alta | 5 | 4 | 3 |
| | Média | 4 | 3 | 2 |
| | Baixa | 3 | 2 | 1 |

7. A classificação do chamado será atribuída exclusivamente pelo TJCE no momento da abertura do chamado.
8. A resolução dos incidentes será composta por duas fases: análise/resolução do incidente sem codificação e correção de código:
1. A fase de análise/resolução do incidente sem codificação compreende a execução das seguintes atividades:
 1. Identificar o incidente e validar a classificação determinada pelo TJCE.
 2. Verificar e inserir, em sistema disponibilizado pelo TJCE, informações adicionais que não tenham sido previamente fornecidas pelo TJCE referentes ao correto grupo de atendimento, categoria, prioridade, impacto, urgência dentre outras informações.
 3. Proceder com o atendimento após validação e complementação das informações.
 4. Verificar e acompanhar os incidentes em relação às atividades de registro, atendimento, investigação, diagnóstico, escalonamento, qualidade das informações, dentre outros.
 5. Notificar ao TJCE quaisquer anormalidades que possam causar impacto nas atividades.
 6. Comunicar-se, quando necessário, com o solicitante, parceiro externo ou com o TJCE, de forma a obter informações decisórias necessárias e inerentes à busca da solução e/ou atendimento do incidente.
 7. Realizar o diagnóstico dos incidentes previamente classificados e encaminhados para a equipe técnica pelo TJCE.
 1. O diagnóstico deve contemplar a pesquisa em documentação disponibilizada pelo TJCE ou pelos fabricantes dos sistemas (ex.: Dicionário de dados, bases de dados, avaliação de código, etc.).



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

8. Executar aplicativos em ambiente de homologação para simulação do incidente.
9. Implementar soluções temporárias ou definitivas (parametrizações, configurações, intervenção em bases de dados, execução de *scripts*, orientação ao solicitante quanto às regras e funcionalidades dos sistemas).
10. Verificar se as informações de documentação das atividades realizadas para o atendimento da demanda, desde a abertura desta, estão corretamente preenchidas.
11. Comunicar-se, quando necessário, com o usuário final da demanda de forma a tratar questões relativas à solução do incidente ou atendimento da requisição.
12. Realizar os devidos testes para confirmar que o incidente foi solucionado, atualizando o status do chamado para resolvido.
13. Encaminhar o chamado para a equipe técnica designada pelo TJCE como responsável pelo fechamento do chamado.
14. A resolução do incidente nessa fase se restringe à aplicação de solução que não exijam codificação de sistema.
15. Caso seja identificada necessidade de correção de código o chamado deverá ser pausado e a CONTRATADA deverá abrir um novo chamado em ferramenta disponibilizada pelo TJCE e encaminhar para resolução definitiva do incidente através de alteração do código do sistema.
 1. O novo chamado deverá ser registrado com a mesma severidade e instruído com todas as evidências do incidente, como *prints* de telas, *logs* dos sistemas, gravação da operação do sistema no momento do incidente e demais informações coletadas.
16. O chamado referente ao incidente original deverá fazer referência ao chamado aberto para correção do código. Após implantação da versão com correção, a CONTRATADA deverá atualizar o status do chamado para resolvido e encaminhá-lo para a equipe técnica designada pelo TJCE como responsável pelo fechamento do chamado.
 2. A fase de correção de código compreende a execução das seguintes atividades:
 1. Realizar a correção dos erros previamente classificados e encaminhados para a equipe técnica obedecendo ao Processo de Desenvolvimento de Software (PDS) indicado pelo TJCE, padrões de desenvolvimento definidos pelo TJCE e seus relacionamentos, metodologias de projeto, tecnologias, ferramentas e ambiente de desenvolvimento e infraestrutura utilizados pelo TJCE.
 2. Executar aplicativos em ambiente de homologação para simulação do incidente.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

-
3. Implementar soluções definitivas através de versões de sistemas para corrigir defeitos ou executar requisições de serviços.
 4. Realizar os devidos testes para confirmar que o chamado encaminhado foi solucionado.
 5. Documentar a solução adotada para a correção e atualizar os artefatos para distribuição de versão do sistema, quando necessário, de acordo com padrões estabelecidos pelo CONTRATANTE.
 6. Implantar as versões com a correção em ambiente de produção.
 7. Realizar o devido fechamento do chamado, observando se as informações básicas de identificação estão corretamente preenchidas, tais como: categoria, prioridade, impacto, urgência, dentre outras, bem como o preenchimento da documentação referente às atividades realizadas para o atendimento da demanda.
 8. Comunicar a implantação da solução à equipe técnica responsável pela fase de análise/resolução do incidente para tratamento do chamado referente ao incidente original.
 9. Caso a CONTRATADA identifique necessidade de execução de atividades em horário diverso do horário padrão decorrentes da execução dos Processos de Gerenciamento de Mudanças e Liberação e Gerenciamento de Incidentes, deverá comunicar formalmente ao TJCE, para agendamento das atividades.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

ANEXO II DO CONTRATO SERVIÇOS DE APOIO

AQSETIN2022006 – Serviço de Sustentação e Desenvolvimento de Sistemas

ANEXO II – SERVIÇOS DE APOIO

• **Descrição dos serviços**

1. Os serviços de Apoio compreendem as atividades realizadas pela Contratada com o objetivo de executar atividades de apoio a gestão, desenvolvimento e sustentação de sistemas. A CONTRATADA deverá executar no mínimo as atividades para esclarecimento de dúvidas, capacitação, configuração de parâmetros dos sistemas, configuração/implementação de fluxos utilizando metodologia BPM, elaboração de parecer técnico, análise de impacto, produção assistida, atualização/configuração de ferramentas de trabalho, desenvolvimento de geradores de código e implementação de integração contínua.
2. Estes serviços têm como objetivo principal fornecer o apoio necessário ao bom funcionamento das soluções de TI e devem seguir o Processo de Desenvolvimento de Software do TJCE bem como a aplicação de referência vigente do TJCE e padrões de desenvolvimento definidos pelo TJCE, onde couber.
3. As atividades definidas neste Anexo são meramente exemplificativos, considerando que a evolução dos serviços de TI necessários para o atendimento à sustentação e desenvolvimento de sistemas e consequente alteração no Processo de Desenvolvimento de Software do TJCE são realizados de forma periódica e contínua.
4. Na vigência do Contrato, a CONTRATADA deverá adaptar-se, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a partir da comunicação formal do TJCE, às eventuais alterações, inclusões e/ou exclusões de tipos de atividades, artefatos e perfis mencionados neste Anexo.
5. O TJCE definirá em conjunto com a CONTRATADA outros artefatos que se façam necessários em função da especificidade da atividade a ser realizada em cada demanda solicitada.
6. As demandas referentes aos Serviços de Apoio Técnico serão abertas e gerenciadas nas através de chamados técnicos registrados nas ferramentas de gestão de demandas do TJCE.
7. Os artefatos deverão ser entregues e as atividades executadas registradas na ferramenta de gestão de demandas do TJCE.
8. Os chamados serão atribuídos à CONTRATADA considerando a atividade que será executada e



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

o perfil do colaborador.

9. Os prazos para início do atendimento e entrega das demandas serão acordados entre o TJCE e a CONTRATADA e registrados nos chamados técnicos para acompanhamento.

10. Esclarecimento de Dúvidas

1. Gerar informações sobre dúvidas quanto ao uso as regras de funcionamento de um sistema ou quaisquer outros esclarecimentos solicitados. No decorrer da execução da atividade pode ser necessária a realização de reuniões que esclareçam com detalhes o trabalho a ser realizado.
2. Possíveis Artefatos de Entrada: Chamado técnico com solicitação do demandante, bem como qualquer outro artefato disponível a ser analisado para gerar a informação solicitada.
3. Artefatos Gerados: Informação Técnica que contemple o esclarecimento das dúvidas relatadas no chamado técnico.

11. Capacitação

1. Capacitar colaboradores do TJCE, bem como usuários externos ao Poder Judiciário em sistemas.
2. Possíveis Artefatos de Entrada: Solicitação de capacitação com as informações referentes à ementa, carga horária, local, quantidade de participantes, material didático.
3. Artefatos Gerados: Relação de presença dos participantes, avaliação dos participantes, material didático produzido.

12. Configuração de Parâmetros dos Sistemas

1. Avaliar e implementar configurações e parametrizações em sistemas, considerando as regras de negócio e funcionalidades impactadas, bem como as atividades necessárias.
2. Possíveis Artefatos de Entrada: Chamado técnico com resultados esperados nas funcionalidades do sistema.
3. Artefatos Gerados: Documentação contendo a parametrização realizada e os resultados alcançados.

13. Configuração/Implementação de Fluxos Utilizando Metodologia BPM

1. Avaliar, propor, construir, homologar e implementar fluxos em sistemas utilizando metodologia BPM.
2. Possíveis Artefatos de Entrada: Descrição do objetivo do fluxo e dos resultados esperados.
3. Artefatos Gerados: Fluxo implantado, documentação técnica conforme padrão definido pelo TJCE e os resultados alcançados.

14. Elaboração de Parecer Técnico

1. Gerar informações técnicas sobre as regras de funcionamento de um sistema, forma de implementação das funcionalidades, fluxo de interação com o usuário, sua interação com outros sistemas, ou quaisquer outros esclarecimentos solicitados.
2. Possíveis Artefatos de Entrada: Descrição detalhada do objetivo do Parecer Técnico, resultados esperados que devem constar no parecer; como, por exemplo, a apresentação de cenários de solução para tomada de decisão, bem como qualquer outro artefato disponível a



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

ser analisado para conclusão do parecer.

3. Artefatos Gerados: Parecer Técnico conforme *template* do TJCE e outras informações julgadas necessárias pelo TJCE e relatadas no início da demanda.

15. Executar Análise de Impacto

1. Avaliar uma solicitação de mudança em sistema ou componentes de software, com a finalidade de identificar os artefatos afetados pela mudança, avaliar o impacto da mudança nos artefatos, os riscos envolvidos e gerar a estimativa para o desenvolvimento e implementação da mudança.
2. Possíveis Artefatos de Entrada: Documento de análise de impacto, conforme *template* do TJCE, descrição detalhada do objetivo da Análise de Impacto, resultados esperados e que devem constar na análise de impacto.
3. Artefatos Gerados: Documento de análise de impacto estimativa de esforço em Unidades de Serviço Técnico, outras informações julgadas necessárias pelo TJCE relatadas no início da demanda.

16. Acompanhamento e Produção Assistida

1. Acompanhar e / ou realizar a execução de um componente de *software* a fim de garantir sua correta execução. Conferir o resultado do processamento e atestar a conclusão do processamento por meio de consultas a banco de dados, *logs* de auditoria ou outras informações que comprovem o sucesso da execução. O componente de *software* pode ser uma funcionalidade de sistema, um *script* de banco de dados, uma rotina *batch* ou um programa que tenha início e fim bem definidos.
2. Possíveis Artefatos de Entrada: Descrição da necessidade, código a ser executado, banco de dados a ser consultado para conferência e outras informações consideradas importantes.
3. Artefatos Gerados: Relatório com as informações de funcionalidades / rotinas testadas, *logs* comprovando a correta execução do software e outras informações julgadas necessárias pelo TJCE relatadas no início da demanda.

17. Atualização / Configuração de Ferramentas de Trabalho

1. Atualizar versão, instalar componentes e *plugins* em ferramentas de trabalho (*Redmine*, *Jira*, *MediaWiki*, *Sonar*, *TestLink* ou outra ferramenta utilizada pelo TJCE baseadas em software livre).
2. Possíveis Artefatos de Entrada: Sistema e versão atual, objetivo da atualização / configuração a ser realizada, descrição da versão do *software/plugin* a ser atualizado/instalado, informação do ambiente a ser realizada a atualização/configuração (caso seja um ambiente de homologação este deve ser um clone de produção) e outras informações consideradas importantes.
3. Artefatos Gerados: Plano de Implantação para atualização / configuração do sistema no ambiente informado, *scripts* de migração de banco de dados, caso necessário, e outras informações julgadas necessárias pelo TJCE e relatadas no início da demanda.

18. Elaboração de Documento de Visão

19. Elaborar de Documento de Visão com contendo levantamento de funcionalidades. Com participações em reuniões, entrevistas com os usuários e levantamento das principais



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

funcionalidades do sistema de acordo com as necessidades do usuário.

20. Artefatos Gerados: Relatório de Prestação de Serviço, Documento de Visão, atas de reuniões e estimativa de prazo, Fluxo de Processo de Negócio em notação BPMN, com a possibilidade de produção de artefatos extras conforme a necessidade da Elaboração de Documento de Visão.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

ANEXO III DO CONTRATO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO

AQSETIN2022006 – Serviço de Sustentação e Desenvolvimento de Sistemas

ANEXO III

SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO

• **Descrição dos serviços**

1. O serviço compreende atividades realizadas pela Contratada com o objetivo de desenvolvimento e manutenção de sistemas, incluindo as atividades de análise de negócio, levantamento de requisitos, análise de sistemas, projeto, implementação, testes, implantação de sistemas e migração / manutenção de dados a partir de especificações estabelecidas pelo TJCE para novos sistemas ou em sistemas legados, cedidos ou adquiridos, compreendendo no mínimo:
 1. Serviços de Manutenção Evolutiva que corresponde a inclusão, alteração e exclusão de características e/ou funcionalidades em aplicações em produção, decorrentes de alterações de regras de negócio e/ou demandas legais.
 2. Serviços de Manutenção Adaptativa que corresponde a adequação de aplicações às mudanças de ambiente operacional, compreendendo hardware e software básico, mudanças de versão, linguagem e sistema gerenciador de banco de dados – SGBD, mudanças de versão de navegadores web, melhoria de performance, etc.
2. A entrega deverá estar em conformidade com a versão do Processo de Desenvolvimento de Software (PDS) indicado pelo TJCE, aplicação de referência vigente do TJCE e padrões de desenvolvimento definidos pelo TJCE. Faz parte ainda do projeto de desenvolvimento a migração ou carga inicial de dados.
 1. O TJCE poderá, a seu critério, alterar a exigência de conformidade com o PDS vigente do TJCE, devendo a CONTRATADA adequar-se no prazo máximo de 15 (quinze) dias.
3. Os serviços de Manutenção e Desenvolvimento seguirão as atividades definidas no Processo de Desenvolvimento de Software (PDS) do TJCE.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

-
4. A execução dos serviços de Manutenção e Desenvolvimento serão demandados através dos chamados técnicos abertos na ferramenta indicada pelo TJCE e encaminhados para a fila de atendimento da Contratada, considerando o perfil e as atividades a serem executadas.
 5. Os chamados conterão as atividades que deverão ser executadas, considerando o PDS vigente.
 6. O prazo estimado para atendimento da demanda será acordado entre o TJCE e a CONTRATADA e registrado no chamado técnico, considerando os seguintes fatores:
 1. *Backlog* de demandas em execução pela CONTRATADA
 2. A Contagem Estimada realizada através da técnica de Contagem Estimada definida pela NESMA (Netherlands Software Metrics Association) ou outra forma de estimativa de prazo, como *Story Points*.
 3. Nos casos em que a demanda estiver aguardando uma ação do TJCE, como, por exemplo, verificação de artefatos, o prazo de execução do chamado ficará suspenso pela quantidade de dias despendido na realização da demanda.
 7. No final do atendimento do chamado, a CONTRATADA deverá providenciar a entrega formal, em repositório definido pelo TJCE, de todos os artefatos produzidos ou atualizados de acordo com o especificado no chamado.
 8. Para permitir melhor controle das atividades executadas durante a execução da demanda, poderão ser abertos chamados específicos para atividades relacionadas a demanda principal (subtarefas). Os chamados “filhos” deverão ser associados na ferramenta ao chamado principal.
 1. O TJCE definirá os tipos de chamados, documentação de entrada e produtos gerados para cada atividade do ciclo de desenvolvimento da demanda.
 9. A abertura dos chamados técnicos e a priorização da execução dos serviços é determinada pelo TJCE.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

ANEXO IV DO CONTRATO SERVIÇOS EVENTUAIS SOB DEMANDA

ANEXO IV – SERVIÇOS EVENTUAIS SOB DEMANDA

• **Descrição do serviço**

1. Os Serviços eventuais sob demanda compreendem:
 1. Desenvolvimento de novos sistemas ou módulos em sistemas legados, em caráter excepcional, para projetos específicos que gerem grande impacto no planejamento de entregas correntes, incluindo as atividades de análise de negócio, levantamento de requisitos, análise de sistemas, projeto, implementação, testes e implantação de sistemas a partir de especificações estabelecidas pelo TJCE.
 2. Consultoria Especializada visando a avaliação, prospecção e implantação de novas soluções inovadoras, ferramentas ou metodologias no ambiente do TJCE.

• **Desenvolvimento de novos sistemas ou módulos em sistemas legados**

1. As necessidades de alocação e disponibilização dos serviços serão formalizadas junto à CONTRATADA, de acordo com as prioridades do TJCE por meio de Ordens de Serviço (OS).
2. A Ordem de Serviço poderá ser emitida para o ciclo de desenvolvimento completo da demanda ou apenas para uma fase do ciclo de vida, conforme disposto no item 11
3. A emissão da OS consiste no encaminhamento da demanda pelo TJCE para a fila de demandas da CONTRATADA utilizando ferramenta indicada pelo TJCE.
4. Após este encaminhamento, inicia-se a contagem do prazo de execução.
5. A CONTRATADA deverá anexar à OS as seguintes informações:
 1. Contagem Estimada de Pontos de Função;
 2. Lista dos documentos usados para mensuração dos serviços;
 3. Cronograma em ferramenta de gerência de projetos, podendo ser dispensado a critério do TJCE.
6. Após a CONTRATADA anexar à OS as informações requeridas no item acima, a OS passará por



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

uma fase de autorização da execução para que o CONTRATANTE efetue a avaliação da OS e possa decidir dar continuidade à mesma ou cancelá-la.

7. Acordo sobre o PRAZO de execução da OS:
1. Será estabelecido um PRAZO para execução da OS após avaliação para entendimento da demanda em comum acordo entre a CONTRATADA e o TJCE.
 2. Este prazo será contabilizado desde o momento da emissão até a disponibilização do pacote de instalação do projeto de software pela CONTRATADA no ambiente de produção do TJCE, contabilizando o prazo de todas as atividades realizadas pela CONTRATADA até a geração do pacote final em produção, realizado após o aceite do pacote de homologação pelo TJCE.
 3. Nos casos em que a demanda estiver aguardando uma ação do TJCE, como, por exemplo, verificação de artefatos, o prazo de execução da OS ficará suspenso pela quantidade de dias despendido na realização da demanda. Nos demais casos a suspensão só poderá ocorrer por determinação do TJCE.
 4. Prazos superiores aos acordados para Conclusão de uma OS poderão ser admitidos em caráter excepcional e a critério do TJCE quando condições supervenientes venham a interferir no andamento do serviço.
 8. No final da execução de cada OS, a CONTRATADA deverá apresentar como anexo o detalhamento dos serviços executados (boletim de execução dos serviços) e os artefatos produzidos de acordo com o PDS vigente no TJCE, e encaminhar a demanda para a fila do CONTRATANTE.
 9. O TJCE designará Técnico responsável pelo atesto e homologação das Ordens de Serviços, podendo ser o Gestor do Contrato ou outro membro designado para tal fim.
 10. Após a OS ser homologada pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá anexar a Contagem detalhada final de Pontos de Função e encaminhar a demanda para a fila do CONTRATANTE para encerramento da OS.
 11. Os serviços de Desenvolvimento Completo ou Módulos de Novos Sistemas seguirão as



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

seguintes FASES DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS, onde couber:

| Etapas de Pagamento | Fase do Projeto | Percentual de Esforço | Percentual a ser pago |
|----------------------------|-------------------------|------------------------------|------------------------------|
| Especificação | Especificação Funcional | 25 % | 35% |
| | Especificação Técnica | 10 % | |
| Construção | Implementação e Testes | 55 % | 65% |
| | Homologação | 5 % | |
| | Implantação | 5 % | |

1. Todos os artefatos de entrada e de saída de cada fase do Projeto estão listados no PDS do TJCE.
2. Caso algum serviço da demanda ainda não tenha seus artefatos listados no PDS vigente no TJCE, estes devem ser definidos pelo TJCE em comum acordo com a CONTRATADA.
3. A CONTRATADA deverá adequar-se a possíveis alterações no PDS vigente no TJCE, como também a novas versões, em um prazo de 20 dias úteis.
4. Os artefatos a serem entregues visam garantir o atendimento aos requisitos estabelecidos neste documento para que possam ser absorvidos pela equipe técnica do TJCE, sendo que os artefatos poderão ser alterados pelo TJCE ou pela CONTRATADA (mediante homologação do TJCE), uma vez que faz parte do processo natural de evolução e melhoria dos métodos de desenvolvimento e manutenção.
12. É de responsabilidade da CONTRATADA a implantação da versão do sistema desenvolvido ou mantido pela mesma em ambiente de teste e produção. A CONTRATADA deverá abrir os chamados necessários junto a infraestrutura do TJCE para realizar as respectivas implantações sempre utilizando o Plano de Mudança e Liberação (PML), conforme definidos no PDS vigente do TJCE.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

-
13. Considerações sobre o ACEITE DO SERVIÇO:
1. Validação por Fase de Projeto
 1. Após a conclusão de cada fase de projeto será feita pelo CONTRATANTE a Validação dos Artefatos produzidos de acordo com o PDS vigente do TJCE.
 2. A cada fase de projeto concluída a CONTRATADA encaminhará a OS para a fila de demandas do TJCE para que seja feita a Validação dos respectivos artefatos.
 2. O CONTRATANTE devolverá a OS com um Termo de Aceitação do Serviço/Fase anexo para a fila da CONTRATADA após a Validação.
 1. Este Termo de Aceitação do Serviço será definido pelo TJCE e pela CONTRATADA.
 3. A Validação pode gerar um não aceite dos artefatos da fase validada, por motivo de não produção dos artefatos esperados ou por recusa dos artefatos, causada por não conformidade com os padrões de qualidade estabelecidos pelo TJCE.
 1. Neste caso o termo de aceite não será emitido e a OS retornará para a fila da CONTRATADA para devidos ajustes e correções, sendo consideradas as versões dos artefatos de acordo com o Anexo XIII – Indicadores de Nível Mínimo de Serviço.
 2. Neste caso também o prazo de entrega do serviço não será prorrogado, o que pode gerar aplicação de penalidades por atraso, conforme definidas no Anexo XIII – Indicadores de Nível Mínimo de Serviço.
 4. A emissão do Termo de Aceitação pelo TJCE não exime a CONTRATADA da responsabilidade pela correção de erros posteriormente identificados, pela qualidade técnica e pela segurança dos trabalhos desenvolvidos.
 5. As Fases do Projeto só poderão ser executadas após a emissão de Termos de Aceitação da fase anterior, conforme o estabelecido no PDS.
14. Considerações sobre a HOMOLOGAÇÃO da OS:
1. A homologação da OS ocorrerá após a Validação de todos os artefatos de todas as fases demandadas.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

2. A homologação pode gerar o não aceite da OS por motivo de não produção dos artefatos esperados ou por recusa dos artefatos causada por não conformidade com os padrões de qualidade estabelecidos pelo TJCE ou por não conformidade com os artefatos do PDS indicado pelo TJCE.
3. Em caso de recusa, o prazo de entrega do serviço não será prorrogado, o que pode gerar aplicação de penalidades por atraso, conforme definidas no Anexo XIII – Indicadores de Nível Mínimo de Serviço.
4. A emissão de Termo de Aceitação da Homologação da OS pelo TJCE não exime a CONTRATADA da responsabilidade pela correção de erros posteriormente identificados, pela qualidade técnica e pela segurança dos trabalhos desenvolvidos.
1. Somente serão pagas as OSs cuja Homologação tenha sido efetivada por Técnico designado pelo TJCE, que estiverem dentro dos padrões tecnológicos do TJCE, com artefatos de acordo com o definido no PDS do TJCE e que tiverem atingido os objetivos do(s) serviço(s) relacionados nas OS.
15. Para pagamentos relativos aos serviços das OSs mensuradas em Pontos de Função:
 1. A fórmula abaixo indica o cálculo do valor a ser pago:
$$\text{Pagamento} = \text{Quantidade de PF} * \text{Valor do PF} * \text{Percentual do esforço executado}$$
 2. Os faturamentos pela CONTRATADA e consequente pagamento das faturas pelo TJCE, após homologação deste último, se darão mensalmente em função das Etapas de Pagamento (fase concluída e homologada) e Ordens de Serviços (OS) encerradas no mês anterior ao mês de emissão da fatura.
 3. Em caso de suspensão ou cancelamento da OS por parte do TJCE, será devido à CONTRATADA apenas o valor relativo aos artefatos produzidos por completo até o dia do cancelamento. Seguindo os percentuais por fase de projeto apresentados na tabela do item 11 deste documento.
 4. Ordens de serviço suspensas ou canceladas poderão ser retomadas do ponto onde pararam, a critério do TJCE, sendo que os serviços executados antes da suspensão ou cancelamento e já pagos não serão mais devidos.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

-
5. O TJCE poderá descontar dos pagamentos das faturas mensais, importâncias que, a qualquer título, lhe sejam devidas pela CONTRATADA.

• **Consultoria Especializada**

1. As atividades executadas pela CONTRATADA e medidas em horas técnicas terão o quantitativo de horas convertido em pontos de função.
2. O TJCE encaminhará solicitação contendo o detalhamento do serviço que deverá ser medido exclusivamente em horas técnicas.
3. A CONTRATADA fará a avaliação da solicitação. Considerando que serão serviços excepcionais, podendo conter atividades ou ferramentas inovadoras, a CONTRATADA poderá rejeitar a execução do serviço.
4. Os critérios de mensuração de resultado, para fins de pagamento, serão definidos em conjunto com a CONTRATADA, individualizados para cada atividade solicitada.
5. O prazo para entrega do orçamento será de até 10 (dez) dias úteis, momento em que a CONTRATADA deverá apresentar um Plano de Trabalho Preliminar (PT), contendo, a descrição sucinta das atividades que serão realizadas, a estimativa de horas técnicas que serão despendidas e o Cronograma de Execução dos serviços.
6. O TJCE avaliará o Plano de Trabalho Preliminar apresentado pela CONTRATADA e, se concordar com seus termos, autorizará o serviço, através da emissão de uma Ordem de Serviço, devendo a execução iniciar conforme prazo definido no plano de trabalho preliminar.
7. Durante a realização dos serviços, caso haja a necessidade de aumento do número de horas técnicas que impliquem em acréscimo no valor aprovado, a CONTRATADA deverá informar imediatamente ao TJCE, justificando circunstancialmente a necessidade e requerendo o ajuste necessário.
8. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, após o final das atividades estabelecidas no Cronograma de Execução, a CONTRATADA deverá disponibilizar o Relatório de Atividades Realizadas.
9. O TJCE emitirá aceite no prazo de 10 (dez) dias úteis após o recebimento dos relatórios referidos nos itens anteriores, decorrido o prazo sem que haja manifestação, entender-se-á pela



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

sua aceitação.

• **Garantia dos Serviços**

1. A CONTRATADA garantirá os serviços realizados durante toda a vigência do contrato.
2. A CONTRATADA se obriga a corrigir quaisquer defeitos nos serviços entregues no período de vigência do contrato, sem ônus para o TJCE. Os defeitos compreendem, mas não se limitam, as imperfeições percebidas no serviço, ausência de artefato de documentação obrigatório e qualquer outra ocorrência que impeça o seu funcionamento normal. Tais defeitos poderão ser apurados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará ainda que tenham sido faturados e pagos sem nenhuma restrição, ou seja, a fatura aceita não é documento de garantia de qualidade.
3. Esta garantia abrange toda correção decorrente dos erros ou falhas cometidas na execução dos serviços contratados e/ou decorrentes de integração e adequação sistêmica, desde que, comprovadamente, não tenham se dado em razão das especificações feitas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.
4. Deverão ser observadas pela CONTRATADA todas as garantias previstas neste documento e respectivo contrato. O não cumprimento das condições estabelecidas sujeitará a CONTRATADA a penalidades.
5. Os erros identificados em ambiente de produção, mesmo que ocasionados pelo ambiente computacional, estarão cobertos pela garantia.
6. Os erros identificados apenas em ambiente de produção, mesmo quando não apresentados em ambiente de testes e homologação estarão cobertos pela garantia.
7. Toda manutenção coberta por garantia deverá ser solicitada através de uma Ordem de Serviço obrigando-se a CONTRATADA a sanar os erros ou inconsistência apontados.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO V DO CONTRATO
PROPOSTA DA CONTRATADA

Brasília/DF, 17 de fevereiro de 2023.

Ao

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ - TJ/CE

Ref.: Pregão Eletrônico nº 002/2023

Prezados Senhores,

Apresentamos, em atendimento ao Edital do Pregão em epígrafe, a seguinte proposta de preço:

| ID | Objeto | Und. | Qtd. | Valor Unitário (R\$) | Valor Total Mensal (R\$) | Valor Total 24 Meses (R\$) |
|-------------------|---|-------|-------|----------------------|--------------------------|----------------------------|
| 1 | Serviço Sustentação e Desenvolvimento de Sistemas mensurados por posto de trabalho vinculados a resultado | | | | | |
| 1.1 | Arquiteto de Software – Pleno | Posto | 1 | 24.818,52 | 24.818,52 | 595.644,48 |
| 1.2 | Arquiteto de Software - Sênior | Posto | 4 | 36.823,29 | 147.293,16 | 3.535.035,84 |
| 1.3 | Analista de Testes/ Qualidade - Junior | Posto | 2 | 12.773,19 | 25.546,38 | 613.113,12 |
| 1.4 | Analista de Testes/ Qualidade - Pleno | Posto | 3 | 15.842,06 | 47.526,18 | 1.140.628,32 |
| 1.5 | Analista de Testes/ Qualidade - Sênior | Posto | 2 | 22.938,50 | 45.877,00 | 1.101.048,00 |
| 1.6 | Desenvolvedor de Software - Junior | Posto | 9 | 13.707,24 | 123.365,16 | 2.960.763,84 |
| 1.7 | Desenvolvedor de Software - Pleno | Posto | 21 | 20.552,55 | 431.603,55 | 10.358.485,20 |
| 1.8 | Desenvolvedor de Software - Sênior | Posto | 14 | 27.479,32 | 384.710,48 | 9.233.051,52 |
| 1.9 | Líder Técnico de Desenvolvimento | Posto | 2 | 31.389,93 | 62.779,86 | 1.506.716,64 |
| 1.10 | Analista de Negócios/ Requisitos Júnior | Posto | 7 | 14.223,73 | 99.566,11 | 2.389.586,64 |
| 1.11 | Analista de Negócios/ Requisitos Pleno | Posto | 4 | 17.790,79 | 71.163,16 | 1.707.915,84 |
| 1.12 | Analista de Negócios/ Requisitos Sênior | Posto | 5 | 22.922,14 | 114.610,70 | 2.750.656,80 |
| 1.13 | Analista de BI Júnior | Posto | 3 | 16.144,38 | 48.433,14 | 1.162.395,36 |
| 1.14 | Analista de BI Pleno | Posto | 1 | 23.611,08 | 23.611,08 | 566.665,92 |
| 1.15 | Analista de BI Sênior | Posto | 1 | 30.088,38 | 30.088,38 | 722.121,12 |
| 1.16 | Administrador de Dados Pleno | Posto | 2 | 18.720,60 | 37.441,20 | 898.588,80 |
| 1.17 | Administrador de Dados Sênior | Posto | 5 | 23.563,43 | 117.817,15 | 2.827.611,60 |
| 1.18 | Scrum Master | Posto | 2 | 27.067,59 | 54.135,18 | 1.299.244,32 |
| 1.19 | Provisão para Horas Extraordinárias | Und | 1 | - | 12.602,38 | 302.457,12 |
| 2 | Serviços eventuais sob demanda | PPF | 2.000 | 1.158,25 | - | 2.316.500,00 |
| VALOR TOTAL (R\$) | | | | | | 47.988.230,48 |

Nosso valor total para prestação dos serviços referente aos itens 1 e 2 da proposta é de: **R\$ 47.988.230,48 (quarenta e sete milhões novecentos e oitenta e oito mil duzentos e trinta reais e quarenta e oito centavos)**, para 24 (vinte e quatro) meses de vigência contratual.

Informamos ainda que:

- a) Nos preços constantes da Proposta estão inclusos todos os custos, diretos e indiretos, além dos encargos de qualquer natureza (seguros em geral, direitos autorais, royalties, taxas, encargos e custos financeiros, impostos, tarifas, fretes, despesas com mão de obra estão adequadas ao mercado de trabalho e, quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias).
- b) O item da LCP 116/2003 a ser informado na NF podem ser:
 - i. 1.01 – Análise e desenvolvimento de sistemas.
 - ii. 1.07 – Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.
- c) A validade da proposta são de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de sua apresentação.

Atenciosamente,

GIULIANO ESTEVAM
FRANCA
BOCCUCCI:7075053019
7

Assinado de forma digital por
GIULIANO ESTEVAM FRANCA
BOCCUCCI:70750530197
Dados: 2023.03.13 16:47:34
-03'00'

GIULIANO BOCCUCCI
Engessoftware Tecnologia
Diretor Comercial

| Dados para composição dos custos referentes a mão de obra | | | |
|---|---|-------------------------------|----------|
| 1 | Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas) | Arquiteto de Software - Pleno | 1 |
| 2 | Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) | 0 | |
| 3 | Salário da Categoria Profissional | R\$ | 2.793,00 |
| 4 | Sindicato da Categoria Profissional (vinculada à execução contratual) | SINDPD-CEARÁ | |
| 5 | Data-Base da Categoria (dia/mês/ano) | 01/05/2022 | |
| 6 | Nº da Convenção Coletiva de trabalho (CCT) | CE000648/2022 | |

| Módulo 1 - Composição da Remuneração | | |
|--------------------------------------|----------------------------------|--------------------|
| 1 | Composição da Remuneração | Valor (R\$) |
| A | Salário-Base | R\$ 10.498,73 |
| B | Adicional de Periculosidade | R\$ - |
| C | Adicional de Insalubridade | R\$ - |
| D | Adicional Noturno | R\$ - |
| E | Hora-Extra 50% (2 Horas) | |
| F | Hora-Extra 100% (2 Horas) | |
| Total | | R\$ 10.498,73 |

| Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | | |
|---|--|--------------------|
| Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | | |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | Valor (R\$) |
| A | 13º (décimo terceiro) Salário | R\$ 874,89 |
| B | Férias e Adicional de Férias | R\$ 1.166,53 |
| Total | | R\$ 2.041,42 |

| Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições. | | | |
|---|---|-----------------------|--------------------|
| 2.2 | GPS, FGTS e outras contribuições | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | INSS | 0,00% | R\$ - |
| B | Salário Educação | 2,50% | R\$ 313,50 |
| C | RAT Ajustado (RAT x FAP) | 0,50% | R\$ 62,70 |
| D | SESC ou SESI | 1,50% | R\$ 188,10 |
| E | SENAI - SENAC | 1,00% | R\$ 125,40 |
| F | SEBRAE | 0,60% | R\$ 75,24 |
| G | INCRA | 0,20% | R\$ 25,08 |
| H | FGTS | 8,00% | R\$ 1.003,21 |
| Total | | 14,30% | R\$ 1.793,23 |

| Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários. | | |
|---|-------------------------------|-------------|
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | Valor (R\$) |
| A | Transporte | R\$ - |
| B | Auxílio-Refeição/Alimentação | R\$ 459,80 |
| C | Assistência Médica e Familiar | R\$ 143,76 |
| D | Cesta Básica | |
| Total | | R\$ 603,56 |

| Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários | | |
|---|---|--------------|
| 2 | Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | Valor (R\$) |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | R\$ 2.041,42 |
| 2.2 | GPS, FGTS e outras contribuições | R\$ 1.793,23 |
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | R\$ 603,56 |
| Total | | R\$ 4.438,21 |

| Módulo 3 - Provisão para Rescisão | | | |
|-----------------------------------|--|----------------|-------------|
| 3 | Provisão para Rescisão | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | Aviso Prévio Indenizado | 0,42% | R\$ 44,09 |
| B | Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado | 0,03% | R\$ 3,15 |
| C | Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado | 4,35% | R\$ 456,69 |
| D | Aviso Prévio Trabalhado | 0,194% | R\$ 20,37 |
| E | Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0,03% | R\$ 3,15 |
| F | Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0,65% | R\$ 68,24 |
| Total | | 5,67% | R\$ 595,69 |

| Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | | | |
|---|--|----------------|-------------|
| Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais | | | |
| 4.1 | Substituto nas Ausências Legais | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | Substituto na cobertura de Férias | 0,69% | R\$ 72,44 |
| B | Substituto na cobertura de Ausências Legais | 0,30% | R\$ 31,50 |
| C | Substituto na cobertura de Licença-Paternidade | 0,02% | R\$ 2,10 |
| D | Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho | 0,03% | R\$ 3,15 |
| E | Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade | 1,14% | R\$ 119,69 |
| F | Substituto na cobertura de outras ausências (especificar) | 0,02% | R\$ 2,10 |
| Total | | 2,20% | R\$ 230,98 |

| Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada | | |
|--|--|-------------|
| 4.2 | Substituto na Intrajornada | Valor (R\$) |
| A | Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação | - |
| Total | | - |

| Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | | |
|--|--|-------------|
| 4 | Custo de Reposição do Profissional Ausente | Valor (R\$) |
| 4.1 | Substituto nas Ausências Legais | R\$ 230,98 |
| 4.2 | Substituto na Intrajornada | R\$ - |
| Total | | R\$ 230,98 |

| Módulo 5 - Insumos Diversos | | |
|-----------------------------|----------------------|-------------|
| 5 | Insumos Diversos | Valor (R\$) |
| A | Uniformes | - |
| B | Materiais | - |
| C | Equipamentos | - |
| D | Outros (especificar) | - |
| Total | | - |

| Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro | | | |
|---|--|----------------|--------------|
| Regime de tributação: | | Lucro Real | |
| 6 | Custos Indiretos, Tributos e Lucro | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | Custos Indiretos | 23,01% | R\$ 3.627,21 |
| B | Lucro | 15,00% | R\$ 2.908,62 |
| C | Tributos (C.1 + C.2 + C.3) | | |
| C.1. | Tributos Federais (PIS) | 0,65% | R\$ 161,32 |
| C.2. | Tributos Federais (COFINS) | 3,00% | R\$ 744,56 |
| C.3. | Tributos Estaduais/Municipais (ISS) | 2,00% | R\$ 496,37 |
| D | Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - CPRB | 4,50% | R\$ 1.116,83 |
| Total | | | R\$ 9.054,91 |

| QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO | | |
|---|--|---------------|
| Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado) | | Valor(R\$) |
| A | Módulo 1 - Composição da Remuneração | R\$ 10.498,73 |
| B | Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | R\$ 4.438,21 |
| C | Módulo 3 - Provisão para Rescisão | R\$ 595,69 |
| D | Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | R\$ 230,98 |
| E | Módulo 5 - Insumos Diversos | R\$ - |
| Subtotal (A + B +C+ D+E) | | R\$ 15.763,61 |
| F | Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro | R\$ 9.054,91 |
| Valor Total por Empregado | | R\$ 24.818,52 |

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

| Dados para composição dos custos referentes a mão de obra | | | |
|---|---|------------------------------|----------|
| 1 | Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas) | Arquiteto de Software Sênior | 4 |
| 2 | Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) | 0 | |
| 3 | Salário da Categoria Profissional | R\$ | 2.793,00 |
| 4 | Sindicato da Categoria Profissional (vinculada à execução contratual) | SINDPD-CEARÁ | |
| 5 | Data-Base da Categoria (dia/mês/ano) | 01/05/2022 | |
| 6 | Nº da Convenção Coletiva de trabalho (CCT) | CE000648/2022 | |

| Módulo 1 - Composição da Remuneração | | |
|--------------------------------------|----------------------------------|--------------------|
| 1 | Composição da Remuneração | Valor (R\$) |
| A | Salário-Base | R\$ 15.779,17 |
| B | Adicional de Periculosidade | R\$ - |
| C | Adicional de Insalubridade | R\$ - |
| D | Adicional Noturno | R\$ - |
| E | Hora-Extra 50% (2 Horas) | |
| F | Hora-Extra 100% (2 Horas) | |
| Total | | R\$ 15.779,17 |

| Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | | |
|---|--|--------------------|
| Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | | |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | Valor (R\$) |
| A | 13º (décimo terceiro) Salário | R\$ 1.314,93 |
| B | Férias e Adicional de Férias | R\$ 1.753,24 |
| Total | | R\$ 3.068,17 |

| Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições. | | | |
|---|---|-----------------------|--------------------|
| 2.2 | GPS, FGTS e outras contribuições | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | INSS | 0,00% | R\$ - |
| B | Salário Educação | 2,50% | R\$ 471,18 |
| C | RAT Ajustado (RAT x FAP) | 0,50% | R\$ 94,24 |
| D | SESC ou SESI | 1,50% | R\$ 282,71 |
| E | SENAI - SENAC | 1,00% | R\$ 188,47 |
| F | SEBRAE | 0,60% | R\$ 113,08 |
| G | INCRA | 0,20% | R\$ 37,69 |
| H | FGTS | 8,00% | R\$ 1.507,79 |
| Total | | 14,30% | R\$ 2.695,16 |

| Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários. | | |
|---|-------------------------------|-------------|
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | Valor (R\$) |
| A | Transporte | R\$ - |
| B | Auxílio-Refeição/Alimentação | R\$ 459,80 |
| C | Assistência Médica e Familiar | R\$ 143,76 |
| D | Cesta Básica | |
| Total | | R\$ 603,56 |

| Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários | | |
|---|---|--------------|
| 2 | Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | Valor (R\$) |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | R\$ 3.068,17 |
| 2.2 | GPS, FGTS e outras contribuições | R\$ 2.695,16 |
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | R\$ 603,56 |
| Total | | R\$ 6.366,89 |

| Módulo 3 - Provisão para Rescisão | | | |
|-----------------------------------|--|----------------|-------------|
| 3 | Provisão para Rescisão | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | Aviso Prévio Indenizado | 0,42% | R\$ 66,27 |
| B | Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado | 0,03% | R\$ 4,73 |
| C | Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado | 4,35% | R\$ 686,39 |
| D | Aviso Prévio Trabalhado | 0,194% | R\$ 30,61 |
| E | Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0,03% | R\$ 4,73 |
| F | Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0,65% | R\$ 102,56 |
| Total | | 5,67% | R\$ 895,29 |

| Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | | | |
|---|--|----------------|-------------|
| Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais | | | |
| 4.1 | Substituto nas Ausências Legais | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | Substituto na cobertura de Férias | 0,69% | R\$ 108,88 |
| B | Substituto na cobertura de Ausências Legais | 0,30% | R\$ 47,34 |
| C | Substituto na cobertura de Licença-Paternidade | 0,02% | R\$ 3,16 |
| D | Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho | 0,03% | R\$ 4,73 |
| E | Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade | 1,14% | R\$ 179,88 |
| F | Substituto na cobertura de outras ausências (especificar) | 0,02% | R\$ 3,16 |
| Total | | 2,20% | R\$ 347,15 |

| Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada | | |
|--|--|-------------|
| 4.2 | Substituto na Intrajornada | Valor (R\$) |
| A | Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação | - |
| Total | | - |

| Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | | |
|--|--|-------------|
| 4 | Custo de Reposição do Profissional Ausente | Valor (R\$) |
| 4.1 | Substituto nas Ausências Legais | R\$ 347,15 |
| 4.2 | Substituto na Intrajornada | R\$ - |
| Total | | R\$ 347,15 |

| Módulo 5 - Insumos Diversos | | |
|-----------------------------|----------------------|-------------|
| 5 | Insumos Diversos | Valor (R\$) |
| A | Uniformes | - |
| B | Materiais | - |
| C | Equipamentos | - |
| D | Outros (especificar) | - |
| Total | | - |

| Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro | | | |
|---|--|----------------|---------------|
| Regime de tributação: | | Lucro Real | |
| 6 | Custos Indiretos, Tributos e Lucro | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | Custos Indiretos | 23,01% | R\$ 5.381,69 |
| B | Lucro | 15,00% | R\$ 4.315,53 |
| C | Tributos (C.1 + C.2 + C.3) | | |
| C.1. | Tributos Federais (PIS) | 0,65% | R\$ 239,35 |
| C.2. | Tributos Federais (COFINS) | 3,00% | R\$ 1.104,70 |
| C.3. | Tributos Estaduais/Municipais (ISS) | 2,00% | R\$ 736,47 |
| D | Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - CPRB | 4,50% | R\$ 1.657,05 |
| Total | | | R\$ 13.434,79 |

| QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO | | |
|---|--|---------------|
| Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado) | | Valor(R\$) |
| A | Módulo 1 - Composição da Remuneração | R\$ 15.779,17 |
| B | Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | R\$ 6.366,89 |
| C | Módulo 3 - Provisão para Rescisão | R\$ 895,29 |
| D | Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | R\$ 347,15 |
| E | Módulo 5 - Insumos Diversos | R\$ - |
| Subtotal (A + B +C+ D+E) | | R\$ 23.388,50 |
| F | Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro | R\$ 13.434,79 |
| Valor Total por Empregado | | R\$ 36.823,29 |

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

| Dados para composição dos custos referentes a mão de obra | | | |
|---|---|---------------------------------------|----------|
| 1 | Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas) | Analista de Testes/Qualidade - Junior | 2 |
| 2 | Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) | 0 | |
| 3 | Salário da Categoria Profissional | R\$ | 2.793,00 |
| 4 | Sindicato da Categoria Profissional (vinculada à execução contratual) | SINDPD-CEARÁ | |
| 5 | Data-Base da Categoria (dia/mês/ano) | 01/05/2022 | |
| 6 | Nº da Convenção Coletiva de trabalho (CCT) | CE000648/2022 | |

| Módulo 1 - Composição da Remuneração | | |
|--------------------------------------|-----------------------------|--------------|
| 1 | Composição da Remuneração | Valor (R\$) |
| A | Salário-Base | R\$ 5.200,46 |
| B | Adicional de Periculosidade | R\$ - |
| C | Adicional de Insalubridade | R\$ - |
| D | Adicional Noturno | R\$ - |
| E | Hora-Extra 50% (2 Horas) | |
| F | Hora-Extra 100% (2 Horas) | |
| Total | | R\$ 5.200,46 |

| Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | | |
|---|---|--------------|
| Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | | |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | Valor (R\$) |
| A | 13º (décimo terceiro) Salário | R\$ 433,37 |
| B | Férias e Adicional de Férias | R\$ 577,83 |
| Total | | R\$ 1.011,20 |

| Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições. | | | |
|---|----------------------------------|----------------|-------------|
| 2.2 | GPS, FGTS e outras contribuições | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | INSS | 0,00% | R\$ - |
| B | Salário Educação | 2,50% | R\$ 155,29 |
| C | RAT Ajustado (RAT x FAP) | 0,50% | R\$ 31,06 |
| D | SESC ou SESI | 1,50% | R\$ 93,17 |
| E | SENAI - SENAC | 1,00% | R\$ 62,12 |
| F | SEBRAE | 0,60% | R\$ 37,27 |
| G | INCRA | 0,20% | R\$ 12,42 |
| H | FGTS | 8,00% | R\$ 496,93 |
| Total | | 14,30% | R\$ 888,26 |

| Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários. | | |
|---|-------------------------------|-------------|
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | Valor (R\$) |
| A | Transporte | R\$ - |
| B | Auxílio-Refeição/Alimentação | R\$ 459,80 |
| C | Assistência Médica e Familiar | R\$ 143,76 |
| D | Cesta Básica | |
| Total | | R\$ 603,56 |

| Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários | | |
|---|---|--------------|
| 2 | Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | Valor (R\$) |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | R\$ 1.011,20 |
| 2.2 | GPS, FGTS e outras contribuições | R\$ 888,26 |
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | R\$ 603,56 |
| Total | | R\$ 2.503,02 |

| Módulo 3 - Provisão para Rescisão | | | |
|-----------------------------------|--|----------------|-------------|
| 3 | Provisão para Rescisão | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | Aviso Prévio Indenizado | 0,42% | R\$ 21,84 |
| B | Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado | 0,03% | R\$ 1,56 |
| C | Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado | 4,35% | R\$ 226,22 |
| D | Aviso Prévio Trabalhado | 0,194% | R\$ 10,09 |
| E | Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0,03% | R\$ 1,56 |
| F | Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0,65% | R\$ 33,80 |
| Total | | 5,67% | R\$ 295,07 |

| Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | | | |
|---|--|----------------|-------------|
| Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais | | | |
| 4.1 | Substituto nas Ausências Legais | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | Substituto na cobertura de Férias | 0,69% | R\$ 35,88 |
| B | Substituto na cobertura de Ausências Legais | 0,30% | R\$ 15,60 |
| C | Substituto na cobertura de Licença-Paternidade | 0,02% | R\$ 1,04 |
| D | Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho | 0,03% | R\$ 1,56 |
| E | Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade | 1,14% | R\$ 59,29 |
| F | Substituto na cobertura de outras ausências (especificar) | 0,02% | R\$ 1,04 |
| Total | | 2,20% | R\$ 114,41 |

| Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada | | |
|--|--|-------------|
| 4.2 | Substituto na Intrajornada | Valor (R\$) |
| A | Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação | - |
| Total | | - |

| Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | | |
|--|--|-------------|
| 4 | Custo de Reposição do Profissional Ausente | Valor (R\$) |
| 4.1 | Substituto nas Ausências Legais | R\$ 114,41 |
| 4.2 | Substituto na Intrajornada | R\$ - |
| Total | | R\$ 114,41 |

| Módulo 5 - Insumos Diversos | | |
|-----------------------------|----------------------|-------------|
| 5 | Insumos Diversos | Valor (R\$) |
| A | Uniformes | - |
| B | Materiais | - |
| C | Equipamentos | - |
| D | Outros (especificar) | - |
| Total | | - |

| Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro | | | |
|---|--|----------------|--------------|
| Regime de tributação: | | Lucro Real | |
| 6 | Custos Indiretos, Tributos e Lucro | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | Custos Indiretos | 23,01% | R\$ 1.866,79 |
| B | Lucro | 15,00% | R\$ 1.496,96 |
| C | Tributos (C.1 + C.2 + C.3) | | |
| C.1. | Tributos Federais (PIS) | 0,65% | R\$ 83,03 |
| C.2. | Tributos Federais (COFINS) | 3,00% | R\$ 383,20 |
| C.3. | Tributos Estaduais/Municipais (ISS) | 2,00% | R\$ 255,46 |
| D | Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - CPRB | 4,50% | R\$ 574,79 |
| Total | | | R\$ 4.660,23 |

| QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO | | |
|---|--|---------------|
| Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado) | | Valor(R\$) |
| A | Módulo 1 - Composição da Remuneração | R\$ 5.200,46 |
| B | Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | R\$ 2.503,02 |
| C | Módulo 3 - Provisão para Rescisão | R\$ 295,07 |
| D | Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | R\$ 114,41 |
| E | Módulo 5 - Insumos Diversos | R\$ - |
| Subtotal (A + B +C+ D+E) | | R\$ 8.112,96 |
| F | Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro | R\$ 4.660,23 |
| Valor Total por Empregado | | R\$ 12.773,19 |

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

| Dados para composição dos custos referentes a mão de obra | | | |
|---|---|---|----------|
| 1 | Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas) | Analista de Testes/Qualidade - Pleno | 3 |
| 2 | Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) | 0 | |
| 3 | Salário da Categoria Profissional | R\$ | 2.793,00 |
| 4 | Sindicato da Categoria Profissional (vinculada à execução contratual) | SINDPD-CEARÁ | |
| 5 | Data-Base da Categoria (dia/mês/ano) | 01/05/2022 | |
| 6 | Nº da Convenção Coletiva de trabalho (CCT) | CE000648/2022 | |

| Módulo 1 - Composição da Remuneração | | |
|--------------------------------------|----------------------------------|--------------------|
| 1 | Composição da Remuneração | Valor (R\$) |
| A | Salário-Base | R\$ 6.550,32 |
| B | Adicional de Periculosidade | R\$ - |
| C | Adicional de Insalubridade | R\$ - |
| D | Adicional Noturno | R\$ - |
| E | Hora-Extra 50% (2 Horas) | |
| F | Hora-Extra 100% (2 Horas) | |
| Total | | R\$ 6.550,32 |

| Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | | |
|---|--|--------------------|
| Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | | |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | Valor (R\$) |
| A | 13º (décimo terceiro) Salário | R\$ 545,86 |
| B | Férias e Adicional de Férias | R\$ 727,81 |
| Total | | R\$ 1.273,67 |

| Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições. | | | |
|---|---|-----------------------|---------------------|
| 2.2 | GPS, FGTS e outras contribuições | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | INSS | 0,00% | R\$ - |
| B | Salário Educação | 2,50% | R\$ 195,60 |
| C | RAT Ajustado (RAT x FAP) | 0,50% | R\$ 39,12 |
| D | SESC ou SESI | 1,50% | R\$ 117,36 |
| E | SENAI - SENAC | 1,00% | R\$ 78,24 |
| F | SEBRAE | 0,60% | R\$ 46,94 |
| G | INCRA | 0,20% | R\$ 15,65 |
| H | FGTS | 8,00% | R\$ 625,92 |
| Total | | 14,30% | R\$ 1.118,83 |

| Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários. | | |
|---|-------------------------------|-------------|
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | Valor (R\$) |
| A | Transporte | R\$ - |
| B | Auxílio-Refeição/Alimentação | R\$ 459,80 |
| C | Assistência Médica e Familiar | R\$ 143,76 |
| D | Cesta Básica | |
| Total | | R\$ 603,56 |

| Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários | | |
|---|---|--------------|
| 2 | Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | Valor (R\$) |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | R\$ 1.273,67 |
| 2.2 | GPS, FGTS e outras contribuições | R\$ 1.118,83 |
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | R\$ 603,56 |
| Total | | R\$ 2.996,06 |

| Módulo 3 - Provisão para Rescisão | | | |
|-----------------------------------|--|----------------|-------------|
| 3 | Provisão para Rescisão | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | Aviso Prévio Indenizado | 0,42% | R\$ 27,51 |
| B | Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado | 0,03% | R\$ 1,97 |
| C | Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado | 4,35% | R\$ 284,94 |
| D | Aviso Prévio Trabalhado | 0,194% | R\$ 12,71 |
| E | Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0,03% | R\$ 1,97 |
| F | Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0,65% | R\$ 42,58 |
| Total | | 5,67% | R\$ 371,68 |

| Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | | | |
|---|--|----------------|-------------|
| Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais | | | |
| 4.1 | Substituto nas Ausências Legais | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | Substituto na cobertura de Férias | 0,69% | R\$ 45,20 |
| B | Substituto na cobertura de Ausências Legais | 0,30% | R\$ 19,65 |
| C | Substituto na cobertura de Licença-Paternidade | 0,02% | R\$ 1,31 |
| D | Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho | 0,03% | R\$ 1,97 |
| E | Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade | 1,14% | R\$ 74,67 |
| F | Substituto na cobertura de outras ausências (especificar) | 0,02% | R\$ 1,31 |
| Total | | 2,20% | R\$ 144,11 |

| Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada | | |
|--|--|-------------|
| 4.2 | Substituto na Intrajornada | Valor (R\$) |
| A | Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação | - |
| Total | | - |

| Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | | |
|--|--|-------------|
| 4 | Custo de Reposição do Profissional Ausente | Valor (R\$) |
| 4.1 | Substituto nas Ausências Legais | R\$ 144,11 |
| 4.2 | Substituto na Intrajornada | R\$ - |
| Total | | R\$ 144,11 |

| Módulo 5 - Insumos Diversos | | |
|-----------------------------|----------------------|-------------|
| 5 | Insumos Diversos | Valor (R\$) |
| A | Uniformes | - |
| B | Materiais | - |
| C | Equipamentos | - |
| D | Outros (especificar) | - |
| Total | | - |

| Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro | | | |
|---|--|----------------|--------------|
| Regime de tributação: | | Lucro Real | |
| 6 | Custos Indiretos, Tributos e Lucro | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | Custos Indiretos | 23,01% | R\$ 2.315,31 |
| B | Lucro | 15,00% | R\$ 1.856,62 |
| C | Tributos (C.1 + C.2 + C.3) | | |
| C.1. | Tributos Federais (PIS) | 0,65% | R\$ 102,97 |
| C.2. | Tributos Federais (COFINS) | 3,00% | R\$ 475,26 |
| C.3. | Tributos Estaduais/Municipais (ISS) | 2,00% | R\$ 316,84 |
| D | Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - CPRB | 4,50% | R\$ 712,89 |
| Total | | | R\$ 5.779,89 |

| QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO | | |
|---|--|---------------|
| Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado) | | Valor(R\$) |
| A | Módulo 1 - Composição da Remuneração | R\$ 6.550,32 |
| B | Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | R\$ 2.996,06 |
| C | Módulo 3 - Provisão para Rescisão | R\$ 371,68 |
| D | Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | R\$ 144,11 |
| E | Módulo 5 - Insumos Diversos | R\$ - |
| Subtotal (A + B +C+ D+E) | | R\$ 10.062,17 |
| F | Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro | R\$ 5.779,89 |
| Valor Total por Empregado | | R\$ 15.842,06 |

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

| Dados para composição dos custos referentes a mão de obra | | | |
|---|---|---------------------------------------|----------|
| 1 | Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas) | Analista de Testes/Qualidade - Sênior | 2 |
| 2 | Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) | 0 | |
| 3 | Salário da Categoria Profissional | R\$ | 2.793,00 |
| 4 | Sindicato da Categoria Profissional (vinculada à execução contratual) | SINDPD-CEARÁ | |
| 5 | Data-Base da Categoria (dia/mês/ano) | 01/05/2022 | |
| 6 | Nº da Convenção Coletiva de trabalho (CCT) | CE000648/2022 | |

| Módulo 1 - Composição da Remuneração | | |
|--------------------------------------|-----------------------------|--------------|
| 1 | Composição da Remuneração | Valor (R\$) |
| A | Salário-Base | R\$ 9.671,80 |
| B | Adicional de Periculosidade | R\$ - |
| C | Adicional de Insalubridade | R\$ - |
| D | Adicional Noturno | R\$ - |
| E | Hora-Extra 50% (2 Horas) | |
| F | Hora-Extra 100% (2 Horas) | |
| Total | | R\$ 9.671,80 |

| Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | | |
|---|---|--------------|
| Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | | |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | Valor (R\$) |
| A | 13º (décimo terceiro) Salário | R\$ 805,98 |
| B | Férias e Adicional de Férias | R\$ 1.074,64 |
| Total | | R\$ 1.880,62 |

| Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições. | | | |
|---|----------------------------------|----------------|--------------|
| 2.2 | GPS, FGTS e outras contribuições | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | INSS | 0,00% | R\$ - |
| B | Salário Educação | 2,50% | R\$ 288,81 |
| C | RAT Ajustado (RAT x FAP) | 0,50% | R\$ 57,76 |
| D | SESC ou SESI | 1,50% | R\$ 173,29 |
| E | SENAI - SENAC | 1,00% | R\$ 115,52 |
| F | SEBRAE | 0,60% | R\$ 69,31 |
| G | INCRA | 0,20% | R\$ 23,10 |
| H | FGTS | 8,00% | R\$ 924,19 |
| Total | | 14,30% | R\$ 1.651,98 |

| Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários. | | |
|---|-------------------------------|-------------|
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | Valor (R\$) |
| A | Transporte | R\$ - |
| B | Auxílio-Refeição/Alimentação | R\$ 459,80 |
| C | Assistência Médica e Familiar | R\$ 143,76 |
| D | Cesta Básica | |
| Total | | R\$ 603,56 |

| Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários | | |
|---|---|--------------|
| 2 | Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | Valor (R\$) |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | R\$ 1.880,62 |
| 2.2 | GPS, FGTS e outras contribuições | R\$ 1.651,98 |
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | R\$ 603,56 |
| Total | | R\$ 4.136,16 |

| Módulo 3 - Provisão para Rescisão | | | |
|-----------------------------------|--|----------------|-------------|
| 3 | Provisão para Rescisão | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | Aviso Prévio Indenizado | 0,42% | R\$ 40,62 |
| B | Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado | 0,03% | R\$ 2,90 |
| C | Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado | 4,35% | R\$ 420,72 |
| D | Aviso Prévio Trabalhado | 0,194% | R\$ 18,76 |
| E | Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0,03% | R\$ 2,90 |
| F | Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0,65% | R\$ 62,87 |
| Total | | 5,67% | R\$ 548,77 |

| Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | | | |
|---|--|----------------|-------------|
| Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais | | | |
| 4.1 | Substituto nas Ausências Legais | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | Substituto na cobertura de Férias | 0,69% | R\$ 66,74 |
| B | Substituto na cobertura de Ausências Legais | 0,30% | R\$ 29,02 |
| C | Substituto na cobertura de Licença-Paternidade | 0,02% | R\$ 1,93 |
| D | Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho | 0,03% | R\$ 2,90 |
| E | Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade | 1,14% | R\$ 110,26 |
| F | Substituto na cobertura de outras ausências (especificar) | 0,02% | R\$ 1,93 |
| Total | | 2,20% | R\$ 212,78 |

| Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada | | |
|--|--|-------------|
| 4.2 | Substituto na Intrajornada | Valor (R\$) |
| A | Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação | - |
| Total | | - |

| Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | | |
|--|--|-------------|
| 4 | Custo de Reposição do Profissional Ausente | Valor (R\$) |
| 4.1 | Substituto nas Ausências Legais | R\$ 212,78 |
| 4.2 | Substituto na Intrajornada | R\$ - |
| Total | | R\$ 212,78 |

| Módulo 5 - Insumos Diversos | | |
|-----------------------------|----------------------|-------------|
| 5 | Insumos Diversos | Valor (R\$) |
| A | Uniformes | - |
| B | Materiais | - |
| C | Equipamentos | - |
| D | Outros (especificar) | - |
| Total | | - |

| Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro | | | |
|---|--|----------------|--------------|
| Regime de tributação: | | Lucro Real | |
| 6 | Custos Indiretos, Tributos e Lucro | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | Custos Indiretos | 23,01% | R\$ 3.352,44 |
| B | Lucro | 15,00% | R\$ 2.688,29 |
| C | Tributos (C.1 + C.2 + C.3) | | |
| C.1. | Tributos Federais (PIS) | 0,65% | R\$ 149,10 |
| C.2. | Tributos Federais (COFINS) | 3,00% | R\$ 688,16 |
| C.3. | Tributos Estaduais/Municipais (ISS) | 2,00% | R\$ 458,77 |
| D | Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - CPRB | 4,50% | R\$ 1.032,23 |
| Total | | | R\$ 8.368,99 |

| QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO | | |
|---|--|---------------|
| Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado) | | Valor(R\$) |
| A | Módulo 1 - Composição da Remuneração | R\$ 9.671,80 |
| B | Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | R\$ 4.136,16 |
| C | Módulo 3 - Provisão para Rescisão | R\$ 548,77 |
| D | Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | R\$ 212,78 |
| E | Módulo 5 - Insumos Diversos | R\$ - |
| Subtotal (A + B +C+ D+E) | | R\$ 14.569,51 |
| F | Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro | R\$ 8.368,99 |
| Valor Total por Empregado | | R\$ 22.938,50 |

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

| Dados para composição dos custos referentes a mão de obra | | | |
|---|---|---|----------|
| 1 | Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas) | Desenvolvedor de Software - Junior | 9 |
| 2 | Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) | 0 | |
| 3 | Salário da Categoria Profissional | R\$ | 2.793,00 |
| 4 | Sindicato da Categoria Profissional (vinculada à execução contratual) | SINDPD-CEARÁ | |
| 5 | Data-Base da Categoria (dia/mês/ano) | 01/05/2022 | |
| 6 | Nº da Convenção Coletiva de trabalho (CCT) | CE000648/2022 | |

| Módulo 1 - Composição da Remuneração | | |
|--------------------------------------|----------------------------------|--------------------|
| 1 | Composição da Remuneração | Valor (R\$) |
| A | Salário-Base | R\$ 5.611,32 |
| B | Adicional de Periculosidade | R\$ - |
| C | Adicional de Insalubridade | R\$ - |
| D | Adicional Noturno | R\$ - |
| E | Hora-Extra 50% | |
| F | Hora-Extra 100% | |
| Total | | R\$ 5.611,32 |

| Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | | |
|---|--|--------------------|
| Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | | |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | Valor (R\$) |
| A | 13º (décimo terceiro) Salário | R\$ 467,61 |
| B | Férias e Adicional de Férias | R\$ 623,48 |
| Total | | R\$ 1.091,09 |

| Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições. | | | |
|---|---|-----------------------|--------------------|
| 2.2 | GPS, FGTS e outras contribuições | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | INSS | 0,00% | R\$ - |
| B | Salário Educação | 2,50% | R\$ 167,56 |
| C | RAT Ajustado (RAT x FAP) | 0,50% | R\$ 33,51 |
| D | SESC ou SESI | 1,50% | R\$ 100,54 |
| E | SENAI - SENAC | 1,00% | R\$ 67,02 |
| F | SEBRAE | 0,60% | R\$ 40,21 |
| G | INCRA | 0,20% | R\$ 13,40 |
| H | FGTS | 8,00% | R\$ 536,19 |
| Total | | 14,30% | R\$ 958,43 |

| Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários. | | |
|---|-------------------------------|-------------|
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | Valor (R\$) |
| A | Transporte | R\$ - |
| B | Auxílio-Refeição/Alimentação | R\$ 459,80 |
| C | Assistência Médica e Familiar | R\$ 143,76 |
| D | Cesta Básica | |
| Total | | R\$ 603,56 |

| Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários | | |
|---|---|--------------|
| 2 | Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | Valor (R\$) |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | R\$ 1.091,09 |
| 2.2 | GPS, FGTS e outras contribuições | R\$ 958,43 |
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | R\$ 603,56 |
| Total | | R\$ 2.653,08 |

| Módulo 3 - Provisão para Rescisão | | | |
|-----------------------------------|--|----------------|-------------|
| 3 | Provisão para Rescisão | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | Aviso Prévio Indenizado | 0,42% | R\$ 23,57 |
| B | Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado | 0,03% | R\$ 1,68 |
| C | Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado | 4,35% | R\$ 244,09 |
| D | Aviso Prévio Trabalhado | 0,194% | R\$ 10,89 |
| E | Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0,03% | R\$ 1,68 |
| F | Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0,65% | R\$ 36,47 |
| Total | | 5,67% | R\$ 318,38 |

| Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | | | |
|---|--|----------------|-------------|
| Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais | | | |
| 4.1 | Substituto nas Ausências Legais | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | Substituto na cobertura de Férias | 0,69% | R\$ 38,72 |
| B | Substituto na cobertura de Ausências Legais | 0,30% | R\$ 16,83 |
| C | Substituto na cobertura de Licença-Paternidade | 0,02% | R\$ 1,12 |
| D | Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho | 0,03% | R\$ 1,68 |
| E | Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade | 1,14% | R\$ 63,97 |
| F | Substituto na cobertura de outras ausências (especificar) | 0,02% | R\$ 1,12 |
| Total | | 2,20% | R\$ 123,44 |

| Submódulo 4.2 - Substituto na Intra jornada | | |
|---|--|-------------|
| 4.2 | Substituto na Intra jornada | Valor (R\$) |
| A | Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação | - |
| Total | | - |

| Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | | |
|--|--|-------------|
| 4 | Custo de Reposição do Profissional Ausente | Valor (R\$) |
| 4.1 | Substituto nas Ausências Legais | R\$ 123,44 |
| 4.2 | Substituto na Intra jornada | R\$ - |
| Total | | R\$ 123,44 |

| Módulo 5 - Insumos Diversos | | |
|-----------------------------|----------------------|-------------|
| 5 | Insumos Diversos | Valor (R\$) |
| A | Uniformes | - |
| B | Materiais | - |
| C | Equipamentos | - |
| D | Outros (especificar) | - |
| Total | | - |

| Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro | | | |
|---|--|----------------|--------------|
| Regime de tributação: | | Lucro Real | |
| 6 | Custos Indiretos, Tributos e Lucro | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | Custos Indiretos | 23,01% | R\$ 2.003,30 |
| B | Lucro | 15,00% | R\$ 1.606,43 |
| C | Tributos (C.1 + C.2 + C.3) | | |
| C.1. | Tributos Federais (PIS) | 0,65% | R\$ 89,10 |
| C.2. | Tributos Federais (COFINS) | 3,00% | R\$ 411,22 |
| C.3. | Tributos Estaduais/Municipais (ISS) | 2,00% | R\$ 274,14 |
| D | Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - CPRB | 4,50% | R\$ 616,83 |
| Total | | | R\$ 5.001,02 |

| QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO | | |
|---|--|---------------|
| Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado) | | Valor(R\$) |
| A | Módulo 1 - Composição da Remuneração | R\$ 5.611,32 |
| B | Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | R\$ 2.653,08 |
| C | Módulo 3 - Provisão para Rescisão | R\$ 318,38 |
| D | Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | R\$ 123,44 |
| E | Módulo 5 - Insumos Diversos | R\$ - |
| Subtotal (A + B +C+ D+E) | | R\$ 8.706,22 |
| F | Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro | R\$ 5.001,02 |
| Valor Total por Empregado | | R\$ 13.707,24 |

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

| Dados para composição dos custos referentes a mão de obra | | | |
|---|---|--|-----------|
| 1 | Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas) | Desenvolvedor de Software - Pleno | 21 |
| 2 | Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) | 0 | |
| 3 | Salário da Categoria Profissional | R\$ | 2.793,00 |
| 4 | Sindicato da Categoria Profissional (vinculada à execução contratual) | SINDPD-CEARÁ | |
| 5 | Data-Base da Categoria (dia/mês/ano) | 01/05/2022 | |
| 6 | Nº da Convenção Coletiva de trabalho (CCT) | CE000648/2022 | |

| Módulo 1 - Composição da Remuneração | | |
|--------------------------------------|----------------------------------|--------------------|
| 1 | Composição da Remuneração | Valor (R\$) |
| A | Salário-Base | R\$ 8.622,30 |
| B | Adicional de Periculosidade | R\$ - |
| C | Adicional de Insalubridade | R\$ - |
| D | Adicional Noturno | R\$ - |
| E | Hora-Extra 50% | |
| F | Hora-Extra 100% | |
| Total | | R\$ 8.622,30 |

| Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | | |
|---|--|--------------------|
| Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | | |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | Valor (R\$) |
| A | 13º (décimo terceiro) Salário | R\$ 718,53 |
| B | Férias e Adicional de Férias | R\$ 958,03 |
| Total | | R\$ 1.676,56 |

| Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições. | | | |
|---|---|-----------------------|---------------------|
| 2.2 | GPS, FGTS e outras contribuições | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | INSS | 0,00% | R\$ - |
| B | Salário Educação | 2,50% | R\$ 257,47 |
| C | RAT Ajustado (RAT x FAP) | 0,50% | R\$ 51,49 |
| D | SESC ou SESI | 1,50% | R\$ 154,48 |
| E | SENAI - SENAC | 1,00% | R\$ 102,99 |
| F | SEBRAE | 0,60% | R\$ 61,79 |
| G | INCRA | 0,20% | R\$ 20,60 |
| H | FGTS | 8,00% | R\$ 823,91 |
| Total | | 14,30% | R\$ 1.472,73 |

| Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários. | | |
|---|-------------------------------|-------------|
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | Valor (R\$) |
| A | Transporte | R\$ - |
| B | Auxílio-Refeição/Alimentação | R\$ 459,80 |
| C | Assistência Médica e Familiar | R\$ 143,76 |
| D | Cesta Básica | |
| Total | | R\$ 603,56 |

| Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários | | |
|---|---|--------------|
| 2 | Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | Valor (R\$) |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | R\$ 1.676,56 |
| 2.2 | GPS, FGTS e outras contribuições | R\$ 1.472,73 |
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | R\$ 603,56 |
| Total | | R\$ 3.752,85 |

| Módulo 3 - Provisão para Rescisão | | | |
|-----------------------------------|--|----------------|-------------|
| 3 | Provisão para Rescisão | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | Aviso Prévio Indenizado | 0,42% | R\$ 36,21 |
| B | Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado | 0,03% | R\$ 2,59 |
| C | Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado | 4,35% | R\$ 375,07 |
| D | Aviso Prévio Trabalhado | 0,194% | R\$ 16,73 |
| E | Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0,03% | R\$ 2,59 |
| F | Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0,65% | R\$ 56,04 |
| Total | | 5,67% | R\$ 489,23 |

| Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | | | |
|---|--|----------------|-------------|
| Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais | | | |
| 4.1 | Substituto nas Ausências Legais | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | Substituto na cobertura de Férias | 0,69% | R\$ 59,49 |
| B | Substituto na cobertura de Ausências Legais | 0,30% | R\$ 25,87 |
| C | Substituto na cobertura de Licença-Paternidade | 0,02% | R\$ 1,72 |
| D | Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho | 0,03% | R\$ 2,59 |
| E | Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade | 1,14% | R\$ 98,29 |
| F | Substituto na cobertura de outras ausências (especificar) | 0,02% | R\$ 1,72 |
| Total | | 2,20% | R\$ 189,68 |

| Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada | | |
|--|--|-------------|
| 4.2 | Substituto na Intrajornada | Valor (R\$) |
| A | Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação | - |
| Total | | - |

| Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | | |
|--|--|-------------|
| 4 | Custo de Reposição do Profissional Ausente | Valor (R\$) |
| 4.1 | Substituto nas Ausências Legais | R\$ 189,68 |
| 4.2 | Substituto na Intrajornada | R\$ - |
| Total | | R\$ 189,68 |

| Módulo 5 - Insumos Diversos | | |
|-----------------------------|----------------------|-------------|
| 5 | Insumos Diversos | Valor (R\$) |
| A | Uniformes | - |
| B | Materiais | - |
| C | Equipamentos | - |
| D | Outros (especificar) | - |
| Total | | - |

| Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro | | | |
|---|--|----------------|--------------|
| Regime de tributação: | | Lucro Real | |
| 6 | Custos Indiretos, Tributos e Lucro | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | Custos Indiretos | 23,01% | R\$ 3.003,74 |
| B | Lucro | 15,00% | R\$ 2.408,67 |
| C | Tributos (C.1 + C.2 + C.3) | | |
| C.1. | Tributos Federais (PIS) | 0,65% | R\$ 133,59 |
| C.2. | Tributos Federais (COFINS) | 3,00% | R\$ 616,58 |
| C.3. | Tributos Estaduais/Municipais (ISS) | 2,00% | R\$ 411,05 |
| D | Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - CPRB | 4,50% | R\$ 924,86 |
| Total | | | R\$ 7.498,49 |

| QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO | | |
|---|--|---------------|
| Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado) | | Valor(R\$) |
| A | Módulo 1 - Composição da Remuneração | R\$ 8.622,30 |
| B | Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | R\$ 3.752,85 |
| C | Módulo 3 - Provisão para Rescisão | R\$ 489,23 |
| D | Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | R\$ 189,68 |
| E | Módulo 5 - Insumos Diversos | R\$ - |
| Subtotal (A + B +C+ D+E) | | R\$ 13.054,06 |
| F | Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro | R\$ 7.498,49 |
| Valor Total por Empregado | | R\$ 20.552,55 |

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

| Dados para composição dos custos referentes a mão de obra | | | |
|---|---|---|-----------|
| 1 | Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas) | Desenvolvedor de Software - Sênior | 14 |
| 2 | Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) | 0 | |
| 3 | Salário da Categoria Profissional | R\$ | 2.793,00 |
| 4 | Sindicato da Categoria Profissional (vinculada à execução contratual) | SINDPD-CEARÁ | |
| 5 | Data-Base da Categoria (dia/mês/ano) | 01/05/2022 | |
| 6 | Nº da Convenção Coletiva de trabalho (CCT) | CE000648/2022 | |

| Módulo 1 - Composição da Remuneração | | |
|--------------------------------------|----------------------------------|--------------------|
| 1 | Composição da Remuneração | Valor (R\$) |
| A | Salário-Base | R\$ 11.669,09 |
| B | Adicional de Periculosidade | R\$ - |
| C | Adicional de Insalubridade | R\$ - |
| D | Adicional Noturno | R\$ - |
| E | Hora-Extra 50% | |
| F | Hora-Extra 100% | |
| Total | | R\$ 11.669,09 |

| Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | | |
|---|--|--------------------|
| Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | | |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | Valor (R\$) |
| A | 13º (décimo terceiro) Salário | R\$ 972,42 |
| B | Férias e Adicional de Férias | R\$ 1.296,57 |
| Total | | R\$ 2.268,99 |

| Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições. | | | |
|---|---|-----------------------|---------------------|
| 2.2 | GPS, FGTS e outras contribuições | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | INSS | 0,00% | R\$ - |
| B | Salário Educação | 2,50% | R\$ 348,45 |
| C | RAT Ajustado (RAT x FAP) | 0,50% | R\$ 69,69 |
| D | SESC ou SESI | 1,50% | R\$ 209,07 |
| E | SENAI - SENAC | 1,00% | R\$ 139,38 |
| F | SEBRAE | 0,60% | R\$ 83,63 |
| G | INCRA | 0,20% | R\$ 27,88 |
| H | FGTS | 8,00% | R\$ 1.115,05 |
| Total | | 14,30% | R\$ 1.993,15 |

| Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários. | | |
|---|-------------------------------|-------------|
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | Valor (R\$) |
| A | Transporte | R\$ - |
| B | Auxílio-Refeição/Alimentação | R\$ 459,80 |
| C | Assistência Médica e Familiar | R\$ 143,76 |
| D | Cesta Básica | |
| Total | | R\$ 603,56 |

| Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários | | |
|---|---|--------------|
| 2 | Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | Valor (R\$) |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | R\$ 2.268,99 |
| 2.2 | GPS, FGTS e outras contribuições | R\$ 1.993,15 |
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | R\$ 603,56 |
| Total | | R\$ 4.865,70 |

| Módulo 3 - Provisão para Rescisão | | | |
|-----------------------------------|--|----------------|-------------|
| 3 | Provisão para Rescisão | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | Aviso Prévio Indenizado | 0,42% | R\$ 49,01 |
| B | Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado | 0,03% | R\$ 3,50 |
| C | Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado | 4,35% | R\$ 507,61 |
| D | Aviso Prévio Trabalhado | 0,194% | R\$ 22,64 |
| E | Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0,03% | R\$ 3,50 |
| F | Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0,65% | R\$ 75,85 |
| Total | | 5,67% | R\$ 662,11 |

| Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | | | |
|---|--|----------------|-------------|
| Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais | | | |
| 4.1 | Substituto nas Ausências Legais | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | Substituto na cobertura de Férias | 0,69% | R\$ 80,52 |
| B | Substituto na cobertura de Ausências Legais | 0,30% | R\$ 35,01 |
| C | Substituto na cobertura de Licença-Paternidade | 0,02% | R\$ 2,33 |
| D | Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho | 0,03% | R\$ 3,50 |
| E | Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade | 1,14% | R\$ 133,03 |
| F | Substituto na cobertura de outras ausências (especificar) | 0,02% | R\$ 2,33 |
| Total | | 2,20% | R\$ 256,72 |

| Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada | | |
|--|--|-------------|
| 4.2 | Substituto na Intrajornada | Valor (R\$) |
| A | Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação | - |
| Total | | - |

| Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | | |
|--|--|-------------|
| 4 | Custo de Reposição do Profissional Ausente | Valor (R\$) |
| 4.1 | Substituto nas Ausências Legais | R\$ 256,72 |
| 4.2 | Substituto na Intrajornada | R\$ - |
| Total | | R\$ 256,72 |

| Módulo 5 - Insumos Diversos | | |
|-----------------------------|----------------------|-------------|
| 5 | Insumos Diversos | Valor (R\$) |
| A | Uniformes | - |
| B | Materiais | - |
| C | Equipamentos | - |
| D | Outros (especificar) | - |
| Total | | - |

| Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro | | | |
|---|--|----------------|---------------|
| Regime de tributação: | | Lucro Real | |
| 6 | Custos Indiretos, Tributos e Lucro | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | Custos Indiretos | 23,01% | R\$ 4.016,08 |
| B | Lucro | 15,00% | R\$ 3.220,46 |
| C | Tributos (C.1 + C.2 + C.3) | | |
| C.1. | Tributos Federais (PIS) | 0,65% | R\$ 178,62 |
| C.2. | Tributos Federais (COFINS) | 3,00% | R\$ 824,38 |
| C.3. | Tributos Estaduais/Municipais (ISS) | 2,00% | R\$ 549,59 |
| D | Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - CPRB | 4,50% | R\$ 1.236,57 |
| Total | | | R\$ 10.025,70 |

| QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO | | |
|---|--|---------------|
| Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado) | | Valor(R\$) |
| A | Módulo 1 - Composição da Remuneração | R\$ 11.669,09 |
| B | Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | R\$ 4.865,70 |
| C | Módulo 3 - Provisão para Rescisão | R\$ 662,11 |
| D | Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | R\$ 256,72 |
| E | Módulo 5 - Insumos Diversos | R\$ - |
| Subtotal (A + B +C+ D+E) | | R\$ 17.453,62 |
| F | Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro | R\$ 10.025,70 |
| Valor Total por Empregado | | R\$ 27.479,32 |

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

| Dados para composição dos custos referentes a mão de obra | | | |
|---|---|----------------------------------|----------|
| 1 | Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas) | Líder Técnico de Desenvolvimento | 2 |
| 2 | Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) | 0 | |
| 3 | Salário da Categoria Profissional | R\$ | 2.793,00 |
| 4 | Sindicato da Categoria Profissional (vinculada à execução contratual) | SINDPD-CEARÁ | |
| 5 | Data-Base da Categoria (dia/mês/ano) | 01/05/2022 | |
| 6 | Nº da Convenção Coletiva de trabalho (CCT) | CE000648/2022 | |

| Módulo 1 - Composição da Remuneração | | |
|--------------------------------------|-----------------------------|---------------|
| 1 | Composição da Remuneração | Valor (R\$) |
| A | Salário-Base | R\$ 13.389,21 |
| B | Adicional de Periculosidade | R\$ - |
| C | Adicional de Insalubridade | R\$ - |
| D | Adicional Noturno | R\$ - |
| E | Hora-Extra 50% | |
| F | Hora-Extra 100% | |
| Total | | R\$ 13.389,21 |

| Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | | |
|---|---|--------------|
| Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | | |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | Valor (R\$) |
| A | 13º (décimo terceiro) Salário | R\$ 1.115,77 |
| B | Férias e Adicional de Férias | R\$ 1.487,69 |
| Total | | R\$ 2.603,46 |

| Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições. | | | |
|---|----------------------------------|----------------|--------------|
| 2.2 | GPS, FGTS e outras contribuições | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | INSS | 0,00% | R\$ - |
| B | Salário Educação | 2,50% | R\$ 399,82 |
| C | RAT Ajustado (RAT x FAP) | 0,50% | R\$ 79,96 |
| D | SESC ou SESI | 1,50% | R\$ 239,89 |
| E | SENAI - SENAC | 1,00% | R\$ 159,93 |
| F | SEBRAE | 0,60% | R\$ 95,96 |
| G | INCRA | 0,20% | R\$ 31,99 |
| H | FGTS | 8,00% | R\$ 1.279,41 |
| Total | | 14,30% | R\$ 2.286,96 |

| Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários. | | |
|---|-------------------------------|-------------|
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | Valor (R\$) |
| A | Transporte | R\$ - |
| B | Auxílio-Refeição/Alimentação | R\$ 459,80 |
| C | Assistência Médica e Familiar | R\$ 143,76 |
| D | Cesta Básica | |
| Total | | R\$ 603,56 |

| Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários | | |
|---|---|--------------|
| 2 | Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | Valor (R\$) |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | R\$ 2.603,46 |
| 2.2 | GPS, FGTS e outras contribuições | R\$ 2.286,96 |
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | R\$ 603,56 |
| Total | | R\$ 5.493,98 |

| Módulo 3 - Provisão para Rescisão | | | |
|-----------------------------------|--|----------------|-------------|
| 3 | Provisão para Rescisão | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | Aviso Prévio Indenizado | 0,42% | R\$ 56,23 |
| B | Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado | 0,03% | R\$ 4,02 |
| C | Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado | 4,35% | R\$ 582,43 |
| D | Aviso Prévio Trabalhado | 0,194% | R\$ 25,98 |
| E | Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0,03% | R\$ 4,02 |
| F | Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0,65% | R\$ 87,03 |
| Total | | 5,67% | R\$ 759,71 |

| Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | | | |
|---|--|----------------|-------------|
| Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais | | | |
| 4.1 | Substituto nas Ausências Legais | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | Substituto na cobertura de Férias | 0,69% | R\$ 92,39 |
| B | Substituto na cobertura de Ausências Legais | 0,30% | R\$ 40,17 |
| C | Substituto na cobertura de Licença-Paternidade | 0,02% | R\$ 2,68 |
| D | Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho | 0,03% | R\$ 4,02 |
| E | Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade | 1,14% | R\$ 152,64 |
| F | Substituto na cobertura de outras ausências (especificar) | 0,02% | R\$ 2,68 |
| Total | | 2,20% | R\$ 294,58 |

| Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada | | |
|--|--|-------------|
| 4.2 | Substituto na Intrajornada | Valor (R\$) |
| A | Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação | - |
| Total | | - |

| Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | | |
|--|--|-------------|
| 4 | Custo de Reposição do Profissional Ausente | Valor (R\$) |
| 4.1 | Substituto nas Ausências Legais | R\$ 294,58 |
| 4.2 | Substituto na Intrajornada | R\$ - |
| Total | | R\$ 294,58 |

| Módulo 5 - Insumos Diversos | | |
|-----------------------------|----------------------|-------------|
| 5 | Insumos Diversos | Valor (R\$) |
| A | Uniformes | - |
| B | Materiais | - |
| C | Equipamentos | - |
| D | Outros (especificar) | - |
| Total | | - |

| Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro | | | |
|---|--|----------------|---------------|
| Regime de tributação: | | Lucro Real | |
| 6 | Custos Indiretos, Tributos e Lucro | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | Custos Indiretos | 23,01% | R\$ 4.587,61 |
| B | Lucro | 15,00% | R\$ 3.678,76 |
| C | Tributos (C.1 + C.2 + C.3) | | |
| C.1. | Tributos Federais (PIS) | 0,65% | R\$ 204,03 |
| C.2. | Tributos Federais (COFINS) | 3,00% | R\$ 941,70 |
| C.3. | Tributos Estaduais/Municipais (ISS) | 2,00% | R\$ 627,80 |
| D | Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - CPRB | 4,50% | R\$ 1.412,55 |
| Total | | | R\$ 11.452,45 |

| QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO | | |
|---|--|---------------|
| Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado) | | Valor(R\$) |
| A | Módulo 1 - Composição da Remuneração | R\$ 13.389,21 |
| B | Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | R\$ 5.493,98 |
| C | Módulo 3 - Provisão para Rescisão | R\$ 759,71 |
| D | Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | R\$ 294,58 |
| E | Módulo 5 - Insumos Diversos | R\$ - |
| Subtotal (A + B +C+ D+E) | | R\$ 19.937,48 |
| F | Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro | R\$ 11.452,45 |
| Valor Total por Empregado | | R\$ 31.389,93 |

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

| Dados para composição dos custos referentes a mão de obra | | | |
|---|---|---|----------|
| 1 | Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas) | Analista de Negócios/Requisitos Júnior | 7 |
| 2 | Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) | 0 | |
| 3 | Salário da Categoria Profissional | R\$ | 2.793,00 |
| 4 | Sindicato da Categoria Profissional (vinculada à execução contratual) | SINDPD-CEARÁ | |
| 5 | Data-Base da Categoria (dia/mês/ano) | 01/05/2022 | |
| 6 | Nº da Convenção Coletiva de trabalho (CCT) | CE000648/2022 | |

| Módulo 1 - Composição da Remuneração | | |
|--------------------------------------|----------------------------------|--------------------|
| 1 | Composição da Remuneração | Valor (R\$) |
| A | Salário-Base | R\$ 5.838,48 |
| B | Adicional de Periculosidade | R\$ - |
| C | Adicional de Insalubridade | R\$ - |
| D | Adicional Noturno | R\$ - |
| E | Hora-Extra 50% | |
| F | Hora-Extra 100% | |
| Total | | R\$ 5.838,48 |

| Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | | |
|---|--|--------------------|
| Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | | |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | Valor (R\$) |
| A | 13º (décimo terceiro) Salário | R\$ 486,54 |
| B | Férias e Adicional de Férias | R\$ 648,72 |
| Total | | R\$ 1.135,26 |

| Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições. | | | |
|---|---|-----------------------|--------------------|
| 2.2 | GPS, FGTS e outras contribuições | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | INSS | 0,00% | R\$ - |
| B | Salário Educação | 2,50% | R\$ 174,34 |
| C | RAT Ajustado (RAT x FAP) | 0,50% | R\$ 34,87 |
| D | SESC ou SESI | 1,50% | R\$ 104,61 |
| E | SENAI - SENAC | 1,00% | R\$ 69,74 |
| F | SEBRAE | 0,60% | R\$ 41,84 |
| G | INCRA | 0,20% | R\$ 13,95 |
| H | FGTS | 8,00% | R\$ 557,90 |
| Total | | 14,30% | R\$ 997,25 |

| Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários. | | |
|---|-------------------------------|-------------|
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | Valor (R\$) |
| A | Transporte | R\$ - |
| B | Auxílio-Refeição/Alimentação | R\$ 459,80 |
| C | Assistência Médica e Familiar | R\$ 143,76 |
| D | Cesta Básica | |
| Total | | R\$ 603,56 |

| Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários | | |
|---|---|--------------|
| 2 | Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | Valor (R\$) |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | R\$ 1.135,26 |
| 2.2 | GPS, FGTS e outras contribuições | R\$ 997,25 |
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | R\$ 603,56 |
| Total | | R\$ 2.736,07 |

| Módulo 3 - Provisão para Rescisão | | | |
|-----------------------------------|--|----------------|-------------|
| 3 | Provisão para Rescisão | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | Aviso Prévio Indenizado | 0,42% | R\$ 24,52 |
| B | Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado | 0,03% | R\$ 1,75 |
| C | Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado | 4,35% | R\$ 253,97 |
| D | Aviso Prévio Trabalhado | 0,194% | R\$ 11,33 |
| E | Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0,03% | R\$ 1,75 |
| F | Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0,65% | R\$ 37,95 |
| Total | | 5,67% | R\$ 331,27 |

| Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | | | |
|---|--|----------------|-------------|
| Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais | | | |
| 4.1 | Substituto nas Ausências Legais | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | Substituto na cobertura de Férias | 0,69% | R\$ 40,29 |
| B | Substituto na cobertura de Ausências Legais | 0,30% | R\$ 17,52 |
| C | Substituto na cobertura de Licença-Paternidade | 0,02% | R\$ 1,17 |
| D | Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho | 0,03% | R\$ 1,75 |
| E | Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade | 1,14% | R\$ 66,56 |
| F | Substituto na cobertura de outras ausências (especificar) | 0,02% | R\$ 1,17 |
| Total | | 2,20% | R\$ 128,46 |

| Submódulo 4.2 - Substituto na Intra jornada | | |
|---|--|-------------|
| 4.2 | Substituto na Intra jornada | Valor (R\$) |
| A | Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação | - |
| Total | | - |

| Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | | |
|--|--|-------------|
| 4 | Custo de Reposição do Profissional Ausente | Valor (R\$) |
| 4.1 | Substituto nas Ausências Legais | R\$ 128,46 |
| 4.2 | Substituto na Intra jornada | R\$ - |
| Total | | R\$ 128,46 |

| Módulo 5 - Insumos Diversos | | |
|-----------------------------|----------------------|-------------|
| 5 | Insumos Diversos | Valor (R\$) |
| A | Uniformes | - |
| B | Materiais | - |
| C | Equipamentos | - |
| D | Outros (especificar) | - |
| Total | | - |

| Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro | | | |
|---|--|----------------|--------------|
| Regime de tributação: | | Lucro Real | |
| 6 | Custos Indiretos, Tributos e Lucro | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | Custos Indiretos | 23,01% | R\$ 2.078,79 |
| B | Lucro | 15,00% | R\$ 1.666,96 |
| C | Tributos (C.1 + C.2 + C.3) | | |
| C.1. | Tributos Federais (PIS) | 0,65% | R\$ 92,45 |
| C.2. | Tributos Federais (COFINS) | 3,00% | R\$ 426,71 |
| C.3. | Tributos Estaduais/Municipais (ISS) | 2,00% | R\$ 284,47 |
| D | Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - CPRB | 4,50% | R\$ 640,07 |
| Total | | | R\$ 5.189,45 |

| QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO | | |
|---|--|---------------|
| Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado) | | Valor(R\$) |
| A | Módulo 1 - Composição da Remuneração | R\$ 5.838,48 |
| B | Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | R\$ 2.736,07 |
| C | Módulo 3 - Provisão para Rescisão | R\$ 331,27 |
| D | Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | R\$ 128,46 |
| E | Módulo 5 - Insumos Diversos | R\$ - |
| Subtotal (A + B +C+ D+E) | | R\$ 9.034,28 |
| F | Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro | R\$ 5.189,45 |
| Valor Total por Empregado | | R\$ 14.223,73 |

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

| Dados para composição dos custos referentes a mão de obra | | | |
|---|---|--|----------|
| 1 | Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas) | Analista de Negócios/Requisitos Pleno | 4 |
| 2 | Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) | 0 | |
| 3 | Salário da Categoria Profissional | R\$ | 2.793,00 |
| 4 | Sindicato da Categoria Profissional (vinculada à execução contratual) | SINDPD-CEARÁ | |
| 5 | Data-Base da Categoria (dia/mês/ano) | 01/05/2022 | |
| 6 | Nº da Convenção Coletiva de trabalho (CCT) | CE000648/2022 | |

| Módulo 1 - Composição da Remuneração | | |
|--------------------------------------|----------------------------------|--------------------|
| 1 | Composição da Remuneração | Valor (R\$) |
| A | Salário-Base | R\$ 7.407,49 |
| B | Adicional de Periculosidade | R\$ - |
| C | Adicional de Insalubridade | R\$ - |
| D | Adicional Noturno | R\$ - |
| E | Hora-Extra 50% | |
| F | Hora-Extra 100% | |
| Total | | R\$ 7.407,49 |

| Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | | |
|---|--|--------------------|
| Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | | |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | Valor (R\$) |
| A | 13º (décimo terceiro) Salário | R\$ 617,29 |
| B | Férias e Adicional de Férias | R\$ 823,05 |
| Total | | R\$ 1.440,34 |

| Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições. | | | |
|---|---|-----------------------|---------------------|
| 2.2 | GPS, FGTS e outras contribuições | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | INSS | 0,00% | R\$ - |
| B | Salário Educação | 2,50% | R\$ 221,20 |
| C | RAT Ajustado (RAT x FAP) | 0,50% | R\$ 44,24 |
| D | SESC ou SESI | 1,50% | R\$ 132,72 |
| E | SENAI - SENAC | 1,00% | R\$ 88,48 |
| F | SEBRAE | 0,60% | R\$ 53,09 |
| G | INCRA | 0,20% | R\$ 17,70 |
| H | FGTS | 8,00% | R\$ 707,83 |
| Total | | 14,30% | R\$ 1.265,26 |

| Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários. | | |
|---|-------------------------------|-------------|
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | Valor (R\$) |
| A | Transporte | R\$ - |
| B | Auxílio-Refeição/Alimentação | R\$ 459,80 |
| C | Assistência Médica e Familiar | R\$ 143,76 |
| D | Cesta Básica | |
| Total | | R\$ 603,56 |

| Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários | | |
|---|---|--------------|
| 2 | Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | Valor (R\$) |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | R\$ 1.440,34 |
| 2.2 | GPS, FGTS e outras contribuições | R\$ 1.265,26 |
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | R\$ 603,56 |
| Total | | R\$ 3.309,16 |

| Módulo 3 - Provisão para Rescisão | | | |
|-----------------------------------|--|----------------|-------------|
| 3 | Provisão para Rescisão | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | Aviso Prévio Indenizado | 0,42% | R\$ 31,11 |
| B | Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado | 0,03% | R\$ 2,22 |
| C | Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado | 4,35% | R\$ 322,23 |
| D | Aviso Prévio Trabalhado | 0,194% | R\$ 14,37 |
| E | Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0,03% | R\$ 2,22 |
| F | Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0,65% | R\$ 48,15 |
| Total | | 5,67% | R\$ 420,30 |

| Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | | | |
|---|--|----------------|-------------|
| Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais | | | |
| 4.1 | Substituto nas Ausências Legais | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | Substituto na cobertura de Férias | 0,69% | R\$ 51,11 |
| B | Substituto na cobertura de Ausências Legais | 0,30% | R\$ 22,22 |
| C | Substituto na cobertura de Licença-Paternidade | 0,02% | R\$ 1,48 |
| D | Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho | 0,03% | R\$ 2,22 |
| E | Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade | 1,14% | R\$ 84,45 |
| F | Substituto na cobertura de outras ausências (especificar) | 0,02% | R\$ 1,48 |
| Total | | 2,20% | R\$ 162,96 |

| Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada | | |
|--|--|-------------|
| 4.2 | Substituto na Intrajornada | Valor (R\$) |
| A | Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação | - |
| Total | | - |

| Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | | |
|--|--|-------------|
| 4 | Custo de Reposição do Profissional Ausente | Valor (R\$) |
| 4.1 | Substituto nas Ausências Legais | R\$ 162,96 |
| 4.2 | Substituto na Intrajornada | R\$ - |
| Total | | R\$ 162,96 |

| Módulo 5 - Insumos Diversos | | |
|-----------------------------|----------------------|-------------|
| 5 | Insumos Diversos | Valor (R\$) |
| A | Uniformes | - |
| B | Materiais | - |
| C | Equipamentos | - |
| D | Outros (especificar) | - |
| Total | | - |

| Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro | | | |
|---|--|----------------|--------------|
| Regime de tributação: | | Lucro Real | |
| 6 | Custos Indiretos, Tributos e Lucro | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | Custos Indiretos | 23,01% | R\$ 2.600,11 |
| B | Lucro | 15,00% | R\$ 2.085,00 |
| C | Tributos (C.1 + C.2 + C.3) | | |
| C.1. | Tributos Federais (PIS) | 0,65% | R\$ 115,64 |
| C.2. | Tributos Federais (COFINS) | 3,00% | R\$ 533,72 |
| C.3. | Tributos Estaduais/Municipais (ISS) | 2,00% | R\$ 355,82 |
| D | Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - CPRB | 4,50% | R\$ 800,59 |
| Total | | | R\$ 6.490,88 |

| QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO | | |
|---|--|---------------|
| Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado) | | Valor(R\$) |
| A | Módulo 1 - Composição da Remuneração | R\$ 7.407,49 |
| B | Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | R\$ 3.309,16 |
| C | Módulo 3 - Provisão para Rescisão | R\$ 420,30 |
| D | Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | R\$ 162,96 |
| E | Módulo 5 - Insumos Diversos | R\$ - |
| Subtotal (A + B +C+ D+E) | | R\$ 11.299,91 |
| F | Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro | R\$ 6.490,88 |
| Valor Total por Empregado | | R\$ 17.790,79 |

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

| Dados para composição dos custos referentes a mão de obra | | | |
|---|---|---|----------|
| 1 | Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas) | Analista de Negócios/Requisitos Sênior | 5 |
| 2 | Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) | 0 | |
| 3 | Salário da Categoria Profissional | R\$ | 2.793,00 |
| 4 | Sindicato da Categoria Profissional (vinculada à execução contratual) | SINDPD-CEARÁ | |
| 5 | Data-Base da Categoria (dia/mês/ano) | 01/05/2022 | |
| 6 | Nº da Convenção Coletiva de trabalho (CCT) | CE000648/2022 | |

| Módulo 1 - Composição da Remuneração | | |
|--------------------------------------|----------------------------------|--------------------|
| 1 | Composição da Remuneração | Valor (R\$) |
| A | Salário-Base | R\$ 9.664,58 |
| B | Adicional de Periculosidade | R\$ - |
| C | Adicional de Insalubridade | R\$ - |
| D | Adicional Noturno | R\$ - |
| E | Hora-Extra 50% | |
| F | Hora-Extra 100% | |
| Total | | R\$ 9.664,58 |

| Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | | |
|---|--|--------------------|
| Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | | |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | Valor (R\$) |
| A | 13º (décimo terceiro) Salário | R\$ 805,38 |
| B | Férias e Adicional de Férias | R\$ 1.073,84 |
| Total | | R\$ 1.879,22 |

| Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições. | | | |
|---|---|-----------------------|---------------------|
| 2.2 | GPS, FGTS e outras contribuições | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | INSS | 0,00% | R\$ - |
| B | Salário Educação | 2,50% | R\$ 288,60 |
| C | RAT Ajustado (RAT x FAP) | 0,50% | R\$ 57,72 |
| D | SESC ou SESI | 1,50% | R\$ 173,16 |
| E | SENAI - SENAC | 1,00% | R\$ 115,44 |
| F | SEBRAE | 0,60% | R\$ 69,26 |
| G | INCRA | 0,20% | R\$ 23,09 |
| H | FGTS | 8,00% | R\$ 923,50 |
| Total | | 14,30% | R\$ 1.650,77 |

| Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários. | | |
|---|-------------------------------|-------------|
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | Valor (R\$) |
| A | Transporte | R\$ - |
| B | Auxílio-Refeição/Alimentação | R\$ 459,80 |
| C | Assistência Médica e Familiar | R\$ 143,76 |
| D | Cesta Básica | |
| Total | | R\$ 603,56 |

| Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários | | |
|---|---|--------------|
| 2 | Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | Valor (R\$) |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | R\$ 1.879,22 |
| 2.2 | GPS, FGTS e outras contribuições | R\$ 1.650,77 |
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | R\$ 603,56 |
| Total | | R\$ 4.133,55 |

| Módulo 3 - Provisão para Rescisão | | | |
|-----------------------------------|--|----------------|-------------|
| 3 | Provisão para Rescisão | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | Aviso Prévio Indenizado | 0,42% | R\$ 40,59 |
| B | Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado | 0,03% | R\$ 2,90 |
| C | Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado | 4,35% | R\$ 420,41 |
| D | Aviso Prévio Trabalhado | 0,194% | R\$ 18,75 |
| E | Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0,03% | R\$ 2,90 |
| F | Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0,65% | R\$ 62,82 |
| Total | | 5,67% | R\$ 548,37 |

| Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | | | |
|---|--|----------------|-------------|
| Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais | | | |
| 4.1 | Substituto nas Ausências Legais | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | Substituto na cobertura de Férias | 0,69% | R\$ 66,69 |
| B | Substituto na cobertura de Ausências Legais | 0,30% | R\$ 28,99 |
| C | Substituto na cobertura de Licença-Paternidade | 0,02% | R\$ 1,93 |
| D | Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho | 0,03% | R\$ 2,90 |
| E | Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade | 1,14% | R\$ 110,18 |
| F | Substituto na cobertura de outras ausências (especificar) | 0,02% | R\$ 1,93 |
| Total | | 2,20% | R\$ 212,62 |

| Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada | | |
|--|--|-------------|
| 4.2 | Substituto na Intrajornada | Valor (R\$) |
| A | Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação | - |
| Total | | - |

| Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | | |
|--|--|-------------|
| 4 | Custo de Reposição do Profissional Ausente | Valor (R\$) |
| 4.1 | Substituto nas Ausências Legais | R\$ 212,62 |
| 4.2 | Substituto na Intrajornada | R\$ - |
| Total | | R\$ 212,62 |

| Módulo 5 - Insumos Diversos | | |
|-----------------------------|----------------------|-------------|
| 5 | Insumos Diversos | Valor (R\$) |
| A | Uniformes | - |
| B | Materiais | - |
| C | Equipamentos | - |
| D | Outros (especificar) | - |
| Total | | - |

| Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro | | | |
|---|--|----------------|--------------|
| Regime de tributação: | | Lucro Real | |
| 6 | Custos Indiretos, Tributos e Lucro | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | Custos Indiretos | 23,01% | R\$ 3.350,05 |
| B | Lucro | 15,00% | R\$ 2.686,38 |
| C | Tributos (C.1 + C.2 + C.3) | | |
| C.1. | Tributos Federais (PIS) | 0,65% | R\$ 148,99 |
| C.2. | Tributos Federais (COFINS) | 3,00% | R\$ 687,66 |
| C.3. | Tributos Estaduais/Municipais (ISS) | 2,00% | R\$ 458,44 |
| D | Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - CPRB | 4,50% | R\$ 1.031,50 |
| Total | | | R\$ 8.363,02 |

| QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO | | |
|---|--|---------------|
| Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado) | | Valor(R\$) |
| A | Módulo 1 - Composição da Remuneração | R\$ 9.664,58 |
| B | Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | R\$ 4.133,55 |
| C | Módulo 3 - Provisão para Rescisão | R\$ 548,37 |
| D | Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | R\$ 212,62 |
| E | Módulo 5 - Insumos Diversos | R\$ - |
| Subtotal (A + B +C+ D+E) | | R\$ 14.559,12 |
| F | Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro | R\$ 8.363,02 |
| Valor Total por Empregado | | R\$ 22.922,14 |

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

| Dados para composição dos custos referentes a mão de obra | | | |
|---|---|------------------------------|----------|
| 1 | Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas) | Analista de BI Júnior | 3 |
| 2 | Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) | 0 | |
| 3 | Salário da Categoria Profissional | R\$ | 2.793,00 |
| 4 | Sindicato da Categoria Profissional (vinculada à execução contratual) | SINDPD-CEARÁ | |
| 5 | Data-Base da Categoria (dia/mês/ano) | 01/05/2022 | |
| 6 | Nº da Convenção Coletiva de trabalho (CCT) | CE000648/2022 | |

| Módulo 1 - Composição da Remuneração | | |
|--------------------------------------|----------------------------------|--------------------|
| 1 | Composição da Remuneração | Valor (R\$) |
| A | Salário-Base | R\$ 6.683,31 |
| B | Adicional de Periculosidade | R\$ - |
| C | Adicional de Insalubridade | R\$ - |
| D | Adicional Noturno | R\$ - |
| E | Hora-Extra 50% | |
| F | Hora-Extra 100% | |
| Total | | R\$ 6.683,31 |

| Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | | |
|---|--|--------------------|
| Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | | |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | Valor (R\$) |
| A | 13º (décimo terceiro) Salário | R\$ 556,94 |
| B | Férias e Adicional de Férias | R\$ 742,59 |
| Total | | R\$ 1.299,53 |

| Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições. | | | |
|---|---|-----------------------|---------------------|
| 2.2 | GPS, FGTS e outras contribuições | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | INSS | 0,00% | R\$ - |
| B | Salário Educação | 2,50% | R\$ 199,57 |
| C | RAT Ajustado (RAT x FAP) | 0,50% | R\$ 39,91 |
| D | SESC ou SESI | 1,50% | R\$ 119,74 |
| E | SENAI - SENAC | 1,00% | R\$ 79,83 |
| F | SEBRAE | 0,60% | R\$ 47,90 |
| G | INCRA | 0,20% | R\$ 15,97 |
| H | FGTS | 8,00% | R\$ 638,63 |
| Total | | 14,30% | R\$ 1.141,55 |

| Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários. | | |
|---|-------------------------------|-------------|
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | Valor (R\$) |
| A | Transporte | R\$ - |
| B | Auxílio-Refeição/Alimentação | R\$ 459,80 |
| C | Assistência Médica e Familiar | R\$ 143,76 |
| D | Cesta Básica | |
| Total | | R\$ 603,56 |

| Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários | | |
|---|---|--------------|
| 2 | Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | Valor (R\$) |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | R\$ 1.299,53 |
| 2.2 | GPS, FGTS e outras contribuições | R\$ 1.141,55 |
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | R\$ 603,56 |
| Total | | R\$ 3.044,64 |

| Módulo 3 - Provisão para Rescisão | | | |
|-----------------------------------|--|----------------|-------------|
| 3 | Provisão para Rescisão | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | Aviso Prévio Indenizado | 0,42% | R\$ 28,07 |
| B | Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado | 0,03% | R\$ 2,00 |
| C | Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado | 4,35% | R\$ 290,72 |
| D | Aviso Prévio Trabalhado | 0,194% | R\$ 12,97 |
| E | Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0,03% | R\$ 2,00 |
| F | Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0,65% | R\$ 43,44 |
| Total | | 5,67% | R\$ 379,20 |

| Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | | | |
|---|--|----------------|-------------|
| Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais | | | |
| 4.1 | Substituto nas Ausências Legais | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | Substituto na cobertura de Férias | 0,69% | R\$ 46,11 |
| B | Substituto na cobertura de Ausências Legais | 0,30% | R\$ 20,05 |
| C | Substituto na cobertura de Licença-Paternidade | 0,02% | R\$ 1,34 |
| D | Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho | 0,03% | R\$ 2,00 |
| E | Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade | 1,14% | R\$ 76,19 |
| F | Substituto na cobertura de outras ausências (especificar) | 0,02% | R\$ 1,34 |
| Total | | 2,20% | R\$ 147,03 |

| Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada | | |
|--|--|-------------|
| 4.2 | Substituto na Intrajornada | Valor (R\$) |
| A | Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação | - |
| Total | | - |

| Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | | |
|--|--|-------------|
| 4 | Custo de Reposição do Profissional Ausente | Valor (R\$) |
| 4.1 | Substituto nas Ausências Legais | R\$ 147,03 |
| 4.2 | Substituto na Intrajornada | R\$ - |
| Total | | R\$ 147,03 |

| Módulo 5 - Insumos Diversos | | |
|-----------------------------|----------------------|-------------|
| 5 | Insumos Diversos | Valor (R\$) |
| A | Uniformes | - |
| B | Materiais | - |
| C | Equipamentos | - |
| D | Outros (especificar) | - |
| Total | | - |

| Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro | | | |
|---|--|----------------|--------------|
| Regime de tributação: | | Lucro Real | |
| 6 | Custos Indiretos, Tributos e Lucro | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | Custos Indiretos | 23,01% | R\$ 2.359,49 |
| B | Lucro | 15,00% | R\$ 1.892,05 |
| C | Tributos (C.1 + C.2 + C.3) | | |
| C.1. | Tributos Federais (PIS) | 0,65% | R\$ 104,94 |
| C.2. | Tributos Federais (COFINS) | 3,00% | R\$ 484,33 |
| C.3. | Tributos Estaduais/Municipais (ISS) | 2,00% | R\$ 322,89 |
| D | Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - CPRB | 4,50% | R\$ 726,50 |
| Total | | | R\$ 5.890,20 |

| QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO | | |
|---|--|---------------|
| Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado) | | Valor(R\$) |
| A | Módulo 1 - Composição da Remuneração | R\$ 6.683,31 |
| B | Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | R\$ 3.044,64 |
| C | Módulo 3 - Provisão para Rescisão | R\$ 379,20 |
| D | Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | R\$ 147,03 |
| E | Módulo 5 - Insumos Diversos | R\$ - |
| Subtotal (A + B +C+ D+E) | | R\$ 10.254,18 |
| F | Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro | R\$ 5.890,20 |
| Valor Total por Empregado | | R\$ 16.144,38 |

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

| Dados para composição dos custos referentes a mão de obra | | | |
|---|---|-----------------------------|----------|
| 1 | Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas) | Analista de BI Pleno | 1 |
| 2 | Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) | 0 | |
| 3 | Salário da Categoria Profissional | R\$ | 2.793,00 |
| 4 | Sindicato da Categoria Profissional (vinculada à execução contratual) | SINDPD-CEARÁ | |
| 5 | Data-Base da Categoria (dia/mês/ano) | 01/05/2022 | |
| 6 | Nº da Convenção Coletiva de trabalho (CCT) | CE000648/2022 | |

| Módulo 1 - Composição da Remuneração | | |
|--------------------------------------|----------------------------------|--------------------|
| 1 | Composição da Remuneração | Valor (R\$) |
| A | Salário-Base | R\$ 9.967,63 |
| B | Adicional de Periculosidade | R\$ - |
| C | Adicional de Insalubridade | R\$ - |
| D | Adicional Noturno | R\$ - |
| E | Hora-Extra 50% | |
| F | Hora-Extra 100% | |
| Total | | R\$ 9.967,63 |

| Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | | |
|---|--|--------------------|
| Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | | |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | Valor (R\$) |
| A | 13º (décimo terceiro) Salário | R\$ 830,64 |
| B | Férias e Adicional de Férias | R\$ 1.107,51 |
| Total | | R\$ 1.938,15 |

| Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições. | | | |
|---|---|-----------------------|---------------------|
| 2.2 | GPS, FGTS e outras contribuições | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | INSS | 0,00% | R\$ - |
| B | Salário Educação | 2,50% | R\$ 297,64 |
| C | RAT Ajustado (RAT x FAP) | 0,50% | R\$ 59,53 |
| D | SESC ou SESI | 1,50% | R\$ 178,59 |
| E | SENAI - SENAC | 1,00% | R\$ 119,06 |
| F | SEBRAE | 0,60% | R\$ 71,43 |
| G | INCRA | 0,20% | R\$ 23,81 |
| H | FGTS | 8,00% | R\$ 952,46 |
| Total | | 14,30% | R\$ 1.702,52 |

| Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários. | | |
|---|-------------------------------|-------------|
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | Valor (R\$) |
| A | Transporte | R\$ - |
| B | Auxílio-Refeição/Alimentação | R\$ 459,80 |
| C | Assistência Médica e Familiar | R\$ 143,76 |
| D | Cesta Básica | |
| Total | | R\$ 603,56 |

| Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários | | |
|---|---|--------------|
| 2 | Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | Valor (R\$) |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | R\$ 1.938,15 |
| 2.2 | GPS, FGTS e outras contribuições | R\$ 1.702,52 |
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | R\$ 603,56 |
| Total | | R\$ 4.244,23 |

| Módulo 3 - Provisão para Rescisão | | | |
|-----------------------------------|--|----------------|-------------|
| 3 | Provisão para Rescisão | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | Aviso Prévio Indenizado | 0,42% | R\$ 41,86 |
| B | Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado | 0,03% | R\$ 2,99 |
| C | Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado | 4,35% | R\$ 433,59 |
| D | Aviso Prévio Trabalhado | 0,194% | R\$ 19,34 |
| E | Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0,03% | R\$ 2,99 |
| F | Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0,65% | R\$ 64,79 |
| Total | | 5,67% | R\$ 565,56 |

| Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | | | |
|---|--|----------------|-------------|
| Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais | | | |
| 4.1 | Substituto nas Ausências Legais | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | Substituto na cobertura de Férias | 0,69% | R\$ 68,78 |
| B | Substituto na cobertura de Ausências Legais | 0,30% | R\$ 29,90 |
| C | Substituto na cobertura de Licença-Paternidade | 0,02% | R\$ 1,99 |
| D | Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho | 0,03% | R\$ 2,99 |
| E | Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade | 1,14% | R\$ 113,63 |
| F | Substituto na cobertura de outras ausências (especificar) | 0,02% | R\$ 1,99 |
| Total | | 2,20% | R\$ 219,28 |

| Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada | | |
|--|--|-------------|
| 4.2 | Substituto na Intrajornada | Valor (R\$) |
| A | Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação | - |
| Total | | - |

| Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | | |
|--|--|-------------|
| 4 | Custo de Reposição do Profissional Ausente | Valor (R\$) |
| 4.1 | Substituto nas Ausências Legais | R\$ 219,28 |
| 4.2 | Substituto na Intrajornada | R\$ - |
| Total | | R\$ 219,28 |

| Módulo 5 - Insumos Diversos | | |
|-----------------------------|----------------------|-------------|
| 5 | Insumos Diversos | Valor (R\$) |
| A | Uniformes | - |
| B | Materiais | - |
| C | Equipamentos | - |
| D | Outros (especificar) | - |
| Total | | - |

| Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro | | | |
|---|--|----------------|--------------|
| Regime de tributação: | | Lucro Real | |
| 6 | Custos Indiretos, Tributos e Lucro | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | Custos Indiretos | 23,01% | R\$ 3.450,74 |
| B | Lucro | 15,00% | R\$ 2.767,12 |
| C | Tributos (C.1 + C.2 + C.3) | | |
| C.1. | Tributos Federais (PIS) | 0,65% | R\$ 153,47 |
| C.2. | Tributos Federais (COFINS) | 3,00% | R\$ 708,33 |
| C.3. | Tributos Estaduais/Municipais (ISS) | 2,00% | R\$ 472,22 |
| D | Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - CPRB | 4,50% | R\$ 1.062,50 |
| Total | | | R\$ 8.614,38 |

| QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO | | |
|---|--|---------------|
| Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado) | | Valor(R\$) |
| A | Módulo 1 - Composição da Remuneração | R\$ 9.967,63 |
| B | Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | R\$ 4.244,23 |
| C | Módulo 3 - Provisão para Rescisão | R\$ 565,56 |
| D | Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | R\$ 219,28 |
| E | Módulo 5 - Insumos Diversos | R\$ - |
| Subtotal (A + B +C+ D+E) | | R\$ 14.996,70 |
| F | Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro | R\$ 8.614,38 |
| Valor Total por Empregado | | R\$ 23.611,08 |

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

| Dados para composição dos custos referentes a mão de obra | | | |
|---|---|------------------------------|----------|
| 1 | Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas) | Analista de BI Sênior | 1 |
| 2 | Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) | 0 | |
| 3 | Salário da Categoria Profissional | R\$ | 2.793,00 |
| 4 | Sindicato da Categoria Profissional (vinculada à execução contratual) | SINDPD-CEARÁ | |
| 5 | Data-Base da Categoria (dia/mês/ano) | 01/05/2022 | |
| 6 | Nº da Convenção Coletiva de trabalho (CCT) | CE000648/2022 | |

| Módulo 1 - Composição da Remuneração | | |
|--------------------------------------|----------------------------------|--------------------|
| 1 | Composição da Remuneração | Valor (R\$) |
| A | Salário-Base | R\$ 12.816,73 |
| B | Adicional de Periculosidade | R\$ - |
| C | Adicional de Insalubridade | R\$ - |
| D | Adicional Noturno | R\$ - |
| E | Hora-Extra 50% | |
| F | Hora-Extra 100% | |
| Total | | R\$ 12.816,73 |

| Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | | |
|---|--|--------------------|
| Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | | |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | Valor (R\$) |
| A | 13º (décimo terceiro) Salário | R\$ 1.068,06 |
| B | Férias e Adicional de Férias | R\$ 1.424,08 |
| Total | | R\$ 2.492,14 |

| Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições. | | | |
|---|---|-----------------------|---------------------|
| 2.2 | GPS, FGTS e outras contribuições | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | INSS | 0,00% | R\$ - |
| B | Salário Educação | 2,50% | R\$ 382,72 |
| C | RAT Ajustado (RAT x FAP) | 0,50% | R\$ 76,54 |
| D | SESC ou SESI | 1,50% | R\$ 229,63 |
| E | SENAI - SENAC | 1,00% | R\$ 153,09 |
| F | SEBRAE | 0,60% | R\$ 91,85 |
| G | INCRA | 0,20% | R\$ 30,62 |
| H | FGTS | 8,00% | R\$ 1.224,71 |
| Total | | 14,30% | R\$ 2.189,16 |

| Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários. | | |
|---|-------------------------------|-------------|
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | Valor (R\$) |
| A | Transporte | R\$ - |
| B | Auxílio-Refeição/Alimentação | R\$ 459,80 |
| C | Assistência Médica e Familiar | R\$ 143,76 |
| D | Cesta Básica | |
| Total | | R\$ 603,56 |

| Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários | | |
|---|---|--------------|
| 2 | Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | Valor (R\$) |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | R\$ 2.492,14 |
| 2.2 | GPS, FGTS e outras contribuições | R\$ 2.189,16 |
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | R\$ 603,56 |
| Total | | R\$ 5.284,86 |

| Módulo 3 - Provisão para Rescisão | | | |
|-----------------------------------|--|----------------|-------------|
| 3 | Provisão para Rescisão | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | Aviso Prévio Indenizado | 0,42% | R\$ 53,83 |
| B | Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado | 0,03% | R\$ 3,85 |
| C | Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado | 4,35% | R\$ 557,53 |
| D | Aviso Prévio Trabalhado | 0,194% | R\$ 24,86 |
| E | Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0,03% | R\$ 3,85 |
| F | Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0,65% | R\$ 83,31 |
| Total | | 5,67% | R\$ 727,23 |

| Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | | | |
|---|--|----------------|-------------|
| Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais | | | |
| 4.1 | Substituto nas Ausências Legais | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | Substituto na cobertura de Férias | 0,69% | R\$ 88,44 |
| B | Substituto na cobertura de Ausências Legais | 0,30% | R\$ 38,45 |
| C | Substituto na cobertura de Licença-Paternidade | 0,02% | R\$ 2,56 |
| D | Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho | 0,03% | R\$ 3,85 |
| E | Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade | 1,14% | R\$ 146,11 |
| F | Substituto na cobertura de outras ausências (especificar) | 0,02% | R\$ 2,56 |
| Total | | 2,20% | R\$ 281,97 |

| Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada | | |
|--|--|-------------|
| 4.2 | Substituto na Intrajornada | Valor (R\$) |
| A | Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação | - |
| Total | | - |

| Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | | |
|--|--|-------------|
| 4 | Custo de Reposição do Profissional Ausente | Valor (R\$) |
| 4.1 | Substituto nas Ausências Legais | R\$ 281,97 |
| 4.2 | Substituto na Intrajornada | R\$ - |
| Total | | R\$ 281,97 |

| Módulo 5 - Insumos Diversos | | |
|-----------------------------|----------------------|-------------|
| 5 | Insumos Diversos | Valor (R\$) |
| A | Uniformes | - |
| B | Materiais | - |
| C | Equipamentos | - |
| D | Outros (especificar) | - |
| Total | | - |

| Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro | | | |
|---|--|----------------|---------------|
| Regime de tributação: | | Lucro Real | |
| 6 | Custos Indiretos, Tributos e Lucro | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | Custos Indiretos | 23,01% | R\$ 4.397,39 |
| B | Lucro | 15,00% | R\$ 3.526,23 |
| C | Tributos (C.1 + C.2 + C.3) | | |
| C.1. | Tributos Federais (PIS) | 0,65% | R\$ 195,57 |
| C.2. | Tributos Federais (COFINS) | 3,00% | R\$ 902,65 |
| C.3. | Tributos Estaduais/Municipais (ISS) | 2,00% | R\$ 601,77 |
| D | Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - CPRB | 4,50% | R\$ 1.353,98 |
| Total | | | R\$ 10.977,59 |

| QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO | | |
|---|--|---------------|
| Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado) | | Valor(R\$) |
| A | Módulo 1 - Composição da Remuneração | R\$ 12.816,73 |
| B | Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | R\$ 5.284,86 |
| C | Módulo 3 - Provisão para Rescisão | R\$ 727,23 |
| D | Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | R\$ 281,97 |
| E | Módulo 5 - Insumos Diversos | R\$ - |
| Subtotal (A + B +C+ D+E) | | R\$ 19.110,79 |
| F | Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro | R\$ 10.977,59 |
| Valor Total por Empregado | | R\$ 30.088,38 |

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

| Dados para composição dos custos referentes a mão de obra | | | |
|---|---|------------------------------|----------|
| 1 | Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas) | Administrador de Dados Pleno | 2 |
| 2 | Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) | 0 | |
| 3 | Salário da Categoria Profissional | R\$ | 2.793,00 |
| 4 | Sindicato da Categoria Profissional (vinculada à execução contratual) | SINDPD-CEARÁ | |
| 5 | Data-Base da Categoria (dia/mês/ano) | 01/05/2022 | |
| 6 | Nº da Convenção Coletiva de trabalho (CCT) | CE000648/2022 | |

| Módulo 1 - Composição da Remuneração | | |
|--------------------------------------|-----------------------------|--------------|
| 1 | Composição da Remuneração | Valor (R\$) |
| A | Salário-Base | R\$ 7.816,50 |
| B | Adicional de Periculosidade | R\$ - |
| C | Adicional de Insalubridade | R\$ - |
| D | Adicional Noturno | R\$ - |
| E | Hora-Extra 50% | |
| F | Hora-Extra 100% | |
| Total | | R\$ 7.816,50 |

| Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | | |
|---|---|--------------|
| Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | | |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | Valor (R\$) |
| A | 13º (décimo terceiro) Salário | R\$ 651,38 |
| B | Férias e Adicional de Férias | R\$ 868,50 |
| Total | | R\$ 1.519,88 |

| Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições. | | | |
|---|----------------------------------|----------------|--------------|
| 2.2 | GPS, FGTS e outras contribuições | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | INSS | 0,00% | R\$ - |
| B | Salário Educação | 2,50% | R\$ 233,41 |
| C | RAT Ajustado (RAT x FAP) | 0,50% | R\$ 46,68 |
| D | SESC ou SESI | 1,50% | R\$ 140,05 |
| E | SENAI - SENAC | 1,00% | R\$ 93,36 |
| F | SEBRAE | 0,60% | R\$ 56,02 |
| G | INCRA | 0,20% | R\$ 18,67 |
| H | FGTS | 8,00% | R\$ 746,91 |
| Total | | 14,30% | R\$ 1.335,10 |

| Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários. | | |
|---|-------------------------------|-------------|
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | Valor (R\$) |
| A | Transporte | R\$ - |
| B | Auxílio-Refeição/Alimentação | R\$ 459,80 |
| C | Assistência Médica e Familiar | R\$ 143,76 |
| D | Cesta Básica | |
| Total | | R\$ 603,56 |

| Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários | | |
|---|---|--------------|
| 2 | Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | Valor (R\$) |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | R\$ 1.519,88 |
| 2.2 | GPS, FGTS e outras contribuições | R\$ 1.335,10 |
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | R\$ 603,56 |
| Total | | R\$ 3.458,54 |

| Módulo 3 - Provisão para Rescisão | | | |
|-----------------------------------|--|----------------|-------------|
| 3 | Provisão para Rescisão | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | Aviso Prévio Indenizado | 0,42% | R\$ 32,83 |
| B | Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado | 0,03% | R\$ 2,34 |
| C | Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado | 4,35% | R\$ 340,02 |
| D | Aviso Prévio Trabalhado | 0,194% | R\$ 15,16 |
| E | Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0,03% | R\$ 2,34 |
| F | Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0,65% | R\$ 50,81 |
| Total | | 5,67% | R\$ 443,50 |

| Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | | | |
|---|--|----------------|-------------|
| Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais | | | |
| 4.1 | Substituto nas Ausências Legais | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | Substituto na cobertura de Férias | 0,69% | R\$ 53,93 |
| B | Substituto na cobertura de Ausências Legais | 0,30% | R\$ 23,45 |
| C | Substituto na cobertura de Licença-Paternidade | 0,02% | R\$ 1,56 |
| D | Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho | 0,03% | R\$ 2,34 |
| E | Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade | 1,14% | R\$ 89,11 |
| F | Substituto na cobertura de outras ausências (especificar) | 0,02% | R\$ 1,56 |
| Total | | 2,20% | R\$ 171,95 |

| Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada | | |
|--|--|-------------|
| 4.2 | Substituto na Intrajornada | Valor (R\$) |
| A | Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação | - |
| Total | | - |

| Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | | |
|--|--|-------------|
| 4 | Custo de Reposição do Profissional Ausente | Valor (R\$) |
| 4.1 | Substituto nas Ausências Legais | R\$ 171,95 |
| 4.2 | Substituto na Intrajornada | R\$ - |
| Total | | R\$ 171,95 |

| Módulo 5 - Insumos Diversos | | |
|-----------------------------|----------------------|-------------|
| 5 | Insumos Diversos | Valor (R\$) |
| A | Uniformes | - |
| B | Materiais | - |
| C | Equipamentos | - |
| D | Outros (especificar) | - |
| Total | | - |

| Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro | | | |
|---|--|----------------|--------------|
| Regime de tributação: | | Lucro Real | |
| 6 | Custos Indiretos, Tributos e Lucro | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | Custos Indiretos | 23,01% | R\$ 2.736,00 |
| B | Lucro | 15,00% | R\$ 2.193,97 |
| C | Tributos (C.1 + C.2 + C.3) | | |
| C.1. | Tributos Federais (PIS) | 0,65% | R\$ 121,68 |
| C.2. | Tributos Federais (COFINS) | 3,00% | R\$ 561,62 |
| C.3. | Tributos Estaduais/Municipais (ISS) | 2,00% | R\$ 374,41 |
| D | Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - CPRB | 4,50% | R\$ 842,43 |
| Total | | | R\$ 6.830,11 |

| QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO | | |
|---|--|---------------|
| Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado) | | Valor(R\$) |
| A | Módulo 1 - Composição da Remuneração | R\$ 7.816,50 |
| B | Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | R\$ 3.458,54 |
| C | Módulo 3 - Provisão para Rescisão | R\$ 443,50 |
| D | Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | R\$ 171,95 |
| E | Módulo 5 - Insumos Diversos | R\$ - |
| Subtotal (A + B +C+ D+E) | | R\$ 11.890,49 |
| F | Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro | R\$ 6.830,11 |
| Valor Total por Empregado | | R\$ 18.720,60 |

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

| Dados para composição dos custos referentes a mão de obra | | | |
|---|---|-------------------------------|----------|
| 1 | Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas) | Administrador de Dados Sênior | 5 |
| 2 | Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) | 0 | |
| 3 | Salário da Categoria Profissional | R\$ | 2.793,00 |
| 4 | Sindicato da Categoria Profissional (vinculada à execução contratual) | SINDPD-CEARÁ | |
| 5 | Data-Base da Categoria (dia/mês/ano) | 01/05/2022 | |
| 6 | Nº da Convenção Coletiva de trabalho (CCT) | CE000648/2022 | |

| Módulo 1 - Composição da Remuneração | | |
|--------------------------------------|-----------------------------|--------------|
| 1 | Composição da Remuneração | Valor (R\$) |
| A | Salário-Base | R\$ 9.946,67 |
| B | Adicional de Periculosidade | R\$ - |
| C | Adicional de Insalubridade | R\$ - |
| D | Adicional Noturno | R\$ - |
| E | Hora-Extra 50% | |
| F | Hora-Extra 100% | |
| Total | | R\$ 9.946,67 |

| Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | | |
|---|---|--------------|
| Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | | |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | Valor (R\$) |
| A | 13º (décimo terceiro) Salário | R\$ 828,89 |
| B | Férias e Adicional de Férias | R\$ 1.105,19 |
| Total | | R\$ 1.934,08 |

| Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições. | | | |
|---|----------------------------------|----------------|--------------|
| 2.2 | GPS, FGTS e outras contribuições | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | INSS | 0,00% | R\$ - |
| B | Salário Educação | 2,50% | R\$ 297,02 |
| C | RAT Ajustado (RAT x FAP) | 0,50% | R\$ 59,40 |
| D | SESC ou SESI | 1,50% | R\$ 178,21 |
| E | SENAI - SENAC | 1,00% | R\$ 118,81 |
| F | SEBRAE | 0,60% | R\$ 71,28 |
| G | INCRA | 0,20% | R\$ 23,76 |
| H | FGTS | 8,00% | R\$ 950,46 |
| Total | | 14,30% | R\$ 1.698,94 |

| Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários. | | |
|---|-------------------------------|-------------|
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | Valor (R\$) |
| A | Transporte | R\$ - |
| B | Auxílio-Refeição/Alimentação | R\$ 459,80 |
| C | Assistência Médica e Familiar | R\$ 143,76 |
| D | Cesta Básica | |
| Total | | R\$ 603,56 |

| Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários | | |
|---|---|--------------|
| 2 | Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | Valor (R\$) |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | R\$ 1.934,08 |
| 2.2 | GPS, FGTS e outras contribuições | R\$ 1.698,94 |
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | R\$ 603,56 |
| Total | | R\$ 4.236,58 |

| Módulo 3 - Provisão para Rescisão | | | |
|-----------------------------------|--|----------------|-------------|
| 3 | Provisão para Rescisão | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | Aviso Prévio Indenizado | 0,42% | R\$ 41,78 |
| B | Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado | 0,03% | R\$ 2,98 |
| C | Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado | 4,35% | R\$ 432,68 |
| D | Aviso Prévio Trabalhado | 0,194% | R\$ 19,30 |
| E | Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0,03% | R\$ 2,98 |
| F | Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0,65% | R\$ 64,65 |
| Total | | 5,67% | R\$ 564,37 |

| Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | | | |
|---|--|----------------|-------------|
| Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais | | | |
| 4.1 | Substituto nas Ausências Legais | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | Substituto na cobertura de Férias | 0,69% | R\$ 68,63 |
| B | Substituto na cobertura de Ausências Legais | 0,30% | R\$ 29,84 |
| C | Substituto na cobertura de Licença-Paternidade | 0,02% | R\$ 1,99 |
| D | Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho | 0,03% | R\$ 2,98 |
| E | Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade | 1,14% | R\$ 113,39 |
| F | Substituto na cobertura de outras ausências (especificar) | 0,02% | R\$ 1,99 |
| Total | | 2,20% | R\$ 218,82 |

| Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada | | |
|--|--|-------------|
| 4.2 | Substituto na Intrajornada | Valor (R\$) |
| A | Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação | - |
| Total | | - |

| Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | | |
|--|--|-------------|
| 4 | Custo de Reposição do Profissional Ausente | Valor (R\$) |
| 4.1 | Substituto nas Ausências Legais | R\$ 218,82 |
| 4.2 | Substituto na Intrajornada | R\$ - |
| Total | | R\$ 218,82 |

| Módulo 5 - Insumos Diversos | | |
|-----------------------------|----------------------|-------------|
| 5 | Insumos Diversos | Valor (R\$) |
| A | Uniformes | - |
| B | Materiais | - |
| C | Equipamentos | - |
| D | Outros (especificar) | - |
| Total | | - |

| Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro | | | |
|---|--|----------------|--------------|
| Regime de tributação: | | Lucro Real | |
| 6 | Custos Indiretos, Tributos e Lucro | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | Custos Indiretos | 23,01% | R\$ 3.443,78 |
| B | Lucro | 15,00% | R\$ 2.761,53 |
| C | Tributos (C.1 + C.2 + C.3) | | |
| C.1. | Tributos Federais (PIS) | 0,65% | R\$ 153,16 |
| C.2. | Tributos Federais (COFINS) | 3,00% | R\$ 706,90 |
| C.3. | Tributos Estaduais/Municipais (ISS) | 2,00% | R\$ 471,27 |
| D | Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - CPRB | 4,50% | R\$ 1.060,35 |
| Total | | | R\$ 8.596,99 |

| QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO | | |
|---|--|---------------|
| Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado) | | Valor(R\$) |
| A | Módulo 1 - Composição da Remuneração | R\$ 9.946,67 |
| B | Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | R\$ 4.236,58 |
| C | Módulo 3 - Provisão para Rescisão | R\$ 564,37 |
| D | Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | R\$ 218,82 |
| E | Módulo 5 - Insumos Diversos | R\$ - |
| Subtotal (A + B +C+ D+E) | | R\$ 14.966,44 |
| F | Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro | R\$ 8.596,99 |
| Valor Total por Empregado | | R\$ 23.563,43 |

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

| Dados para composição dos custos referentes a mão de obra | | | |
|---|---|---------------|----------|
| 1 | Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas) | Scrum Master | 2 |
| 2 | Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) | 0 | |
| 3 | Salário da Categoria Profissional | R\$ | 2.793,00 |
| 4 | Sindicato da Categoria Profissional (vinculada à execução contratual) | SINDPD-CEARÁ | |
| 5 | Data-Base da Categoria (dia/mês/ano) | 01/05/2022 | |
| 6 | Nº da Convenção Coletiva de trabalho (CCT) | CE000648/2022 | |

| Módulo 1 - Composição da Remuneração | | |
|--------------------------------------|-----------------------------|---------------|
| 1 | Composição da Remuneração | Valor (R\$) |
| A | Salário-Base | R\$ 11.488,00 |
| B | Adicional de Periculosidade | R\$ - |
| C | Adicional de Insalubridade | R\$ - |
| D | Adicional Noturno | R\$ - |
| E | Hora-Extra 50% | |
| F | Hora-Extra 100% | |
| Total | | R\$ 11.488,00 |

| Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | | |
|---|---|--------------|
| Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | | |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | Valor (R\$) |
| A | 13º (décimo terceiro) Salário | R\$ 957,33 |
| B | Férias e Adicional de Férias | R\$ 1.276,44 |
| Total | | R\$ 2.233,77 |

| Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições. | | | |
|---|----------------------------------|----------------|--------------|
| 2.2 | GPS, FGTS e outras contribuições | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | INSS | 0,00% | R\$ - |
| B | Salário Educação | 2,50% | R\$ 343,04 |
| C | RAT Ajustado (RAT x FAP) | 0,50% | R\$ 68,61 |
| D | SESC ou SESI | 1,50% | R\$ 205,83 |
| E | SENAI - SENAC | 1,00% | R\$ 137,22 |
| F | SEBRAE | 0,60% | R\$ 82,33 |
| G | INCRA | 0,20% | R\$ 27,44 |
| H | FGTS | 8,00% | R\$ 1.097,74 |
| Total | | 14,30% | R\$ 1.962,21 |

| Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários. | | |
|---|-------------------------------|-------------|
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | Valor (R\$) |
| A | Transporte | R\$ - |
| B | Auxílio-Refeição/Alimentação | R\$ 459,80 |
| C | Assistência Médica e Familiar | R\$ 143,76 |
| D | Cesta Básica | |
| Total | | R\$ 603,56 |

| Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários | | |
|---|---|--------------|
| 2 | Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | Valor (R\$) |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | R\$ 2.233,77 |
| 2.2 | GPS, FGTS e outras contribuições | R\$ 1.962,21 |
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | R\$ 603,56 |
| Total | | R\$ 4.799,54 |

| Módulo 3 - Provisão para Rescisão | | | |
|-----------------------------------|--|----------------|-------------|
| 3 | Provisão para Rescisão | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | Aviso Prévio Indenizado | 0,42% | R\$ 48,25 |
| B | Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado | 0,03% | R\$ 3,45 |
| C | Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado | 4,35% | R\$ 499,73 |
| D | Aviso Prévio Trabalhado | 0,194% | R\$ 22,29 |
| E | Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0,03% | R\$ 3,45 |
| F | Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0,65% | R\$ 74,67 |
| Total | | 5,67% | R\$ 651,84 |

| Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | | | |
|---|--|----------------|-------------|
| Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais | | | |
| 4.1 | Substituto nas Ausências Legais | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | Substituto na cobertura de Férias | 0,69% | R\$ 79,27 |
| B | Substituto na cobertura de Ausências Legais | 0,30% | R\$ 34,46 |
| C | Substituto na cobertura de Licença-Paternidade | 0,02% | R\$ 2,30 |
| D | Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho | 0,03% | R\$ 3,45 |
| E | Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade | 1,14% | R\$ 130,96 |
| F | Substituto na cobertura de outras ausências (especificar) | 0,02% | R\$ 2,30 |
| Total | | 2,20% | R\$ 252,74 |

| Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada | | |
|--|--|-------------|
| 4.2 | Substituto na Intrajornada | Valor (R\$) |
| A | Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação | - |
| Total | | - |

| Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | | |
|--|--|-------------|
| 4 | Custo de Reposição do Profissional Ausente | Valor (R\$) |
| 4.1 | Substituto nas Ausências Legais | R\$ 252,74 |
| 4.2 | Substituto na Intrajornada | R\$ - |
| Total | | R\$ 252,74 |

| Módulo 5 - Insumos Diversos | | |
|-----------------------------|----------------------|-------------|
| 5 | Insumos Diversos | Valor (R\$) |
| A | Uniformes | - |
| B | Materiais | - |
| C | Equipamentos | - |
| D | Outros (especificar) | - |
| Total | | - |

| Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro | | | |
|---|--|----------------|--------------|
| Regime de tributação: | | Lucro Real | |
| 6 | Custos Indiretos, Tributos e Lucro | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | Custos Indiretos | 23,01% | R\$ 3.955,91 |
| B | Lucro | 15,00% | R\$ 3.172,20 |
| C | Tributos (C.1 + C.2 + C.3) | | |
| C.1. | Tributos Federais (PIS) | 0,65% | R\$ 175,94 |
| C.2. | Tributos Federais (COFINS) | 3,00% | R\$ 812,03 |
| C.3. | Tributos Estaduais/Municipais (ISS) | 2,00% | R\$ 541,35 |
| D | Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - CPRB | 4,50% | R\$ 1.218,04 |
| Total | | | R\$ 9.875,47 |

| QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO | | |
|---|--|---------------|
| Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado) | | Valor(R\$) |
| A | Módulo 1 - Composição da Remuneração | R\$ 11.488,00 |
| B | Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | R\$ 4.799,54 |
| C | Módulo 3 - Provisão para Rescisão | R\$ 651,84 |
| D | Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | R\$ 252,74 |
| E | Módulo 5 - Insumos Diversos | R\$ - |
| Subtotal (A + B +C+ D+E) | | R\$ 17.192,12 |
| F | Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro | R\$ 9.875,47 |
| Valor Total por Empregado | | R\$ 27.067,59 |



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO VI DO CONTRATO PERFIS, GRUPO DE ATIVIDADES E QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS

AQSETIN2022006 – Serviço de Sustentação e Desenvolvimento de Sistemas

**ANEXO VI – PERFIS, GRUPO DE ATIVIDADES E QUALIFICAÇÕES
PROFISSIONAIS**

• **Atividades de Sustentação/Desenvolvimento de Sistemas**

1. O quadro abaixo traz a relação básica, não exaustivas, das atividades que compõem os serviços baseados no Processo de Desenvolvimento de Software (PDS) do TJCE e atividades de apoio à sustentação e desenvolvimento de sistemas.
2. Em função das otimizações, propostas de melhorias de processos e/ou novas tecnologias incorporadas/substituídas pelo TJCE, a lista dos grupos de atividades poderá sofrer alterações dentro de um mesmo grupo de atividades, ao longo da execução contratual, a fim de contemplar as atividades/adequações necessárias à perfeita execução dos serviços sem que se caracterize, necessariamente, alteração, acréscimo ou supressão dos serviços ao objeto contratado:

Analista de Negócios/Requisitos

- Definição da Visão do Produto
- Definir Escopo da Tarefa e Cadastrar Demanda
- Levantar viabilidade da demanda
- Levantar e Especificar Requisitos
- Elaborar Diagramas de Análise e Projeto
- Elaborar Manual de Usuário e Documentação
- Homologar Versão do Produto
- Elaborar Política de Acesso;
- Realizar Treinamento para Usuário Final
- Atuar nos projetos onde as metodologias ágeis, como *SCRUM* e *KANBAN*, é utilizada, participando de todas as cerimônias previstas;
- Participar de reuniões com servidores, juízes e público-alvo desta Seção Judiciária para desenvolvimento de novos projetos e manutenção de *softwares* legados;
- Analisar sistemas legados e identificar pontos de melhorias;
- Elaborar *Scripts* de Atendimento a serem repassados pra Central de Atendimento de TI.
- Analisar e resolver chamados de 3º Nível dos Sistemas
- Acompanhar a execução das atividades do projeto;
- Fornecer informações sobre o projeto para os interessados;
- Elaborar e Validar Pareceres Técnicos sobre os Sistemas;



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

- Dominar conceitos de BPM para aplicação aos sistemas utilizados;
- Prospectar e sugerir ferramentas apropriadas para a disciplina de requisitos;
- Avaliar e propor melhorias no processo de Requisitos;
- Gerenciar alocação da equipe de Requisitos;
- Orientar equipe de Requisitos e garantir que a equipe siga o processo de desenvolvimento.

Desenvolvedor de Software

- Estimar esforço de demandas
- Implementar Funcionalidades de Software;
- Elaborar e Validar PML;
- Planejar Testes;
- Implementar Testes Unitários;
- Implementar Testes Automatizados;
- Implementar testes de aceitação seguindo a técnica Acceptance Test Driven Development (ATDD) usando Cucumber, Specflow ou equivalentes;
- Aplicar regras de validação de código fonte definidas pelo TJCE utilizando a ferramenta SONAR;
- Gerar e Implantar Versão;
- Resolver Não Conformidades da etapa de Implementação;
- Atuar nos projetos onde a metodologias ágeis, como SCRUM e KANBAN é utilizada;
- Planejar e validar manutenções corretivas e evolutivas de softwares legados;
- Seguir as melhores práticas e padronizações definidas para codificação na linguagem de programação e framework adotados;
- Atuar no desenvolvimento visual de sistemas legados e novos sistemas;
- Manutenção evolutiva, corretiva e desenvolvimento de portais utilizando ferramentas de Gerenciamento de Conteúdo (Ex: Wordpress).
- Atuar e validar configuração de ambientes para homologação de aplicações.
- Configurar ferramentas de Build e Deploy de Sistemas (Exemplo: Jenkins, etc)
- Elaborar e validar Pareceres Técnicos sobre comportamentos do Sistema;
- Atuar com ferramentas de controle de versão GIT e SVN;
- Configurar e gerenciar Containers Docker;
- Configurar e gerenciar ferramentas de Orquestração de Containers (Openshift, Kubernetes, ect);
- Configuração e gerenciar servidores de aplicação (Jboss, Puma, Nginx);
- Gerenciar Servidores Linux e Windows Server;
- Planejar ambiente de desenvolvimento de aplicações (novas e legado);
- Realizar Revisão de Código;
- Atuar na Segurança da Informação de Sistemas;
- Dominar conceitos de BPM para sua aplicação aos sistemas.
- Dominar conceitos de BPMN;
- Solucionar impedimentos da equipe de desenvolvimento e, caso não consiga, formalizar o impedimento pra gestão do TJCE;
- Liderar equipe de desenvolvimento, gerenciando as demandas, fornecendo e acompanhando cronogramas;

Arquiteto de Software

- Elaborar e Validar Arquitetura de Software;
- Apoiar a tomada de decisão técnica em relação as diferentes arquiteturas de software, na análise e



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

garantia do máximo de retorno esperado de uma arquitetura de software em termos de desempenho, segurança e relação custo/benefício;

- Projetar e desenvolver de acordo com as definições do TJCE a arquitetura de software de acordo com as tecnologias definidas, atuando nas fases de elaboração, construção e transição do processo de desenvolvimento;
- Definir e Validar componentes e serviços de software relacionados às tecnologias definidas para os projetos do TJCE e seus relacionamentos;
- Desenvolver e Validar provas de conceitos relacionadas às formas de uso das tecnologias definidas para os projetos do TJCE;
- Orientar e acompanhar analistas, projetistas e desenvolvedores acerca da arquitetura, padrões e implementação de software usando as tecnologias definidas para os projetos do TJCE;
- Atuar nas questões de otimização de desempenho, dimensionamento de capacidade e reuso de componentes de software usando as tecnologias definidas para os projetos do TJCE;
- Pesquisar soluções para problemas de arquitetura e integração de softwares relacionados às tecnologias definidas para os projetos do TJCE;
- Modelar arquitetura de software adotando as boas práticas ágeis de mercado;
- Atuar nos projetos onde a metodologias ágeis, como SCRUM e KANBAN é utilizada.
- Realizar Revisão de Código;
- Prospectar e sugerir melhorias nas ferramentas usadas pela equipe;
- Liderar equipe de arquitetura, gerenciando as demandas, fornecendo e acompanhando cronogramas;
- Solucionar impedimentos da equipe de arquitetura e, caso não consiga, formalizar o impedimento pra gestão do TJCE;

Analista de Testes/Qualidade

- Implementar Testes de Aceitação Automatizados
- Validar Testes de Aceitação Automatizados
- Validar Modelo Físico de Dados
- Validar PML
- Validar Testes Unitários
- Realizar Ciclo de Testes Manuais
- Realizar Testes de Fumaça
- Testar Manual do Usuário
- Prospectar e sugerir melhorias nas ferramentas usadas pela equipe;
- Realizar auditoria de Qualidade nos Processos de Trabalho;
- Propor melhorias e implementar as alterações necessárias nos Processos de Testes / Qualidade
- Solucionar impedimentos da equipe de testes e, caso não consiga, formalizar o impedimento pra gestão do TJCE;
- Liderar equipe de testes / qualidade, gerenciando as demandas, fornecendo e acompanhando cronogramas.

Líder Técnico de Desenvolvimento

- Organizar a entrega contínua dos produtos de software
- Conduzir os times de desenvolvedores na aplicação das melhores práticas e técnicas de codificação
- Acompanhar os padrões de projetos de software e metas a serem alcançadas na execução das sprints.

Analista de BI



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

| |
|--|
| <ul style="list-style-type: none">• Modelar e repositórios de dados de apoio à tomada de decisão• Implementar processos de extração, transformação e carga de dados, no projeto e implementação de aplicações de automação e inteligência artificial, no processamento de dados massivos, na análise da qualidade de dados, na criação e evolução de painéis de business intelligence |
| Administrador de Dados |
| <ul style="list-style-type: none">• Garantir a qualidade das estruturas dos metadados das soluções alinhadas aos padrões de arquitetura de dados da organização• Organizar a informação corporativa objeto das aplicações em desenvolvimento• Garantir a integração e na aplicação das melhores práticas de administração de dados corporativos |
| Scrum Master |
| <ul style="list-style-type: none">• Realizar o Planejamento das Sprints;• Reunir-se rotineiramente com o Product Owner, coordenadores ou Gestores dos Sistemas;• Realizar todas as reuniões de cerimônias do projeto;• Garantir o seguimento da metodologia scrum;• Propor melhoria contínua no processo de desenvolvimento. |

- **Qualificação Profissional**

1. A Ordem de Serviço comporá o posto de trabalho de cada colaborador identificando:
 1. O perfil profissional e as atividades que serão executadas. Na definição de cada posto de trabalho as atividades serão selecionadas dentre aquelas listadas para o perfil no item 1.3, considerando o nível de experiência e necessidades de composição das equipes. Cada posto de trabalho será vinculado a um único perfil, porém poderão ser selecionadas atividades listadas em mais de um perfil para compor o posto de trabalho (ex.: o posto de trabalho com perfil de líder técnico de desenvolvimento também poderá executar atividades de desenvolvedor).
 2. Os softwares, ferramentas e linguagens de programação selecionados dentre aqueles listados no Anexo VIII - Plataforma Tecnológica;
 3. Nível de experiência profissional requerida (júnior, pleno ou sênior).
2. Formação Mínima e Experiência Profissional comprovada necessária para os colaboradores da CONTRATADA que execução dos Serviços Desenvolvimento de Novos Sistemas e Sustentação de Sistemas Legados:

| |
|--|
| Posto de Trabalho Nível Júnior |
| <ul style="list-style-type: none">• Possuir nível superior na área de Informática em andamento.• Experiência de 01 (um) ano nos itens definidos para o posto de trabalho na Ordem de Serviço. |
| Posto de Trabalho Nível Pleno e Scrum Master |



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

- Possuir nível superior na área de Informática, ou formação de nível superior em outras áreas, desde que possua pós-graduação completa na área de Informática que some, no mínimo, 360h e seja reconhecida pelo MEC.
- Experiência de 02 (dois) anos nos itens definidos para o posto de trabalho na Ordem de Serviço.

Posto de Trabalho Nível Sênior e Líder Técnico de Desenvolvimento

- Possuir nível superior na área de Informática, ou formação de nível superior em outras áreas, desde que possua pós-graduação completa na área de Informática que some, no mínimo, 360h e seja reconhecida pelo MEC.
- Experiência de 03 (três) anos nos itens definidos para o posto de trabalho na Ordem de Serviço.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

ANEXO VII DO CONTRATO DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Ao TJCE – Tribunal de Justiça do Estado do Ceará
Referência: Pregão Eletrônico nº ____/201__ – TJCE

DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Declaro que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) no _____, inscrição estadual no _____, estabelecida em _____, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a administração pública:

| Nome do Órgão/Empresa | Vigência do Contrato | Valor total do Contrato |
|---------------------------|----------------------|-------------------------|
| _____ | _____ | _____ |
| _____ | _____ | _____ |
| _____ | _____ | _____ |
| _____ | _____ | _____ |
| Valor total dos Contratos | | R\$ _____ |

Assinatura e carimbo do emissor

Observação:

Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.

FÓRMULA EXEMPLIFICATIVA, PARA FINS DE ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 19, INCISO XXIV, ALÍNEA D, ITENS 1 E 2, DA IN Nº 2/2008, ALTERADA PELA IN Nº 6/2013.

a) A Declaração de Compromissos Assumidos deve informar que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados pela licitante não é superior ao Patrimônio Líquido da licitante.

Fórmula de cálculo:

Valor do Patrimônio Líquido x 12 > 1

Valor total dos contratos

Obs.: Esse resultado deverá ser superior a 1 (um).

b) Caso a diferença entre a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício – DRE - e a declaração apresentada seja superior a 10% (dez por cento) para mais ou para menos em relação à receita bruta, o licitante deverá apresentar justificativas.

Fórmula de cálculo:

(Valor da Receita Bruta – Valor total dos Contratos) x 100 =

Valor da Receita Bruta



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

ANEXO VIII DO CONTRATO PLATAFORMA TECNOLÓGICA

AQSETIN2022006 – Serviço de Sustentação e Desenvolvimento de Sistemas

ANEXO VIII – PLATAFORMA TECNOLÓGICA

As informações de sistemas e tecnologias descritas abaixo representam a situação atual da Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, bem como tecnologias que poderão ser usadas durante a vigência do contrato. Essas informações podem ser alteradas pela CONTRATANTE sempre que houver uma nova tecnologia a ser incorporada na Plataforma Tecnológica ou evolução de versão.

a. FERRAMENTAS

a. Bancos de dados:

- a. SQL Server;
- b. MySQL;
- c. Postgres;
- d. ORACLE;
- e. Derby;
- f. Redis
- g. Elastic Search

b. Linguagens de Programação:

- a. Java
 - a. Plataformas:
 - a. Java SE;
 - b. Java EE;
 - c. Java ME;
 - b. *Frameworks*:
 - a. Struts;
 - b. Hibernate;
 - c. Jasper Reports;
 - d. Ireport;
 - e. PrimeFaces;



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

- f. Spring;
- g. Junit;
- h. TestNG (6.8.5 ou superior);
- i. Selenium WebDriver (Selenium-java-2.46.0 ou superior);
- j. Arquillian;
- k. Demoiselle;
- l. Frameworks diversos da Apache.org.
- b. Mobile;
 - a. DART;
 - b. Plataforma Android:
 - a. Android Studio;
 - c. Plataforma IOS:
 - a. Xcode;
 - d. Plataforma Windows Phone:
 - a. Visual Studio;
- c. PHP;
 - a. Frameworks:
 - a. Zend;
 - b. Laravel
- d. C;
- e. C#;
- f. Ruby
 - a. Frameworks:
 - a. Ruby on Rails;
- g. Delphi;
- h. ASP;
- i. Visual Basic 3 em diante;
- j. Javascript
 - a. Frameworks:
 - a. JQuery;
 - b. NodeJS;
 - c. AngularJS;
- k. CSS
 - a. Frameworks:



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

- a. Bootstrap;
 - l. ASP.NET;
 - m. Python;
 - n. Mumps.

- c. **Servidor de Aplicação:**
 - a. Apache;
 - b. Tomcat;
 - c. Jboss;
 - d. Wildfly;
 - e. Glassfish;
 - f. Nginx.
 - g. IIS (Microsoft);

- d. **Ferramenta de Integração Contínua e Build:**
 - a. Maven (3.2.2 ou superior)
 - b. Ant;
 - c. Jenkins/Hudson;
 - d. OpenShift;
 - e. Nexus Maven Repository;
 - f. Artifactory Maven Repository;

- e. **Ferramenta de Service Desk:**
 - a. Assyst;

- f. **Ferramentas de Gestão de Demandas:**
 - a. Redmine;

- g. **Ferramentas de Prototipação:**
 - a. Pencil 2.0 em diante

- h. **Ferramenta de Help-Online:**
 - a. MediaWiki;



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

i. Ferramenta de Modelagem (Análise e Projeto):

- a. Enterprise Architect (EA) versão 10.0.1007 e superior;
- b. Oracle Data Modeler versão 20.2.0.167.1538 e superior;
- c. Diagrams.NET ou similares;

j. Ferramentas de Testes:

- a. Gerenciamento de Testes: TestLink 1.9.11 e superior;
- b. Relatório dos Testes Unitários: Surefire Report Plugin;
- c. Scripts de Testes Funcionais: Selenium IDE 2.9.0 e superior; Selenium Web-driver.
- d. Teste de Web Services: SoapUI 3.4 e superior;
- e. Automação de Testes de Aceitação: Cucumber.

k. Ferramenta de Carga e Desempenho:

- a. Jmeter (2.13 e superior);

l. Ferramentas de Controle de Versão:

- a. SVN (Subversion);
- b. TortoiseSVN (Client SVN);
- c. Git;
- d. Git Clients diversos.

m. Ferramenta para Automação de Processos:

- a. Bonita;

n. Ferramenta de Modelagem de Processos:

- a. Bizagi 3.2.6.094 e superior;

o. Ferramentas de Gerência de Projetos:

- a. ProjectLibre;

p. Ferramenta para Gestão de Conteúdo:

- a. WordPress;
- b. Sharepoint;



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

q. Ferramenta de Business Intelligence:

- a. IBM Cognos;
- b. Oracle ODI;
- c. Pentaho Data Integration (Kettle).

r. Ferramenta de Balanceamento de Carga:

- a. Citrix Netscaler;
- b. F5-BigIP;
- c. Tomcat;

s. Ferramenta de Virtualização:

- a. VMWare – Vsphere;
- b. HyperV – Microsoft;

t. Ferramenta de Correio Eletrônico:

- a. Exchange;

u. Sistema Operacional:

- a. Linux (Debian, RedHat e CentOS);
- b. Windows Server 2003 e superior;
- c. Windows 7 e Superior;

v. Protocoladora Eletrônica de Documentos:

- a. PDDE Bry;

w. Navegadores:

- a. Microsoft Edge;
- b. Internet Explorer;
- c. Mozilla Firefox;
- d. Google Chrome;

x. Ferramentas para Implantação de Painéis (Dashboards):

- a. Brackets;



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

b. AMBIENTES UTILIZADOS PARA O SUSTENTAÇÃO DE SISTEMAS

a. Sustentação

- a. Eclipse;
- b. Visual Studio;
- c. Visual Basic;
- d. Ireport.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO IX DO CONTRATO TERMO DE COMPROMISSO

AQSETIN2022006 – Serviço de Sustentação e Desenvolvimento de Sistemas
ANEXO IX – TERMO DE COMPROMISSO

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ, sediado na Av. General Afonso Albuquerque Lima, S/N. – Cambéa CEP: 60822-325 – Fone: (85) 3207-7000, CNPJ n.º 09.444.530/0001-01, doravante denominado contratante, e, de outro lado, a empresa NOME DA EMPRESA soluções e serviços tecnológicos Ltda., sediada na Avenida Engenheiro Luis Vieira, 257– Sala 03, Bairro de Lourdes, Fortaleza/CE, CNPJ n.º 01.645.738/0001-79, doravante denominada CONTRATADA;

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N.º 06/2022, doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a CONTRATADA poderá ter acesso a **informações sigilosas** do CONTRATANTE;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas **informações sigilosas**, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação da CONTRATANTE;

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas, disponibilizadas pela CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18/11/2011 e os Decretos 7.724, de 16/05/2012 e 7.845, de 14/11/2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

Cláusula Segunda – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

CONTRATO PRINCIPAL: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

Cláusula Terceira – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes;

Cláusula Quarta – DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

- I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;
- II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;
- III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

Cláusula Quinta – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto – A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo os judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

Cláusula Sexta – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

Cláusula Sétima – DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº. 8.666/93.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Cláusula Oitava – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, TERMOS e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo a CONTRATO PRINCIPAL;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

Cláusula Nona – DO FORO

A CONTRATANTE elege o foro da <CIDADE DA CONTRATANTE>, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

DE ACORDO

| CONTRATANTE | CONTRATADA |
|---|---|
| <div>DENISE MARIA NORÕES OLSEN</div> <div>Matrícula: <Matr.></div> | <div><Nome></div> <div><Qualificação></div> |
| Testemunhas | |
| <div>Testemunha 1</div> <div><Nome></div> <div><Qualificação></div> | <div>Testemunha 2</div> <div><Nome></div> <div><Qualificação></div> |

_____, _____ de _____ de 20____



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO X DO CONTRATO TERMO DE CIÊNCIA

Finalidade

Este documento tem como finalidade obter comprometimento formal dos empregados da contratada diretamente envolvidos nos projeto sobre o conhecimento da declaração e manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes na instituição

Equipe de Planejamento da Contratação

| | | | |
|--------------------------------|---|-------------------|-------|
| Contrato N°: | 006/2022 | | |
| Objeto: | Contratação de empresa especializada em tecnologia da informação para a prestação de serviços técnicos continuados de sustentação/desenvolvimento de sistemas e serviços eventuais sob demanda durante o período de 24 (vinte) meses, prorrogáveis conforme possibilidades definidas na Lei nº 8.666/1993, para atender às necessidades do tribunal de justiça do estado do ceará (TJCE). | | |
| Gestor do Contrato: | Denise Maria Noroes Olsen | Matricula: | 24667 |
| Contratante órgão: | Tribunal de Justiça do Estado do Ceará - TJCE | | |
| Contratada | | CNPJ | |
| Preposto da Contratada: | | CPF | |

Por este instrumento, os funcionários abaixo-assinados declaram ter ciência e conhecer a declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes na Contratante.

Ciência/ Aprovação

Fortaleza, 30 de dezembro de 1899.

| Contratada | Funcionários |
|-------------------|---------------------|
|-------------------|---------------------|

Nome
Matricula

Nome
Matricula

Nome
Matricula

Nome
Matricula



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

ANEXO XI DO CONTRATO DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA

ANEXO XI – DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA

Ao TJCE – Tribunal de Justiça do Estado do Ceará
Referência: Pregão Eletrônico nº ____/202__ – TJCE

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA

.....(nome da empresa licitante), CNPJ nº, sediada em.....(endereço completo), declara ter conhecimento do serviço a ser prestado através do Edital e seus Anexos, dispensando a necessidade da vistoria prevista. Declara, ainda, que se responsabiliza pela dispensa e por situações supervenientes. Declaro que me foi dado acesso às informações referentes à prestação dos serviços de forma remota através de plataforma de videoconferência, conforme cláusula expressa no Edital e anexos, ao qual dispensei por ter conhecimento suficiente para prestar o serviço com as informações prestadas no Termo de Referência e no Edital.

Local e data

Nome:

RG:

CPF:

Cargo e assinatura do representante legal da empresa.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**ANEXO XIII DO CONTRATO INDICADORES DE NÍVEL MÍNIMO DE SERVIÇOS
AQSETIN2022006 – Serviço de Sustentação e Desenvolvimento de Sistemas**

ANEXO XII – INDICADORES DE NÍVEL MÍNIMO DE SERVIÇO

• **Indicadores do Serviço de Desenvolvimento de Novos Sistemas e Sustentação de Sistemas Legados**

1. Os indicadores incidirão sobre o valor global definido através do somatório das Ordens de Serviço, considerando a alocação de todos os postos de trabalho solicitados no mês de referência.
2. Não entrarão para o cálculo dos indicadores os itens de cada indicador, que possuírem justificativas e essas forem aceitas pela área responsável do TJCE.

1. Indicadores de Demandas do Tipo Desenvolvimento

1. Indicador de Produtividade Com Medição (Postos com atividade medidas em Pontos de Função)

1. O Índice de Produtividade Com Medição (IPCM) é composto comparando a produtividade no período de aferição com a produtividade base estabelecida no item 3
2. A produtividade será estabelecida em termos de tamanho funcional medido em Ponto de Função desenvolvido no período considerando todos os postos de trabalho utilizados para desenvolvimento considerando os dias de expediente forense por posto de trabalho definido na Ordem de Serviço, unidade esta que será identificada por DIA-DESENVOLVEDOR.
3. A produtividade base em tamanho funcional será de 0,56 Pontos de Função DIA-DESENVOLVEDOR.
4. Por exemplo, se em um dado período de aferição tivermos 40 dias de efetiva prestação de serviços para 6 postos de trabalho, haverá neste período 240 DIAS-DESENVOLVEDOR. A produtividade base nesse período deverá ser de 134,4 PF.
5. Não serão considerados aqueles dias em que não houver efetiva prestação do serviço, como finais de semana e feriados, em regra.
6. Serão desconsiderados para cálculo do indicador as faltas legais. A critério exclusivo do CONTRATANTE poderão ser desconsiderados o quantitativo de DIAS-DESENVOLVEDOR



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

para postos de trabalho solicitados na OS e não preenchidos, desde que justificado pela CONTRATADA e aceito pelo CONTRATANTE.

7. A produtividade no período em tamanho funcional será obtida dividindo a quantidade de pontos por função produzidos pela quantidade de DIAS-DESENVOLVEDOR definidos na Ordem de Serviço do período de aferição.
8. O índice de Produtividade será calculado dividindo a produtividade no período em tamanho funcional pela produtividade-base estabelecida no item 3. Caso o resultado do cálculo do IPCM seja maior que 150%, será adotado 150%.
9. Só devem ser contabilizados, para os cálculos deste indicador, os postos de trabalhos que estão atuando em atividades que podem ser medidas em Pontos de Função: Analista de Testes/Qualidade, Desenvolvedor de Software e Analista de Negócios/Requisitos;
10. Para o caso de Desenvolvedores que estiverem atuando na função de Analista de Devops ou Automatizadores de Processos, os mesmos NÃO deverão ser contabilizados para este indicador.
11. A critério do CONTRATANTE, em casos excepcionais, de alta complexidade e tecnicamente justificados, poderá ser considerada para fins de cálculo do IPCM uma produtividade inferior à produtividade base definida no item 3.
12. Dos Percentuais Por Atividade Implementada
 1. O tamanho funcional será calculado para a demanda executada (Nova Funcionalidade ou Mudança de Funcionalidade) e será aplicado um percentual para cada subtarefa do processo de desenvolvimento executada. Com o objetivo de focar no resultado desejado que é o sistema pronto e implantado, foi considerado um peso mais adequado para fins desta AFERIÇÃO, devendo-se seguir a tabela abaixo:

| FASE | AFERIÇÃO |
|-----------------------|----------|
| Requisitos | 25% |
| Implementação | 40% |
| Modelo de Dados | 10% |
| Testes Unitários | 20% |
| Elaboração de Manual | 10% |
| Elaborar PML | 5% |
| Implantação em Testes | 5% |



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

| | |
|----------------------------|-----|
| Elaborar Análise e Projeto | 10% |
| Testes de Aceitação | 20% |
| Ciclo de Testes | 15% |
| Teste Fumaça | 5% |

2. A tabela acima pode ser alterada de acordo com as modificações implementadas no processo de desenvolvimento da CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA ser comunicada com uma antecedência de 10 dias úteis.
3. Para as atividades que possuírem a validação da CONTRATANTE sem a necessidade de liberação de uma release do sistema (exemplo: requisitos) já serão contabilizadas para o cálculo da produtividade assim que forem fechadas. Para as demais atividades, associadas a uma release de sistema (exemplo: implementação, ciclo de testes, manual do usuário, etc) as mesmas são contabilizadas somente após a homologação da release. A definição das atividades que serão consideradas em cada situação (sem release homologada e com release homologada) fica a cargo da CONTRATANTE.
4. Caso a CONTRATANTE não tenha condições de homologar a release dentro de um prazo máximo de 8 dias úteis, após a liberação para homologação, a versão poderá, a critério do CONTRATANTE, ser considerada homologada tacitamente.
13. Atividades de apoio ao desenvolvimento (Análise de Impacto, Parecer Técnico, Implantação Assistida, etc), desempenhados pela equipe e que não são mensurados em Pontos por Função, deverão entrar no cálculo da produtividade considerando o tempo gasto na atividade, convertendo 1h em 0,07 Pontos de Função.
14. Se a CONTRATANTE cancelar uma demanda que se encontre em execução, será computado para o cálculo da produtividade o percentual de execução da demanda até o momento do seu cancelamento.
2. **Indicador de Produtividade - SM (Postos com atividades SEM medição em Pontos de Função)**
 1. O Índice de Produtividade Sem Medição (IPSM) é composto comparando a quantidade de demandas finalizadas no período sobre a quantidade total de demandas planejadas para o mesmo período.
 2. Por exemplo, se em um dado período de aferição tivermos 40 demandas finalizadas de um



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

-
- total de 50 previstas, o IPSM será de 80%.
3. Considera-se demanda finalizada aquelas que foram Encaminhadas ou Resolvidas (Para o caso de chamados e processos administrativos) com o atendimento do que foi solicitado. Para o caso de demandas da ferramenta de gestão de demandas, consideram-se finalizadas as demandas que foram implantadas em produção.
 4. A aferição será realizada mensalmente, onde o planejamento deve ser mensal, sendo realizado até o fim do mês anterior ao planejamento.
 5. Novas demandas, que não estiverem previstas, poderão ser incluídas a qualquer momento para execução no mês, mas não serão contempladas no total de demandas planejadas, sendo contabilizadas somente no total de demandas finalizadas.
 6. O planejamento mensal, para o caso de processos administrativos e chamados, deve considerar o histórico de atendimento de chamados da CONTRATANTE por colaborador, considerando chamados e processos da mesma categoria (Ex: Parecer Técnico, Configuração, etc). A CONTRATANTE, desde que apresente os referidos relatórios, poderá exigir o atendimento mínimo (demandas planejadas) do que já é atendido historicamente por colaborador com um acréscimo de até 5% de acréscimo de atendimentos. Esse acréscimo pode ser reavaliado a cada 6 meses, sempre levando em conta o histórico de, no mínimo 6 meses anteriores.
 7. Para o caso de planejamento de demandas na ferramenta de Gestão de Demandas, deve ser considerado, por padrão, para a estimativa da demanda, a técnica PERT (Program Evaluation and Review Technique - Avaliação do Programa e Técnica de Revisão). Essa técnica consiste em descobrir a duração de uma atividade baseando-se em três estimativas possíveis para a atividade: estimativa Otimista (O), Pessimista (P) e Mais Provável (MP) onde $PERT = (Pessimista + 4 \times Mais\ provável + Otimista)/6$. A estimativa deve levar em conta o tempo de implantar a demanda em ambiente produtivo mas, este marco de conclusão da demanda, pode ser modificado a cargo do CONTRATANTE, definindo que a conclusão é a entrega em homologação, por exemplo. Caso seja aprovado pela CONTRATANTE, pode ser utilizada outra forma de estimativa para estas demandas.
 8. Para os planejamentos citados nos itens 6 e 7, desde que devidamente justificados com fatores supervenientes, demandas podem ser desconsideradas no planejamento inicialmente acordado.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

9. Demandas que forem canceladas, e que já estiverem em andamento, serão contabilizadas no indicador como finalizadas, auxiliando positivamente no cálculo do indicador;
10. Demandas podem ser replanejadas para meses seguintes, desde que autorizadas pela CONTRATANTE e, desta forma, a mesma sairá do total de demandas planejadas para o mês e irão para o planejamento do novo mês previsto;
11. O IPSM será calculado dividindo a quantidade de demandas finalizadas no período pela quantidade total de demandas planejadas. Caso o resultado do cálculo do IPSM seja maior que 150%, será adotado 150%.
12. Só devem ser contabilizados, para os cálculos deste indicador, os postos de trabalhos que estão atuando em atividades que NÃO podem ser medidas em Pontos de Função: Arquiteto, Desenvolvedor (Automatizador de processo), Desenvolvedor (Analista de Devops), Administrador de Dados, Scrum Master, Analista de BI e Líder Técnico de Desenvolvimento.
13. Se a CONTRATANTE cancelar uma demanda que se encontre em execução, será computado para o cálculo da produtividade o percentual de execução da demanda até o momento do seu cancelamento.

3. Indicador de Qualidade

1. A Taxa de Defeitos (TD) é a soma dos defeitos ponderados de acordo com a sua severidade.

| Severidade | Critério | Peso |
|-------------------|--|-------------|
| Alta | Defeito que inviabiliza o uso da funcionalidade | 3 |
| Baixa | Mensagens ou textos da funcionalidade incorretos, exceções não tratadas, problemas de apresentação de campos da tela (desde que não inviabilize o uso da funcionalidade) | 0,5 |
| Média | Qualquer defeito não caracterizado pelos critérios anteriores | 1 |

2. O indicador de qualidade será utilizado para aferir a qualidade das entregas em ambiente de homologação, bem como reduzir a taxa de defeitos das versões desenvolvidas.
3. A homologação da versão do software entregue deve ser realizada pelo analista de negócio ou usuário final, ambos da CONTRATANTE;
4. $TD = (3 \times \text{Defeitos ALTA}) + (\text{Defeitos MÉDIA}) + (0,5 \times \text{Defeitos BAIXA})$
5. Defeitos por ponto de função (DPF), é calculado dividindo-se a Taxa de Defeitos (TD) pelo número de pontos de função que tiveram a atividade de homologação concluída no período



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

apurado (PFHOMOLOGAÇÃO). Obs: Deve ser considerado o número total de pontos da afiabilidade de homologação. $DPF = TD / PFHOMOLOGAÇÃO$

6. O Indicador de Qualidade (IQ) é dado pela fórmula: $IQ = 1 - DPF / DPFAJUSTE$, em que $DPFAJUSTE = 0,5$. Obs: Caso o cálculo resulte em um $IQ < 0$, será considerado $IQ = 0$

Exemplo: Funcionalidades que tiveram a homologação concluída no período totalizam 50 pontos de função, distribuídos em 3 telas (abas). Foram identificados os seguintes defeitos:

1ª tela: 5 erros de layout de tela (baixa); 3 erros de negócio que não inviabilizam o uso da funcionalidade (média); 3 campos não consistidos (média).

2ª tela: 1 erro que inviabiliza uso da funcionalidade. (alta)

3ª tela: 1 erro Sistema não salva. (média)

$$D = 7 + (3 \times 1) + (0,5 \times 5) = 12,5 \text{ defeitos}$$

$$DPF = 12,5 / 50 = 0,25 \text{ defeitos/PF}$$

$$IQ = 1 - (0,25 / 0,5) = 50\%$$

4. Avaliação do Product Owner (APO)

1. Os serviços serão avaliados mensalmente considerando os retornos repassados pelo *Product Owner* (PO), através dos Líderes Técnicos e Líder de Negócio, e consolidados para compor o indicador. Serão avaliados os seguintes aspectos da prestação do serviço:

| Item | Avaliação |
|--|---|
| 1 – Cumprimento dos prazos de entrega definidos | Entregas realizadas nos prazos definidos: [] 4 – Todas [] 3 – Maioria [] 2 – Metade [] 1 – Minoria [] 0 – Nenhuma |
| 2 – Estão sendo atualizadas corretamente as ferramentas de Gestão de Demandas utilizadas pela contratante (Previsão, situação, impedimentos, percentual de andamento, fechamento da demanda, report diário da demanda) | [] 4 – Todas [] 3 – Maioria [] 2 – Metade [] 1 – Minoria [] 0 – Nenhuma |
| 3 – Manutenção pela equipe de desenvolvimento de diálogo contínuo e eficiente com o <i>Product</i> | Demandas que apresentaram falhas na comunicação com o Product Owner: |



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

| | |
|--|---|
| <i>Owner</i> para esclarecer dúvidas, reportar impedimentos, apresentar prazos e obter feedbacks | <input type="checkbox"/> 4 – Todas <input type="checkbox"/> 3 – Maioria <input type="checkbox"/> 2 – Metade <input type="checkbox"/> 1 – Minoria <input type="checkbox"/> 0 – Nenhuma |
|--|---|

2. O valor final da Avaliação do Product Owner (APO) será obtido da seguinte forma:

$$\text{APO} = (\text{Valor do Item 1} + \text{Valor do Item 2} + \text{Valor do Item 3}) / 12.$$

5. Índice de Evolução de Sistema (IES)

1. Para calcular o Índice de Evolução de Sistema (IES) é necessário anteriormente calcular o Índice de Produtividade (IP), que deve ser obtido através da Média ponderada do Índice de Produtividade Com Medição (IPCM) e Índice de Produtividade Sem Medição (IPSM). O peso de cada índice é definido de acordo com a quantidade de cada posto de trabalho na OS conforme abaixo:

- **Peso IPCM** = $1/(\text{Qtde de Postos medidos em PF} + \text{Qtde de Postos NÃO medido em PF}) \times \text{Qtde de Postos medidos em PF}$.

- **Peso IPSM** = $1/(\text{Qtde de Postos medidos em PF} + \text{Qtde de Postos NÃO medido em PF}) \times \text{Qtde de Postos NÃO medidos em PF}$.

Exemplo de Cálculo do IP:

Se temos:

- 10 postos definidos em OS para aqueles que podem ser medidos em PF, conforme 1.9;

- 05 postos definis em OS para aqueles que NÃO podem ser medidos em PF, conforme 2.12;

- IPCM no valor de 100%;

- IPSM no valor de 90%;

Resultado =

- **Peso IPCM** = $1/(10+5) \times 10 = 0,67$

- **Peso IPSM** = $1/(10+5) \times 5 = 0,33$

- **IP** = $((100 \times 0,67) + (90 \times 0,33)) / (0,67 + 0,33) = 96,67\%$

2. A avaliação final da prestação dos serviços de desenvolvimento será obtida através do cálculo do Índice de Evolução de Sistema (IES) que será obtida através que será a média ponderada



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

de dos três indicadores:

| Componente do IES | Peso |
|----------------------------------|-------------|
| Índice de Produtividade (IP) | 0,45 |
| Índice de Qualidade (IQ) | 0,40 |
| Avaliação do Product Owner (APO) | 0,15 |

6. Redutores e Níveis Mínimos do Serviço de Desenvolvimento

1. O quadro a seguir mostra o desconto a ser aplicado no faturamento da Ordem de Serviço (OS) de Desenvolvimento de acordo com o Índice de Evolução do Sistema (IES).

| Índice de Evolução do Sistema (IES) | Desconto sobre o valor de faturamento da OS |
|--|--|
| Igual ou superior a 80% | 0% |
| Igual ou superior a 70% e inferior a 80% | 10% |
| Igual ou superior a 60% e inferior a 70% | 20% |
| Igual ou superior a 50% e inferior a 60% | 30% |
| Inferior a 50% | 40% |

2. Indicadores de Demandas do Tipo Sustentação

1. Índice de Resolução de Incidentes (IRI)

1. Para calcular o Índice de Resolução de incidentes considera-se:
 1. Incidente: Interrupção não planejada de um serviço de TI ou a redução da qualidade do serviço prestado.
 2. Resolução de Incidente: Têm o objetivo de retomar um serviço o mais breve possível, causando o mínimo de danos ao negócio. Será feito através de um reparo rápido ou do fornecimento de uma solução alternativa ao cliente. Consideraremos como parte da resolução de incidentes de sistemas a criação\execução de scripts de banco de dados para correção dos dados gerados de forma errada pelo sistema.:
2. Para fins de aferição da Prioridade de Resolução de Incidente deverá ser utilizada a matriz abaixo, inspirada nas melhores práticas do ITIL V3 – Service Operation. Matriz de Prioridades.

Matriz de Prioridades



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

| Código de Prioridade | | IMPACTO | | |
|----------------------|-------|---------|-------|-------|
| URGÊNCIA | Alta | Alto | Médio | Baixo |
| | | 5 | 4 | 3 |
| | Média | 4 | 3 | 2 |
| | Baixa | 3 | 2 | 1 |

| Código de Prioridade | Prioridade | Prazo Resolução de Incidente |
|----------------------|-------------|------------------------------|
| 5 | Muito Alto | 1 dia útil |
| 4 | Alto | 2 dias úteis |
| 3 | Médio | 5 dias úteis |
| 2 | Baixo | 7 dias úteis |
| 1 | Muito Baixo | 10 dias úteis |

3. Forma de cálculo do índice de resolução de incidentes.

IRI=

Quantidade de incidentes resolvidos no período dentro do SLA/

Quantidade de incidentes resolvidos no período

2. Avaliação do Product Owner – Manutenção (APO-M)

1. Os serviços serão avaliados mensalmente considerando os retornos repassados pelo Product Owner (PO), através dos Líderes Técnicos e Líder de Negócio, e consolidados para compor o indicador. Serão avaliados os seguintes aspectos da prestação do serviço:

| Item | Avaliação |
|--|--|
| 1. Estabilidade das modificações realizadas | [] 4 – até 1 versão com falha em produção [] 3 – até 2 versões com falha em produção [] 2 – até 3 versões com falhas em produção [] 1 – até 4 versões com falhas em produção [] 0 – mais que 5 versões com falhas em produção |
| 2 – Iniciativa e persistência na identificação da causa raiz. Potencial da equipe em rastrear o problema. Capacidade de identificar a causa raiz dos incidentes. | [] 4 – nenhuma assertividade [] 3 – assertividade na minoria das entregas [] 2 – assertividade na metade das entregas [] 1 – assertividade na maioria das entregas [] 0 – assertividade em todas as entregas |



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

O valor final da Avaliação do Product Owner - Manutenção (APO-M) será obtido da seguinte forma:

2. $APO-M = (\text{Valor do Item 1} + \text{Valor do Item 2}) / 8.$

3. Índice de Manutenção de Sistema (IMS)

1. A avaliação final da prestação dos serviços de sustentação será obtida através do cálculo do Índice de Manutenção de Sistema (IMS) que será obtida através que será a média ponderada dos dois indicadores:

| Componente do IMS | Peso |
|---|------|
| Índice de Resolução de Incidentes | 0,60 |
| Avaliação do Product Onwer - Manutenção (APO-M) | 0,40 |

4. Redutores e Níveis Mínimos do Serviço de Sustentação

1. O quadro a seguir mostra o desconto a ser aplicado no faturamento da Ordem de Serviço (OS) de Sustentação de acordo com o Índice de Manutenção do Sistema (IMS).

| Índice de Evolução do Sistema (IES) | Desconto sobre o valor de faturamento da OS |
|--|---|
| Igual ou superior a 80% | 0% |
| Igual ou superior a 70% e inferior a 80% | 10% |
| Igual ou superior a 60% e inferior a 70% | 20% |
| Igual ou superior a 50% e inferior a 60% | 30% |
| Inferior a 50% | 40% |

3. Taxa Efetiva de Ocupação dos Postos de Trabalho da Ordem de Serviço (TEOPT)

1. Mensalmente, em conjunto com a aferição do Índice de Evolução do Sistema (IES) e o Índice de Manutenção de Sistemas (IMS) será verificada a Taxa Efetiva de Ocupação dos Postos de Trabalho - TEOPT (quantidade de membros da equipe técnica da CONTRATADA) previstos na Ordem de Serviço.
1. A TEOPT será calculada dividindo a ocupação efetiva dos postos de trabalho (em dias-desenvolvedor) pela ocupação total prevista para este período (também em dias-desenvolvedor).



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

2. A partir da TEOPT será calculado o desconto pelo não fornecimento do posto de trabalho (não ocupação).
3. Qualquer tipo de ausência descaracteriza a efetiva alocação do profissional para o posto de trabalho, implicando na aplicação de indicador específico para redução na fatura correspondente à proporção das ausências. As faltas decorrentes de ausências legais não serão contabilizadas para efeito de apuração de indicadores de níveis de serviço referentes à qualidade e desempenho.
4. O controle da ocupação dos postos de trabalho será feito através de abertura e fechamento diário de requisição de serviço, na Solução de Gerenciamento de Service Desk do TJCE, para cada posto de trabalho demandado na Ordem de Serviço em execução e durante o período estabelecido na mesma, devendo ser discriminadas de forma resumida, na referida requisição de serviço, as ações e procedimentos executados ao longo do dia para cada tarefa.
5. Mensalmente, a CONTRATADA apresentará no Relatório Gerencial de Serviços, a efetiva ocupação dos postos de trabalho através da extração do horário de início de fim de cada requisição de serviço registrada na Solução de Gerenciamento de Service Desk, considerando a carga horária definida de 8hs de trabalho diário com uma hora de intervalo.
1. No caso de falha ou indisponibilidade da Solução de Gerenciamento de Service Desk do CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa no Relatório Gerencial de Serviços acompanhada de declaração do gestor da unidade do TJCE onde o serviço for prestado para fins de evidência da execução do serviço.
2. Caso ocorra falha no registro da requisição de serviço por parte da CONTRATADA, será facultado, à Gerência de Sistemas do TJCE ou Fiscais Técnicos do Contrato, emitir declaração para fins de evidência da execução do serviço, cabendo à CONTRATADA apresentar justificativa no Relatório Gerencial de Serviços.

• **Indicadores dos Serviços eventuais sob demanda**

1. Os indicadores incidirão sobre o valor de cada Ordem de Serviço encerrada no mês de referência.
2. Não entrarão para o cálculo dos indicadores os itens de cada indicador, que possuírem justificativas e essas forem aceitas pela área responsável do TJCE.
3. **Índice de Eficiência de Cumprimento do Prazo por Ordem de Serviço**



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

1. A CONTRATADA deverá garantir a entrega do Produto conforme prazos definidos na Ordem de Serviço.
2. O acompanhamento será feito pela área responsável do TJCE, através da validação das Ordens de Serviço entregues pela CONTRATADA no mês de referência.

Cálculo: $[1 - (A / B)] * 100$

A = Tempo Previsto para entrega da OS.

B = Tempo Realizado pela CONTRATADA.

Para efeito de cálculo será considerado o último evento de aceite e o último evento de finalização da Entrega.

3. O quadro a seguir mostra o desconto a ser aplicado no faturamento da Ordem de Serviço (OS) de acordo com Índice de Eficiência de Cumprimento do Prazo

| Índice de Eficiência de Cumprimento do Prazo | Desconto sobre o valor de faturamento da OS |
|---|--|
| Menor ou igual a 10% (dez por cento) | 0% |
| Maior que 10% (dez por cento) e menor ou igual a 15% (quinze por cento) | 3% |
| Maior que 15% (quinze por cento) e menor ou igual a 18% (dezoito por cento) | 5% |
| Maior que 18% (dezoito por cento) e menor ou igual a 20% (vinte por cento) | 10% |
| Maior que 20% (vinte por cento) | 15% |

4. Índice da Quantidade de Devoluções Máximas por Entrega da Ordem de Serviço

1. A CONTRATADA deverá garantir quantidade máxima de tentativas para obtenção de aceite para uma entrega de uma OS, em função do tamanho da Entrega.
2. O acompanhamento será feito pela área responsável do TJCE, através da validação dos artefatos entregues pela CONTRATADA.

Cálculo: $DMOS = [A + (B / 3)] / C$

A = Quantidade de Devoluções de Entregas Mês.

B = Quantidade de Devoluções de Entregas das Fases de Documentação no Mês.

C = Esforço OS

3. O quadro a seguir mostra o desconto a ser aplicado no faturamento da Ordem de Serviço (OS) de acordo com Índice de Eficiência de Cumprimento do Prazo



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

| Índice de Eficiência de Cumprimento do Prazo | Desconto sobre o valor de faturamento da OS |
|---|--|
| Menor ou igual a 0,02 | 0% |
| Maior que 0,02 e menor ou igual a 0,1 | 3% |
| Maior que 0,1 e menor ou igual a 0,2 | 5% |
| Maior que 0,2 e menor ou igual a 0,3 | 10% |
| Maior que 0,3 | 15% |



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO XIII DO CONTRATO PAÍSES ELEGÍVEIS

AQSETIN2022006 – Serviço de Sustentação e Desenvolvimento de Sistemas

ANEXO XIV do Edital - Países Elegíveis

**Elegibilidade para Provisão de Bens, Obras e Serviços
em Contratos Financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento**

Nota: O termo “Banco” usado neste documentos inclui o BID, o Fumin e outros fundos administrados por ele.

Dependendo da fonte de financiamento, o usuário deve selecionar uma das seguintes opções do item 1. O financiamento pode vir do BID ou do Fundo Multilateral de Investimentos (Fumin); ocasionalmente, os contratos podem ser financiados por fundos especiais que restringem ainda mais os critérios de elegibilidade a um grupo de países membros. Quando a última opção for escolhida, os critérios de elegibilidade devem ser indicados aqui:

.....

1) Países Membros quando o financiamento provém do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

a. Países Mutuários:

§ 3º Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.

b. Países não Mutuários:

i. Alemanha, Áustria, Bélgica, Canadá, República Popular da China, República da Coreia, Croácia, Dinamarca, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Israel, Itália, Japão, Noruega, Países Baixos, Portugal, Reino Unido, Suécia e Suíça.

c) Territórios elegíveis:

i. Guadalupe, Guiana Francesa, Martinica, Reunião - como Estado da França

ii. Ilhas Virgens dos EUA, Porto Rico, Guam - como Território dos EUA

§ 10º *Aruba - como um país integrante do Reino dos Países Baixos, assim como, Bonaire, Curaçao, Santa Marta, Saba, Santo Eustáquio - como Estados do Reino dos Países Baixos*

iv. Hong Kong - Região Administrativa Especial da República Popular da China.

1) Critérios para determinar a nacionalidade e origem dos bens e serviços

Estas disposições de políticas tornam necessário estabelecer critérios para determinar: a) a



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

nacionalidade das firmas e indivíduos elegíveis para participar em contratos financiados pelo Banco; e b) o país de origem dos bens e serviços. Nessas determinações, serão utilizados os seguintes critérios:

A) Nacionalidade

- a) **Um indivíduo é considerado nacional** de um país membro do Banco se satisfaz um dos seguintes requisitos:
- i. é cidadão de um país membro; ou
 - ii. estabeleceu seu domicílio em um país membro como residente de boa fé e está legalmente autorizado para trabalhar nesse país.
- b) **Uma firma é considerada nacional** de um país membro se satisfaz os dois seguintes requisitos:
- i. está legalmente constituída ou estabelecida conforme as leis de um país membro do Banco; e
 - ii. mais de cinquenta por cento (50%) do capital da firma é de propriedade de indivíduos ou firmas de países membros do Banco.

Todos os membros de um consórcio e todos os subempreiteiros devem cumprir os requisitos acima estabelecidos.

B) Origem dos Bens

Os bens tem origem em um país membro do Banco se foram extraídos, desenvolvidos, cultivados, colhidos ou produzidos em um país membro do Banco. Considera-se que um bem é produzido quando, mediante manufatura, processamento ou montagem, o resultado é um artigo comercialmente reconhecido cujas características, funções ou utilidades básicas são substancialmente diferentes de suas partes ou componentes.

No caso de um bem que consiste de vários componentes individuais que devem ser interconectados (pelo fornecedor, comprador ou um terceiro) para que o bem possa ser utilizado, e sem importar a complexidade da interconexão, o Banco considera que este bem é elegível para financiamento se a montagem dos componentes for feita em um país membro, independente da origem dos componentes. Quando o bem é uma combinação de vários bens individuais que normalmente são empacotados e vendidos comercialmente como uma só unidade, o bem é considerado proveniente do país onde este foi empacotado e embarcado com destino ao comprador.

Para fins de determinação da origem dos bens identificados como “feito na União Europeia”, estes serão elegíveis sem necessidade de identificar o correspondente país específico da União Europeia.

A origem dos materiais, partes ou componentes dos bens ou a nacionalidade da empresa produtora, montadora, distribuidora ou vendedora dos bens não determina a origem dos mesmos.

C) Origem dos Serviços

O país de origem dos serviços é o mesmo do indivíduo ou empresa que presta os serviços conforme os critérios de nacionalidade acima estabelecidos. Este critério é aplicado aos serviços conexos ao



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

fornecimento de bens (tais como transporte, seguro, instalação, montagem, etc.), aos serviços de construção e aos serviços de consultoria.

Página 88 de 96



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO XIV DO CONTRATO POLÍTICA DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO SOBRE PRÁTICAS PROIBIDAS

AQSETIN2022006 – Serviço de Sustentação e Desenvolvimento de Sistemas

Política do Banco Interamericano de Desenvolvimento sobre Práticas Proibidas

Práticas Proibidas

1.1 O Banco requer que todos os Mutuários (incluindo beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratantes, bem como todas as empresas, entidades ou pessoas físicas que estejam apresentando propostas ou participando de atividades financiadas pelo Banco, incluindo, *inter alia*, solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e agentes, quer com atribuições expressas ou implícitas), observem os mais altos padrões éticos, e denunciem ao Banco¹ todos os atos suspeitos de constituir uma Prática Proibida da qual tenha conhecimento, ou seja, informado, durante o processo de seleção e negociação ou na execução de um contrato. As Práticas Proibidas compreendem atos de: (a) práticas corruptas; (b) práticas fraudulentas; (c) práticas coercitivas; (d) práticas colusivas e (e) práticas obstrutivas. O Banco estabeleceu mecanismos para denúncia de suspeitas de Práticas Proibidas. Qualquer denúncia deverá ser apresentada ao Escritório de Integridade Institucional (EII) do Banco para que se realize a devida investigação. O Banco também estabeleceu procedimentos de sanção para a resolução de casos. Além disso, o Banco celebrou acordos com outras instituições financeiras internacionais (IFI) visando ao reconhecimento recíproco às sanções aplicadas pelos respectivos órgãos de sanção.

- (a) Para fins de cumprimento dessa política, o Banco define os termos indicados a seguir:
- (i) uma *prática corrupta* consiste em oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor para influenciar as ações de outra parte;
 - (ii) uma *prática fraudulenta* é qualquer ato ou omissão, incluindo uma declaração falsa que engane ou tente enganar uma parte para obter benefício financeiro ou de outra natureza ou para evitar uma obrigação;
 - (iii) uma *prática coercitiva* consiste em prejudicar ou causar dano ou na ameaça de prejudicar ou de causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte ou propriedade da parte para influenciar indevidamente as ações de uma parte;
 - (iv) uma prática colusiva é um acordo entre duas ou mais partes, efetuado com o intuito de alcançar um propósito impróprio, incluindo influenciar impropriamente as ações de outra parte;
 - e
 - (v) uma prática obstrutiva consiste em:
 - (aa) destruir, falsificar, alterar ou ocultar deliberadamente uma evidência significativa para a investigação ou prestar declarações falsas aos investigadores com o fim de obstruir materialmente uma investigação do Grupo do Banco sobre denúncias de uma prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva; e/ou ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte para



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

- impedir a divulgação de seu conhecimento de assuntos que são importantes para a investigação ou a continuação da investigação,
- (bb) ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte para impedir a divulgação de seu conhecimento de assuntos que são importantes para a investigação do Grupo BID ou a continuação da investigação; ou
- (cc) todo ato que vise a impedir materialmente o exercício de inspeção do Grupo BID e dos direitos de auditoria previstos no parágrafo 1.1(f) a seguir; e
- (vi) A “apropriação indevida” consiste no uso de fundos ou recursos do Grupo BID para um propósito indevido ou para um propósito não autorizado, cometido de forma intencional ou por negligência grave.
- (b) Se, em conformidade com os procedimentos de sanções do Banco, for determinado que em qualquer estágio da aquisição ou da execução de um contrato qualquer empresa, entidade ou pessoa física atuando como licitante ou participando de uma atividade financiada pelo Banco, incluindo, entre outros, solicitantes, licitantes, fornecedores, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços, concessionárias, Mutuários (incluindo os Beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratantes (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e agentes, quer sejam suas atribuições expressas ou implícitas), estiver envolvida em uma Prática Proibida em qualquer etapa da adjudicação ou execução de um contrato, o Banco poderá:
- (i) não financiar nenhuma proposta de adjudicação de um contrato para obras, bens e serviços relacionados financiados pelo Banco;
- (ii) suspender os desembolsos da operação se for determinado, em qualquer etapa, que um empregado, agente ou representante do Mutuário, do Órgão Executor ou da Agência Contratante estiver envolvido em uma Prática Proibida;
- (iii) declarar uma aquisição viciada e cancelar e/ou declarar vencido antecipadamente o pagamento de parte de um empréstimo ou doação relacionada inequivocamente com um contrato, se houver evidências de que o representante do Mutuário ou Beneficiário de uma doação não tomou as medidas corretivas adequadas (incluindo, entre outras medidas, a notificação adequada ao Banco após tomar conhecimento da Prática Proibida) dentro de um período que o Banco considere razoável;
- (iv) emitir advertência à empresa, entidade ou pessoa física com uma carta formal censurando sua conduta;
- (v) declarar que uma empresa, entidade ou pessoa física é inelegível, permanentemente ou por um período determinado, para: (i) adjudicação de contratos ou participação em atividades financiadas pelo Banco; e (ii) designação² como subconsultor, subempreiteiro ou fornecedor de bens ou serviços por outra empresa elegível a qual tenha sido adjudicado um contrato para executar atividades financiadas pelo Banco;
- (vi) encaminhar o assunto às autoridades competentes encarregadas de fazer cumprir a lei; e/ou;
- (vii) impor outras sanções que julgar apropriadas às circunstâncias do caso, inclusive multas que representem para o Banco um reembolso dos custos referentes às investigações e ao processo. Essas sanções podem ser impostas adicionalmente ou em substituição às sanções acima referidas.
- (c) O disposto nos parágrafos 1.1 (b) (i) e (ii) se aplicará também nos casos em que as partes tenham sido temporariamente declaradas inelegíveis para a adjudicação de novos contratos, na pendência da adoção de uma decisão definitiva em um processo de sanção ou qualquer outra resolução.
- (d) A imposição de qualquer medida que seja tomada pelo Banco conforme as disposições



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

anteriormente referidas será de caráter público.

(e) Além disso, qualquer empresa, entidade ou pessoa física atuando como licitante ou participando de uma atividade financiada pelo Banco, incluindo, entre outros, solicitantes, licitantes, fornecedores de bens, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços, concessionárias, Mutuários (incluindo os Beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratantes (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer suas atribuições sejam expressas ou implícitas), poderá ser sujeita a sanções, em conformidade com o disposto nos acordos que o Banco tenha celebrado com outra instituição financeira internacional com respeito ao reconhecimento recíproco de decisões de inelegibilidade. Para fins do disposto neste parágrafo, o termo “sanção” refere-se a toda inelegibilidade permanente, imposição de condições para a participação em futuros contratos ou adoção pública de medidas em resposta a uma contravenção às regras vigentes de uma IFI aplicável à resolução de denúncias de Práticas Proibidas;

(f) O Banco exige que os solicitantes, concorrentes, fornecedores e seus agentes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, prestadores de serviços e concessionárias permitam que o Banco revise quaisquer contas, registros e outros documentos relativos à apresentação de propostas e a execução do contrato e os submeta a uma auditoria por auditores designados pelo Banco. Solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens e seus agentes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias deverão prestar plena assistência ao Banco em sua investigação. O Banco requer ainda que todos os solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens e seus agentes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias: (i) mantenham todos os documentos e registros referentes às atividades financiadas pelo Banco por um período de sete (7) anos após a conclusão do trabalho contemplado no respectivo contrato; e (ii) forneçam qualquer documento necessário à investigação de denúncias de Práticas Proibidas e assegurem-se de que os empregados ou representantes dos solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens e seus representantes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias que tenham conhecimento das atividades financiadas pelo Banco estejam disponíveis para responder às consultas relacionadas com a investigação provenientes de pessoal do Banco ou de qualquer investigador, agente, auditor ou consultor devidamente designado. Caso o solicitante, concorrente, fornecedor e seu agente, empreiteiro, consultor, pessoal, subempreiteiro, subconsultor, prestador de serviços ou concessionária se negue a cooperar ou descumpra o exigido pelo Banco, ou de qualquer outra forma crie obstáculos à investigação por parte do Banco, o Banco, a seu critério, poderá tomar medidas apropriadas contra o solicitante, concorrente, fornecedor e seu agente, empreiteiro, consultor, pessoal, subempreiteiro, subconsultor, prestador de serviços ou concessionária.

(g) Se um Mutuário fizer aquisições de bens, obras, serviços que forem ou não de consultoria diretamente de uma agência especializada, todas as disposições da Seção 8 relativas às sanções e Práticas Proibidas serão aplicadas integralmente aos solicitantes, concorrentes, fornecedores e seus representantes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer suas atribuições sejam expressas ou implícitas), ou qualquer outra entidade que tenha firmado contratos com essa agência especializada para fornecer tais bens, obras, serviços que forem ou não de consultoria, em conformidade com as atividades financiadas pelo Banco. O Banco se reserva o direito de obrigar o Mutuário a lançar mão de recursos tais como a suspensão ou a rescisão. As agências especializadas deverão consultar a lista de empresas ou pessoas físicas declaradas temporária ou permanentemente inelegíveis pelo Banco. Caso alguma



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

agência especializada celebre um contrato ou uma ordem de compra com uma empresa ou uma pessoa física declarada temporária ou permanentemente inelegível pelo Banco, o Banco não financiará os gastos correlatos e poderá tomar as demais medidas que considere convenientes.

1.2 Os Concorrentes ao apresentar uma proposta declaram e garantem que:

- (i) leram e entenderam a proibição sobre atos de fraude e corrupção disposta pelo Banco e se obrigam a observar as normas pertinentes;
- (ii) não incorreram em nenhuma Prática Proibida descrita neste documento;
- (iii) não adulteraram nem ocultaram nenhum fato substancial durante os processos de seleção, negociação e execução do contrato;
- (iv) nem eles nem os seus agentes, pessoal, subempreiteiros, subconsultores ou quaisquer de seus diretores, funcionários ou acionistas principais foram declarados inelegíveis pelo Banco ou outra Instituição Financeira Internacional (IFI) e sujeito às disposições dos acordos celebrados pelo Banco relativos ao reconhecimento mútuo de sanções à adjudicação de contratos financiados pelo Banco, nem foram declarados culpados de delitos vinculados a práticas proibidas;
- (v) nenhum de seus diretores, funcionários ou acionistas principais tenha sido diretor, funcionário ou acionista principal de qualquer outra empresa ou entidade que tenha sido declarada inelegível pelo Banco ou outra Instituição Financeira Internacional (IFI) e sujeito às disposições dos acordos celebrados pelo Banco relativos ao reconhecimento mútuo de sanções à adjudicação de contratos financiados pelo Banco ou tenha sido declarado culpado de um delito envolvendo Práticas Proibidas;
- (vi) declararam todas as comissões, honorários de representantes ou pagamentos para participar de atividades financiadas pelo Banco; e
- (vii) reconhecem que o descumprimento de qualquer destas garantias constitui fundamento para a imposição pelo Banco de uma ou mais medidas descritas na Cláusula 1.1 (b).



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**ANEXO XV DO CONTRATO DECLARAÇÃO DE CESSÃO DE DIREITOS
PATRIMONIAIS AUTORAIS**

**Declaração Cessão de Direitos Patrimoniais/Autorais
AQSETIN2022006 – Serviço de Sustentação e Desenvolvimento de Sistemas**

Versão 1.0

Ao TJCE – Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

Referência: Pregão Eletrônico nº ____/202__ – TJCE, Contrato ° ____/202__.

DECLARAÇÃO

.....(nome da empresa licitante), CNPJ nº, sediada em.....(endereço completo), declara que repassa os direitos patrimoniais, inclusive os autorais, do serviço relativo ao objeto desta licitação, para o fim do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará utilizá-lo a seu critério, nos termos do disposto no art. 111 da lei 8666/93 e suas alterações posteriores, e dos artigos 49, 50, 51 e 52 da lei Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 e suas alterações posteriores, sem que lhe assista direito à indenização.

Local e data

Nome:

RG:

CPF:

Cargo e assinatura do representante legal da empresa.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO XVI DO CONTRATO DECLARAÇÃO DE VISTORIA

DECLARAÇÃO DE VISTORIA E CONHECIMENTO

(A ser redigida em papel timbrado da empresa)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. ____/202__

A empresa _____, CNPJ _____, por meio de seu(s) representante(s) legal(is) _____, declara ter participado de vistoria realizada de forma remota através de plataforma de videoconferência utilizada pelo TJCE recebendo informações sobre todos os aspectos referentes à prestação dos serviços solicitados no objeto do Edital do Pregão Eletrônico Nº ____ e seus anexos.

Declara, ainda, que não encontrou fatos supervenientes que impossibilitem a realização dos serviços descritos no objeto do Edital do Pregão Eletrônico Nº ____.

Declara, por fim, que foi dado acesso às informações com foco no objeto do certame licitatório, considerando as cláusulas expressas do referido Edital e seus anexos, estando apta à prestar os serviços, não identificando fatos supervenientes que impossibilitem a prestação dos serviços.

Fortaleza – CE ____ de ____ de 202__.

Representante Legal/Nº da cédula de identidade

Empresa Proponente

Gestor da Secretaria de Tecnologia da Informação - TJCE

Matrícula: _____



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**ANEXO XVII DO CONTRATO
FICHA DE DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL**

Dados pessoais do(s) representante(s) e/ou procurador(es), devidamente habilitados, da futura CONTRATADA, indicado(s) para assinatura do Contrato:

| | | |
|---------------|---|-------------------------------|
| NOME | : | FERNANDO OLIVEIRA FREITAS |
| NACIONALIDADE | : | |
| ESTADO CIVIL | : | |
| PROFISSÃO | : | DIRETOR PRESIDENTE |
| RG | : | 2.477.295SSP DF |
| CPF | : | 020.786.611-20 |
| DOMICÍLIO | : | |
| CIDADE | : | |
| UF | : | |
| FONE | : | 61- 3362-5050 |
| | : | 61- 3362-5000 |
| FAX | : | |
| CELULAR | : | |
| E-MAIL | : | COMERCIAL@ENGESOFTWARE.COM.BR |



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO XVIII DO CONTRATO
PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

COMPOSIÇÃO DO VALOR UNITÁRIO DA CATEGORIA

| CATEGORIA | | |
|---|----------|--------------|
| Item | Alíquota | Valor Mensal |
| I. REMUNERAÇÃO | % | R\$ |
| I.a. Salário base | | |
| II. ENCARGOS SOCIAIS | % | R\$ |
| II.a. GRUPO A | % | R\$ |
| II.a.1. INSS | | |
| II.a.2. SESC | | |
| II.a.3. SENAC | | |
| II.a.4. INCRA | | |
| II.a.5. Salário educação | | |
| II.a.6. FGTS | | |
| II.a.7. Riscos ambientais do Trabalho | | |
| II.a.8. SEBRAE | | |
| II.b. GRUPO B | % | R\$ |
| II.b.1. Férias (Reposição do Profissional Ausente) | | |
| II.b.2. Adicional de Férias (art. 7º, XVII – CF/88) | | |
| II.b.3. Auxílio doença | | |
| II.b.4. Licença maternidade/paternidade | | |
| II.b.5. Faltas legais | | |
| II.b.6. Acidente de trabalho | | |
| II.b.7. Aviso prévio trabalhado | | |
| II.b.8. 13º Salário | | |
| II.c. GRUPO C | % | R\$ |
| II.c.1. Aviso prévio indenizado | | |
| II.c.2. FGTS nas rescisões sem justa causa | | |
| II.d. GRUPO D (%Grupo A * %Grupo B) | % | R\$ |
| III. INSUMOS | | R\$ |
| III.a. Auxílio Alimentação | | |
| III.b. Vale Transporte | | |

> As planilhas de custos e formação de preços deverão observar 02 (duas) casas decimais para moeda e para percentuais. Ademais, são apenas demonstrativas, servindo como modelo para orientar a licitante, que poderá excluir ou incluir provisões desde que fundamentado expressamente.

> A licitante vencedora da fase de lances deverá apresentar, juntamente com as planilhas de custos e formação de preço, o Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho a qual é vinculada, lei ou sentença normativa, devendo sua proposta ser balizada nos documentos apresentados.

**CONTRATO Nº 2023/0193**

Que entre si celebram, de um lado, a **UNIÃO** por intermédio do **SENADO FEDERAL** e, do outro, a empresa **PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA**, para a **prestação de serviços nas áreas de televisão, rádio, agência de notícias e relações públicas, nas dependências da Secretaria de Comunicação Social, da Secretaria-Geral da Mesa e do Instituto Legislativo Brasileiro do Senado Federal, com a disponibilização de mão de obra qualificada durante 12 (doze) meses consecutivos.**

A **UNIÃO**, por intermédio do **SENADO FEDERAL**, doravante denominado **SENADO** ou **CONTRATANTE**, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, CNPJ nº 00.530.279/0001-15, neste ato representado pela sua Diretora-Geral, ILANA TROMBKA, e a empresa **PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA**, com sede na Rua Joaquim Costa nº 270, Agronômica, Florianópolis/SC, CEP: 88.025-400, telefone nº (48) 3271-1319 e 3271-1320, CNPJ-MF nº 78.533.312/0001-58, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. RAFAEL BEDA GUALDA, CI. 267.8326-6, expedida pela OAB/SC, CPF nº 932.194.409-59, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 082/2023**, homologado pela Senhora Diretora-Geral, documento digital nº 00100.171883/2023-16 do Processo nº 00200.005566/2023-76, incorporando o edital e a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, documento digital nº 00100.165171/2023-50, a este instrumento, e sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e da Política de Contratações do Senado Federal, Anexo V do Regulamento Administrativo do Senado Federal e dos Atos da Diretoria-Geral nº 14, de 2022, e nº 15, de 2022, e das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a **prestação de serviços nas áreas de televisão, rádio, agência de notícias e relações públicas, nas dependências da Secretaria de Comunicação Social, da Secretaria-Geral da Mesa e do Instituto Legislativo Brasileiro do Senado Federal, com a disponibilização de mão de obra qualificada, durante 12 (doze) meses consecutivos**, de acordo com os termos e especificações constantes deste contrato e do edital.





CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste:

I - manter durante a execução deste contrato as condições de habilitação e qualificações que ensejaram sua contratação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas;

II - apresentar cópia autenticada do ato constitutivo sempre que houver alteração;

III - efetuar o pagamento de seguros, encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e sociais, bem como quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato;

IV - manter preposto para este contrato, que irá representá-la sempre que for necessário;

a) O preposto poderá ser convocado a comparecer presencialmente no SENADO em até 24 (vinte e quatro) horas para resolver questões urgentes.

V - manter seus empregados e prepostos uniformizados, fornecendo-lhes uniformes e calçados, de acordo com a respectiva categoria profissional, conforme especificações estabelecidas no Anexo 4, vedado o desconto dos respectivos custos nos salários;

a) Quando houver exigência na Convenção Coletiva de Trabalho para o pagamento de auxílio financeiro para uniforme/vestuário, a CONTRATADA obriga-se a cumprir os termos previstos naquele documento, sendo que o primeiro pagamento do auxílio deverá ocorrer no primeiro salário do profissional;

b) Quando não houver a exigência referida na alínea acima na Convenção Coletiva de Trabalho, os uniformes deverão ser entregues pela CONTRATADA a todas as categorias profissionais especificadas no Anexo 4, mediante recibo (relação nominal assinada e datada por cada profissional), cuja cópia, acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao gestor do contrato;

c) A substituição dos uniformes ocorrerá a cada 6 (seis) meses, ou quando solicitado, dependendo da necessidade e do desgaste prematuro claramente evidenciado.

VI - fornecer ao gestor do contrato no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos do início da execução do contrato:

a) relação nominal dos profissionais, impressa e em mídia digital, com as respectivas categorias, endereços e telefones residenciais e celular, horário de trabalho, local de lotação, e comunicar toda e qualquer alteração que venha a ocorrer durante a execução dos serviços; e





b) documentos necessários à expedição de crachá pela Polícia do SENADO, para cada um dos empregados prestadores de serviços no Senado Federal;

VII - comunicar formalmente à gestão do contrato todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços, relatando-as em meio físico ou eletrônico, conforme definido pelo SENADO, com os dados e as circunstâncias julgados necessários ao relato e ao esclarecimento dos fatos.

VIII - substituir o profissional por outro que atenda às mesmas exigências de qualificação especificadas para o respectivo posto de trabalho, nos seguintes casos:

- a)** falta justificada ou injustificada, bem como atraso ou saída antecipada sem prévia autorização, no prazo máximo de 1 (uma) hora, a contar da comunicação da ausência;
- b)** gozo de férias e licenças, com exceção do disposto nos incisos IX e X desta Cláusula;
- c)** solicitação do gestor do contrato, no caso de falta grave devidamente documentada;
- d)** automaticamente, após 03 (três) advertências, devidamente registradas no livro de ocorrências;
- e)** quando não possuir a qualificação mínima exigida; e
- f)** sempre que seus serviços e/ ou conduta forem julgados insatisfatórios e/ou inconvenientes ao SENADO, devidamente justificado.

IX - ocupar o posto, em caso de férias do titular, somente mediante solicitação da área tomadora dos serviços e autorização do fiscal do contrato. O custo do período e do respectivo posto, quando não houver substituição, será descontado do documento fiscal correspondente, caso seja inserido no respectivo documento.

a) A previsão de substituição por categoria está indicada no Anexo 3.

X - as férias serão concedidas ao titular de cada posto de trabalho preferencialmente nos meses de janeiro e julho, conforme previsão acertada com a área tomadora de serviço e autorização do fiscal do contrato. Durante esses meses, a cobertura de férias será excepcional e somente admitida mediante justificativa do tomador do serviço e com autorização do fiscal do contrato, observado o disposto no inciso IX desta Cláusula.

XI - efetuar o pagamento do auxílio-alimentação no valor de R\$ 41,72 (quarenta e um reais e setenta e dois centavos) por dia trabalhado, conforme definido pelo Ato do Presidente nº 13, de 2022, ou o valor estabelecido em Convenção Coletiva de Trabalho vinculada à proposta da CONTRATADA, caso seja superior àquele, antecipadamente ao mês de referência, no prazo legal ou no previsto em disposição específica da Convenção Coletiva de Trabalho aplicável;





XII - fornecer transporte (de sua propriedade ou locado) ou vale-transporte para atender os dias de trabalho, antecipadamente ao mês de referência, no prazo legal ou no previsto em disposição específica da Convenção Coletiva de Trabalho aplicável;

XIII - efetuar o pagamento do salário dos profissionais alocados até o 5º dia útil do mês subsequente à realização dos serviços;

XIV - efetuar, se for o caso, o pagamento de serviços extraordinários, por empregado, quando esgotados todos os meios de utilização do “BANCO DE HORAS”, de acordo com o que tiver previsto no Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho vinculado(a) à proposta da CONTRATADA e em conformidade com o art. 59 do Decreto-Lei nº 5.452/1943;

XV - registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade dos funcionários dos postos de trabalho por meio de sistema biométrico de registro de jornada ou sistema eletrônico similar, na forma disposta no § 2º do artigo 74 da CLT, permitindo à fiscalização do SENADO o acesso aos respectivos dados.

a) Os empregados da CONTRATADA deverão registrar no sistema indicado neste inciso, no mínimo, os horários de início e término de sua jornada de trabalho, e, se for o caso, os intervalos intrajornada. Além disso, o mencionado sistema deverá permitir aferir o cumprimento da jornada de trabalho semanal e mensal de cada profissional.

b) A instalação do sistema de controle de frequência não exime a CONTRATADA da responsabilidade pelo acompanhamento e pelo controle dos profissionais alocados na prestação dos serviços.

c) A CONTRATADA deverá fornecer e instalar o sistema de controle de ponto antes do início da execução do contrato, nos locais a serem indicados pelo gestor do contrato, conforme os seguintes quantitativos:

c.1) 3 (três) coletores para o grupo 1;

c.2) 1 (um) coletor para o grupo 2;

c.3) 1 (um) coletor para o item 5; e

c.4) 1 (um) coletor para cada órgão do item 6.

d) Caso a CONTRATADA preste serviço para mais de um grupo, a quantidade total de coletores será a soma das quantidades individuais de cada grupo, sendo o máximo exigido de 5 (cinco) coletores por CONTRATADA.

XVI - selecionar, treinar e reciclar os profissionais que irão prestar o serviço objeto deste contrato.





XVII - alocar profissionais devidamente capacitados e habilitados para os serviços contratados, de acordo com as especificações técnicas (Anexo 2 do edital).

XVIII - observar a legislação trabalhista e previdenciária, bem como Convenção Coletiva de Trabalho vinculada à proposta da CONTRATADA, efetuando as anotações nas carteiras de trabalho, inclusive quanto à categoria profissional a ser exercida.

XIX - manter disciplina nos locais dos serviços e retirar o profissional com conduta insatisfatória e/ou inconveniente, quando devidamente justificado.

XX - manter seus profissionais identificados por intermédio de crachás, com fotografia recente, expedidos pela Polícia do SENADO.

XXI - responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares e das orientações de segurança e de prevenção de incêndios.

XXII - fornecer ao gestor do contrato todas as informações por este solicitadas, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

XXIII - apresentar, no primeiro mês da prestação dos serviços, a seguinte documentação:

- a) relação dos empregados terceirizados, contendo nome completo, cargo ou função, valor do salário, horário do posto de trabalho, número do registro geral (RG), do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), além de outros dados necessários à gestão;
- b) indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando couber;
- c) cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, devidamente assinada pela contratada;
- d) exames médicos admissionais dos empregados que prestarão os serviços;

XXIV - entregar ao gestor do contrato até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da prestação dos serviços, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF:

- a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- b) Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.





XXV - entregar, quando solicitado pelo SENADO, quaisquer dos seguintes documentos:

- a)** Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério do SENADO;
- b)** Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o SENADO;
- c)** Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- d)** Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
- e)** Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

XXVI - entregar a documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo de 60 (sessenta) dias corridos a contar de sua extinção ou rescisão:

- a)** Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- b)** Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- c)** Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e
- d)** Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

XXVII - apresentar, sempre que houver admissão de novos empregados pela CONTRATADA, os documentos elencados no inciso XXIII.

XXVIII - apresentar ao gestor do contrato, até o último dia útil do mês posterior ao de referência, declaração de despesas relativas ao período de apuração, devidamente assinada por seu preposto, na qual conste:

- a)** mês de referência;
- b)** nome, matrícula e categoria dos empregados terceirizados;





- c) valor e data de recebimento do salário, discriminando-se as parcelas remuneratórias;
- d) valor e data de recebimento do vale-transporte e do vale-alimentação;
- e) campos para observações e assinaturas.

XXIX - entregar o modelo de autorização constante no Anexo 15 do edital assinado, por ocasião da assinatura do contrato;

XXX - providenciar a assinatura dos documentos relativos à abertura e movimentação do DGBM, em até 20 (vinte) dias corridos, a contar do recebimento da comunicação do SENADO;

XXXI - viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, os meios necessários para:

- a) o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social, da Caixa Econômica Federal e da Receita Federal do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias e para o FGTS foram recolhidas;
- b) a obtenção do Cartão Cidadão pelos empregados junto à Caixa Econômica Federal;
- c) a obtenção de extratos individuais de recolhimentos sempre que solicitado pela fiscalização.

XXXII - responsabilizar-se pelos ônus financeiros e acréscimos substanciais de custos em face de alteração de ACT/CCT vinculada à proposta da CONTRATADA em decorrência de decisão judicial ou de fato que afete o seu enquadramento sindical ou a sua vinculação a instrumento coletivo de trabalho no qual a empresa tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria.

XXXIII - observar as diretrizes de que trata o Ato do Primeiro-Secretário nº 8, de 2018, constante do Anexo 17 do edital.

XXXIV - observar as reservas de cargos previstas em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – No mínimo 20% (vinte por cento) das vagas previstas neste contrato deverão ser preenchidas por trabalhadores afrodescendentes, durante toda a execução contratual, conforme Ato da Comissão Diretora nº 7, de 2014.

PARÁGRAFO SEGUNDO – No caso de o contrato envolver cinquenta ou mais trabalhadores, caberá à CONTRATADA reservar no mínimo 2% (dois por cento) das vagas para mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica e familiar, atendida





a qualificação profissional necessária, conforme Ato da Comissão Diretora nº 4, de 2016, regulamentado pelo Ato da Diretoria-Geral nº 22, de 2016 (Anexo 16 do edital).

I - A identidade das trabalhadoras contratadas será mantida em sigilo pela CONTRATADA, sendo vedado qualquer tipo de discriminação no exercício das suas funções.

II - Após autorização do SENADO, a CONTRATADA selecionará, entre as indicadas em relação nominal a ser obtida de Conveniada do SENADO, o número necessário de trabalhadoras que atenda ao quantitativo previsto no parágrafo segundo desta cláusula.

a) A CONTRATADA deverá formalizar, junto à Conveniada, a solicitação de fornecimento da relação nominal das mulheres em estado de vulnerabilidade, que atendam aos requisitos mínimos exigidos neste contrato, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após autorização do SENADO.

b) A seleção deverá ocorrer no prazo de até 15 (quinze) dias a contar do recebimento da relação nominal mencionada.

c) A CONTRATADA ficará liberada desta obrigação, caso a Conveniada do SENADO não apresente a relação nominal no prazo de até 5 (cinco) dias a contar da formalização prevista na alínea "a".

d) A Conveniada emitirá declaração de que a CONTRATADA realizou processo seletivo para o qual foram convidadas todas as mulheres constantes na relação, bem como informará a quantidade de mulheres contratadas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do término do prazo previsto na alínea "b" acima.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A CONTRATADA deverá arcar com o ônus decorrente de:

I - Eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação;

II - Erro de indicação de Convenção Coletiva de Trabalho.

PARÁGRAFO QUARTO – O disposto no Parágrafo Terceiro deve igualmente ser observado para os custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale-transporte;

I - Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades do SENADO, a Administração deverá efetuar o pagamento em observância às regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.





PARÁGRAFO QUINTO – Os empregados incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com o SENADO, sendo remunerados única e exclusivamente pela CONTRATADA e a ela vinculados.

PARÁGRAFO SEXTO – Caso se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional, a CONTRATADA deverá comprovar, no prazo de 90 (noventa) dias contados da assinatura do contrato, a comunicação, à Secretaria da Receita Federal, da exclusão obrigatória do referido regime tributário diferenciado, nos termos do art. 30, inciso II e § 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006 e do Edital de Pregão Eletrônico nº 082/2023.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Caso a CONTRATADA não comprove a comunicação no prazo estabelecido no parágrafo anterior, o SENADO comunicará à Secretaria da Receita Federal, para avaliação da hipótese de exclusão do Simples Nacional prevista no art. 29, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

PARÁGRAFO OITAVO – Caso a CONTRATADA não honre com o pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, contribuições sociais e FGTS concernentes a este contrato, fica o SENADO autorizado a deduzir das faturas os respectivos valores e efetuar o seu pagamento direto, sem prejuízo das penalidades cabíveis, sendo que a comunicação deste fato ao SENADO até a data do adimplemento da obrigação poderá ser considerada como atenuante quando da aplicação das penalidades.

PARÁGRAFO NONO – Na situação prevista no parágrafo anterior deve a CONTRATADA fornecer ao SENADO de imediato todas as informações e documentos necessários para a efetivação do pagamento direto.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Na impossibilidade de pagamento direto pelo SENADO, os valores retidos serão depositados cautelarmente junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, contribuições sociais e FGTS.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – A CONTRATADA deverá conceder aos trabalhadores intervalo para repouso e alimentação, na forma dos arts. 71 e 72 da CLT, efetuando rodízio dos empregados alocados no SENADO, de comum acordo com o gestor, quando a natureza do serviço exigir a presença ininterrupta de profissionais no posto de trabalho.

I – Exclusivamente para as funções de Operador de Mídia (subitem 3.2), Operador Técnico de Mídia (subitem 5.1), Sonoplasta de Plenário e Comissões (subitem 3.3) e Técnico de Sistemas Audiovisuais para Plenário (subitem 3.4), não poderá haver interrupção na prestação do serviço, devendo haver substituição no período do intervalo mencionado no Parágrafo Décimo Primeiro.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – A CONTRATADA assume toda e qualquer responsabilidade no que se refere à relação com seus empregados, inclusive quanto ao





fornecimento de auxílio-alimentação, auxílio-transporte e demais obrigações trabalhistas e previdenciárias, observado o disposto no §2º do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade por quaisquer acidentes de trabalho durante a vigência dos serviços contratados.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados ou prepostos ao SENADO ou a terceiros, nas dependências do SENADO.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – O pagamento eventual de diárias de viagem será autorizado exclusivamente para os empregados integrantes dos Grupos 1 e 2, por meio de emissão da “Solicitação de Pagamento de Diária – SPD” pelo SENADO.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – A CONTRATADA deverá depositar em dinheiro, à vista, na conta corrente dos empregados, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas da notificação por escrito do fiscal do contrato, a diária de viagem nacional, no valor de R\$ 517,97 (quinhentos e dezessete reais e noventa e sete centavos) para capitais e cidades com mais de 200.000 (duzentos mil) habitantes, e de R\$ 413,89 (quatrocentos e treze reais e oitenta e nove centavos) para cidades com até 200.000 (duzentos mil) habitantes, e de US\$313,52 (trezentos e treze dólares americanos e cinquenta e dois centavos) para viagem internacional para países da América do Sul e de US\$369,01 (trezentos e sessenta e nove dólares americanos e um centavo) para viagem internacional para outros países, conforme previsto em normas administrativas do Senado Federal que disciplinam a concessão de diárias a servidores, especialmente o Ato da Comissão Diretora nº 5 de 2006, com as alterações promovidas pelo Ato da Comissão Diretora nº 5 de 2016, observado o disposto no Parágrafo Décimo Quinto desta Cláusula. Estes valores deverão seguir o reajuste aplicado à tabela de diárias para servidores do cargo de Analista Legislativo.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO – Cabe à CONTRATADA apresentar as despesas com as diárias de viagem, em separado, mediante a apresentação de documento fiscal, depósito bancário ao empregado, relatório de ocorrências do sistema de frequência com o registro dos dias em viagem, folha de ponto do mês em viagem, comprovante de embarque aéreo, quando houver, e a cópia da “Solicitação de Pagamento de Diária – SPD” emitida pelo SENADO.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO – Não poderá a CONTRATADA veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente contrato, salvo autorização específica do SENADO.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO – A CONTRATADA não poderá contratar para prestar os serviços objeto do presente contrato empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes até o 3º grau, na linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, dos Senadores e servidores do Quadro de Pessoal do SENADO que sejam ocupantes de cargos ou funções comissionadas, na forma do disposto no Ato da Comissão Diretora nº 5, de 2011, e no Decreto Federal nº 7.203, de 2010.





PARÁGRAFO VIGÉSIMO – A CONTRATADA não poderá ceder os créditos, nem subrogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO – A comunicação entre o SENADO e a CONTRATADA se dará da seguinte forma:

I - Com o gestor do contrato: pelo e-mail ngcot@senado.leg.br;

II – Com os fiscais:

| Grupo | Lotação dos profissionais | E-mail |
|-------|--|--|
| 1 | Secretaria Agência e Jornal do Senado | edmarlj@senado.leg.br |
| 1 | Secretaria de Relações Públicas e Comunicação Organizacional | novelli@senado.leg.br ewandro@senado.leg.br |
| 1 | Gabinete Administrativo da Secom, Núcleo de Contratações e Contratos e Diretoria de Jornalismo | gbecom@senado.leg.br |
| 1 | Assessoria de Imprensa | imprensa@senado.leg.br |
| 2 | Núcleo dos Sistemas de Votações Eletrônicas e de Sonorização de Plenários | sergiop@senado.leg.br |
| 2 | Secretaria de Registro e Redação Parlamentar | cavalini@senado.leg.br |
| 3 | Instituto Legislativo Brasileiro | junia@senado.leg.br |
| 4 | Secretaria de Transparência | mruben@senado.leg.br |
| 4 | Núcleo de Gestão de Contratos de Infraestrutura e Comunicação | ngcic@senado.leg.br |
| 4 | Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen | cassio@senado.leg.br apalos@senado.leg.br |

CLÁUSULA TERCEIRA – DO TRATAMENTO E DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

O SENADO e a CONTRATADA se obrigam a observar fielmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a proteger os direitos fundamentais de liberdade, de privacidade e de livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais a que tiverem acesso em razão da execução do presente Contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA declara que tem ciência dos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e, nas situações em que houver o compartilhamento de dados pessoais pelo SENADO, compromete-se a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação.





PARÁGRAFO SEGUNDO - É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal compartilhado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da presente contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade e todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – compartilhados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o compartilhamento das informações a outras empresas ou pessoas, salvo o decorrente de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento da presente avença.

PARÁGRAFO QUARTO - A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao SENADO em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

PARÁGRAFO QUINTO – Descumprimentos havidos em razão do uso inadequado ou ilícito em relação aos dados pessoais serão apurados conforme estabelecido neste contrato e nos termos do que dispõem a Seção III, Capítulo VI e o art. 52 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

Caberão ao SENADO as seguintes obrigações e responsabilidades, sem prejuízo das disposições legais e das estabelecidas na contratação advinda do edital e deste contrato:

I - exercer a gestão e supervisão dos serviços prestados, por servidores ou comissão previamente designados, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas, acompanhando rigorosamente o cumprimento, pela CONTRATADA, de todas as suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias relacionadas ao respectivo contrato, exigindo cópias dos documentos comprobatórios da quitação dessas obrigações, bem como o exame das carteiras profissionais dos prestadores de serviços;

II - comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato, exigindo seu imediato saneamento sob pena de aplicação das penalidades previstas no contrato;

III - permitir o acesso e a permanência dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a execução dos serviços contratados;

IV - prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela CONTRATADA ou por seu preposto, para cumprimento de suas obrigações;





V - efetuar inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços e o atendimento das exigências contratuais;

VI - exigir, mediante justificativa, a imediata substituição de qualquer empregado quando não possuir a qualificação mínima exigida ou sempre que sua conduta for julgada insatisfatória ou inconveniente para o SENADO;

VII - fornecer acesso aos sistemas informatizados a serem utilizados, exclusivamente, para o desempenho dos serviços a serem contratados;

VIII - fornecer crachá de acesso às suas dependências, de uso obrigatório pelos empregados da CONTRATADA;

IX - solicitar à CONTRATADA a substituição de qualquer produto, material, utensílio ou equipamento cujo uso considere prejudicial à boa conservação de seus pertences, equipamentos ou instalações ou, ainda, que não atendam às necessidades do SENADO.

X - Arcar com as demais despesas de viagem a serviço dos funcionários da CONTRATADA que prestam serviço no SENADO, incluindo passagens aéreas, com exceção das diárias de viagens.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – É vedada qualquer ingerência de agentes públicos vinculados ao SENADO na administração da CONTRATADA, inclusive no que se refere à proibição de direcionamento ou de indicação de pessoas para trabalharem na CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os pleitos, reclamações e esclarecimentos formulados pela CONTRATADA deverão ser instruídos pelo SENADO no prazo de 30 (trinta) dias e decididos pela autoridade competente no prazo de até 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação de ambos os prazos caso necessário para o adequado deslinde da matéria.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O prazo de instrução referido no parágrafo segundo desta cláusula somente terá início após a verificação, por parte do Gestor da avença, acerca dos pressupostos de admissibilidade do pedido previsto no art. 123 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

A CONTRATADA iniciará a execução dos serviços objeto deste contrato, por meio dos trabalhadores alocados no SENADO, sob sua orientação, subordinação e supervisão direta, no prazo de até **30 (trinta) dias corridos** após a assinatura do contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A prestação dos serviços será realizada nas dependências do SENADO, em Brasília-DF, nos dias e horários estabelecidos no Anexo 3.





I - Para os profissionais relacionados nos Grupos 1 e 2, eventualmente a prestação de serviços poderá ser realizada fora das dependências do SENADO, em outros Estados da Federação ou país estrangeiro, conforme necessidade de trabalho.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A prestação dos serviços fora do horário ordinário estabelecido no parágrafo primeiro deverá ser previamente solicitada e autorizada pelo Gestor deste contrato, desde que devidamente justificada.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A jornada de trabalho dos profissionais referidos no Anexo 3 do edital poderá ser alterada de acordo com as necessidades do serviço e por solicitação do gestor.

PARÁGRAFO QUARTO – A CONTRATADA deverá executar os serviços, conforme descrito nos Anexos 2, 3 e 8.

PARÁGRAFO QUINTO – A CONTRATADA providenciará e entregará ao gestor do contrato, semanalmente, relatórios de realização de bancos de horas e dos serviços extraordinários realizados.

PARÁGRAFO SEXTO – As comunicações oficiais do SENADO deste contrato com a CONTRATADA e com os profissionais terceirizados ocorrerão preferencialmente por e-mail criado para esta finalidade, e na sua falta por ofício.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O SENADO será responsável pela disponibilização de local, infraestrutura e equipamentos necessários à execução dos serviços contratados, constituído de ambiente físico, mobiliário, equipamentos e softwares necessários para a realização das atividades profissionais, exceto aqueles materiais indicados no edital e seus anexos, ou neste contrato como obrigação da CONTRATADA.

PARÁGRAFO OITAVO – O material produzido pelos profissionais abrangidos pelo contrato, tais como: matérias jornalísticas, captação e edição de imagens, computação gráfica, roteiros e criação de cenários, dentre outros, que envolva a questão da propriedade intelectual, e uso de voz e imagem, será considerada propriedade do SENADO para todos os efeitos.

PARÁGRAFO NONO – A execução, captação de imagens, realização de matérias jornalísticas, roteiros, direção e criação de programas e cenários, dentre outros, implicarão a autorização imediata de seu uso e a transferência total dos direitos autorais patrimoniais ao SENADO, respeitadas as normas e as legislações pertinentes ao tema.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Ao SENADO não caberá qualquer ônus pela rejeição dos serviços considerados inadequados pelo gestor.





CLÁUSULA SEXTA – DA RETENÇÃO DE PROVISÕES POR MEIO DE DEPÓSITOS EM GARANTIA BLOQUEADOS PARA MOVIMENTAÇÃO- DGBM

O SENADO fará a retenção da provisão de valores para o pagamento das férias, de 1/3 constitucional das férias e 13º salário, com seus respectivos depósitos de FGTS e encargos previdenciários; multa sobre fundo de garantia (FGTS) e outras verbas rescisórias devidas aos trabalhadores da CONTRATADA, por meio de Depósitos em Garantia Bloqueados para Movimentação - DGBM.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As verbas mencionadas no *caput* desta cláusula serão deduzidas do valor mensal a ser pago diretamente à CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A última fatura apresentada pela CONTRATADA será paga após a comprovação da quitação das verbas mencionadas no *caput* desta cláusula.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os depósitos de que trata o *caput* serão efetuados conjuntamente com os valores correspondentes ao lucro e à taxa de administração incidentes sobre a parcela depositada, os quais serão liberados após a quitação das respectivas verbas trabalhistas e/ou previdenciárias.

PARÁGRAFO QUARTO – As quantias que serão retidas para o atendimento desta cláusula serão obtidas pela aplicação de percentuais e valores constantes da proposta da CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUINTO – Os valores relativos aos encargos previdenciários e ao FGTS serão liberados à CONTRATADA após a comprovação dos respectivos pagamentos.

PARÁGRAFO SEXTO – Os valores provisionados na forma do *caput* desta Cláusula serão pagos diretamente aos trabalhadores nas seguintes condições:

- I -** parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;
- II -** parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a um terço de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;
- III -** quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS; e
- IV -** ao final da vigência do contrato, incluídas suas eventuais prorrogações, para o pagamento das demais verbas descritas no *caput* desta cláusula.





PARÁGRAFO SÉTIMO – A hipótese prevista no inciso IV do Parágrafo Sexto desta cláusula não se aplica caso seja pactuado novo contrato, contigualmente, com a mesma empresa e com o mesmo objeto.

PARÁGRAFO OITAVO – Ocorrendo a situação prevista no Parágrafo Sétimo desta cláusula, poderão ser liberados à empresa os valores depositados referentes ao lucro e à taxa de administração.

I - O remanescente dos valores depositados passará a se vincular ao novo contrato.

PARÁGRAFO NONO – Se houver redução do objeto contratado no curso do contrato ou em razão de celebração de novo contrato, os depósitos correspondentes à redução promovida serão liberados na forma prevista no inciso III do Parágrafo Sexto desta cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO – A CONTRATADA deverá apresentar ao gestor do contrato solicitação para pagamento direto aos trabalhadores acompanhada da comprovação da ocorrência dos eventos mencionados no *caput* desta cláusula, em até 20 (vinte) dias antes da data prevista em ato normativo ou no Contrato para o pagamento das referidas verbas, bem como de lista em formato definido pelo SENADO, contendo dados relativos ao pagamento dos empregados.

I – A CONTRATADA será informada de eventuais inconsistências nos dados para pagamento em até 5 (cinco) dias corridos antes da data prevista em ato normativo ou no Contrato para a quitação das referidas verbas.

II – Quando forem verificadas inconsistências de dados, cuja responsabilidade de informação seja da CONTRATADA, o SENADO não efetuará o pagamento direto aos trabalhadores, cabendo à CONTRATADA efetuar-los, dentro dos prazos legais e/ou contratuais, nos termos do Parágrafo Décimo Segundo desta cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – O prazo previsto no Parágrafo Décimo desta cláusula não exime a CONTRATADA da responsabilidade de observar os prazos legais, que prevalecem sobre os contratuais, para pagamento das verbas trabalhistas e/ou previdenciárias.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Na hipótese de inobservância do prazo previsto no Parágrafo Décimo, ou caso o prazo legal para pagamento seja inferior a 20 (vinte dias), deverá a CONTRATADA quitar as verbas trabalhistas e/ou previdenciárias no prazo legal e solicitar a liberação do respectivo valor ao SENADO.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Os valores provisionados serão liberados à CONTRATADA, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da apresentação dos documentos que comprovem a quitação das verbas de que trata o *caput* desta Cláusula.





PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – Ao final da vigência contratual, o saldo existente no DGBM somente será liberado à CONTRATADA após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado e das sanções pecuniárias aplicadas, em até 90 (noventa) dias após o encerramento da vigência contratual, mediante homologação e/ou instrumento equivalente emitido pelo sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – Os valores depositados em garantia serão remunerados nos termos do acordo de cooperação firmado com a Instituição Financeira.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – No caso de haver cobrança de tarifa bancária, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados como DGBM.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O SENADO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, o valor mensal estimado de **R\$ 1.469.876,21** (um milhão, quatrocentos e sessenta e nove mil, oitocentos e setenta e seis reais e vinte e um centavos), **correspondente a mão de obra**, conforme proposta da CONTRATADA, documento digital nº 00100.165171/2023-50, não sendo permitida, em nenhuma hipótese, a antecipação de pagamentos e o pagamento de serviços não executados ou executados de forma incompleta.

| GRUPO 1 - RESUMO GERAL DOS CUSTOS COM MÃO DE OBRA | | | | | |
|---|---------|--|-----------------|----------------------------|--------------------------|
| ITEM | SUBITEM | CATEGORIAS | QUANTI- DADE | CUSTO UNITÁRIO (R\$) | CUSTO MENSAL (R\$) |
| 1 | 1.1 | Assistente de Clipping e Análise de Mídias | 7 | R\$ 7.185,42 | R\$ 50.297,94 |
| | 1.2 | Assistente Operacional de Comunicação | 12 | R\$ 11.665,43 | R\$ 139.985,16 |
| | 1.3 | Designer Gráfico (1 substituição) | 5 | R\$ 13.807,58 | R\$ 69.037,90 |
| | 1.4 | Editor de Fotografia (1 substituição) | 6 | R\$ 16.359,04 | R\$ 98.154,24 |
| | 1.5 | Operador de Multimídia (1 substituição) | 16 | R\$ 12.124,59 | R\$ 193.993,44 |
| | 1.6 | Operador de Multimídia | 1 | R\$ 12.665,68 | R\$ 12.665,68 |
| | 1.7 | Repórter Fotográfico (1 substituição) | 9 | R\$ 12.355,21 | R\$ 111.196,89 |
| | 1.8 | Supervisor de Clipping e Análise de Mídias | 1 | R\$ 8.862,71 | R\$ 8.862,71 |





| GRUPO 1 - RESUMO GERAL DOS CUSTOS COM MÃO DE OBRA | | | | | |
|---|---------|--|-------------|----------------------|--------------------|
| ITEM | SUBITEM | CATEGORIAS | QUANTI-DADE | CUSTO UNITÁRIO (R\$) | CUSTO MENSAL (R\$) |
| | 1.9 | Supervisor de Controle de Qualidade em Comunicação Institucional | 7 | R\$ 16.797,37 | R\$ 117.581,59 |
| TOTAL MENSAL | | | | | R\$ 801.775,55 |
| TOTAL ANUAL (12 meses) | | | | | R\$ 9.621.306,60 |

| GRUPO 2 - RESUMO GERAL DOS CUSTOS COM MÃO DE OBRA | | | | | |
|---|---------|--|-------------|----------------------|--------------------|
| ITEM | SUBITEM | CATEGORIAS | QUANTI-DADE | CUSTO UNITÁRIO (R\$) | CUSTO MENSAL (R\$) |
| 3 | 3.1 | Controlador de Operações de Plenário | 2 | R\$ 18.296,38 | R\$ 36.592,76 |
| | 3.2 | Operador de Mídia | 22 | R\$ 11.265,69 | R\$ 247.845,18 |
| | 3.3 | Sonoplasta de Plenário e Comissões | 5 | R\$ 11.451,88 | R\$ 57.259,40 |
| | 3.4 | Técnico de Sistemas Audiovisuais para Plenário | 7 | R\$ 14.630,56 | R\$ 102.413,92 |
| | 3.5 | Supervisor Técnico de Plenário e Comissões | 2 | R\$ 24.344,53 | R\$ 48.689,06 |
| TOTAL MENSAL | | | | | R\$ 492.800,32 |
| TOTAL ANUAL (12 meses) | | | | | R\$ 5.913.603,84 |

| ITEM 5 - RESUMO GERAL DOS CUSTOS COM MÃO DE OBRA | | | | | |
|--|---------|--|-------------|----------------------|--------------------|
| ITEM | SUBITEM | CATEGORIAS | QUANTI-DADE | CUSTO UNITÁRIO (R\$) | CUSTO MENSAL (R\$) |
| 5 | 5.1 | Operador Técnico de Mídia | 5 | R\$ 11.561,27 | R\$ 57.806,35 |
| | 5.2 | Repórter Cinematográfico para Vídeos Educacionais | 1 | R\$ 15.200,29 | R\$ 15.200,29 |
| | 5.3 | Supervisor de Controle de Qualidade de Produtos Educacionais | 2 | R\$ 17.131,37 | R\$ 34.262,74 |
| TOTAL MENSAL | | | | | R\$ 107.269,38 |
| TOTAL ANUAL (12 meses) | | | | | R\$ 1.287.232,56 |

| ITEM 6 - RESUMO GERAL DOS CUSTOS COM MÃO DE OBRA | | | | | |
|--|---------|--------------------------------|-------------|----------------------|--------------------|
| ITEM | SUBITEM | CATEGORIAS | QUANTI-DADE | CUSTO UNITÁRIO (R\$) | CUSTO MENSAL (R\$) |
| 6 | 6.1 | Assistente Técnico Operacional | 1 | R\$ 11.999,43 | R\$ 11.999,43 |





| ITEM 6 - RESUMO GERAL DOS CUSTOS COM MÃO DE OBRA | | | | | |
|--|---------|---|-----------------|----------------------------|--------------------------|
| ITEM | SUBITEM | CATEGORIAS | QUANTI- DADE | CUSTO UNITÁRIO (R\$) | CUSTO MENSAL (R\$) |
| | 6.2 | Supervisor de Pesquisa de Opinião | 1 | R\$ 16.728,38 | R\$ 16.728,38 |
| | 6.3 | Web Designer para Sistemas Corporativos | 3 | R\$ 13.101,05 | R\$ 39.303,15 |
| TOTAL MENSAL | | | | | R\$ 68.030,96 |
| TOTAL ANUAL (12 meses) | | | | | R\$ 816.371,52 |

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor anual estimado para diárias de viagem é de **R\$ 15.000,00** (quinze mil reais) para o item 2 do Grupo 1 e **R\$ 50.000,00** (cinquenta mil reais) para o item 4 do Grupo 2. A CONTRATADA deverá apresentar documento fiscal em separado, correspondente a essa despesa, quando houver, juntamente com as comprovadas e previamente autorizadas despesas com diárias de viagem a serviço, observado o disposto no Parágrafo Décimo Sexto da Cláusula Segunda.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O valor anual estimado do presente contrato para o período de 12 (doze) meses consecutivos é de **R\$ 17.703.514,52** (dezessete milhões, setecentos e três mil, quinhentos e catorze reais e cinquenta e dois centavos), compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos, necessários à perfeita execução deste contrato, observada a legislação trabalhista, previdenciária, tributária e convenção coletiva de trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O SENADO pagará à CONTRATADA, acrescendo ao preço global mensal, mediante apresentação de documento fiscal em separado, os valores referentes a eventual serviço extraordinário realizado, quando esgotados todos os meios de utilização do “BANCO DE HORAS”, respeitado o limite fixado pela legislação, por empregado, na conformidade do inciso XIV da Cláusula Segunda deste contrato.

PARÁGRAFO QUARTO – O pagamento efetuar-se-á mensalmente, por intermédio de depósito em conta bancária da CONTRATADA, condicionados ao prévio atesto dos serviços pelo Gestor e à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas e previdenciárias vencidas relativas ao contrato, após o recebimento do documento fiscal, em 2 (duas) vias, com a discriminação dos serviços, cuja data de emissão não poderá ser anterior à do último dia do mês vencido.

PARÁGRAFO QUINTO – O primeiro documento fiscal a ser apresentado terá como período de referência o dia de início da prestação dos serviços e o último dia desse mês, e os documentos fiscais subsequentes terão como referência o período compreendido entre o primeiro e o último dia de cada mês.

PARÁGRAFO SEXTO – Os pagamentos serão efetuados com prazo não superior a **30 (trinta) dias corridos**, a contar do recebimento do documento fiscal, condicionados à manifestação do gestor na forma do Parágrafo Oitavo e à apresentação de:





I - prova de quitação da folha de pagamento específica deste contrato, relativamente ao período constante do documento fiscal apresentado, a ser emitida pela instituição bancária que efetuar o crédito em conta corrente dos empregados dos valores referentes à remuneração mensal e, quando for o caso, de férias, do respectivo adicional e do 13º salário, contendo o nome do funcionário e o valor do crédito promovido;

II - Guias de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) e Guias de Relação de Empregados (GRE); bem como, de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (CRF), a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, e ainda, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

III - espelho da folha de pagamento dos empregados a serviço do SENADO específica deste contrato;

IV - comprovantes de fornecimento de auxílio-transporte e auxílio-alimentação aos empregados da CONTRATADA que prestem os serviços objeto do presente contrato;

V - tabela demonstrando os descontos efetuados na nota fiscal do mês de referência, sobre os valores com obrigação mensal sem comprovação de pagamento (Vale-Transporte, Auxílio Alimentação, Adicional Noturno, etc.), tendo como base de cálculo a fórmula de composição de custos utilizada na formulação da planilha de preços das categorias;

VI - planilhas de custos de cada categoria e informações sobre qualquer outra vantagem;

VII - planilha discriminada com o controle de frequência dos profissionais no horário ordinário e extraordinário; e

VIII - apresentação da garantia prevista na Cláusula Décima Primeira deste contrato.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Os valores provisionados em DGBM, previstos na Cláusula Sexta, serão liberados à CONTRATADA, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da apresentação dos documentos que comprovem a quitação das verbas de que trata o *caput* da referida Cláusula Sexta.

PARÁGRAFO OITAVO – Os pagamentos mensais ficam condicionados à manifestação da gestão do contrato no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do documento fiscal, mediante termo circunstanciado, após verificação das quantidades, qualidade e cumprimento das demais obrigações contratuais.





PARÁGRAFO NONO – Eventual irregularidade constatada na apresentação dos documentos elencados nos incisos do Parágrafo Sexto ensejará a suspensão do pagamento até que haja sua regularização no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, sem prejuízo da possibilidade de depósito dos valores em conta vinculada, pagamento direto aos trabalhadores, aplicação de penalidade, bem como de rescisão unilateral pela Administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO – A falta de qualquer empregado, com exceção daqueles em gozo de férias, sem a reposição prevista no inciso VIII da Cláusula Segunda, implicará desconto automático de 1/30 (um trinta avos) do valor unitário mensal da categoria, por dia, sem prejuízo da incidência da multa contratual prevista na Cláusula Décima Terceira.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – No encaminhamento do documento fiscal, a CONTRATADA deverá fazer demonstração analítica da cobrança de cada rubrica de que trata esta cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade da CONTRATADA.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Havendo vício a reparar em relação ao documento fiscal mencionado no *caput* do Parágrafo Sexto, o prazo para pagamento poderá ser suspenso até que haja reparação do vício.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no Parágrafo Sexto e a data do efetivo pagamento do documento fiscal, a serem incluídos em documento fiscal próprio, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = i / 365 \quad I = 6 / 100 / 365 \quad I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

É admitido o reajustamento dos valores que compõem os custos deste contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, a ser contabilizado conforme os seguintes critérios:





I - repactuação do preço quanto aos custos referentes à mão de obra: a partir da data-base consignada no acordo, na convenção coletiva de trabalho ou na sentença normativa vigente na época da apresentação da proposta;

II - reajuste do preço quanto aos insumos, materiais e equipamentos: a partir da data da apresentação da proposta, devendo ser observado o disposto no Parágrafo Primeiro da presente Cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os itens correspondentes às despesas operacionais administrativas (custos indiretos), lucro, insumos e materiais, constantes da Planilha de Composição de Custos que fundamenta a proposta da CONTRATADA e que não se refiram a obrigações decorrentes de norma coletiva de trabalho, decisão judicial ou disposição legal, serão reajustados com base na variação do índice Nacional de Preços ao Consumidor- INPC, após 12 (doze) meses contados da data de celebração do contrato, não incidindo sobre tais itens quaisquer variações decorrentes de acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

I – Quando a remuneração dos itens despesas operacionais administrativas (custos indiretos) e lucro for estipulada por meio de índice percentual, estes terão seus percentuais da proposta original conservados, nos casos de aditamentos provenientes dos institutos do ‘fato da administração’ e do ‘fato do príncipe’, com o intuito de preservar a proporcionalidade e a condição efetiva da proposta inicial da contratada.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O primeiro reajuste dos itens mencionados no Parágrafo Primeiro desta cláusula levará em conta, para fins de cálculo, a variação do índice pactuado entre a data de apresentação da proposta e do primeiro aniversário do contrato, sendo que os reajustes subsequentes ocorrerão sempre nos aniversários seguintes, aplicando-se a variação ocorrida no último período.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-bases diferenciadas, deverão ser observados os respectivos termos iniciais para cada categoria profissional, observando-se, quanto ao termo inicial da anualidade, o disposto no inciso I do caput desta cláusula.

PARÁGRAFO QUARTO - Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data da última repactuação ocorrida, aplicando-se, no que couber, o disposto no Parágrafo Sétimo desta Cláusula.

PARÁGRAFO QUINTO – A repactuação será precedida de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos relativos à mão de obra, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que a fundamenta, devendo ser observada a adequação aos preços de mercado.





PARÁGRAFO SEXTO – É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O SENADO não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

PARÁGRAFO OITAVO - O SENADO não se vinculará às disposições previstas nos acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.

PARÁGRAFO NONO – Os efeitos financeiros da repactuação serão devidos somente a partir da data de assinatura do respectivo termo aditivo, admitindo-se a retroação dos efeitos exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra e estiver vinculada a instrumento legal, acordo, convenção ou sentença normativa que contemple data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Desde que acordado entre as partes, o valor contratual do objeto da repactuação poderá ter sua vigência iniciada em data futura, sem prejuízo da contagem de periodicidade para as próximas concessões.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação se inicia a partir da homologação da Convenção Coletiva ou do Acordo Coletivo de Trabalho vinculada à proposta da CONTRATADA que fixar os novos custos de mão de obra abrangida pelo contrato e se encerrará na data da prorrogação contratual subsequente, ou caso não haja prorrogação, na data do encerramento da vigência do contrato, sob pena de decadência do direito.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Nas repactuações baseadas em convenções coletivas de trabalho, não serão aplicados os índices apresentados pela CONTRATADA quando estes estiverem injustificada ou abusivamente mais altos que aqueles praticados no mercado relevante, hipótese em que será apurada a média dos índices utilizados nas convenções coletivas de trabalho relativas a períodos semelhantes, utilizando-se o percentual resultante como limite para a repactuação.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Caso não haja a homologação do acordo coletivo ou da convenção coletiva de trabalho no órgão competente e os referidos instrumentos apresentarem efeito retroativo (durante a vigência contratual), a CONTRATADA deverá apresentar o requerimento de repactuação no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis a contar da data da homologação, sob pena de decadência deste direito.





PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – A ausência de solicitação formal nas hipóteses previstas nos Parágrafos Décimo Primeiro e Décimo Terceiro desta cláusula configurará a renúncia, por parte da CONTRATADA, ao direito decorrente dos efeitos financeiros da repactuação relativos à elevação dos custos da mão de obra.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO– A Administração poderá prever o pagamento retroativo do período que a proposta de repactuação permaneceu sob sua análise, por meio de Termo de Acerto Final de Contas, se extinto o contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – O prazo para resposta aos pedidos de repactuação ou de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro formulados pela CONTRATADA será de 90 (noventa) dias, prorrogável mediante comprovada justificação.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO – O arredondamento de valores e preços deste contrato reger-se-á da seguinte forma, nos termos do Ato do Primeiro-Secretário nº 20, de 2010.

I – para os valores utilizados em operações matemáticas de somatório serão utilizadas duas casas decimais e para aplicação de índices de correção monetária serão utilizadas sete casas decimais;

II – quando a casa decimal imediatamente posterior à definida na alínea I for igual ou superior a cinco aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade, e quando for inferior a cinco permanecerá a mesma inalterada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal estabelecido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária classificada como Programa de Trabalho 191886 e Naturezas de Despesas 3.3.90.37 e 3.3.90.36, tendo sido empenhadas mediante as Notas de Empenho nºs 2023NE002796, 2023NE002797, 2023NE002798, 2023NE002799, 2023NE002800 e 2023NE002801, de 10 de outubro de 2023.

PARÁGRAFO ÚNICO – Para os exercícios futuros, o SENADO emitirá notas de empenho, indicando a dotação orçamentária à conta da qual correrão as despesas, independentemente de celebração de termo aditivo.





CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA

A CONTRATADA prestará garantia destinada a assegurar a plena execução do contrato, no valor de **R\$ 354.070,29** (trezentos e cinquenta e quatro mil, setenta reais e vinte e nove centavos), correspondente a 2% (dois por cento) do valor total deste contrato, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, em uma das seguintes modalidades:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia; ou

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA deverá efetivar a prestação da garantia e formalizar a entrega do comprovante respectivo, exclusivamente por meio de registro no Serviço de Protocolo Administrativo do Senado Federal endereçado ao Gestor do contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do início da vigência contratual, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa a ser apreciada pela Administração.

I – Quando a CONTRATADA optar pela modalidade prevista no inciso II do *caput*, o prazo para apresentação da garantia será de 1 (um) mês, contado da data da homologação da licitação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A garantia será recalculada, nas mesmas condições e proporções, sempre que ocorrer modificação no valor deste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A partir do vencimento, utilização ou recálculo da garantia, a CONTRATADA terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para renová-la ou complementá-la, podendo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa a ser apreciada pela Administração.

PARÁGRAFO QUARTO – A garantia será liberada, se for o caso, até 15 (quinze) dias após a comprovação do adimplemento de todas as verbas devidas aos empregados a título rescisório, observando-se os requisitos do Parágrafo Sexto da Cláusula Sétima.

I – A garantia prevista somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação;

II – Caso o pagamento de que trata o inciso anterior não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração.





PARÁGRAFO QUINTO – A garantia a que se refere esta cláusula terá vigência durante todo o prazo de execução do contrato, devendo se estender até o prazo de 3 (três) meses, após o término da vigência contratual.

PARÁGRAFO SEXTO – O valor da garantia não poderá ser decrescente em função da execução gradual do contrato, nem poderá a garantia estar condicionada a elementos externos à relação entre o SENADO e a CONTRATADA.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A garantia, inclusive na modalidade seguro-garantia, deverá assegurar ressarcimento, indenização e pagamento de, no mínimo:

I – prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;

II – multas aplicadas pelo SENADO à CONTRATADA;

III – prejuízos diretos causados ao SENADO decorrentes de culpa ou dolo da CONTRATADA durante a execução do contrato;

IV – obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes da execução do contrato e não honradas pela CONTRATADA;

PARÁGRAFO OITAVO – No caso de a CONTRATADA optar pelo seguro-garantia, deverá apresentar cobertura para todos os riscos elencados no Parágrafo Sétimo desta Cláusula.

PARÁGRAFO NONO – A CONTRATADA que prestar a garantia na modalidade caução poderá optar pelo seu parcelamento.

I – Autorizado pela Administração o parcelamento da garantia na modalidade caução, a empresa contratada poderá optar pela retenção mensal de seus créditos até a integralização do valor correspondente à garantia.

II – O parcelamento poderá ser feito em até 5 (cinco) prestações mensais e deverá observar o período de vigência remanescente do contrato, de modo que o valor a ser garantido esteja plenamente integralizado antes do encerramento da avença.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Caso a garantia contratual não seja apresentada de acordo com as exigências previstas nesta cláusula, o SENADO fica autorizado a reter parte do pagamento mensal à CONTRATADA para formação de reserva financeira, em valor equivalente ao da regular garantia contratual, sem prejuízo das sanções cabíveis.

I – As retenções de crédito realizadas pelo Senado Federal para a formação de reserva financeira em valor suficiente para suprir a constituição de garantia contratual regular poderão ser parceladas mediante solicitação da empresa contratada, observado o disposto no Parágrafo Nono.





II – Os valores retidos ficarão reservados em conta orçamentária, a título de garantia, e, por essa razão, não serão objeto de qualquer atualização monetária, salvo no caso de a CONTRATADA abrir conta bancária apta a receber depósito caução.

III – A liberação dos valores retidos fica condicionada à execução plena do contrato ou à apresentação de garantia idônea por parte da CONTRATADA, nos termos dos incisos I a III do caput desta cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Havendo alteração contratual, a CONTRATADA deverá comunicar o fato e encaminhar à seguradora o respectivo documento que formalize a alteração para fins de emissão do respectivo endosso, devendo a CONTRATADA apresentar ao SENADO, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da formalização da alteração contratual, a comprovação da referida comunicação e a anuência da seguradora, sob pena de multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor total remanescente deste contrato até o limite de 30 (trinta) dias, após o qual será aplicada, cumulativamente, multa de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, para fins de configuração de “expectativa de sinistro”, o SENADO deverá comunicar o fato à seguradora e/ou fiadora tão logo ocorra a instauração do processo administrativo sancionatório.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo SENADO com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO

Caberá aos gestores designados pela autoridade competente do Senado Federal promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento deste contrato, observado o disposto no Anexo X do Ato da Diretoria-Geral nº 14, de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

A CONTRATADA será responsabilizada pelas condutas em desacordo com o disposto neste contrato ou no edital de licitação, sujeitando-se às seguintes penalidades:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar; e





IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A penalidade de advertência será aplicada quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato e não for justificável a aplicação de penalidade mais grave.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A sanção de impedimento de licitar e contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União por até 3 (três) anos e será aplicada, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, quando a CONTRATADA:

I - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - der causa à inexecução total do contrato;

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

PARÁGRAFO TERCEIRO – A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos por um período mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos e será aplicada nas hipóteses do Parágrafo Segundo que justificam a aplicação de penalidade mais grave ou ainda quando a CONTRATADA:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.





PARÁGRAFO QUARTO – Em conjunto com as sanções dos Parágrafos Primeiro, Segundo ou Terceiro desta Cláusula, a autoridade competente poderá:

I – aplicar multa punitiva entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor do contrato; e

II – determinar a rescisão unilateral do contrato.

PARÁGRAFO QUINTO – Pela impontualidade na execução dos serviços ou no cumprimento de obrigações acessórias, a CONTRATADA ficará sujeita à multa moratória, por dia de atraso, em percentuais definidos nos quadros a seguir, incidente sobre o valor contratual mensal vigente, sem prejuízo das demais sanções previstas nesta cláusula:

| GRAU 1 | |
|---|---|
| De 0,1% (um décimo por cento) a 0,2% (dois décimos por cento) | |
| ITEM | INFRAÇÃO |
| 1 | Deixar de observar as determinações do SENADO quanto à permanência e circulação de seus empregados nos prédios. |
| 2 | Deixar de manter seus empregados identificados, uniformizados e calçados adequadamente, por empregado. |
| 3 | Deixar de manter a disciplina nos locais dos serviços e não retirar o empregado com conduta julgada inconveniente, por empregado. |
| 4 | Deixar de providenciar a abertura da conta bloqueada para movimentação – DGBM, no prazo previsto |

| GRAU 2 | |
|---|--|
| De 0,3 (três décimos por cento) a 0,4% (quatro décimos por cento) | |
| ITEM | INFRAÇÃO |
| 5 | Deixar de exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados. |
| 6 | Atrasar ou deixar de executar, injustificadamente, serviço extraordinário. |
| 7 | Deixar de comunicar formalmente ao gestor e de registrar em meio físico ou eletrônico, conforme definido pelo Senado, qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços. |
| 8 | Manter ou apresentar profissional sem a qualificação mínima exigida , por empregado. |

| GRAU 3 | |
|--|--|
| De 0,5 (cinco décimos por cento) a 0,8% (oito décimos por cento) | |
| ITEM | INFRAÇÃO |
| 9 | Deixar de cumprir às exigências relativas às normas disciplinares e às orientações de segurança e de prevenção de incêndios. |
| 10 | Deixar de fornecer a seus empregados equipamentos de proteção e segurança do trabalho, de acordo com a legislação em vigor, exigindo-lhes o uso em serviço, por empregado. |





| GRAU 3 | |
|---|---|
| De 0,5 (cinco décimos por cento) a 0,8% (oito décimos por cento) | |
| ITEM | INFRAÇÃO |
| 11 | Atrasar ou deixar de executar, injustificadamente, serviço especificado. |
| 12 | Deixar de fornecer produtos, materiais, ferramentas, instrumentos de uso necessário à execução do objeto do contrato, de acordo com o especificado no edital. |

| GRAU 4 | |
|---|---|
| De 0,9 (nove décimos por cento) a 1,6% (um inteiro e seis décimos por cento) | |
| ITEM | INFRAÇÃO |
| 13 | Manter em serviço número de profissionais inferior ao contratado, por empregado. |
| 14 | Deixar de observar a legislação trabalhista, previdenciária e Convenções Coletivas das respectivas categorias, por empregado. |
| 15 | Descontar do salário dos seus empregados o custo de uniforme e calçado, por empregado. |

| GRAU 5 | |
|---|--|
| De 1,7 (um inteiro e sete décimos por cento) a 3,2% (três inteiros e dois décimos por cento) | |
| ITEM | INFRAÇÃO |
| 16 | Interromper a realização dos serviços. |
| 17 | Deixar de indenizar o SENADO ou terceiros no caso de danos causados por seus empregados ou prepostos em razão da execução do presente contrato. |
| 18 | Deixar de substituir empregado que seja cônjuge, companheiro ou parente até o 3º grau, na linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, dos Senadores e servidores ocupantes de cargos ou funções comissionadas, na forma do Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 05/2011 e Decreto nº 7.203, de 2010, por empregado |

| GRAU 6 | |
|--|---|
| De 3,3 (três inteiros e três décimos) até 6,4% (seis inteiros e quatro décimos por cento) | |
| ITEM | INFRAÇÃO |
| 19 | Atrasar o pagamento de salários, auxílio transporte, auxílio alimentação e demais obrigações trabalhistas, previdenciárias, seguros, encargos fiscais e sociais, bem assim como todas as despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato. |

PARÁGRAFO SEXTO – O somatório das multas moratórias previstas nesta cláusula não poderá superar, em cada mês, o máximo de 15% (quinze por cento) do valor mensal do contrato.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O SENADO avaliará se o atraso no adimplemento parcial ou total do objeto configura simples impontualidade, passível de multa moratória, ou inexecução do contrato, que sujeitará a CONTRATADA às demais sanções administrativas previstas, avaliando as circunstâncias do caso concreto e a utilidade ou aproveitamento do objeto para a administração.





PARÁGRAFO OITAVO – A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada das demais sanções previstas neste contrato.

I - A multa compensatória não obsta a apuração e cobrança das perdas e danos decorrentes do descumprimento do contrato.

PARÁGRAFO NONO – A não apresentação da documentação prevista no inciso II do Parágrafo Sexto da Cláusula Sétima ou constatada qualquer irregularidade relativa às demais condições de habilitação e qualificação que ensejaram a presente contratação sujeitará a CONTRATADA à pena de advertência, bem como à sua notificação para sanear o vício ou irregularidade.

I – O inadimplemento da obrigação no prazo assinalado na notificação sujeitará a CONTRATADA ao disposto no inciso I do Parágrafo Quarto desta Cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO – O atraso na apresentação da garantia contratual prevista na Cláusula Décima Primeira sujeitará a CONTRATADA à multa moratória de 5% (cinco por cento) sobre a parcela do valor total do contrato correspondente ao período que este ficar com a garantia em aberto, contando-se o prazo a partir da data limite para apresentação da garantia até o dia da efetiva prestação da garantia ou da retenção prevista no Parágrafo Décimo da Cláusula Décima Primeira.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – O atraso no adimplemento de outras obrigações, não previstas expressamente nos parágrafos anteriores, sujeitará a CONTRATADA à multa moratória de 0,05% (meio décimo por cento) a 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor total do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, a critério do SENADO, observando-se os critérios constantes do Parágrafo Décimo Terceiro desta cláusula e sem prejuízo das demais sanções.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Caso a mora nas ocorrências dos Parágrafos Quinto e Décimo Primeiro seja superior a 30 (trinta dias), a critério do SENADO, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Nos processos de apuração de infrações, serão assegurados o direito ao contraditório e à ampla defesa, observadas as disposições legais e regulamentares, e serão levados em consideração na aplicação das sanções:

- I** - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II** - as peculiaridades do caso concreto;
- III** - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV** - os danos que dela provierem para o Senado Federal;





V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

VI - a não reincidência da infração;

VII - a atuação da CONTRATADA em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;

VIII - a execução satisfatória das demais obrigações contratuais.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – A multa moratória de valor irrisório poderá ser convertida em pena de advertência, a critério da autoridade competente.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – Em casos excepcionais, caso a multa moratória se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, em atendimento ao disposto no Parágrafo Décimo Terceiro desta Cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – A multa aplicada, após regular processo administrativo e garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA ou recolhida por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo SENADO à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste contrato pode ensejar a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A extinção do contrato poderá ser:

I – determinada por ato unilateral e escrito do SENADO, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II – consensual, por acordo entre as partes; ou

III – determinada por decisão judicial.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A rescisão administrativa ou a consensual deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do SENADO.





PARÁGRAFO TERCEIRO – Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência por 12 (doze) meses consecutivos, a contar da data de sua celebração, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 120 (cento e vinte) meses, a critério das partes e mediante termo aditivo, observado o disposto no artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Caso as partes não se interessem pela prorrogação deste contrato, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias antes do término da vigência contratual.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Quando consultada, a manifestação positiva da CONTRATADA quanto ao interesse na prorrogação da vigência do contrato, nos termos do art. 422 do Código Civil, gera legítima expectativa para o SENADO quanto à assinatura do termo aditivo necessário à formalização da renovação da vigência.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Em atenção ao Parágrafo anterior, exceto diante de fato superveniente e devidamente justificável, a recusa da CONTRATADA em assinar o termo aditivo de prorrogação de vigência manifestada após o prazo de 120 (cento e vinte) dias antes do encerramento da vigência do contrato poderá ensejar:

I - o enquadramento da ocorrência no inciso III do art. 155 da Lei nº 14.133/22 com a aplicação de multa na forma do inciso I do Parágrafo Quarto da Cláusula Décima Terceira deste contrato.

II - conforme o interesse da Administração, a rescisão unilateral do contrato, de modo a, diante da impossibilidade prática de realização de novo procedimento licitatório, viabilizar a contratação do objeto remanescente do contrato nos termos do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO QUARTO – Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente.

PARÁGRAFO QUINTO – A CONTRATADA deverá, em até 60 (sessenta) dias contados do término do contrato, apresentar comprovação de quitação de todos os débitos rescisórios de caráter trabalhista devidos aos seus empregados, segundo os requisitos do inciso XXVI da Cláusula Segunda e do Parágrafo Sexto da Cláusula Sétima.





Processo nº 00200.005566/2023-76

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

Fica definido o foro da Justiça Federal no Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato.

Assim ajustados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas adiante designadas, que também o subscrevem.

Brasília-DF, ____ de _____ de 2023.

ILANA TROMBKA
DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL

RAFAEL
BEDA
GUALDA:93
219440959

Assinado de forma
digital por RAFAEL
BEDA
GUALDA:93219440959
Dados: 2023.11.14
14:55:07 -03'00'

RAFAEL BEDA GUALDA
PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA

Testemunhas:

Diretor da SADCON

Coordenador da COPLAC

U:\COPLAC\SECON\SECON2023\MINUTAS\CONTRATO\PLANSUL - CT NOVO - 5566 2023 (A).docx



Empresa - PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA
CNPJ - 78.533.312/0001-58
Pregão - 082/2023
Processo nº 00200.005566/2023-76
Data Proposta - 18/09/2023

| Item /subitem | POSTO DE TRABALHO | QTDE | REMUNERAÇÃO | PREÇO UNITÁRIO MENSAL | PREÇO TOTAL MENSAL | PREÇO TOTAL ANUAL |
|---------------|--|------------|---------------|-----------------------|-------------------------|--------------------------|
| 1.1 | Assistente de Clipping e Análise de Mídias | 7 | R\$ 3.697,20 | R\$ 7.185,42 | R\$ 50.297,94 | R\$ 603.575,28 |
| 1.2 | Assistente Operacional de Comunicação | 12 | R\$ 6.539,15 | R\$ 11.665,43 | R\$ 139.985,16 | R\$ 1.679.821,92 |
| 1.3 | Designer Gráfico | 5 | R\$ 7.660,21 | R\$ 13.807,58 | R\$ 69.037,90 | R\$ 828.454,80 |
| 1.4 | Editor de Fotografia | 6 | R\$ 9.125,52 | R\$ 16.359,04 | R\$ 98.154,24 | R\$ 1.177.850,88 |
| 1.5 | Operador de Multimídia | 16 | R\$ 6.772,72 | R\$ 12.124,59 | R\$ 193.993,44 | R\$ 2.327.921,28 |
| 1.6 | Operador de Multimídia | 1 | R\$ 7.115,42 | R\$ 12.665,68 | R\$ 12.665,68 | R\$ 151.988,16 |
| 1.7 | Repórter Fotográfico | 9 | R\$ 6.740,80 | R\$ 12.355,21 | R\$ 111.196,89 | R\$ 1.334.362,68 |
| 1.8 | Supervisor de Clipping e Análise de Mídias | 1 | R\$ 4.904,39 | R\$ 8.862,71 | R\$ 8.862,71 | R\$ 106.352,52 |
| 1.9 | Supervisor de Controle de Qualidade em Comunicação Institucional | 7 | R\$ 9.484,87 | R\$ 16.797,37 | R\$ 117.581,59 | R\$ 1.410.979,08 |
| 2 | Diárias Grupo 1 | | | | | R\$ 15.000,00 |
| | TOTAL GRUPO 1 - SECOM, DJORN, SAJS, SRPCO e ASSIMPRE | 64 | | | R\$ 801.775,55 | R\$ 9.636.306,60 |
| 3.1 | Controlador de Operações de Plenário | 2 | R\$ 10.350,08 | R\$ 18.296,38 | R\$ 36.592,76 | R\$ 439.113,12 |
| 3.2 | Operador de Mídia | 22 | R\$ 6.164,62 | R\$ 11.265,69 | R\$ 247.845,18 | R\$ 2.974.142,16 |
| 3.3 | Sonoplasta de Plenário e Comissões | 5 | R\$ 6.290,01 | R\$ 11.451,88 | R\$ 57.259,40 | R\$ 687.112,80 |
| 3.4 | Técnico de Sistemas Audiovisuais para Plenário | 7 | R\$ 8.245,91 | R\$ 14.630,56 | R\$ 102.413,92 | R\$ 1.228.967,04 |
| 3.5 | Supervisor Técnico de Plenário e Comissões | 2 | R\$ 13.997,88 | R\$ 24.344,53 | R\$ 48.689,06 | R\$ 584.268,72 |
| 4 | Diárias Grupo 2 | | | | | R\$ 50.000,00 |
| | TOTAL GRUPO 2 - SECRETARIA GERAL DA MESA | 38 | | | R\$ 492.800,32 | R\$ 5.963.603,84 |
| 5.1 | Operador Técnico de Mídia | 5 | R\$ 6.164,62 | R\$ 11.561,27 | R\$ 57.806,35 | R\$ 693.676,20 |
| 5.2 | Repórter Cinematográfico para Vídeos Educacionais | 1 | R\$ 8.235,21 | R\$ 15.200,29 | R\$ 15.200,29 | R\$ 182.403,48 |
| 5.3 | Supervisor de Controle de Qualidade de Produtos Educacionais | 2 | R\$ 9.484,87 | R\$ 17.131,37 | R\$ 34.262,74 | R\$ 411.152,88 |
| | TOTAL ITEM 5 - INSTITUTO LEGISLATIVO BRASILEIRO | 8 | | | R\$ 107.269,38 | R\$ 1.287.232,56 |
| 6.1 | Assistente Técnico Operacional | 1 | R\$ 6.539,15 | R\$ 11.999,43 | R\$ 11.999,43 | R\$ 143.993,16 |
| 6.2 | Supervisor de Pesquisa de Opinião | 1 | R\$ 9.253,55 | R\$ 16.728,38 | R\$ 16.728,38 | R\$ 200.740,56 |
| 6.3 | Web Designer para Sistemas Corporativos | 3 | R\$ 7.171,48 | R\$ 13.101,05 | R\$ 39.303,15 | R\$ 471.637,80 |
| | TOTAL ITEM 6 - DIRECON, STRANS E PRDSTI | 5 | | | R\$ 68.030,96 | R\$ 816.371,52 |
| | TOTAL GLOBAL | 115 | | | R\$ 1.469.876,21 | R\$ 17.703.514,52 |



Empresa - PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA

CNPJ - 78.533.312/0001-58

Pregão - 082/2023

Processo nº 00200.005566/2023-76

Data Proposta - 18/09/2023

| Item | POSTO DE TRABALHO | QTDE | DGBM POSTO | DGBM MENSAL |
|-------------------|--|------------|--------------|-----------------------|
| 1.1 | Assistente de Clipping e Análise de Mídias | 7 | R\$ 1.059,16 | R\$ 7.414,12 |
| 1.2 | Assistente Operacional de Comunicação | 12 | R\$ 1.875,51 | R\$ 22.506,12 |
| 1.3 | Designer Gráfico | 5 | R\$ 2.221,67 | R\$ 11.108,35 |
| 1.4 | Editor de Fotografia | 6 | R\$ 2.673,04 | R\$ 16.038,24 |
| 1.5 | Operador de Multimídia | 16 | R\$ 1.947,76 | R\$ 31.164,16 |
| 1.6 | Operador de Multimídia | 1 | R\$ 2.052,15 | R\$ 2.052,15 |
| 1.7 | Repórter Fotográfico | 9 | R\$ 1.938,36 | R\$ 17.445,24 |
| 1.8 | Supervisor de Clipping e Análise de Mídias | 1 | R\$ 1.376,84 | R\$ 1.376,84 |
| 1.9 | Supervisor de Controle de Qualidade em Comunicação Institucional | 7 | R\$ 2.782,92 | R\$ 19.480,44 |
| 3.1 | Controlador de Operações de Plenário | 2 | R\$ 3.011,92 | R\$ 6.023,84 |
| 3.2 | Operador de Mídia | 22 | R\$ 1.766,26 | R\$ 38.857,72 |
| 3.3 | Sonoplasta de Plenário e Comissões | 5 | R\$ 1.799,67 | R\$ 8.998,35 |
| 3.4 | Técnico de Sistemas Audiovisuais para Plenário | 7 | R\$ 2.364,05 | R\$ 16.548,35 |
| 3.5 | Supervisor Técnico de Plenário e Comissões | 2 | R\$ 4.085,94 | R\$ 8.171,88 |
| 5.1 | Operador Técnico de Mídia | 5 | R\$ 1.812,60 | R\$ 9.063,00 |
| 5.2 | Repórter Cinematográfico para Vídeos Educacionais | 1 | R\$ 2.451,15 | R\$ 2.451,15 |
| 5.3 | Supervisor de Controle de Qualidade de Produtos Educacionais | 2 | R\$ 2.838,26 | R\$ 5.676,52 |
| 6.1 | Assistente Técnico Operacional | 1 | R\$ 1.929,21 | R\$ 1.929,21 |
| 6.2 | Supervisor de Pesquisa de Opinião | 1 | R\$ 2.766,82 | R\$ 2.766,82 |
| 6.3 | Web Designer para Sistemas Corporativos | 3 | R\$ 2.124,16 | R\$ 6.372,48 |
| TOTAL DGBM | | 115 | | R\$ 235.444,98 |



Empresa - PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA
CNPJ - 78.533.312/0001-58
Pregão - 082/2023
Processo nº 00200.005566/2023-76
Data Proposta - 18/09/2023

| Item | POSTO DE TRABALHO | QTDE | Custo de Férias e do 1/3 de Férias (TITULAR) | 13º salário do TITULAR (Submódulo 4.2) | Incidência do % do Submódulo 4.1 (Férias e 1/3 constitucional de férias e do 13º salário (TITULAR) | Somatório das Multa do FGTS (Avisos Prévios Trabalhado e Indenizado) | Taxa de Administração (Custos Indiretos) (módulo 5) | Lucro (módulo 5) | Total posto | Total Mensal |
|------|--|------------|--|--|--|--|---|--------------------|---------------------|----------------------|
| 1.1 | Assistente de Clipping e Análise de Mídias | 7 | R\$ 410,80 | R\$ 307,98 | R\$ 115,29 | R\$ 141,23 | R\$ 51,04 | R\$ 32,82 | R\$ 1.059,16 | R\$ 7.414,12 |
| 1.2 | Assistente Operacional de Comunicação | 12 | R\$ 726,57 | R\$ 544,71 | R\$ 203,91 | R\$ 249,80 | R\$ 114,72 | R\$ 35,80 | R\$ 1.875,51 | R\$ 22.506,12 |
| 1.3 | Designer Gráfico | 5 | R\$ 851,13 | R\$ 638,10 | R\$ 238,87 | R\$ 292,62 | R\$ 165,12 | R\$ 35,83 | R\$ 2.221,67 | R\$ 11.108,35 |
| 1.4 | Editor de Fotografia | 6 | R\$ 1.013,95 | R\$ 760,16 | R\$ 284,57 | R\$ 348,59 | R\$ 229,39 | R\$ 36,38 | R\$ 2.673,04 | R\$ 16.038,24 |
| 1.5 | Operador de Multimídia | 16 | R\$ 752,52 | R\$ 564,17 | R\$ 211,20 | R\$ 258,72 | R\$ 125,38 | R\$ 35,77 | R\$ 1.947,76 | R\$ 31.164,16 |
| 1.6 | Operador de Multimídia | 1 | R\$ 790,60 | R\$ 592,71 | R\$ 221,88 | R\$ 271,81 | R\$ 139,07 | R\$ 36,08 | R\$ 2.052,15 | R\$ 2.052,15 |
| 1.7 | Repórter Fotográfico | 9 | R\$ 748,98 | R\$ 561,51 | R\$ 210,20 | R\$ 257,50 | R\$ 125,24 | R\$ 34,93 | R\$ 1.938,36 | R\$ 17.445,24 |
| 1.8 | Supervisor de Clipping e Análise de Mídias | 1 | R\$ 544,93 | R\$ 408,54 | R\$ 152,94 | R\$ 187,35 | R\$ 48,49 | R\$ 34,59 | R\$ 1.376,84 | R\$ 1.376,84 |
| 1.9 | Supervisor de Controle de Qualidade em Comunicação Institucional | 7 | R\$ 1.053,87 | R\$ 790,09 | R\$ 295,77 | R\$ 362,32 | R\$ 243,98 | R\$ 36,89 | R\$ 2.782,92 | R\$ 19.480,44 |
| 3.1 | Controlador de Operações de Plenário | 2 | R\$ 1.150,01 | R\$ 862,16 | R\$ 322,75 | R\$ 395,37 | R\$ 189,99 | R\$ 91,64 | R\$ 3.011,92 | R\$ 6.023,84 |
| 3.2 | Operador de Mídia | 22 | R\$ 684,96 | R\$ 513,51 | R\$ 192,23 | R\$ 235,49 | R\$ 52,79 | R\$ 87,28 | R\$ 1.766,26 | R\$ 38.857,72 |
| 3.3 | Sonoplasta de Plenário e Comissões | 5 | R\$ 698,89 | R\$ 523,96 | R\$ 196,14 | R\$ 240,28 | R\$ 52,92 | R\$ 87,48 | R\$ 1.799,67 | R\$ 8.998,35 |
| 3.4 | Técnico de Sistemas Audiovisuais para Plenário | 7 | R\$ 916,21 | R\$ 686,88 | R\$ 257,14 | R\$ 314,99 | R\$ 98,88 | R\$ 89,95 | R\$ 2.364,05 | R\$ 16.548,35 |
| 3.5 | Supervisor Técnico de Plenário e Comissões | 2 | R\$ 1.555,32 | R\$ 1.166,02 | R\$ 436,50 | R\$ 534,72 | R\$ 299,95 | R\$ 93,43 | R\$ 4.085,94 | R\$ 8.171,88 |
| 5.1 | Operador Técnico de Mídia | 5 | R\$ 684,96 | R\$ 513,51 | R\$ 192,23 | R\$ 235,49 | R\$ 99,13 | R\$ 87,28 | R\$ 1.812,60 | R\$ 9.063,00 |
| 5.2 | Repórter Cinematográfico para Vídeos Educacionais | 1 | R\$ 915,02 | R\$ 685,99 | R\$ 256,80 | R\$ 314,59 | R\$ 188,98 | R\$ 89,77 | R\$ 2.451,15 | R\$ 2.451,15 |
| 5.3 | Supervisor de Controle de Qualidade de Produtos Educacionais | 2 | R\$ 1.053,87 | R\$ 790,09 | R\$ 295,77 | R\$ 362,32 | R\$ 243,98 | R\$ 92,23 | R\$ 2.838,26 | R\$ 5.676,52 |
| 6.1 | Assistente Técnico Operacional | 1 | R\$ 726,57 | R\$ 544,71 | R\$ 203,91 | R\$ 249,80 | R\$ 114,72 | R\$ 89,50 | R\$ 1.929,21 | R\$ 1.929,21 |
| 6.2 | Supervisor de Pesquisa de Opinião | 1 | R\$ 1.028,17 | R\$ 770,82 | R\$ 288,56 | R\$ 353,49 | R\$ 233,71 | R\$ 92,07 | R\$ 2.766,82 | R\$ 2.766,82 |
| 6.3 | Web Designer para Sistemas Corporativos | 3 | R\$ 796,83 | R\$ 597,38 | R\$ 223,63 | R\$ 273,95 | R\$ 142,11 | R\$ 90,26 | R\$ 2.124,16 | R\$ 6.372,48 |
| | TOTAL DGBM | 115 | R\$ 17.104,16 | R\$ 12.823,00 | R\$ 4.800,29 | R\$ 5.880,43 | R\$ 2.959,59 | R\$1.309,98 | R\$44.877,45 | R\$235.444,98 |



| | | | |
|--|---|-------------|----------------|
| 1.1 | PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 04/2015 | | |
| CATEGORIA | Assistente de Clipping e Análise de Mídias | | |
| | Seg-sex: 8 horas diurnas, 40 horas semanais | | |
| CCT | DF000111/2023 - SEAC/DF x SINRAD/DF (vigente até 31/12/2023) | DATA BASE | |
| | | | PISO |
| MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO: | | Percentuais | VALOR PROPOSTA |
| | Salário Base | | 3.697,20 |
| | Adicional de Periculosidade | | |
| | Adicional Insalubridade | | |
| | Adicional Noturno | | |
| | Adicional de HE | | |
| | Hora Noturna Adicional | | |
| | Intervalo Intrajornada | | |
| | Outros Dif horas extras | | |
| | TOTAL DA REMUNERAÇÃO | | 3.697,20 |
| MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS | | | |
| | Auxílio Transporte (R\$ 14,42 x 22 dias úteis - 6% x SB) | | 95,36 |
| | Auxílio Alimentação (R\$ 41,72 x 22 dias úteis) | | 917,84 |
| | Auxílio funeral | | |
| | Auxílio creche | | |
| | TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS | | 1.013,20 |
| MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS | | | |
| | Insumos Diversos | | |
| | Uniformes | | |
| | EPI's | | |
| | TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS: | | - |
| MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS | | | |
| 4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS | | Percentuais | VALORES |
| | INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91) | 0.00000% | - |
| | SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90) | 1.50000% | 55,46 |
| | SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86) | 1.00000% | 36,97 |
| | INCRA (art. 1º I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89) | 0.20000% | 7,39 |
| | Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82) | 2.50000% | 92,43 |
| | FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90) | 8.00000% | 295,78 |
| | Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (Inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1) | 2.24000% | 82,82 |
| | SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90) | 0.60000% | 22,18 |
| | TOTAL : | 16,04000% | 593,03 |
| 4.2 13º SALÁRIO | | Percentuais | VALORES |
| | 13º Salário | 8.33000% | 307,98 |
| | Incidência do 4.1. sobre o 13º salário | 1.33600% | 49,39 |
| | TOTAL : | 9,66600% | 357,37 |
| 4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE | | Percentuais | VALORES |
| | Afastamento maternidade | 0.02000% | 0,74 |
| | Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade | 0.00321% | 0,12 |
| | TOTAL : | 0.02321% | 0,86 |
| 4.4. PROVISAO P\ RESCISAO | | Percentuais | VALORES |
| | Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2) | 0.08000% | 2,96 |
| | Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado | 0.00640% | 0,24 |
| | Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) | 0.10000% | 3,70 |
| | Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0.01604% | 0,59 |
| | Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado | 3.82000% | 141,23 |
| | TOTAL : | 4,02244% | 148,72 |
| 4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE | | Percentuais | VALORES |
| | Férias | 0.00000% | - |
| | Terço constitucional de férias | 2.78000% | 102,78 |
| | Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT) | 0.14000% | 5,18 |
| | Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT) | 0.01000% | 0,37 |
| | Faltas legais (art. 473 e 83, CLT) | 0.14000% | 5,18 |
| | Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76) | 0.02000% | 0,74 |
| | Subtotal | 3,09000% | 114,24 |
| | Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição | 0,49564% | 18,32 |
| | TOTAL : | 3,59% | 132,56 |
| QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS) | | | |
| 4 | MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS) | | |
| 4.1. | PREVIDENCIARIO E FGTS | 16,04% | 593,03 |
| 4.2. | 13º SALÁRIO | 9,67% | 357,37 |
| 4.3. | AFASTAMENTO MATERNIDADE | 0,02% | 0,86 |
| 4.4. | PROVISAO RESCISAO | 4,02% | 148,72 |
| 4.5. | CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE | 3,59% | 132,56 |
| | TOTAL : | 33,34% | 1.232,54 |
| | TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4) | | R\$ 5.942,94 |
| MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO | | | |
| 5 | | Percentuais | VALORES |
| A | Taxa de Administração (Custos indiretos) | 5,23% | 311,01 |
| B | LUCRO | 3,20% | 200,00 |
| C | TRIBUTOS | 10,18% | 731,48 |
| C.1 | Tributos Federais (PIS) | 0,65% | 46,71 |
| | Tributos Federais (COFINS) | 3,03% | 217,72 |
| C.2 | Tributos Estaduais | | |
| C.3 | Tributos Municipais (ISS) | 5,00% | 359,27 |
| C.4 | Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013 | 1,50% | 107,78 |
| | VALOR TOTAL (MÓDULO 5) | 18,61% | 1.242,48 |
| (categoria profissional) | | Quantidade | VALORES |
| | 1 POSTO | 1 | 7.185,42 |



| | | | |
|--|---|-------------|----------------|
| 1.2 | PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 04/2015 | | |
| CATEGORIA | Assistente Operacional de Comunicação | | |
| | Seg-sex: 8 horas diurnas, 40 horas semanais | | |
| CCT | DF000111/2023 - SEAC/DF x SINRAD/DF (vigente até 31/12/2023) | DATA BASE | |
| | | | PISO |
| MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO: | | Percentuais | VALOR PROPOSTA |
| | Salário Base | | 6.539,15 |
| | Adicional de Periculosidade | | |
| | Adicional Insalubridade | | |
| | Adicional Noturno | | |
| | Adicional de HE | | |
| | Hora Noturna Adicional | | |
| | Intervalo Intrajornada | | |
| | Outros Dif horas extras | | |
| | TOTAL DA REMUNERAÇÃO | | 6.539,15 |
| MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS | | | |
| | Auxílio Transporte (R\$ 14,42 x 22 dias úteis - 6% x SB) | | - |
| | Auxílio Alimentação (R\$ 41,72 x 22 dias úteis) | | 917,84 |
| | Auxílio funeral | | |
| | Auxílio creche | | |
| | TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS | | 917,84 |
| MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS | | | |
| | Insumos Diversos | | |
| | Uniformes | | |
| | EPI's | | |
| | TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS: | | - |
| MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS | | | |
| 4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS | | Percentuais | VALORES |
| | INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91) | 0.00000% | - |
| | SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90) | 1.50000% | 98,09 |
| | SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86) | 1.00000% | 65,39 |
| | INCRA (art. 1º I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89) | 0.20000% | 13,08 |
| | Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82) | 2.50000% | 163,48 |
| | FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90) | 8.00000% | 523,13 |
| | Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1) | 2.24000% | 146,48 |
| | SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90) | 0.60000% | 39,23 |
| | TOTAL : | 16,04000% | 1.048,88 |
| 4.2 13º SALÁRIO | | Percentuais | VALORES |
| | 13º Salário | 8.33000% | 544,71 |
| | Incidência do 4.1. sobre o 13º salário | 1.33600% | 87,36 |
| | TOTAL : | 9,66600% | 632,07 |
| 4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE | | Percentuais | VALORES |
| | Afastamento maternidade | 0.02000% | 1,31 |
| | Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade | 0.00321% | 0,21 |
| | TOTAL : | 0.02321% | 1,52 |
| 4.4. PROVISAO P/ RESCISAO | | Percentuais | VALORES |
| | Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2) | 0.08000% | 5,23 |
| | Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado | 0.00640% | 0,42 |
| | Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) | 0.10000% | 6,54 |
| | Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0.01604% | 1,05 |
| | Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado | 3.82000% | 249,80 |
| | TOTAL : | 4,02244% | 263,03 |
| 4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE | | Percentuais | VALORES |
| | Férias | 0.00000% | - |
| | Terço constitucional de férias | 2.78000% | 181,79 |
| | Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT) | 0.14000% | 9,15 |
| | Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT) | 0.01000% | 0,65 |
| | Faltas legais (art. 473 e 83, CLT) | 0.14000% | 9,15 |
| | Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76) | 0.02000% | 1,31 |
| | Subtotal | 3,09000% | 202,06 |
| | Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição | 0,49564% | 32,41 |
| | TOTAL : | 3,59% | 234,47 |
| QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS) | | | |
| 4 | MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS) | | |
| 4.1. | PREVIDENCIARIO E FGTS | 16,04% | 1.048,88 |
| 4.2. | 13º SALÁRIO | 9,67% | 632,07 |
| 4.3. | AFASTAMENTO MATERNIDADE | 0,02% | 1,52 |
| 4.4. | PROVISAO RESCISAO | 4,02% | 263,03 |
| 4.5. | CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE | 3,59% | 234,47 |
| | TOTAL : | 33,34% | 2.179,97 |
| | TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4) | | R\$ 9.636,96 |
| MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO | | | |
| 5 | | Percentuais | VALORES |
| A | Taxa de Administração (Custos indiretos) | 6,65% | 640,93 |
| B | LUCRO | 1,95% | 200,00 |
| C | TRIBUTOS | 10,18% | 1.187,54 |
| C.1 | Tributos Federais (PIS) | 0,65% | 75,83 |
| | Tributos Federais (COFINS) | 3,03% | 353,46 |
| C.2 | Tributos Estaduais | | |
| C.3 | Tributos Municipais (ISS) | 5,00% | 583,27 |
| C.4 | Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013 | 1,50% | 174,98 |
| | VALOR TOTAL (MÓDULO 5) | 18,78% | 2.028,47 |
| (categoria profissional) | | Quantidade | VALORES |
| | 1 POSTO | 1 | 11.665,43 |



| | | | |
|--|---|-------------|----------------|
| 1.3 | PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 04/2015 | | |
| CATEGORIA | Designer Gráfico | | |
| | Seg-sex: 8 horas diurnas, 40 horas semanais | | |
| CCT | DF000111/2023 - SEAC/DF x SINRAD/DF (vigente até 31/12/2023) | DATA BASE | |
| | | | PISO |
| MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO: | | Percentuais | VALOR PROPOSTA |
| | Salário Base | | 7.660,21 |
| | Adicional de Periculosidade | | |
| | Adicional Insalubridade | | |
| | Adicional Noturno | | |
| | Adicional de HE | | |
| | Hora Noturna Adicional | | |
| | Intervalo Intrajornada | | |
| | Outros Dif horas extras | | |
| | TOTAL DA REMUNERAÇÃO | | 7.660,21 |
| MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS | | | |
| | Auxílio Transporte (R\$ 14,42 x 22 dias úteis - 6% x SB) | | - |
| | Auxílio Alimentação (R\$ 41,72 x 22 dias úteis) | | 917,84 |
| | Auxílio funeral | | |
| | Auxílio creche | | |
| | TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS | | 917,84 |
| MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS | | | |
| | Insumos Diversos | | |
| | Uniformes | | |
| | EPI's | | |
| | TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS: | | - |
| MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS | | | |
| 4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS | | Percentuais | VALORES |
| | INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91) | 0.00000% | - |
| | SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90) | 1.50000% | 114,90 |
| | SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86) | 1.00000% | 76,60 |
| | INCRA (art. 1º I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89) | 0.20000% | 15,32 |
| | Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82) | 2.50000% | 191,51 |
| | FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90) | 8.00000% | 612,82 |
| | Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1) | 2.24000% | 171,59 |
| | SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90) | 0.60000% | 45,96 |
| | TOTAL : | 16,04000% | 1.228,70 |
| 4.2 13º SALÁRIO | | Percentuais | VALORES |
| | 13º Salário | 8.33000% | 638,10 |
| | Incidência do 4.1. sobre o 13º salário | 1.33600% | 102,34 |
| | TOTAL : | 9,66600% | 740,44 |
| 4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE | | Percentuais | VALORES |
| | Afastamento maternidade | 0.02000% | 1,53 |
| | Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade | 0.00321% | 0,25 |
| | TOTAL : | 0.02321% | 1,78 |
| 4.4. PROVISAO P/ RESCISAO | | Percentuais | VALORES |
| | Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2) | 0.08000% | 6,13 |
| | Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado | 0.00640% | 0,49 |
| | Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) | 0.10000% | 7,66 |
| | Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0.01604% | 1,23 |
| | Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado | 3.82000% | 292,62 |
| | TOTAL : | 4,02244% | 308,13 |
| 4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE | | Percentuais | VALORES |
| | Férias | 1.67000% | 127,93 |
| | Terço constitucional de férias | 2.78000% | 212,95 |
| | Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT) | 0.14000% | 10,72 |
| | Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT) | 0.01000% | 0,77 |
| | Faltas legais (art. 473 e 83, CLT) | 0.14000% | 10,72 |
| | Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76) | 0.02000% | 1,53 |
| | Subtotal | 4.76000% | 364,63 |
| | Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição | 0.76350% | 58,49 |
| | TOTAL : | 5,52% | 423,12 |
| QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS) | | | |
| 4 | MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS) | | |
| 4.1. | PREVIDENCIARIO E FGTS | 16,04% | 1.228,70 |
| 4.2. | 13º SALÁRIO | 9,67% | 740,44 |
| 4.3. | AFASTAMENTO MATERNIDADE | 0,02% | 1,78 |
| 4.4. | PROVISAO RESCISAO | 4,02% | 308,13 |
| 4.5. | CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE | 5,52% | 423,12 |
| | TOTAL : | 35,28% | 2.702,17 |
| | TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4) | | R\$ 11.280,22 |
| MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO | | | |
| 5 | | Percentuais | VALORES |
| A | Taxa de Administração (Custos indiretos) | 8,17% | 921,75 |
| B | LUCRO | 1,64% | 200,00 |
| C | TRIBUTOS | 10,18% | 1.405,61 |
| C.1 | Tributos Federais (PIS) | 0,65% | 89,75 |
| | Tributos Federais (COFINS) | 3,03% | 418,37 |
| C.2 | Tributos Estaduais | | |
| C.3 | Tributos Municipais (ISS) | 5,00% | 690,38 |
| C.4 | Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013 | 1,50% | 207,11 |
| | VALOR TOTAL (MÓDULO 5) | 19,99% | 2.527,36 |
| (categoria profissional) | | Quantidade | VALORES |
| | 1 POSTO | 1 | 13.807,58 |



| | | | |
|--|---|-------------|----------------|
| 1.4 | PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 04/2015 | | |
| CATEGORIA | Editor de Fotografia | | |
| | Seg-sex: 5 horas diurnas, 25 horas semanais | | |
| CCT | DF000111/2023 - SEAC/DF x SINRAD/DF (vigente até 31/12/2023) | DATA BASE | |
| | | | PISO |
| MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO: | | Percentuais | VALOR PROPOSTA |
| | Salário Base | | 9.125,52 |
| | Adicional de Periculosidade | | |
| | Adicional Insalubridade | | |
| | Adicional Noturno | | |
| | Adicional de HE | | |
| | Hora Noturna Adicional | | |
| | Intervalo Intrajornada | | |
| | Outros Dif horas extras | | |
| | TOTAL DA REMUNERAÇÃO | | 9.125,52 |
| MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS | | | |
| | Auxílio Transporte (R\$ 14,42 x 22 dias úteis - 6% x SB) | | - |
| | Auxílio Alimentação (R\$ 41,72 x 22 dias úteis) | | 917,84 |
| | Auxílio funeral | | |
| | Auxílio creche | | |
| | TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS | | 917,84 |
| MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS | | | |
| | Insumos Diversos | | |
| | Uniformes | | |
| | EPI's | | |
| | TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS: | | - |
| MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS | | | |
| 4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS | | Percentuais | VALORES |
| | INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91) | 0.00000% | - |
| | SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90) | 1.50000% | 136,88 |
| | SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86) | 1.00000% | 91,26 |
| | INCRA (art. 1º I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89) | 0.20000% | 18,25 |
| | Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82) | 2.50000% | 228,14 |
| | FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90) | 8.00000% | 730,04 |
| | Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1) | 2.24000% | 204,41 |
| | SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90) | 0.60000% | 54,75 |
| | TOTAL : | 16,04000% | 1.463,73 |
| 4.2 13º SALÁRIO | | Percentuais | VALORES |
| | 13º Salário | 8.33000% | 760,16 |
| | Incidência do 4.1. sobre o 13º salário | 1.33600% | 121,92 |
| | TOTAL : | 9,66600% | 882,07 |
| 4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE | | Percentuais | VALORES |
| | Afastamento maternidade | 0.02000% | 1,83 |
| | Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade | 0.00321% | 0,29 |
| | TOTAL : | 0.02321% | 2,12 |
| 4.4. PROVISAO P/ RESCISAO | | Percentuais | VALORES |
| | Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2) | 0.08000% | 7,30 |
| | Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado | 0.00640% | 0,58 |
| | Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) | 0.10000% | 9,13 |
| | Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0.01604% | 1,46 |
| | Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado | 3.82000% | 346,59 |
| | TOTAL : | 4,02244% | 367,07 |
| 4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE | | Percentuais | VALORES |
| | Férias | 1.39000% | 126,84 |
| | Terço constitucional de férias | 2.78000% | 253,69 |
| | Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT) | 0.14000% | 12,78 |
| | Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT) | 0.01000% | 0,91 |
| | Faltas legais (art. 473 e 83, CLT) | 0.14000% | 12,78 |
| | Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76) | 0.02000% | 1,83 |
| | Subtotal | 4.48000% | 408,82 |
| | Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição | 0.71859% | 65,57 |
| | TOTAL : | 5,20% | 474,39 |
| QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS) | | | |
| 4 | MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS) | | |
| 4.1. | PREVIDENCIARIO E FGTS | 16,04% | 1.463,73 |
| 4.2. | 13º SALÁRIO | 9,67% | 882,07 |
| 4.3. | AFASTAMENTO MATERNIDADE | 0,02% | 2,12 |
| 4.4. | PROVISAO RESCISAO | 4,02% | 367,07 |
| 4.5. | CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE | 5,20% | 474,39 |
| | TOTAL : | 34,95% | 3.189,38 |
| | TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4) | | R\$ 13.232,74 |
| MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO | | | |
| 5 | | Percentuais | VALORES |
| A | Taxa de Administração (Custos indiretos) | 9,53% | 1.260,95 |
| B | LUCRO | 1,38% | 200,00 |
| C | TRIBUTOS | 10,18% | 1.665,35 |
| C.1 | Tributos Federais (PIS) | 0,65% | 106,33 |
| | Tributos Federais (COFINS) | 3,03% | 495,68 |
| C.2 | Tributos Estaduais | | |
| C.3 | Tributos Municipais (ISS) | 5,00% | 817,95 |
| C.4 | Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013 | 1,50% | 245,39 |
| | VALOR TOTAL (MÓDULO 5) | 21,09% | 3.126,30 |
| (categoria profissional) | | Quantidade | VALORES |
| | 1 POSTO | 1 | 16.359,04 |



| | | | |
|--|---|-------------|----------------|
| 1.5 | PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 04/2015 | | |
| CATEGORIA | Operador de Multimídia | | |
| | Seg-sex: 8 horas diurnas, 40 horas semanais | | |
| CCT | DF000111/2023 - SEAC/DF x SINRAD/DF (vigente até 31/12/2023) | DATA BASE | |
| | | | PISO |
| MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO: | | Percentuais | VALOR PROPOSTA |
| | Salário Base | | 6.772,72 |
| | Adicional de Periculosidade | | |
| | Adicional Insalubridade | | |
| | Adicional Noturno | | |
| | Adicional de HE | | |
| | Hora Noturna Adicional | | |
| | Intervalo Intrajornada | | |
| | Outros Dif horas extras | | |
| | TOTAL DA REMUNERAÇÃO | | 6.772,72 |
| MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS | | | |
| | Auxílio Transporte (R\$ 14,42 x 22 dias úteis - 6% x SB) | | - |
| | Auxílio Alimentação (R\$ 41,72 x 22 dias úteis) | | 917,84 |
| | Auxílio funeral | | |
| | Auxílio creche | | |
| | TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS | | 917,84 |
| MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS | | | |
| | Insumos Diversos | | |
| | Uniformes | | |
| | EPI's | | |
| | TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS: | | - |
| MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS | | | |
| 4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS | | Percentuais | VALORES |
| | INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91) | 0.00000% | - |
| | SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90) | 1.50000% | 101,59 |
| | SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86) | 1.00000% | 67,73 |
| | INCRA (art. 1º I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89) | 0.20000% | 13,55 |
| | Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82) | 2.50000% | 169,32 |
| | FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90) | 8.00000% | 541,82 |
| | Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1) | 2.24000% | 151,71 |
| | SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90) | 0.60000% | 40,64 |
| | TOTAL : | 16,04000% | 1.086,34 |
| 4.2 13º SALÁRIO | | Percentuais | VALORES |
| | 13º Salário | 8.33000% | 564,17 |
| | Incidência do 4.1. sobre o 13º salário | 1.33600% | 90,48 |
| | TOTAL : | 9,66600% | 654,65 |
| 4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE | | Percentuais | VALORES |
| | Afastamento maternidade | 0.02000% | 1,35 |
| | Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade | 0.00321% | 0,22 |
| | TOTAL : | 0.02321% | 1,57 |
| 4.4. PROVISAO P\ RESCISAO | | Percentuais | VALORES |
| | Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2) | 0.08000% | 5,42 |
| | Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado | 0.00640% | 0,43 |
| | Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) | 0.10000% | 6,77 |
| | Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0.01604% | 1,09 |
| | Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado | 3.82000% | 258,72 |
| | TOTAL : | 4,02244% | 272,43 |
| 4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE | | Percentuais | VALORES |
| | Férias | 0.52000% | 35,22 |
| | Terço constitucional de férias | 2.78000% | 188,28 |
| | Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT) | 0.14000% | 9,48 |
| | Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT) | 0.01000% | 0,68 |
| | Faltas legais (art. 473 e 83, CLT) | 0.14000% | 9,48 |
| | Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76) | 0.02000% | 1,35 |
| | Subtotal | 3.61000% | 244,50 |
| | Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição | 0.57904% | 39,22 |
| | TOTAL : | 4,19% | 283,72 |
| QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS) | | | |
| 4 | MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS) | | |
| 4.1. | PREVIDENCIARIO E FGTS | 16,04% | 1.086,34 |
| 4.2. | 13º SALÁRIO | 9,67% | 654,65 |
| 4.3. | AFASTAMENTO MATERNIDADE | 0,02% | 1,57 |
| 4.4. | PROVISAO RESCISAO | 4,02% | 272,43 |
| 4.5. | CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE | 4,19% | 283,72 |
| | TOTAL : | 33,94% | 2.298,71 |
| | TOTAL 1 (MÓDULOS: 1+2+3+4) | | R\$ 9.989,27 |
| MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO | | | |
| 5 | | Percentuais | VALORES |
| A | Taxa de Administração (Custos indiretos) | 7,02% | 701,04 |
| B | LUCRO | 1,87% | 200,00 |
| C | TRIBUTOS | 10,18% | 1.234,28 |
| C.1 | Tributos Federais (PIS) | 0,65% | 78,81 |
| | Tributos Federais (COFINS) | 3,03% | 367,38 |
| C.2 | Tributos Estaduais | | |
| C.3 | Tributos Municipais (ISS) | 5,00% | 606,23 |
| C.4 | Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013 | 1,50% | 181,87 |
| | VALOR TOTAL (MÓDULO 5) | 19,07% | 2.135,32 |
| (categoria profissional) | | Quantidade | VALORES |
| | 1 POSTO | 1 | 12.124,59 |



| | | | |
|--|---|-------------|----------------|
| 1.6 | PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 04/2015 | | |
| CATEGORIA | Operador de Multimídia | | |
| | Seg-sex: 14h às 23h, 40 horas semanais | | |
| CCT | DF000111/2023 - SEAC/DF x SINRAD/DF (vigente até 31/12/2023) | DATA BASE | |
| | | | PISO |
| MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO: | | Percentuais | VALOR PROPOSTA |
| | Salário Base | | 6.772,72 |
| | Adicional de Periculosidade | | |
| | Adicional Insalubridade | | |
| | Adicional Noturno | | 342,70 |
| | Adicional de HE | | |
| | Hora Noturna Adicional | | |
| | Intervalo Intrajornada | | |
| | Outros Dif horas extras | | |
| | TOTAL DA REMUNERAÇÃO | | 7.115,42 |
| MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS | | | |
| | Auxílio Transporte (R\$ 14,42 x 22 dias úteis - 6% x SB) | | - |
| | Auxílio Alimentação (R\$ 41,72 x 22 dias úteis) | | 917,84 |
| | Auxílio funeral | | |
| | Auxílio creche | | |
| | TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS | | 917,84 |
| MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS | | | |
| | Insumos Diversos | | |
| | Uniformes | | |
| | EPI's | | |
| | TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS: | | - |
| MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS | | | |
| 4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS | | Percentuais | VALORES |
| | INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91) | 0.00000% | - |
| | SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90) | 1.50000% | 106,73 |
| | SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86) | 1.00000% | 71,15 |
| | INCRA (art. 1º I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89) | 0.20000% | 14,23 |
| | Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82) | 2.50000% | 177,89 |
| | FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90) | 8.00000% | 569,23 |
| | Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (Inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1) | 2.24000% | 159,39 |
| | SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90) | 0.60000% | 42,69 |
| | TOTAL : | 16,04000% | 1.141,31 |
| 4.2 13º SALÁRIO | | Percentuais | VALORES |
| | 13º Salário | 8.33000% | 592,71 |
| | Incidência do 4.1. sobre o 13º salário | 1.33600% | 95,06 |
| | TOTAL : | 9,66600% | 687,78 |
| 4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE | | Percentuais | VALORES |
| | Afastamento maternidade | 0.02000% | 1,42 |
| | Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade | 0.00321% | 0,23 |
| | TOTAL : | 0.02321% | 1,65 |
| 4.4. PROVISAO P/ RESCISAO | | Percentuais | VALORES |
| | Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2) | 0.08000% | 5,69 |
| | Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado | 0.00640% | 0,46 |
| | Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) | 0.10000% | 7,12 |
| | Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0.01604% | 1,14 |
| | Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado | 3.82000% | 271,81 |
| | TOTAL : | 4,02244% | 286,21 |
| 4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE | | Percentuais | VALORES |
| | Férias | 0.00000% | - |
| | Terço constitucional de férias | 2.78000% | 197,81 |
| | Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT) | 0.14000% | 9,96 |
| | Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT) | 0.01000% | 0,71 |
| | Faltas legais (art. 473 e 83, CLT) | 0.14000% | 9,96 |
| | Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76) | 0.02000% | 1,42 |
| | Subtotal | 3.09000% | 219,87 |
| | Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição | 0,49564% | 35,27 |
| | TOTAL : | 3,59% | 255,14 |
| QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS) | | | |
| 4 | MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS) | | |
| 4.1. | PREVIDENCIARIO E FGTS | 16,04% | 1.141,31 |
| 4.2. | 13º SALÁRIO | 9,67% | 687,78 |
| 4.3. | AFASTAMENTO MATERNIDADE | 0,02% | 1,65 |
| 4.4. | PROVISAO RESCISAO | 4,02% | 286,21 |
| 4.5. | CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE | 3,59% | 255,14 |
| | TOTAL : | 33,34% | 2.372,09 |
| | TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4) | | R\$ 10.405,35 |
| MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO | | | |
| 5 | | Percentuais | VALORES |
| A | Taxa de Administração (Custos indiretos) | 7,41% | 770,96 |
| B | LUCRO | 1,79% | 200,00 |
| C | TRIBUTOS | 10,18% | 1.289,37 |
| C.1 | Tributos Federais (PIS) | 0,65% | 82,33 |
| | Tributos Federais (COFINS) | 3,03% | 383,77 |
| C.2 | Tributos Estaduais | | |
| C.3 | Tributos Municipais (ISS) | 5,00% | 633,28 |
| C.4 | Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013 | 1,50% | 189,99 |
| | VALOR TOTAL (MÓDULO 5) | 19,38% | 2.260,33 |
| (categoria profissional) | | Quantidade | VALORES |
| | 1 POSTO | 1 | 12.665,68 |



| | | | |
|--|---|-------------|----------------|
| 1.7 | PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 04/2015 | | |
| CATEGORIA | Repórter Fotográfico | | |
| | Seg-sex: 5 horas diurnas, 25 horas semanais | | |
| CCT | DF000111/2023 - SEAC/DF x SINRAD/DF (vigente até 31/12/2023) | DATA BASE | |
| | | | PISO |
| MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO: | | Percentuais | VALOR PROPOSTA |
| | Salário Base | | 6.740,80 |
| | Adicional de Periculosidade | | |
| | Adicional Insalubridade | | |
| | Adicional Noturno | | |
| | Adicional de HE | | |
| | Hora Noturna Adicional | | |
| | Intervalo Intrajornada | | |
| | Outros Dif horas extras | | |
| | TOTAL DA REMUNERAÇÃO | | 6.740,80 |
| MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS | | | |
| | Auxílio Transporte (R\$ 14,42 x 22 dias úteis - 6% x SB) | | - |
| | Auxílio Alimentação (R\$ 41,72 x 22 dias úteis) | | 917,84 |
| | Auxílio funeral | | |
| | Auxílio creche | | |
| | TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS | | 917,84 |
| MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS | | | |
| | Insumos Diversos | | |
| | Uniformes | | 201,83 |
| | EPI's | | |
| | TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS: | | 201,83 |
| MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS | | | |
| 4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS | | Percentuais | VALORES |
| | INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91) | 0.00000% | - |
| | SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90) | 1.50000% | 101,11 |
| | SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86) | 1.00000% | 67,41 |
| | INCRA (art. 1º I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89) | 0.20000% | 13,48 |
| | Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82) | 2.50000% | 168,52 |
| | FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90) | 8.00000% | 539,26 |
| | Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1) | 2.24000% | 150,99 |
| | SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90) | 0.60000% | 40,44 |
| | TOTAL : | 16,04000% | 1.081,22 |
| 4.2 13º SALÁRIO | | Percentuais | VALORES |
| | 13º Salário | 8.33000% | 561,51 |
| | Incidência do 4.1. sobre o 13º salário | 1.33600% | 90,06 |
| | TOTAL : | 9,66600% | 651,57 |
| 4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE | | Percentuais | VALORES |
| | Afastamento maternidade | 0.02000% | 1,35 |
| | Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade | 0.00321% | 0,22 |
| | TOTAL : | 0.02321% | 1,56 |
| 4.4. PROVISAO P\ RESCISAO | | Percentuais | VALORES |
| | Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2) | 0.08000% | 5,39 |
| | Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado | 0.00640% | 0,43 |
| | Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) | 0.10000% | 6,74 |
| | Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0.01604% | 1,08 |
| | Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado | 3.82000% | 257,50 |
| | TOTAL : | 4,02244% | 271,14 |
| 4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE | | Percentuais | VALORES |
| | Férias | 0.93000% | 62,69 |
| | Terço constitucional de férias | 2.78000% | 187,39 |
| | Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT) | 0.14000% | 9,44 |
| | Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT) | 0.01000% | 0,67 |
| | Faltas legais (art. 473 e 83, CLT) | 0.14000% | 9,44 |
| | Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76) | 0.02000% | 1,35 |
| | Subtotal | 4.02000% | 270,98 |
| | Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição | 0.64481% | 43,47 |
| | TOTAL : | 4,66% | 314,45 |
| QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS) | | | |
| 4 | MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS) | | |
| 4.1. | PREVIDENCIARIO E FGTS | 16,04% | 1.081,22 |
| 4.2. | 13º SALÁRIO | 9,67% | 651,57 |
| 4.3. | AFASTAMENTO MATERNIDADE | 0,02% | 1,56 |
| 4.4. | PROVISAO RESCISAO | 4,02% | 271,14 |
| 4.5. | CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE | 4,66% | 314,45 |
| | TOTAL : | 34,42% | 2.319,94 |
| | TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4) | | R\$ 10.180,41 |
| MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO | | | |
| 5 | | Percentuais | VALORES |
| A | Taxa de Administração (Custos indiretos) | 7,04% | 717,04 |
| B | LUCRO | 1,84% | 200,00 |
| C | TRIBUTOS | 10,18% | 1.257,76 |
| C.1 | Tributos Federais (PIS) | 0,65% | 80,31 |
| | Tributos Federais (COFINS) | 3,03% | 374,36 |
| C.2 | Tributos Estaduais | | |
| C.3 | Tributos Municipais (ISS) | 5,00% | 617,76 |
| C.4 | Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013 | 1,50% | 185,33 |
| | VALOR TOTAL (MÓDULO 5) | 19,06% | 2.174,80 |
| (categoria profissional) | | Quantidade | VALORES |
| | 1 POSTO | 1 | 12.355,21 |



| | | | |
|--|---|-------------|----------------|
| 1.8 | PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 04/2015 | | |
| CATEGORIA | Supervisor de Clipping e Análise de Mídias | | |
| | Seg-sex: 8 horas diurnas, 40 horas semanais | | |
| CCT | DF000111/2023 - SEAC/DF x SINRAD/DF (vigente até 31/12/2023) | DATA BASE | |
| | | | PISO |
| MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO: | | Percentuais | VALOR PROPOSTA |
| | Salário Base | | 4.904,39 |
| | Adicional de Periculosidade | | |
| | Adicional Insalubridade | | |
| | Adicional Noturno | | |
| | Adicional de HE | | |
| | Hora Noturna Adicional | | |
| | Intervalo Intrajornada | | |
| | Outros Dif horas extras | | |
| | TOTAL DA REMUNERAÇÃO | | 4.904,39 |
| MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS | | | |
| | Auxílio Transporte (R\$ 14,42 x 22 dias úteis - 6% x SB) | | 22,92 |
| | Auxílio Alimentação (R\$ 41,72 x 22 dias úteis) | | 917,84 |
| | Auxílio funeral | | |
| | Auxílio creche | | |
| | TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS | | 940,76 |
| MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS | | | |
| | Insumos Diversos | | |
| | Uniformes | | |
| | EPI's | | |
| | TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS: | | - |
| MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS | | | |
| 4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS | | Percentuais | VALORES |
| | INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91) | 0.00000% | - |
| | SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90) | 1.50000% | 73,57 |
| | SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86) | 1.00000% | 49,04 |
| | INCRA (art. 1º I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89) | 0.20000% | 9,81 |
| | Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82) | 2.50000% | 122,61 |
| | FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90) | 8.00000% | 392,35 |
| | Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (Inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1) | 2.24000% | 109,86 |
| | SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90) | 0.60000% | 29,43 |
| | TOTAL : | 16,04000% | 786,66 |
| 4.2 13º SALÁRIO | | Percentuais | VALORES |
| | 13º Salário | 8.33000% | 408,54 |
| | Incidência do 4.1. sobre o 13º salário | 1.33600% | 65,52 |
| | TOTAL : | 9,66600% | 474,06 |
| 4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE | | Percentuais | VALORES |
| | Afastamento maternidade | 0.02000% | 0,98 |
| | Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade | 0.00321% | 0,16 |
| | TOTAL : | 0.02321% | 1,14 |
| 4.4. PROVISAO P/ RESCISAO | | Percentuais | VALORES |
| | Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2) | 0.08000% | 3,92 |
| | Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado | 0.00640% | 0,31 |
| | Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) | 0.10000% | 4,90 |
| | Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0.01604% | 0,79 |
| | Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado | 3.82000% | 187,35 |
| | TOTAL : | 4,02244% | 197,28 |
| 4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE | | Percentuais | VALORES |
| | Férias | 0.00000% | - |
| | Terço constitucional de férias | 2.78000% | 136,34 |
| | Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT) | 0.14000% | 6,87 |
| | Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT) | 0.01000% | 0,49 |
| | Faltas legais (art. 473 e 83, CLT) | 0.14000% | 6,87 |
| | Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76) | 0.02000% | 0,98 |
| | Subtotal | 3,09000% | 151,55 |
| | Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição | 0,49564% | 24,31 |
| | TOTAL : | 3,59% | 175,86 |
| QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS) | | | |
| 4 | MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS) | | |
| 4.1. | PREVIDENCIARIO E FGTS | 16,04% | 786,66 |
| 4.2. | 13º SALÁRIO | 9,67% | 474,06 |
| 4.3. | AFASTAMENTO MATERNIDADE | 0,02% | 1,14 |
| 4.4. | PROVISAO RESCISAO | 4,02% | 197,28 |
| 4.5. | CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE | 3,59% | 175,86 |
| | TOTAL : | 33,34% | 1.635,00 |
| | TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4) | | R\$ 7.480,15 |
| MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO | | | |
| 5 | | Percentuais | VALORES |
| A | Taxa de Administração (Custos indiretos) | 3,75% | 280,34 |
| B | LUCRO | 2,58% | 200,00 |
| C | TRIBUTOS | 10,18% | 902,22 |
| C.1 | Tributos Federais (PIS) | 0,65% | 57,61 |
| | Tributos Federais (COFINS) | 3,03% | 268,54 |
| C.2 | Tributos Estaduais | | |
| C.3 | Tributos Municipais (ISS) | 5,00% | 443,14 |
| C.4 | Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013 | 1,50% | 132,94 |
| | VALOR TOTAL (MÓDULO 5) | 16,50% | 1.382,56 |
| (categoria profissional) | | Quantidade | VALORES |
| | 1 POSTO | 1 | 8.862,71 |



| | | | |
|--|---|-------------|----------------|
| 1.9 | PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 04/2015 | | |
| CATEGORIA | Supervisor de Controle de Qualidade em Comunicação Institucional | | |
| | Seg-sex: 8 horas diurnas, 40 horas semanais | | |
| CCT | DF000111/2023 - SEAC/DF x SINRAD/DF (vigente até 31/12/2023) | DATA BASE | |
| | | | PISO |
| MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO: | | Percentuais | VALOR PROPOSTA |
| | Salário Base | | 9.484,87 |
| | Adicional de Periculosidade | | |
| | Adicional Insalubridade | | |
| | Adicional Noturno | | |
| | Adicional de HE | | |
| | Hora Noturna Adicional | | |
| | Intervalo Intrajornada | | |
| | Outros Dif horas extras | | |
| | TOTAL DA REMUNERAÇÃO | | 9.484,87 |
| MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS | | | |
| | Auxílio Transporte (R\$ 14,42 x 22 dias úteis - 6% x SB) | | - |
| | Auxílio Alimentação (R\$ 41,72 x 22 dias úteis) | | 917,84 |
| | Auxílio funeral | | |
| | Auxílio creche | | |
| | TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS | | 917,84 |
| MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS | | | |
| | Insumos Diversos | | |
| | Uniformes | | |
| | EPI's | | |
| | TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS: | | - |
| MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS | | | |
| 4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS | | Percentuais | VALORES |
| | INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91) | 0.00000% | - |
| | SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90) | 1.50000% | 142,27 |
| | SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86) | 1.00000% | 94,85 |
| | INCRA (art. 1º I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89) | 0.20000% | 18,97 |
| | Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82) | 2.50000% | 237,12 |
| | FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90) | 8.00000% | 758,79 |
| | Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1) | 2.24000% | 212,46 |
| | SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90) | 0.60000% | 56,91 |
| | TOTAL : | 16,04000% | 1.521,37 |
| 4.2 13º SALÁRIO | | Percentuais | VALORES |
| | 13º Salário | 8.33000% | 790,09 |
| | Incidência do 4.1. sobre o 13º salário | 1.33600% | 126,72 |
| | TOTAL : | 9,66600% | 916,81 |
| 4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE | | Percentuais | VALORES |
| | Afastamento maternidade | 0.02000% | 1,90 |
| | Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade | 0.00321% | 0,30 |
| | TOTAL : | 0.02321% | 2,20 |
| 4.4. PROVISAO P\ RESCISAO | | Percentuais | VALORES |
| | Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2) | 0.08000% | 7,59 |
| | Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado | 0.00640% | 0,61 |
| | Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) | 0.10000% | 9,48 |
| | Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0.01604% | 1,52 |
| | Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado | 3.82000% | 362,32 |
| | TOTAL : | 4,02244% | 381,52 |
| 4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE | | Percentuais | VALORES |
| | Férias | 0.00000% | - |
| | Terço constitucional de férias | 2.78000% | 263,68 |
| | Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT) | 0.14000% | 13,28 |
| | Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT) | 0.01000% | 0,95 |
| | Faltas legais (art. 473 e 83, CLT) | 0.14000% | 13,28 |
| | Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76) | 0.02000% | 1,90 |
| | Subtotal | 3,09000% | 293,08 |
| | Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição | 0,49564% | 47,01 |
| | TOTAL : | 3,59% | 340,09 |
| QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS) | | | |
| 4 | MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS) | | |
| 4.1. | PREVIDENCIARIO E FGTS | 16,04% | 1.521,37 |
| 4.2. | 13º SALÁRIO | 9,67% | 916,81 |
| 4.3. | AFASTAMENTO MATERNIDADE | 0,02% | 2,20 |
| 4.4. | PROVISAO RESCISAO | 4,02% | 381,52 |
| 4.5. | CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE | 3,59% | 340,09 |
| | TOTAL : | 33,34% | 3.161,99 |
| | TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4) | | R\$ 13.564,70 |
| MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO | | | |
| 5 | | Percentuais | VALORES |
| A | Taxa de Administração (Custos indiretos) | 9,75% | 1.322,70 |
| B | LUCRO | 1,34% | 200,00 |
| C | TRIBUTOS | 10,18% | 1.709,97 |
| C.1 | Tributos Federais (PIS) | 0,65% | 109,18 |
| | Tributos Federais (COFINS) | 3,03% | 508,96 |
| C.2 | Tributos Estaduais | | |
| C.3 | Tributos Municipais (ISS) | 5,00% | 839,87 |
| C.4 | Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013 | 1,50% | 251,96 |
| | VALOR TOTAL (MÓDULO 5) | 21,27% | 3.232,67 |
| (categoria profissional) | | Quantidade | VALORES |
| | 1 POSTO | 1 | 16.797,37 |



| | | | |
|--|---|-------------|----------------|
| 3.1 | PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 04/2015 | | |
| CATEGORIA | Controlador de Operações de Plenário | | |
| | Seg-sex: 8 horas diurnas, 40 horas semanais | | |
| CCT | DF000111/2023 - SEAC/DF x SINRAD/DF (vigente até 31/12/2023) | DATA BASE | |
| | | | PISO |
| MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO: | | Percentuais | VALOR PROPOSTA |
| | Salário Base | | 10.350,08 |
| | Adicional de Periculosidade | | |
| | Adicional Insalubridade | | |
| | Adicional Noturno | | |
| | Adicional de HE | | |
| | Hora Noturna Adicional | | |
| | Intervalo Intrajornada | | |
| | Outros Dif horas extras | | |
| | TOTAL DA REMUNERAÇÃO | | 10.350,08 |
| MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS | | | |
| | Auxílio Transporte (R\$ 14,42 x 22 dias úteis - 6% x SB) | | - |
| | Auxílio Alimentação (R\$ 41,72 x 22 dias úteis) | | 917,84 |
| | Auxílio funeral | | |
| | Auxílio creche | | |
| | TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS | | 917,84 |
| MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS | | | |
| | Insumos Diversos | | |
| | Uniformes | | 178,83 |
| | EPI's | | |
| | TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS: | | 178,83 |
| MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS | | | |
| 4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS | | Percentuais | VALORES |
| | INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91) | 0.00000% | - |
| | SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90) | 1.50000% | 155,25 |
| | SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86) | 1.00000% | 103,50 |
| | INCRA (art. 1º I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89) | 0.20000% | 20,70 |
| | Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82) | 2.50000% | 258,75 |
| | FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90) | 8.00000% | 828,01 |
| | Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (Inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1) | 2.24000% | 231,84 |
| | SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90) | 0.60000% | 62,10 |
| | TOTAL : | 16,04000% | 1.660,15 |
| 4.2 13º SALÁRIO | | Percentuais | VALORES |
| | 13º Salário | 8.33000% | 862,16 |
| | Incidência do 4.1. sobre o 13º salário | 1,33600% | 138,28 |
| | TOTAL : | 9,66600% | 1.000,44 |
| 4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE | | Percentuais | VALORES |
| | Afastamento maternidade | 0.02000% | 2,07 |
| | Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade | 0.00321% | 0,33 |
| | TOTAL : | 0,02321% | 2,40 |
| 4.4. PROVISAO P/ RESCISAO | | Percentuais | VALORES |
| | Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2) | 0.08000% | 8,28 |
| | Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado | 0.00640% | 0,66 |
| | Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) | 0.10000% | 10,35 |
| | Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0.01604% | 1,66 |
| | Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado | 3.82000% | 395,37 |
| | TOTAL : | 4,02244% | 416,33 |
| 4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE | | Percentuais | VALORES |
| | Férias | 0.00000% | - |
| | Terço constitucional de férias | 2.78000% | 287,73 |
| | Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT) | 0.14000% | 14,49 |
| | Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT) | 0.01000% | 1,04 |
| | Faltas legais (art. 473 e 83, CLT) | 0.14000% | 14,49 |
| | Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76) | 0.02000% | 2,07 |
| | Subtotal | 3,09000% | 319,82 |
| | Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição | 0,49564% | 51,30 |
| | TOTAL : | 3,59% | 371,12 |
| QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS) | | | |
| 4 | MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS) | | |
| 4.1. | PREVIDENCIARIO E FGTS | 16,04% | 1.660,15 |
| 4.2. | 13º SALÁRIO | 9,67% | 1.000,44 |
| 4.3. | AFASTAMENTO MATERNIDADE | 0,02% | 2,40 |
| 4.4. | PROVISAO RESCISAO | 4,02% | 416,33 |
| 4.5. | CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE | 3,59% | 371,12 |
| | TOTAL : | 33,34% | 3.450,44 |
| | TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4) | | R\$ 14.897,19 |
| MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO | | | |
| 5 | | Percentuais | VALORES |
| A | Taxa de Administração (Custos indiretos) | 6,96% | 1.036,62 |
| B | LUCRO | 3,14% | 500,00 |
| C | TRIBUTOS | 10,18% | 1.862,57 |
| C.1 | Tributos Federais (PIS) | 0,65% | 118,93 |
| | Tributos Federais (COFINS) | 3,03% | 554,38 |
| C.2 | Tributos Estaduais | | |
| C.3 | Tributos Municipais (ISS) | 5,00% | 914,82 |
| C.4 | Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013 | 1,50% | 274,45 |
| | VALOR TOTAL (MÓDULO 5) | 20,28% | 3.399,19 |
| (categoria profissional) | | Quantidade | VALORES |
| | 1 POSTO | 1 | 18.296,38 |



| | | | |
|--|---|-------------|----------------|
| 3.2 | PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 04/2015 | | |
| CATEGORIA | Operador de Mídia | | |
| | Seg-sex: 6 horas diurnas, 30 horas semanais | | |
| CCT | DF000111/2023 - SEAC/DF x SINRAD/DF (vigente até 31/12/2023) | DATA BASE | |
| | | | PISO |
| MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO: | | Percentuais | VALOR PROPOSTA |
| | Salário Base | | 6.164,62 |
| | Adicional de Periculosidade | | |
| | Adicional Insalubridade | | |
| | Adicional Noturno | | |
| | Adicional de HE | | |
| | Hora Noturna Adicional | | |
| | Intervalo Intrajornada | | |
| | Outros Dif horas extras | | |
| | TOTAL DA REMUNERAÇÃO | | 6.164,62 |
| MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS | | | |
| | Auxílio Transporte (R\$ 14,42 x 22 dias úteis - 6% x SB) | | - |
| | Auxílio Alimentação (R\$ 41,72 x 22 dias úteis) | | 917,84 |
| | Auxílio funeral | | |
| | Auxílio creche | | |
| | TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS | | 917,84 |
| MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS | | | |
| | Insumos Diversos | | |
| | Uniformes | | 178,83 |
| | EPI's | | |
| | TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS: | | 178,83 |
| MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS | | | |
| 4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS | | Percentuais | VALORES |
| | INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91) | 0.00000% | - |
| | SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90) | 1.50000% | 92,47 |
| | SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86) | 1.00000% | 61,65 |
| | INCRA (art. 1º I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89) | 0.20000% | 12,33 |
| | Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82) | 2.50000% | 154,12 |
| | FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90) | 8.00000% | 493,17 |
| | Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1) | 2.24000% | 138,09 |
| | SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90) | 0.60000% | 36,99 |
| | TOTAL : | 16,04000% | 988,81 |
| 4.2 13º SALÁRIO | | Percentuais | VALORES |
| | 13º Salário | 8.33000% | 513,51 |
| | Incidência do 4.1. sobre o 13º salário | 1.33600% | 82,36 |
| | TOTAL : | 9,66600% | 595,87 |
| 4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE | | Percentuais | VALORES |
| | Afastamento maternidade | 0.02000% | 1,23 |
| | Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade | 0.00321% | 0,20 |
| | TOTAL : | 0.02321% | 1,43 |
| 4.4. PROVISAO P\ RESCISAO | | Percentuais | VALORES |
| | Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2) | 0.08000% | 4,93 |
| | Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado | 0.00640% | 0,39 |
| | Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) | 0.10000% | 6,16 |
| | Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0.01604% | 0,99 |
| | Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado | 3.82000% | 235,49 |
| | TOTAL : | 4,02244% | 247,97 |
| 4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE | | Percentuais | VALORES |
| | Férias | 0.00000% | - |
| | Terço constitucional de férias | 2.78000% | 171,38 |
| | Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT) | 0.14000% | 8,63 |
| | Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT) | 0.01000% | 0,62 |
| | Faltas legais (art. 473 e 83, CLT) | 0.14000% | 8,63 |
| | Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76) | 0.02000% | 1,23 |
| | Subtotal | 3.09000% | 190,49 |
| | Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição | 0,49564% | 30,55 |
| | TOTAL : | 3,59% | 221,04 |
| QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS) | | | |
| 4 | MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS) | | |
| 4.1. | PREVIDENCIARIO E FGTS | 16,04% | 988,81 |
| 4.2. | 13º SALÁRIO | 9,67% | 595,87 |
| 4.3. | AFASTAMENTO MATERNIDADE | 0,02% | 1,43 |
| 4.4. | PROVISAO RESCISAO | 4,02% | 247,97 |
| 4.5. | CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE | 3,59% | 221,04 |
| | TOTAL : | 33,34% | 2.055,12 |
| | TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4) | | R\$ 9.316,41 |
| MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO | | | |
| 5 | | Percentuais | VALORES |
| A | Taxa de Administração (Custos indiretos) | 3,25% | 302,43 |
| B | LUCRO | 5,20% | 500,00 |
| C | TRIBUTOS | 10,18% | 1.146,85 |
| C.1 | Tributos Federais (PIS) | 0,65% | 73,23 |
| | Tributos Federais (COFINS) | 3,03% | 341,35 |
| C.2 | Tributos Estaduais | | |
| C.3 | Tributos Municipais (ISS) | 5,00% | 563,28 |
| C.4 | Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013 | 1,50% | 168,99 |
| | VALOR TOTAL (MÓDULO 5) | 18,62% | 1.949,28 |
| (categoria profissional) | | Quantidade | VALORES |
| | 1 POSTO | 1 | 11.265,69 |



| | | | |
|--|---|-------------|----------------|
| 3.3 | PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 04/2015 | | |
| CATEGORIA | Sonoplasta de Plenário e Comissões | | |
| | Seg-sex: 6 horas diurnas, 30 horas semanais | | |
| CCT | DF000111/2023 - SEAC/DF x SINRAD/DF (vigente até 31/12/2023) | DATA BASE | |
| | | | PISO |
| MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO: | | Percentuais | VALOR PROPOSTA |
| | Salário Base | | 6.290,01 |
| | Adicional de Periculosidade | | |
| | Adicional Insalubridade | | |
| | Adicional Noturno | | |
| | Adicional de HE | | |
| | Hora Noturna Adicional | | |
| | Intervalo Intrajornada | | |
| | Outros Dif horas extras | | |
| | TOTAL DA REMUNERAÇÃO | | 6.290,01 |
| MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS | | | |
| | Auxílio Transporte (R\$ 14,42 x 22 dias úteis - 6% x SB) | | - |
| | Auxílio Alimentação (R\$ 41,72 x 22 dias úteis) | | 917,84 |
| | Auxílio funeral | | |
| | Auxílio creche | | |
| | TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS | | 917,84 |
| MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS | | | |
| | Insumos Diversos | | |
| | Uniformes | | 178,83 |
| | EPI's | | |
| | TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS: | | 178,83 |
| MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS | | | |
| 4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS | | Percentuais | VALORES |
| | INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91) | 0.00000% | - |
| | SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90) | 1.50000% | 94,35 |
| | SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86) | 1.00000% | 62,90 |
| | INCRA (art. 1º I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89) | 0.20000% | 12,58 |
| | Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82) | 2.50000% | 157,25 |
| | FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90) | 8.00000% | 503,20 |
| | Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1) | 2.24000% | 140,90 |
| | SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90) | 0.60000% | 37,74 |
| | TOTAL : | 16,04000% | 1.008,92 |
| 4.2 13º SALÁRIO | | Percentuais | VALORES |
| | 13º Salário | 8.33000% | 523,96 |
| | Incidência do 4.1. sobre o 13º salário | 1.33600% | 84,03 |
| | TOTAL : | 9,66600% | 607,99 |
| 4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE | | Percentuais | VALORES |
| | Afastamento maternidade | 0.02000% | 1,26 |
| | Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade | 0.00321% | 0,20 |
| | TOTAL : | 0.02321% | 1,46 |
| 4.4. PROVISAO P/ RESCISAO | | Percentuais | VALORES |
| | Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2) | 0.08000% | 5,03 |
| | Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado | 0.00640% | 0,40 |
| | Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) | 0.10000% | 6,29 |
| | Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0.01604% | 1,01 |
| | Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado | 3.82000% | 240,28 |
| | TOTAL : | 4,02244% | 253,01 |
| 4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE | | Percentuais | VALORES |
| | Férias | 0.00000% | - |
| | Terço constitucional de férias | 2.78000% | 174,86 |
| | Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT) | 0.14000% | 8,81 |
| | Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT) | 0.01000% | 0,63 |
| | Faltas legais (art. 473 e 83, CLT) | 0.14000% | 8,81 |
| | Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76) | 0.02000% | 1,26 |
| | Subtotal | 3,09000% | 194,36 |
| | Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição | 0,49564% | 31,18 |
| | TOTAL : | 3,59% | 225,54 |
| QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS) | | | |
| 4 | MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS) | | |
| 4.1. | PREVIDENCIARIO E FGTS | 16,04% | 1.008,92 |
| 4.2. | 13º SALÁRIO | 9,67% | 607,99 |
| 4.3. | AFASTAMENTO MATERNIDADE | 0,02% | 1,46 |
| 4.4. | PROVISAO RESCISAO | 4,02% | 253,01 |
| 4.5. | CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE | 3,59% | 225,54 |
| | TOTAL : | 33,34% | 2.096,92 |
| | TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4) | | R\$ 9.483,60 |
| MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO | | | |
| 5 | | Percentuais | VALORES |
| A | Taxa de Administração (Custos indiretos) | 3,19% | 302,48 |
| B | LUCRO | 5,11% | 500,00 |
| C | TRIBUTOS | 10,18% | 1.165,80 |
| C.1 | Tributos Federais (PIS) | 0,65% | 74,44 |
| | Tributos Federais (COFINS) | 3,03% | 346,99 |
| C.2 | Tributos Estaduais | | |
| C.3 | Tributos Municipais (ISS) | 5,00% | 572,59 |
| C.4 | Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013 | 1,50% | 171,78 |
| | VALOR TOTAL (MÓDULO 5) | 18,48% | 1.968,28 |
| (categoria profissional) | | Quantidade | VALORES |
| | 1 POSTO | 1 | 11.451,88 |



| | | | |
|--|---|-------------|----------------|
| 3.4 | PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 04/2015 | | |
| CATEGORIA | Técnico de Sistemas Audiovisuais para Plenário | | |
| | Seg-sex: 6 horas diurnas, 30 horas semanais | | |
| CCT | DF000111/2023 - SEAC/DF x SINRAD/DF (vigente até 31/12/2023) | DATA BASE | |
| | | | PISO |
| MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO: | | Percentuais | VALOR PROPOSTA |
| | Salário Base | | 6.343,01 |
| | Adicional de Periculosidade 30% | | 1.902,90 |
| | Adicional Insalubridade | | |
| | Adicional Noturno | | |
| | Adicional de HE | | |
| | Hora Noturna Adicional | | |
| | Intervalo Intrajornada | | |
| | Outros Dif horas extras | | |
| | TOTAL DA REMUNERAÇÃO | | 8.245,91 |
| MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS | | | |
| | Auxílio Transporte (R\$ 14,42 x 22 dias úteis - 6% x SB) | | - |
| | Auxílio Alimentação (R\$ 41,72 x 22 dias úteis) | | 917,84 |
| | Auxílio funeral | | |
| | Auxílio creche | | |
| | TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS | | 917,84 |
| MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS | | | |
| | Insumos Diversos | | |
| | Uniformes | | 178,83 |
| | EPI's | | |
| | TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS: | | 178,83 |
| MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS | | | |
| 4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS | | Percentuais | VALORES |
| | INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91) | 0.00000% | - |
| | SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90) | 1.50000% | 123,69 |
| | SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86) | 1.00000% | 82,46 |
| | INCRA (art. 1º I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89) | 0.20000% | 16,49 |
| | Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82) | 2.50000% | 206,15 |
| | FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90) | 8.00000% | 659,67 |
| | Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (Inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1) | 2.24000% | 184,71 |
| | SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90) | 0.60000% | 49,48 |
| | TOTAL : | 16,04000% | 1.322,64 |
| 4.2 13º SALÁRIO | | Percentuais | VALORES |
| | 13º Salário | 8.33000% | 686,88 |
| | Incidência do 4.1. sobre o 13º salário | 1.33600% | 110,17 |
| | TOTAL : | 9,66600% | 797,05 |
| 4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE | | Percentuais | VALORES |
| | Afastamento maternidade | 0.02000% | 1,65 |
| | Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade | 0.00321% | 0,26 |
| | TOTAL : | 0.02321% | 1,91 |
| 4.4. PROVISAO P/ RESCISAO | | Percentuais | VALORES |
| | Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2) | 0.08000% | 6,60 |
| | Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado | 0.00640% | 0,53 |
| | Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) | 0.10000% | 8,25 |
| | Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0.01604% | 1,32 |
| | Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado | 3.82000% | 314,99 |
| | TOTAL : | 4,02244% | 331,69 |
| 4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE | | Percentuais | VALORES |
| | Férias | 0.00000% | - |
| | Terço constitucional de férias | 2.78000% | 229,24 |
| | Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT) | 0.14000% | 11,54 |
| | Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT) | 0.01000% | 0,82 |
| | Faltas legais (art. 473 e 83, CLT) | 0.14000% | 11,54 |
| | Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76) | 0.02000% | 1,65 |
| | Subtotal | 3,09000% | 254,80 |
| | Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição | 0,49564% | 40,87 |
| | TOTAL : | 3,59% | 295,67 |
| QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS) | | | |
| 4 | MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS) | | |
| 4.1. | PREVIDENCIARIO E FGTS | 16,04% | 1.322,64 |
| 4.2. | 13º SALÁRIO | 9,67% | 797,05 |
| 4.3. | AFASTAMENTO MATERNIDADE | 0,02% | 1,91 |
| 4.4. | PROVISAO RESCISAO | 4,02% | 331,69 |
| 4.5. | CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE | 3,59% | 295,67 |
| | TOTAL : | 33,34% | 2.748,96 |
| | TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4) | | R\$ 12.091,54 |
| MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO | | | |
| 5 | | Percentuais | VALORES |
| A | Taxa de Administração (Custos indiretos) | 4,55% | 549,63 |
| B | LUCRO | 3,96% | 500,00 |
| C | TRIBUTOS | 10,18% | 1.489,39 |
| C.1 | Tributos Federais (PIS) | 0,65% | 95,10 |
| | Tributos Federais (COFINS) | 3,03% | 443,31 |
| C.2 | Tributos Estaduais | | |
| C.3 | Tributos Municipais (ISS) | 5,00% | 731,53 |
| C.4 | Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013 | 1,50% | 219,46 |
| | VALOR TOTAL (MÓDULO 5) | 18,68% | 2.539,02 |
| (categoria profissional) | | Quantidade | VALORES |
| | 1 POSTO | 1 | 14.630,56 |



| | | | |
|--|---|-------------|----------------|
| 3.5 | PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 04/2015 | | |
| CATEGORIA | Supervisor Técnico de Plenário e Comissões | | |
| | Seg-sex: 8 horas diurnas, 40 horas semanais | | |
| CCT | DF000111/2023 - SEAC/DF x SINRAD/DF (vigente até 31/12/2023) | DATA BASE | |
| | | | PISO |
| MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO: | | Percentuais | VALOR PROPOSTA |
| | Salário Base | | 10.767,60 |
| | Adicional de Periculosidade 30% | | 3.230,28 |
| | Adicional Insalubridade | | |
| | Adicional Noturno | | |
| | Adicional de HE | | |
| | Hora Noturna Adicional | | |
| | Intervalo Intrajornada | | |
| | Outros Dif horas extras | | |
| | TOTAL DA REMUNERAÇÃO | | 13.997,88 |
| MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS | | | |
| | Auxílio Transporte (R\$ 14,42 x 22 dias úteis - 6% x SB) | | - |
| | Auxílio Alimentação (R\$ 41,72 x 22 dias úteis) | | 917,84 |
| | Auxílio funeral | | |
| | Auxílio creche | | |
| | TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS | | 917,84 |
| MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS | | | |
| | Insumos Diversos | | |
| | Uniformes | | 178,83 |
| | EPI's | | |
| | TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS: | | 178,83 |
| MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS | | | |
| 4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS | | Percentuais | VALORES |
| | INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91) | 0.00000% | - |
| | SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90) | 1.50000% | 209,97 |
| | SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86) | 1.00000% | 139,98 |
| | INCRA (art. 1º I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89) | 0.20000% | 28,00 |
| | Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82) | 2.50000% | 349,95 |
| | FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90) | 8.00000% | 1.119,83 |
| | Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1) | 2.24000% | 313,55 |
| | SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90) | 0.60000% | 83,99 |
| | TOTAL : | 16,04000% | 2.245,26 |
| 4.2 13º SALÁRIO | | Percentuais | VALORES |
| | 13º Salário | 8.33000% | 1.166,02 |
| | Incidência do 4.1. sobre o 13º salário | 1.33600% | 187,01 |
| | TOTAL : | 9,66600% | 1.353,04 |
| 4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE | | Percentuais | VALORES |
| | Afastamento maternidade | 0.02000% | 2,80 |
| | Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade | 0.00321% | 0,45 |
| | TOTAL : | 0.02321% | 3,25 |
| 4.4. PROVISAO P/ RESCISAO | | Percentuais | VALORES |
| | Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2) | 0.08000% | 11,20 |
| | Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado | 0.00640% | 0,90 |
| | Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) | 0.10000% | 14,00 |
| | Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0.01604% | 2,25 |
| | Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado | 3.82000% | 534,72 |
| | TOTAL : | 4,02244% | 563,06 |
| 4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE | | Percentuais | VALORES |
| | Férias | 0.00000% | - |
| | Terço constitucional de férias | 2.78000% | 389,14 |
| | Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT) | 0.14000% | 19,60 |
| | Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT) | 0.01000% | 1,40 |
| | Faltas legais (art. 473 e 83, CLT) | 0.14000% | 19,60 |
| | Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76) | 0.02000% | 2,80 |
| | Subtotal | 3,09000% | 432,53 |
| | Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição | 0,49564% | 69,38 |
| | TOTAL : | 3,59% | 501,91 |
| QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS) | | | |
| 4 | MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS) | | |
| 4.1. | PREVIDENCIARIO E FGTS | 16,04% | 2.245,26 |
| 4.2. | 13º SALÁRIO | 9,67% | 1.353,04 |
| 4.3. | AFASTAMENTO MATERNIDADE | 0,02% | 3,25 |
| 4.4. | PROVISAO RESCISAO | 4,02% | 563,06 |
| 4.5. | CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE | 3,59% | 501,91 |
| | TOTAL : | 33,34% | 4.666,52 |
| | TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4) | | R\$ 19.761,07 |
| MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO | | | |
| 5 | | Percentuais | VALORES |
| A | Taxa de Administração (Custos indiretos) | 8,12% | 1.605,19 |
| B | LUCRO | 2,34% | 500,00 |
| C | TRIBUTOS | 10,18% | 2.478,27 |
| C.1 | Tributos Federais (PIS) | 0,65% | 158,24 |
| | Tributos Federais (COFINS) | 3,03% | 737,64 |
| C.2 | Tributos Estaduais | | |
| C.3 | Tributos Municipais (ISS) | 5,00% | 1.217,23 |
| C.4 | Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013 | 1,50% | 365,17 |
| | VALOR TOTAL (MÓDULO 5) | 20,64% | 4.583,46 |
| (categoria profissional) | | Quantidade | VALORES |
| | 1 POSTO | 1 | 24.344,53 |



| | | | |
|--|---|-------------|----------------|
| 5.1 | PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 04/2015 | | |
| CATEGORIA | Operador Técnico de Mídia | | |
| | Seg-sex: 6 horas diurnas, 30 horas semanais | | |
| CCT | DF000111/2023 - SEAC/DF x SINRAD/DF (vigente até 31/12/2023) | DATA BASE | |
| | | | PISO |
| MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO: | | Percentuais | VALOR PROPOSTA |
| | Salário Base | | 6.164,62 |
| | Adicional de Periculosidade 30% | | |
| | Adicional Insalubridade | | |
| | Adicional Noturno | | |
| | Adicional de HE | | |
| | Hora Noturna Adicional | | |
| | Intervalo Intrajornada | | |
| | Outros Dif horas extras | | |
| | TOTAL DA REMUNERAÇÃO | | 6.164,62 |
| MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS | | | |
| | Auxílio Transporte (R\$ 14,42 x 22 dias úteis - 6% x SB) | | - |
| | Auxílio Alimentação (R\$ 41,72 x 22 dias úteis) | | 917,84 |
| | Auxílio funeral | | |
| | Auxílio creche | | |
| | TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS | | 917,84 |
| MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS | | | |
| | Insumos Diversos | | |
| | Uniformes | | 178,83 |
| | EPI's | | |
| | TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS: | | 178,83 |
| MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS | | | |
| 4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS | | Percentuais | VALORES |
| | INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91) | 0.00000% | - |
| | SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90) | 1.50000% | 92,47 |
| | SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86) | 1.00000% | 61,65 |
| | INCRA (art. 1º I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89) | 0.20000% | 12,33 |
| | Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82) | 2.50000% | 154,12 |
| | FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90) | 8.00000% | 493,17 |
| | Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1) | 2.24000% | 138,09 |
| | SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90) | 0.60000% | 36,99 |
| | TOTAL : | 16,04000% | 988,81 |
| 4.2 13º SALÁRIO | | Percentuais | VALORES |
| | 13º Salário | 8.33000% | 513,51 |
| | Incidência do 4.1. sobre o 13º salário | 1.33600% | 82,36 |
| | TOTAL : | 9,66600% | 595,87 |
| 4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE | | Percentuais | VALORES |
| | Afastamento maternidade | 0.02000% | 1,23 |
| | Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade | 0.00321% | 0,20 |
| | TOTAL : | 0.02321% | 1,43 |
| 4.4. PROVISAO P\ RESCISAO | | Percentuais | VALORES |
| | Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2) | 0.08000% | 4,93 |
| | Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado | 0.00640% | 0,39 |
| | Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) | 0.10000% | 6,16 |
| | Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0.01604% | 0,99 |
| | Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado | 3.82000% | 235,49 |
| | TOTAL : | 4,02244% | 247,97 |
| 4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE | | Percentuais | VALORES |
| | Férias | 0.00000% | - |
| | Terço constitucional de férias | 2.78000% | 171,38 |
| | Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT) | 0.14000% | 8,63 |
| | Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT) | 0.01000% | 0,62 |
| | Faltas legais (art. 473 e 83, CLT) | 0.14000% | 8,63 |
| | Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76) | 0.02000% | 1,23 |
| | Subtotal | 3.09000% | 190,49 |
| | Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição | 0,49564% | 30,55 |
| | TOTAL : | 3,59% | 221,04 |
| QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS) | | | |
| 4 | MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS) | | |
| 4.1. | PREVIDENCIARIO E FGTS | 16,04% | 988,81 |
| 4.2. | 13º SALÁRIO | 9,67% | 595,87 |
| 4.3. | AFASTAMENTO MATERNIDADE | 0,02% | 1,43 |
| 4.4. | PROVISAO RESCISAO | 4,02% | 247,97 |
| 4.5. | CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE | 3,59% | 221,04 |
| | TOTAL : | 33,34% | 2.055,12 |
| | TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4) | | R\$ 9.316,41 |
| MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO | | | |
| 5 | | Percentuais | VALORES |
| A | Taxa de Administração (Custos indiretos) | 6,10% | 567,92 |
| B | LUCRO | 5,06% | 500,00 |
| C | TRIBUTOS | 10,18% | 1.176,94 |
| C.1 | Tributos Federais (PIS) | 0,65% | 75,15 |
| | Tributos Federais (COFINS) | 3,03% | 350,31 |
| C.2 | Tributos Estaduais | | |
| C.3 | Tributos Municipais (ISS) | 5,00% | 578,06 |
| C.4 | Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013 | 1,50% | 173,42 |
| | VALOR TOTAL (MÓDULO 5) | 21,33% | 2.244,86 |
| (categoria profissional) | | Quantidade | VALORES |
| | 1 POSTO | 1 | 11.561,27 |



| | | | |
|--|---|-------------|----------------|
| 5.2 | PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 04/2015 | | |
| CATEGORIA | Repórter Cinematográfico para Vídeos Educacionais | | |
| | Seg-sex: 5 horas diurnas, 25 horas semanais | | |
| CCT | DF000111/2023 - SEAC/DF x SINRAD/DF (vigente até 31/12/2023) | DATA BASE | |
| | | | PISO |
| MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO: | | Percentuais | VALOR PROPOSTA |
| | Salário Base | | 8.235,21 |
| | Adicional de Periculosidade 30% | | |
| | Adicional Insalubridade | | |
| | Adicional Noturno | | |
| | Adicional de HE | | |
| | Hora Noturna Adicional | | |
| | Intervalo Intrajornada | | |
| | Outros Dif horas extras | | |
| | TOTAL DA REMUNERAÇÃO | | 8.235,21 |
| MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS | | | |
| | Auxílio Transporte (R\$ 14,42 x 22 dias úteis - 6% x SB) | | - |
| | Auxílio Alimentação (R\$ 41,72 x 22 dias úteis) | | 917,84 |
| | Auxílio funeral | | |
| | Auxílio creche | | |
| | TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS | | 917,84 |
| MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS | | | |
| | Insumos Diversos | | |
| | Uniformes | | 201,83 |
| | EPI's | | |
| | TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS: | | 201,83 |
| MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS | | | |
| 4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS | | Percentuais | VALORES |
| | INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91) | 0.00000% | - |
| | SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90) | 1.50000% | 123,53 |
| | SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86) | 1.00000% | 82,35 |
| | INCRA (art. 1º I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89) | 0.20000% | 16,47 |
| | Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82) | 2.50000% | 205,88 |
| | FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90) | 8.00000% | 658,82 |
| | Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1) | 2.24000% | 184,47 |
| | SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90) | 0.60000% | 49,41 |
| | TOTAL : | 16,04000% | 1.320,93 |
| 4.2 13º SALÁRIO | | Percentuais | VALORES |
| | 13º Salário | 8.33000% | 685,99 |
| | Incidência do 4.1. sobre o 13º salário | 1.33600% | 110,02 |
| | TOTAL : | 9,66600% | 796,02 |
| 4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE | | Percentuais | VALORES |
| | Afastamento maternidade | 0.02000% | 1,65 |
| | Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade | 0.00321% | 0,26 |
| | TOTAL : | 0.02321% | 1,91 |
| 4.4. PROVISAO P/ RESCISAO | | Percentuais | VALORES |
| | Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2) | 0.08000% | 6,59 |
| | Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado | 0.00640% | 0,53 |
| | Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) | 0.10000% | 8,24 |
| | Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0.01604% | 1,32 |
| | Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado | 3.82000% | 314,59 |
| | TOTAL : | 4,02244% | 331,26 |
| 4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE | | Percentuais | VALORES |
| | Férias | 0.00000% | - |
| | Terço constitucional de férias | 2.78000% | 228,94 |
| | Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT) | 0.14000% | 11,53 |
| | Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT) | 0.01000% | 0,82 |
| | Faltas legais (art. 473 e 83, CLT) | 0.14000% | 11,53 |
| | Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76) | 0.02000% | 1,65 |
| | Subtotal | 3,09000% | 254,47 |
| | Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição | 0,49564% | 40,82 |
| | TOTAL : | 3,59% | 295,29 |
| QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS) | | | |
| 4 | MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS) | | |
| 4.1. | PREVIDENCIARIO E FGTS | 16,04% | 1.320,93 |
| 4.2. | 13º SALÁRIO | 9,67% | 796,02 |
| 4.3. | AFASTAMENTO MATERNIDADE | 0,02% | 1,91 |
| 4.4. | PROVISÃO RESCISÃO | 4,02% | 331,26 |
| 4.5. | CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE | 3,59% | 295,29 |
| | TOTAL : | 33,34% | 2.745,41 |
| | TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4) | | R\$ 12.100,29 |
| MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO | | | |
| 5 | | Percentuais | VALORES |
| A | Taxa de Administração (Custos indiretos) | 8,70% | 1.052,61 |
| B | LUCRO | 3,80% | 500,00 |
| C | TRIBUTOS | 10,18% | 1.547,39 |
| C.1 | Tributos Federais (PIS) | 0,65% | 98,80 |
| | Tributos Federais (COFINS) | 3,03% | 460,57 |
| C.2 | Tributos Estaduais | | |
| C.3 | Tributos Municipais (ISS) | 5,00% | 760,01 |
| C.4 | Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013 | 1,50% | 228,00 |
| | VALOR TOTAL (MÓDULO 5) | 22,68% | 3.100,00 |
| (categoria profissional) | | Quantidade | VALORES |
| | 1 POSTO | 1 | 15.200,29 |



| | | | |
|--|---|-------------|----------------|
| 5.3 | PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 04/2015 | | |
| CATEGORIA | Supervisor de Controle de Qualidade de Produtos Educacionais | | |
| | Seg-sex: 8 horas diurnas, 40 horas semanais | | |
| CCT | DF000111/2023 - SEAC/DF x SINRAD/DF (vigente até 31/12/2023) | DATA BASE | |
| | | | PISO |
| MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO: | | Percentuais | VALOR PROPOSTA |
| | Salário Base | | 9.484,87 |
| | Adicional de Periculosidade 30% | | |
| | Adicional Insalubridade | | |
| | Adicional Noturno | | |
| | Adicional de HE | | |
| | Hora Noturna Adicional | | |
| | Intervalo Intrajornada | | |
| | Outros Dif horas extras | | |
| | TOTAL DA REMUNERAÇÃO | | 9.484,87 |
| MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS | | | |
| | Auxílio Transporte (R\$ 14,42 x 22 dias úteis - 6% x SB) | | - |
| | Auxílio Alimentação (R\$ 41,72 x 22 dias úteis) | | 917,84 |
| | Auxílio funeral | | |
| | Auxílio creche | | |
| | TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS | | 917,84 |
| MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS | | | |
| | Insumos Diversos | | |
| | Uniformes | | |
| | EPI's | | |
| | TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS: | | - |
| MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS | | | |
| 4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS | | Percentuais | VALORES |
| | INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91) | 0.00000% | - |
| | SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90) | 1.50000% | 142,27 |
| | SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86) | 1.00000% | 94,85 |
| | INCRA (art. 1º I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89) | 0.20000% | 18,97 |
| | Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82) | 2.50000% | 237,12 |
| | FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90) | 8.00000% | 758,79 |
| | Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1) | 2.24000% | 212,46 |
| | SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90) | 0.60000% | 56,91 |
| | TOTAL : | 16,04000% | 1.521,37 |
| 4.2 13º SALÁRIO | | Percentuais | VALORES |
| | 13º Salário | 8.33000% | 790,09 |
| | Incidência do 4.1. sobre o 13º salário | 1.33600% | 126,72 |
| | TOTAL : | 9,66600% | 916,81 |
| 4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE | | Percentuais | VALORES |
| | Afastamento maternidade | 0.02000% | 1,90 |
| | Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade | 0.00321% | 0,30 |
| | TOTAL : | 0.02321% | 2,20 |
| 4.4. PROVISAO P\ RESCISAO | | Percentuais | VALORES |
| | Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2) | 0.08000% | 7,59 |
| | Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado | 0.00640% | 0,61 |
| | Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) | 0.10000% | 9,48 |
| | Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0.01604% | 1,52 |
| | Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado | 3.82000% | 362,32 |
| | TOTAL : | 4,02244% | 381,52 |
| 4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE | | Percentuais | VALORES |
| | Férias | 0.00000% | - |
| | Terço constitucional de férias | 2.78000% | 263,68 |
| | Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT) | 0.14000% | 13,28 |
| | Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT) | 0.01000% | 0,95 |
| | Faltas legais (art. 473 e 83, CLT) | 0.14000% | 13,28 |
| | Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76) | 0.02000% | 1,90 |
| | Subtotal | 3,09000% | 293,08 |
| | Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição | 0,49564% | 47,01 |
| | TOTAL : | 3,59% | 340,09 |
| QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS) | | | |
| 4 | MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS) | | |
| 4.1. | PREVIDENCIARIO E FGTS | 16,04% | 1.521,37 |
| 4.2. | 13º SALÁRIO | 9,67% | 916,81 |
| 4.3. | AFASTAMENTO MATERNIDADE | 0,02% | 2,20 |
| 4.4. | PROVISAO RESCISAO | 4,02% | 381,52 |
| 4.5. | CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE | 3,59% | 340,09 |
| | TOTAL : | 33,34% | 3.161,99 |
| | TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4) | | R\$ 13.564,70 |
| MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO | | | |
| 5 | | Percentuais | VALORES |
| A | Taxa de Administração (Custos indiretos) | 9,75% | 1.322,70 |
| B | LUCRO | 3,36% | 500,00 |
| C | TRIBUTOS | 10,18% | 1.743,97 |
| C.1 | Tributos Federais (PIS) | 0,65% | 111,35 |
| | Tributos Federais (COFINS) | 3,03% | 519,08 |
| C.2 | Tributos Estaduais | | |
| C.3 | Tributos Municipais (ISS) | 5,00% | 856,57 |
| C.4 | Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013 | 1,50% | 256,97 |
| | VALOR TOTAL (MÓDULO 5) | 23,29% | 3.566,67 |
| (categoria profissional) | | Quantidade | VALORES |
| | 1 POSTO | 1 | 17.131,37 |



| | | | |
|--|---|-------------|----------------|
| 6.1 | PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 04/2015 | | |
| CATEGORIA | Assistente Técnico Operacional | | |
| | Seg-sex: 8 horas diurnas, 40 horas semanais | | |
| CCT | DF000111/2023 - SEAC/DF x SINRAD/DF (vigente até 31/12/2023) | DATA BASE | |
| | | | PISO |
| MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO: | | Percentuais | VALOR PROPOSTA |
| | Salário Base | | 6.539,15 |
| | Adicional de Periculosidade 30% | | |
| | Adicional Insalubridade | | |
| | Adicional Noturno | | |
| | Adicional de HE | | |
| | Hora Noturna Adicional | | |
| | Intervalo Intrajornada | | |
| | Outros Dif horas extras | | |
| | TOTAL DA REMUNERAÇÃO | | 6.539,15 |
| MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS | | | |
| | Auxílio Transporte (R\$ 14,42 x 22 dias úteis - 6% x SB) | | - |
| | Auxílio Alimentação (R\$ 41,72 x 22 dias úteis) | | 917,84 |
| | Auxílio funeral | | |
| | Auxílio creche | | |
| | TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS | | 917,84 |
| MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS | | | |
| | Insumos Diversos | | |
| | Uniformes | | |
| | EPI's | | |
| | TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS: | | - |
| MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS | | | |
| 4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS | | Percentuais | VALORES |
| | INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91) | 0.00000% | - |
| | SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90) | 1.50000% | 98,09 |
| | SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86) | 1.00000% | 65,39 |
| | INCRA (art. 1º I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89) | 0.20000% | 13,08 |
| | Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82) | 2.50000% | 163,48 |
| | FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90) | 8.00000% | 523,13 |
| | Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1) | 2.24000% | 146,48 |
| | SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90) | 0.60000% | 39,23 |
| | TOTAL : | 16,04000% | 1.048,88 |
| 4.2 13º SALÁRIO | | Percentuais | VALORES |
| | 13º Salário | 8.33000% | 544,71 |
| | Incidência do 4.1. sobre o 13º salário | 1.33600% | 87,36 |
| | TOTAL : | 9,66600% | 632,07 |
| 4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE | | Percentuais | VALORES |
| | Afastamento maternidade | 0.02000% | 1,31 |
| | Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade | 0.00321% | 0,21 |
| | TOTAL : | 0.02321% | 1,52 |
| 4.4. PROVISAO P/ RESCISAO | | Percentuais | VALORES |
| | Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2) | 0.08000% | 5,23 |
| | Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado | 0.00640% | 0,42 |
| | Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) | 0.10000% | 6,54 |
| | Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0.01604% | 1,05 |
| | Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado | 3.82000% | 249,80 |
| | TOTAL : | 4,02244% | 263,03 |
| 4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE | | Percentuais | VALORES |
| | Férias | 0.00000% | - |
| | Terço constitucional de férias | 2.78000% | 181,79 |
| | Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT) | 0.14000% | 9,15 |
| | Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT) | 0.01000% | 0,65 |
| | Faltas legais (art. 473 e 83, CLT) | 0.14000% | 9,15 |
| | Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76) | 0.02000% | 1,31 |
| | Subtotal | 3.09000% | 202,06 |
| | Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição | 0,49564% | 32,41 |
| | TOTAL : | 3,59% | 234,47 |
| QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS) | | | |
| 4 | MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS) | | |
| 4.1. | PREVIDENCIARIO E FGTS | 16,04% | 1.048,88 |
| 4.2. | 13º SALÁRIO | 9,67% | 632,07 |
| 4.3. | AFASTAMENTO MATERNIDADE | 0,02% | 1,52 |
| 4.4. | PROVISAO RESCISAO | 4,02% | 263,03 |
| 4.5. | CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE | 3,59% | 234,47 |
| | TOTAL : | 33,34% | 2.179,97 |
| | TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4) | | R\$ 9.636,96 |
| MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO | | | |
| 5 | | Percentuais | VALORES |
| A | Taxa de Administração (Custos indiretos) | 6,65% | 640,93 |
| B | LUCRO | 4,86% | 500,00 |
| C | TRIBUTOS | 10,18% | 1.221,54 |
| C.1 | Tributos Federais (PIS) | 0,65% | 78,00 |
| | Tributos Federais (COFINS) | 3,03% | 363,58 |
| C.2 | Tributos Estaduais | | |
| C.3 | Tributos Municipais (ISS) | 5,00% | 599,97 |
| C.4 | Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013 | 1,50% | 179,99 |
| | VALOR TOTAL (MÓDULO 5) | 21,70% | 2.362,47 |
| (categoria profissional) | | Quantidade | VALORES |
| | 1 POSTO | 1 | 11.999,43 |




| | | | |
|--|---|-------------|----------------|
| 6.2 | PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 04/2015 | | |
| CATEGORIA | Supervisor de Pesquisa de Opinião | | |
| | Seg-sex: 8 horas diurnas, 40 horas semanais | | |
| CCT | DF000111/2023 - SEAC/DF x SINRAD/DF (vigente até 31/12/2023) | DATA BASE | |
| | | | PISO |
| MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO: | | Percentuais | VALOR PROPOSTA |
| | Salário Base | | 9.253,55 |
| | Adicional de Periculosidade 30% | | |
| | Adicional Insalubridade | | |
| | Adicional Noturno | | |
| | Adicional de HE | | |
| | Hora Noturna Adicional | | |
| | Intervalo Intrajornada | | |
| | Outros Dif horas extras | | |
| | TOTAL DA REMUNERAÇÃO | | 9.253,55 |
| MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS | | | |
| | Auxílio Transporte (R\$ 14,42 x 22 dias úteis - 6% x SB) | | - |
| | Auxílio Alimentação (R\$ 41,72 x 22 dias úteis) | | 917,84 |
| | Auxílio funeral | | |
| | Auxílio creche | | |
| | TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS | | 917,84 |
| MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS | | | |
| | Insumos Diversos | | |
| | Uniformes | | |
| | EPI's | | |
| | TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS: | | - |
| MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS | | | |
| 4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS | | Percentuais | VALORES |
| | INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91) | 0.00000% | - |
| | SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90) | 1.50000% | 138,80 |
| | SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86) | 1.00000% | 92,54 |
| | INCRA (art. 1º I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89) | 0.20000% | 18,51 |
| | Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82) | 2.50000% | 231,34 |
| | FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90) | 8.00000% | 740,28 |
| | Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1) | 2.24000% | 207,28 |
| | SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90) | 0.60000% | 55,52 |
| | TOTAL : | 16,04000% | 1.484,27 |
| 4.2 13º SALÁRIO | | Percentuais | VALORES |
| | 13º Salário | 8.33000% | 770,82 |
| | Incidência do 4.1. sobre o 13º salário | 1.33600% | 123,63 |
| | TOTAL : | 9,66600% | 894,45 |
| 4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE | | Percentuais | VALORES |
| | Afastamento maternidade | 0.02000% | 1,85 |
| | Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade | 0.00321% | 0,30 |
| | TOTAL : | 0,02321% | 2,15 |
| 4.4. PROVISAO P/ RESCISAO | | Percentuais | VALORES |
| | Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2) | 0.08000% | 7,40 |
| | Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado | 0.00640% | 0,59 |
| | Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) | 0.10000% | 9,25 |
| | Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0.01604% | 1,48 |
| | Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado | 3.82000% | 353,49 |
| | TOTAL : | 4,02244% | 372,22 |
| 4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE | | Percentuais | VALORES |
| | Férias | 0.00000% | - |
| | Terço constitucional de férias | 2.78000% | 257,25 |
| | Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT) | 0.14000% | 12,95 |
| | Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT) | 0.01000% | 0,93 |
| | Faltas legais (art. 473 e 83, CLT) | 0.14000% | 12,95 |
| | Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76) | 0.02000% | 1,85 |
| | Subtotal | 3,09000% | 285,93 |
| | Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição | 0,49564% | 45,86 |
| | TOTAL : | 3,59% | 331,79 |
| QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS) | | | |
| 4 | MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS) | | |
| 4.1. | PREVIDENCIARIO E FGTS | 16,04% | 1.484,27 |
| 4.2. | 13º SALÁRIO | 9,67% | 894,45 |
| 4.3. | AFASTAMENTO MATERNIDADE | 0,02% | 2,15 |
| 4.4. | PROVISAO RESCISAO | 4,02% | 372,22 |
| 4.5. | CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE | 3,59% | 331,79 |
| | TOTAL : | 33,34% | 3.084,88 |
| | TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4) | | R\$ 13.256,27 |
| MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO | | | |
| 5 | | Percentuais | VALORES |
| A | Taxa de Administração (Custos indiretos) | 9,57% | 1.269,16 |
| B | LUCRO | 3,44% | 500,00 |
| C | TRIBUTOS | 10,18% | 1.702,95 |
| C.1 | Tributos Federais (PIS) | 0,65% | 108,73 |
| | Tributos Federais (COFINS) | 3,03% | 506,87 |
| C.2 | Tributos Estaduais | | |
| C.3 | Tributos Municipais (ISS) | 5,00% | 836,42 |
| C.4 | Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013 | 1,50% | 250,93 |
| | VALOR TOTAL (MÓDULO 5) | 23,20% | 3.472,11 |
| (categoria profissional) | | Quantidade | VALORES |
| | 1 POSTO | 1 | 16.728,38 |



| | | | |
|--|---|-------------|----------------|
| 6.3 | PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 04/2015 | | |
| CATEGORIA | Web Designer para Sistemas Corporativos | | |
| | Seg-sex: 8 horas diurnas, 40 horas semanais | | |
| CCT | DF000111/2023 - SEAC/DF x SINRAD/DF (vigente até 31/12/2023) | DATA BASE | |
| | | | PISO |
| MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO: | | Percentuais | VALOR PROPOSTA |
| | Salário Base | | 7.171,48 |
| | Adicional de Periculosidade 30% | | |
| | Adicional Insalubridade | | |
| | Adicional Noturno | | |
| | Adicional de HE | | |
| | Hora Noturna Adicional | | |
| | Intervalo Intrajornada | | |
| | Outros Dif horas extras | | |
| | TOTAL DA REMUNERAÇÃO | | 7.171,48 |
| MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS | | | |
| | Auxílio Transporte (R\$ 14,42 x 22 dias úteis - 6% x SB) | | - |
| | Auxílio Alimentação (R\$ 41,72 x 22 dias úteis) | | 917,84 |
| | Auxílio funeral | | |
| | Auxílio creche | | |
| | TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS | | 917,84 |
| MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS | | | |
| | Insumos Diversos | | |
| | Uniformes | | |
| | EPI's | | |
| | TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS: | | - |
| MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS | | | |
| 4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS | | Percentuais | VALORES |
| | INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91) | 0.00000% | - |
| | SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90) | 1.50000% | 107,57 |
| | SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86) | 1.00000% | 71,71 |
| | INCRA (art. 1º I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89) | 0.20000% | 14,34 |
| | Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82) | 2.50000% | 179,29 |
| | FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90) | 8.00000% | 573,72 |
| | Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1) | 2.24000% | 160,64 |
| | SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90) | 0.60000% | 43,03 |
| | TOTAL : | 16,04000% | 1.150,31 |
| 4.2 13º SALÁRIO | | Percentuais | VALORES |
| | 13º Salário | 8.33000% | 597,38 |
| | Incidência do 4.1. sobre o 13º salário | 1.33600% | 95,81 |
| | TOTAL : | 9,66600% | 693,20 |
| 4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE | | Percentuais | VALORES |
| | Afastamento maternidade | 0.02000% | 1,43 |
| | Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade | 0.00321% | 0,23 |
| | TOTAL : | 0.02321% | 1,66 |
| 4.4. PROVISAO P/ RESCISAO | | Percentuais | VALORES |
| | Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2) | 0.08000% | 5,74 |
| | Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado | 0.00640% | 0,46 |
| | Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) | 0.10000% | 7,17 |
| | Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0.01604% | 1,15 |
| | Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado | 3.82000% | 273,95 |
| | TOTAL : | 4,02244% | 288,47 |
| 4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE | | Percentuais | VALORES |
| | Férias | 0.00000% | - |
| | Terço constitucional de férias | 2.78000% | 199,37 |
| | Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT) | 0.14000% | 10,04 |
| | Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT) | 0.01000% | 0,72 |
| | Faltas legais (art. 473 e 83, CLT) | 0.14000% | 10,04 |
| | Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76) | 0.02000% | 1,43 |
| | Subtotal | 3,09000% | 221,60 |
| | Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição | 0,49564% | 35,54 |
| | TOTAL : | 3,59% | 257,14 |
| QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS) | | | |
| 4 | MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS) | | |
| 4.1. | PREVIDENCIARIO E FGTS | 16,04% | 1.150,31 |
| 4.2. | 13º SALÁRIO | 9,67% | 693,20 |
| 4.3. | AFASTAMENTO MATERNIDADE | 0,02% | 1,66 |
| 4.4. | PROVISAO RESCISAO | 4,02% | 288,47 |
| 4.5. | CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE | 3,59% | 257,14 |
| | TOTAL : | 33,34% | 2.390,78 |
| | TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4) | | R\$ 10.480,10 |
| MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO | | | |
| 5 | | Percentuais | VALORES |
| A | Taxa de Administração (Custos indiretos) | 7,51% | 787,26 |
| B | LUCRO | 4,44% | 500,00 |
| C | TRIBUTOS | 10,18% | 1.333,69 |
| C.1 | Tributos Federais (PIS) | 0,65% | 85,16 |
| | Tributos Federais (COFINS) | 3,03% | 396,96 |
| C.2 | Tributos Estaduais | | |
| C.3 | Tributos Municipais (ISS) | 5,00% | 655,05 |
| C.4 | Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013 | 1,50% | 196,52 |
| | VALOR TOTAL (MÓDULO 5) | 22,13% | 2.620,95 |
| (categoria profissional) | | Quantidade | VALORES |
| | 1 POSTO | 1 | 13.101,05 |



 O documento foi assinado por:

| | | |
|------------------------------------|----------------------------|--|
| ALEXANDRE MATTOS DE FREITAS | 14/11/2023 15:51:02 | |
| RODRIGO GALHA | 14/11/2023 15:51:30 | |
| ILANA TROMBKA | 14/11/2023 17:01:24 | |

A assinatura digital deste documento é Válida e Confiável.

Para obter mais informações sobre o certificado usado para assinar digitalmente o documento clique em [Detalhes](#).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Contrato Nº 03/2023

CONTRATO TRE-PI nº 03/2023

**CONTRATO DE
PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE
SUSTENTAÇÃO
DE SISTEMAS,
QUE ENTRE SI
CELEBRAM O
TRIBUNAL
REGIONAL
ELEITORAL DO
PIAUÍ E A
EMPRESA
FUTURA
SERVIÇOS
PROFISSIONAIS
ADMINISTRATIVOS
EIRELI.**

A **UNIÃO FEDERAL**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ**, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 05.957.363/0001-33, situado na Praça Des. Edgar Nogueira, S/N, em Teresina – PI, neste ato representado por seu Presidente, Des. ERIVAN JOSÉ DA SILVA LOPES, na sequência designado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **FUTURA SERVIÇOS PROFISSIONAIS ADMINISTRATIVOS EIRELI**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 06.234.467/0001-82, estabelecida na Rua Isac Meyer, nº125, Aldeota, Fortaleza-CE, email futuraservico@hotmail.com, fone (85) 3048-8400, representada neste ato pelo Sr. PAULO ARAGÃO DE ALMEIDA, aqui designado simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, sob a forma de execução indireta, precedido pelo **Procedimento Licitatório nº 64/2022**, originado do Processo Eletrônico **SEI nº 0004181-61.2021.6.18.8000**, sendo certo que se regerá pelas condições e as cláusulas a seguir, bem como pelas disposições da Lei 8.666/93 e do instrumento convocatório do aludido Procedimento Licitatório.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a **prestação dos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação na área de desenvolvimento de sistemas de informação, mediante alocação de mão de obra residente, com utilização de práticas da Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas do TRE-PI, a fim de atender às demandas do TRE-PI.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

Os serviços contratados deverão ser executados conforme especificações e prazos determinados no Termo de Referência nº 143/2022, anexo a este instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA

CONTRATANTE e CONTRATADA obrigam-se a cumprir o disposto no subitem 4.16 do Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DO PAGAMENTO

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pela prestação dos serviços objeto deste contrato a importância estimada de **R\$ 2.152.944,23 (dois milhões, cento e cinquenta e dois mil, novecentos e quarenta e quatro reais e vinte e três centavos)**, conforme proposta de preços apresentada no procedimento licitatório 1742237.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento será efetuado obedecendo ao disposto no item 7 do Termo de Referência.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Serão efetuadas sobre os pagamentos à CONTRATADA as retenções na fonte do Imposto de Renda (IR), da Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição Previdenciária.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente do presente procedimento está prevista nos Programas de Trabalho nº 02.122.0033.20GP.0022 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa, bem como nº 02.061.0033.4269.0001 – Pleitos Eleitorais, sob Elemento de Despesa nº 3.3.90.37 – Locação de Mão de Obra.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato vigorará por **30 (trinta) meses a contar da Ordem de Serviço expedida pela Coordenadora de Apoio Administrativo do TRE-PI**, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme prevê a Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO

Os preços contratados poderão ser revistos, a qualquer tempo, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do que foi contratado ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A revisão dos preços poderá ser iniciada:

I. Pelo Tribunal, nos casos em que for verificada a redução do preço praticado no mercado ou em decorrência de redução de carga tributária ou de estudos técnicos elaborados internamente; ou

II. Pela CONTRATADA, mediante solicitação ao Tribunal, devendo apresentar as justificativas dos fatos motivadores do desequilíbrio e encaminhar, no mínimo, os seguintes documentos:

a) planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente contratados, devendo demonstrar quais os itens da planilha de custos anterior estavam defasados e que estão ocasionando o desequilíbrio do contrato;

b) cópia autenticada em cartório ou original da (s) Nota(s) Fiscal(is) e outros elementos comprobatórios para a formação do novo preço.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Em nenhuma hipótese os preços decorrentes de revisão ultrapassarão os praticados no mercado.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os preços revisados não poderão conter aumento da margem de lucro inicialmente pactuada.

PARÁGRAFO QUARTO – O equilíbrio econômico-financeiro do contrato, se concedido, ocorrerá a partir da data da assinatura do respectivo termo aditivo, com efeitos financeiros da data da solicitação da CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUINTO – Enquanto não ocorrer a revisão dos preços, a prestação de serviços deverá ser feita de forma continuada, sob o preço contratado.

CLÁUSULA OITAVA – DA REPACTUAÇÃO

Será admitida a repactuação dos preços dos serviços continuados contratados, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir:

- a. 1. Da data limite para apresentação das propostas comerciais previstas no instrumento convocatório em relação aos custos dos materiais e equipamentos necessários à execução do contrato; ou
2. Da data do orçamento a que a proposta se referir, admitindo-se, como termo inicial, a data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-base desses instrumentos.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data da última repactuação ocorrida.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e de documentos comprobatórios correspondentes.

PARÁGRAFO QUARTO – É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva, e sobre os quais não incidirá o percentual de lucro previsto na proposta da CONTRATADA e no contrato.

PARÁGRAFO QUINTO – Os reajustes serão concedidos à CONTRATADA utilizando-se:

- a. De valores constantes em nova Convenção Coletiva de Trabalho, ou lei, para reajuste no valor do salário, adicionais e vale-alimentação;
- b. De lei que atualize os percentuais dos tributos: PIS, COFINS e ISS;
- c. Do INPC-IBGE, para um período de 12 meses a contar do mês em que foi apresentada a proposta, para os demais custos;
- d. De decreto municipal relativamente ao valor do auxílio-transporte.

PARÁGRAFO SEXTO – O Tribunal poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A CONTRATADA poderá exercer, perante o CONTRATANTE, seu direito à repactuação dos preços do contrato até a data da prorrogação contratual subsequente.

PARÁGRAFO OITAVO – Caso a CONTRATADA não efetue, de forma tempestiva, a repactuação e prorrogue o contrato sem pleiteá-la, ocorrerá a preclusão do direito de repactuar.

PARÁGRAFO NONO – O termo aditivo com o novo valor contratado decorrente da repactuação terá seus efeitos a partir da data-base do fato ensejador.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

Para segurança do cumprimento de suas obrigações, a CONTRATADA prestará garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor da contratação dos serviços, inclusive com os valores dos serviços suplementares, em uma das modalidades previstas no § 1º, do art. 56, da Lei 7.666/93 no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a contar da assinatura do contrato, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante nos termos do subitem 6.10 do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONTA VINCULADA

Os valores referentes às rubricas de encargos trabalhistas relativas a férias, 1/3 constitucional, 13º salário e multa do FGTS por dispensa sem justa causa, bem como os valores referentes à incidência dos encargos previdenciários e FGTS (INSS, SESI/SESC/SENAC/SENAI/INCRA/SALÁRIO EDUCAÇÃO/FGTS/RAT+FAT/SEBRAE) sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário serão retidos do pagamento mensal devido à CONTRATADA, independentemente da unidade de medida contratada, e depositados exclusivamente em banco público oficial (Caixa Econômica Federal – Acordo de Cooperação Técnica nº 01/2019).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

Gestão e fiscalização do contrato serão efetuadas por servidores nomeados mediante Portaria da Presidência, conforme disposto no item 6 do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A CONTRATADA, além das penalidades previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/202, ficará sujeita, ainda, às sanções administrativas insertas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a serem aplicadas pela autoridade competente do TRE-PI, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito à ampla defesa e contraditório, sem prejuízo do ressarcimento dos danos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações legais, conforme estipulado no subitem 6.8 do Termo de Referência.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os atos lesivos praticados pela CONTRATADA serão objeto de apuração e, portanto, passíveis de responsabilização administrativa visando à aplicação das sanções previstas no art. 6º da Lei nº 12.846/2013, não afastando a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

O CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o presente contrato nas hipóteses previstas no art. 78, inciso I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização, sem prejuízo das penalidades pertinentes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O inadimplemento das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato por parte da CONTRATADA, assegurará ao CONTRATANTE o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Segunda.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O presente Contrato poderá, ainda, ser rescindido nas hipóteses do art. 78, incisos XIII a XVI, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, de forma amigável ou judicialmente.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Em quaisquer das hipóteses será assegurada a ampla defesa e o contraditório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ALTERAÇÃO

Este Contrato poderá ser alterado da ocorrência de quaisquer dos fatos estipulados no art. 65, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A CONTRATADA tem obrigação de manter, durante toda a vigência contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente instrumento não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte inclusive nos casos de cisão, incorporação ou fusão, no todo ou em parte, sem expressa anuência da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos do presente instrumento serão dirimidos com aplicação da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, bem como de legislação extravagante aplicável ao caso e dos princípios gerais do Direito Público.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Para dirimir questões derivadas deste Contrato, fica nomeado o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal desta Capital, excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Em decorrência da vigência da Lei Geral de Proteção de Dados n. 13.709/2018 (“LGPD”), que estabelece regras para tratamento de dados de pessoa física, ajustam as partes incluir as seguintes obrigações quanto à PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS:

a) As partes obrigam-se a cumprir o disposto na Lei nº 13.709/2018 em relação aos dados pessoais a que venham ter acesso em decorrência da execução contratual, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassadas em decorrência da execução contratual, sendo vedada a transferência, a transmissão, a comunicação ou qualquer outra forma de repasse das informações a terceiros, salvo as decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

b) É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

c) A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da ciência do ocorrido, qualquer incidente de segurança aos dados pessoais repassados em decorrência desta contratação e a adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

d) Em atendimento ao disposto no art. 7º, II, da Lei Geral de Proteção de Dados, o CONTRATANTE, para a execução do serviço

objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação.

e) As partes obrigam-se a proceder, ao término do prazo de vigência, à eliminação dos dados pessoais a que venham ter acesso em decorrência da execução contratual, ressalvados os casos em que a manutenção dos dados por período superior decorra de obrigação legal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA -DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

É parte integrante deste instrumento contratual, independentemente de transcrição, o Edital do Procedimento Licitatório nº 64/2022 – Pregão Eletrônico e seus anexos, sendo incorporadas a este contrato todas as obrigações definidas no referido instrumento.

E por estar acordado, depois de lido foi o presente contrato lavrado e assinado no Sistema Eletrônico de Informações do TRE-PI pelas partes:

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
Des. ERIVAN JOSÉ DA SILVA LOPES
PRESIDENTE

FUTURA SERVIÇOS PROFISSIONAIS ADMINISTRATIVOS EIRELI
PAULO ARAGÃO DE ALMEIDA
Representante Legal

- Anexo I – Edital e Termo de Referência (1733299) ;
- Anexo II – Proposta de preços (1742237) e planilha (1742260);
- Anexo III – Declaração de Concordância e Veracidade.

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA E VERACIDADE

NOME COMPLETO DO USUÁRIO:

IDENTIDADE:

CPF:

E-MAIL DO USUÁRIO:

LOGRADOURO:

COMPLEMENTO:

BAIRRO:

CIDADE:

ESTADO:

TELEFONE:

CEP:

Por meio deste documento e do cadastro como Usuário Externo no SEI do TRE-PI, declaro que aceito todos os termos e condições que disciplinam o processo eletrônico, com fundamento na legislação pertinente e especialmente no Decreto Nº 8.539, de 08/10/15, admitindo como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada (login e senha), tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas, as quais serão passíveis de apuração de responsabilidade civil, penal e administrativa.

Declaro, ainda, que o endereço informado referente ao meu domicílio é verdadeiro e que são de minha exclusiva responsabilidade:

I - o sigilo da senha de acesso, não sendo oponível, alegação de uso indevido;

II - a observância de que os atos processuais em meio eletrônico se consideram realizados no dia e na hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os atos praticados até as 23 horas e 59 minutos e 59 segundos do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre o usuário externo;

III - as condições da rede de comunicação, do acesso ao provedor de internet e a configuração do computador a ser utilizado nas transmissões eletrônicas;

IV - a observância dos períodos de manutenção programada, ou qualquer outro tipo de indisponibilidade do sistema.

Por fim, nos termos da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) e da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), declaro ciência do tratamento dos meus dados pessoais pelo TRE-PI, inclusive para sua publicação nos portais de Transparência do Órgão.

Para que o seu acesso seja liberado e o cadastro aprovado o usuário deve enviar os seguintes documentos ao endereço eletrônico cs@tre-pi.jus.br:

a) cópias de RG e CPF ou de outro documento de identidade válido no qual constem estes dados;

b) este formulário preenchido e assinado.

_____, ____ de _____ de 2022.

Usuário Externo



Documento assinado eletronicamente por **PAULO ARAGAO DE ALMEIDA, Usuário Externo**, em 24/01/2023, às 10:44, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Erivan José da Silva Lopes, Presidente**, em 24/01/2023, às 14:12, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1752317** e o código CRC **2B2065FF**.

Salário Médio de Web Designer Sênior em Brasil 2024

Descobre qual é a média salarial de um(a) Web Designer Sênior

O que faz?

Web Designer Sênior

Pesquisar salários



Vestibular de Medicina 2025

UNP

Taxa Salarial

Ano

Mês

Quinzenal

Semana

Dia

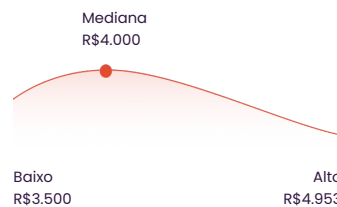
Hora

Quanto um Web Designer Sênior ganha no Brasil?

R\$4.000 / Mês

Baseado em 26 salários

O salário médio de **web designer sênior** em **Brasil** é de **R\$48.000** anuais ou **R\$24,62** por hora. As posições de nível inicial começam nos **R\$42.000** anuais, enquanto que os trabalhadores mais experientes podem chegar a ganhar **R\$59.440** anuais.



Vestibular de Medicina 2025

UNP

Salários Relacionados

Desenvolvedor .NET R\$5.463



Programador Java R\$4.724



Analista Programador R\$4.251



| | | |
|----------------------|----------|---|
| Analista de sistemas | R\$4.000 | > |
| Desenvolvedor Web | R\$3.500 | > |
| Programador | R\$3.250 | > |

Exibir mais

Os utilizadores também perguntam

| | |
|--|---|
| Quanto receberei após dedução de impostos em diferentes regiões? | > |
| R\$4.000 por mes é quanto por hora? | > |

Empregos ativos com salários



Analista Programador

Brazil, Brazil
CRM Educacional

Conhecimentos em desenvolvimento de aplicações.Conhecimento da arquitetura de soluções.Conhecimento em desenvolvimento de software em ambientes cloud.Net, MVC, WebAPI, Javascript,...



Shopify Web Developer

Brazil, Brazil
Rebel Marketing

We are looking for a full time Web Developer who will be responsible for developing and updating our clients' web presence and have a strong understanding of the latest web applications and practices...



Web & Mobile App User Interface Designer

Brazil, Brazil
Chop Dawg

Contract] UI/UX Designer | Web & Mobile Apps | Remote (Brazil-Based). We're on the lookout for a talented UI/UX Designer with a proven track record in crafting beautiful, user-centered designs for...



Desenvolvedor Front-End Sr

Brazil, Brazil
Genesis Consulting Partners, LLC

Desenvolvedor Front-End Sênior (Back End). A Genesis Consulting tem oportunidade imediata para Desenvolvedores Front-End experientes com verdadeira paixão por crescimento profissional e...

Exibir mais



Para quem procura emprego

- [Pesquisa de vagas](#)
- [Procurar Empregos](#)
- [Pesquisar salários](#)
- [Calculadora de impostos](#)
- [Conversão de salário](#)

Para empregadores

- [Empresa](#)
- [ATS](#)
- [Programas de editores](#)
- [Política de postagem de emprego](#)

Talent.com

- [Mais países](#)
- [Termos de serviço, Política de privacidade e Política de cookies](#)
- [Configurações de Cookies](#)
- [Solicitação de dados pessoais](#)
- [Centro de Ajuda](#)



© 2024 Talent.com

Salário Médio de Desenvolvedor Java Júnior em Brasil 2024

Descobre qual é a média salarial de um(a) Desenvolvedor Java Júnior

O que faz?

Desenvolvedor Java Júnior

Pesquisar
salários



Ganhe US\$ 3,5 por resposta

Ganhe dinheiro respondendo perguntas simples. Nós lhe pagamos em dinheiro.



Taxa Salarial

Ano

Mês

Quinzenal

Semana

Dia

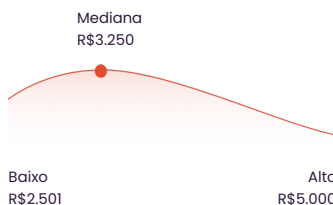
Hora

Quanto um Desenvolvedor Java Júnior ganha no Brasil?

R\$3.250 / Mês

Baseado em 109 salários

O salário médio de **desenvolvedor java júnior em Brasil** é de **R\$39.000** anuais ou **R\$20,00** por hora. As posições de nível inicial começam nos **R\$30.006** anuais, enquanto que os trabalhadores mais experientes podem chegar a ganhar **R\$60.000** anuais.



Vestibular de Medicina 2025

UNP

Salários Relacionados

Desenvolvedor .NET R\$5.463



Desenvolvedor R\$4.563



Analista Programador R\$4.251



| | | |
|----------------------|----------|---|
| Corretor de imóveis | R\$4.000 | > |
| Analista de sistemas | R\$4.000 | > |
| Programador | R\$3.250 | > |

Exibir mais

Os utilizadores também perguntam

| | |
|--|---|
| Quanto receberei após dedução de impostos em diferentes regiões? | > |
| R\$3.250 por mes é quanto por hora? | > |

Empregos ativos com salários



Desenvolvedor Java Full Stack Junior

BR

Nomus

Como Desenvolvedor Junior você terá aresponsabilidade de desenvolver soluções para aperfeiçoar ainterface de nossos softwares e otimizar a experiência de usonossos clientes utilizando...



Desenvolvedor java junior - vetus

HOME OFFICE, BR, BR

Netvagas

Vivência nas seguintes tecnologias:Experiência com testes unitários.Trabalhar em equipe multidisciplinar, usando metodologia ágil para criação e evolução de produtos;Escrever...



Desenvolvedor Java Full Stack Junior

Brasil

Nomus

Desenvolver novas funcionalidades previstas no roadmap do produto utilizando Java, Javascript, Struts, Spring, Hibernate, jQuery e CSS. Com conhecimento e experiência profissional em Java. ...



Desenvolvedor Java Junior - Vetus

Brasil

Grupo Petlove

Somos uma empresa de tecnologia com mais de 30 anos de mercado, que tem o objetivo de democratizar e simplificar o cuidado com o pet, oferecendo a melhor experiência para tutores ...

Exibir mais



Ganhe US\$ 3,5 por resposta

Ganhe dinheiro respon
perguntas simples. N
pagamos em dinhe



Para quem procura emprego

[Pesquisa de vagas](#)
[Procurar Empregos](#)
[Pesquisar salários](#)
[Calculadora de impostos](#)
[Conversão de salário](#)

Para empregadores

[Empresa](#)
[ATS](#)
[Programas de editores](#)
[Política de postagem de emprego](#)

Talent.com

[Mais países](#)
[Termos de serviço, Política de privacidade e Política de cookies](#)
[Configurações de Cookies](#)
[Solicitação de dados pessoais](#)
[Centro de Ajuda](#)



© 2024 Talent.com

Salário Médio de Desenvolvedor Java Pleno em Brasil 2024

Descobre qual é a média salarial de um(a) Desenvolvedor Java Pleno

O que faz?

Desenvolvedor Java Pleno

Pesquisar salários



Vestibular de Medicina 2025

UNP

Taxa Salarial

Ano

Mês

Quinzenal

Semana

Dia

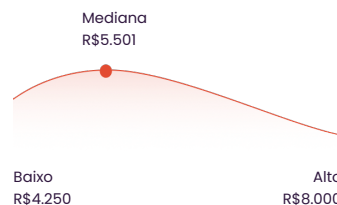
Hora

Quanto um Desenvolvedor Java Pleno ganha no Brasil?

R\$5.501 / Mês

Baseado em 392 salários

O salário médio de **desenvolvedor java pleno em Brasil** é de **R\$66.006** anuais ou **R\$33,85** por hora. As posições de nível inicial começam nos **R\$51.003** anuais, enquanto que os trabalhadores mais experientes podem chegar a ganhar **R\$96.000** anuais.



Vestibular de Medicina 2025

UNP

Salários Relacionados

Desenvolvedor .NET R\$5.463

Desenvolvedor R\$4.563

Analista Programador R\$4.251

| | | |
|------------------------|----------|---|
| Corretor de imóveis | R\$4.000 | > |
| Analista de sistemas | R\$4.000 | > |
| Programador | R\$3.250 | > |
| <div>Exibir mais</div> | | |

Os utilizadores também perguntam

| | |
|--|---|
| Quanto receberei após dedução de impostos em diferentes regiões? | > |
| R\$5.501 por mes é quanto por hora? | > |

Empregos ativos com salários



Profissional Desenvolvedor Java Pleno

Brazil, Brazil
BRQ Digital Solutions

Ei desenvolvedor Java, venha fazer parte de uma das maiores empresas de transformação digital do país!. ...



Desenvolvedor(a) Java Pleno

Brazil, Brazil
Confitec

Você fará parte de um time de desenvolvedores extremamente qualificado fortemente orientado a resultados e que não tem medo de inovar. ...



Desenvolvedor Java Pleno

Brazil, Brazil
G4F

A G4F trabalha há mais de 14 anos com Estratégia e Inovação, Transformação Digital, BPO, Outsourcing e Digital Services.Estamos buscando talentos para a posição de .Graduação completa na...



Desenvolvedor Java Pleno

BR
Hyperativa

Aqui na Hyperativa acreditamos que inovar é possível!Por isso, promovemos sempre as melhores soluções para clientes eparceiros em projetos de CRM e promoções.Com nosso...

Exibir mais



Para quem procura emprego

- [Pesquisa de vagas](#)
- [Procurar Empregos](#)
- [Pesquisar salários](#)
- [Calculadora de impostos](#)
- [Conversão de salário](#)

Para empregadores

- [Empresa](#)
- [ATS](#)
- [Programas de editores](#)
- [Política de postagem de emprego](#)

Talent.com

- [Mais países](#)
- [Termos de serviço, Política de privacidade e Política de cookies](#)
- [Configurações de Cookies](#)
- [Solicitação de dados pessoais](#)
- [Centro de Ajuda](#)



© 2024 Talent.com

Salário Médio de Web Designer Sênior em Brasil 2024

Descobre qual é a média salarial de um(a) Web Designer Sênior

O que faz?

Web Designer Sênior

Pesquisar
salários



Vestibular de Medicina 2025

UNP

Taxa Salarial

Ano

Mês

Quinzenal

Semana

Dia

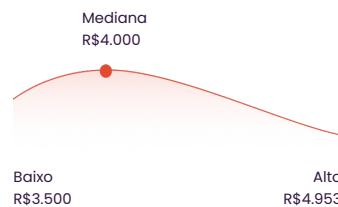
Hora

Quanto um Web Designer Sênior
ganha no Brasil?

R\$4.000 / Mês

Baseado em 26 salários

O salário médio de **web designer sênior** em **Brasil** é de **R\$48.000** anuais ou **R\$24,62** por hora. As posições de nível inicial começam nos **R\$42.000** anuais, enquanto que os trabalhadores mais experientes podem chegar a ganhar **R\$59.440** anuais.



Vestibular de Medicina 2025

UNP

Salários Relacionados

Desenvolvedor .NET R\$5.463



Programador Java R\$4.724



Analista Programador R\$4.251



| | | |
|----------------------|----------|---|
| Analista de sistemas | R\$4.000 | > |
| Desenvolvedor Web | R\$3.500 | > |
| Programador | R\$3.250 | > |

Exibir mais

Os utilizadores também perguntam

| | |
|--|---|
| Quanto receberei após dedução de impostos em diferentes regiões? | > |
| R\$4.000 por mes é quanto por hora? | > |

Empregos ativos com salários



Analista Programador

Brazil, Brazil
CRM Educacional

Conhecimentos em desenvolvimento de aplicações.Conhecimento da arquitetura de soluções.Conhecimento em desenvolvimento de software em ambientes cloud.Net, MVC, WebAPI, Javascript,...



Shopify Web Developer

Brazil, Brazil
Rebel Marketing

We are looking for a full time Web Developer who will be responsible for developing and updating our clients' web presence and have a strong understanding of the latest web applications and practices...



Web & Mobile App User Interface Designer

Brazil, Brazil
Chop Dawg

Contract] UI/UX Designer | Web & Mobile Apps | Remote (Brazil-Based). We're on the lookout for a talented UI/UX Designer with a proven track record in crafting beautiful, user-centered designs for...



Desenvolvedor Front-End Sr

Brazil, Brazil
Genesis Consulting Partners, LLC

Desenvolvedor Front-End Sênior (Back End). A Genesis Consulting tem oportunidade imediata para Desenvolvedores Front-End experientes com verdadeira paixão por crescimento profissional e...

Exibir mais



Para quem procura emprego

- [Pesquisa de vagas](#)
- [Procurar Empregos](#)
- [Pesquisar salários](#)
- [Calculadora de impostos](#)
- [Conversão de salário](#)

Para empregadores

- [Empresa](#)
- [ATS](#)
- [Programas de editores](#)
- [Política de postagem de emprego](#)

Talent.com

- [Mais países](#)
- [Termos de serviço, Política de privacidade e Política de cookies](#)
- [Configurações de Cookies](#)
- [Solicitação de dados pessoais](#)
- [Centro de Ajuda](#)



© 2024 Talent.com

Listagem de Empregados

Empresa: FUTURA SERVICOS PROFISSIONAIS ADMINISTRATIVOS EIRELI - CNPJ: 06.234.467/0001-82

ADMIN

Mês/Ano: 06/2024

Estabelecimento: 0001 - FUTURA SERV PROF ADM EIRELI

Lotação: 00936 - TRE - INFORMÁTICA (CONT 03/23)

| Código | Nome | CPF | Salario_Valor | |
|--|---------------------------------------|-------------|---------------|-----------------------------|
| Cargo: 519 - SUSTENTAÇÃO DE PORTAL | | | | |
| 011441 | CLEYTON DE SOUSA LIMA | 03878041373 | 7.110,46 | |
| | | | | Total: 1 empregado(s) |
| Cargo: 520 - SUPORTE E CODIFICAÇÃO NIVEL III | | | | |
| 011442 | JIVAGO RODRIGUES SILVA | 95852786349 | 9.734,75 | |
| | | | | Total: 1 empregado(s) |
| Cargo: 521 - SUPORTE E CODIFICAÇÃO NIVEL I | | | | |
| 011525 | ANDRE RABELO DE SOUZA | 60031114377 | 4.343,33 | |
| 011524 | JEFFERSON DA SILVA TEIXEIRA | 06690675394 | 4.343,33 | |
| | | | | Total: 2 empregado(s) |
| Cargo: 522 - SUPORTE E CODIFICAÇÃO NIVEL II | | | | |
| 011849 | AGNALDO CORREIA DOS SANTOS | 93501650310 | 6.912,57 | |
| 011557 | TALES ANAXIMANDRO DO BONFIM VISGUEIRA | 35002034349 | 6.912,57 | |
| | | | | Total: 2 empregado(s) |
| | | | | Total Geral: 6 empregado(s) |



CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2023/2024

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO PIAUÍ - SINDPD-PI, inscrito no CNPJ sob o nº 23.657.828/0001-12, Registro Sindical nº 46010.004059/93-86, com sede na Rua Governador Raimundo Artur de Vasconcelos nº 150, sala 112, Bairro do Centro/Norte, Município de Teresina, Estado do Piauí, CEP: 64000-450, neste ato representado por seu vice-presidente, Sr. Pedro de Sousa Mendes Filho, portador da Carteira de Identidade nº 892.219, expedida pelo SSP-PI, inscrito no CPF sob o nº 374.457.583-72.

E

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE INFORMÁTICA - FENAINFO, inscrita no CNPJ sob o nº 35.809.995/0001-10, Registro Sindical nº 24000.004429/90-46, com sede na Rua Buenos Aires nº 68, 32º andar, Bairro do Centro, Município e Estado do Rio de Janeiro, CEP: 20.070-900, neste ato, representada por seu Presidente, Sr. Gerino Xavier da Silva Filho, portador da Carteira de Identidade nº 1612619, expedida pelo SSP-PE, inscrito no CPF sob o nº 195.981.224-68;

celebram a presente **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 1º de outubro de 2023 a 30 de setembro de 2024 e a data-base da categoria em 1º de outubro.

CLÁUSULA SEGUNDA-ABRANGÊNCIA

Estão abrangidos pelas disposições da presente Convenção todos os trabalhadores com vínculo empregatício com as empresas de Processamento de Dados, Informática e Tecnologias da Informação, de birôs de serviços, de atividades de banco de dados, de desenvolvimento, licenciamento e edição de software, de casas de software, de casas de sistemas, de provedores de acesso e conteúdo para internet, administradores e implantadores de redes, de terceirização de serviços e mão de obra e prestadores de serviços em informática, de assessoria e consultoria de sistemas, software, hardware, treinamento e educação em informática, lan house, hospedagem de sítios, comércio e vendas de programas, softwares e sistemas de informática, fabricação, aluguel, reparação e manutenção de equipamentos de informática, e trabalhadores autônomos(as) desempenhando Atividades de Processamento de Dados, Serviços de Informática, com abrangência territorial em PI.

Salários, Reajustes e Pagamento.
Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - PISOS SALARIAIS

A partir do mês de outubro de 2023 não poderão ser praticados pelas empresas cobertas por sua abrangência, salários inferiores aos pisos estabelecidos, conforme tabela abaixo:

| Função | Valores em Reais 1º de outubro de 2023 |
|---|--|
| Atividade Meio | R\$ 1.366,44 |
| Digitadores e Auxiliares de Processamento de Dados | R\$ 1.680,89 |
| Técnico Profissional de Informática | R\$ 1.805,45 |
| Programadores, Administradores de Banco de Dados e/ou Rede de Dados | R\$ 2.484,75 |
| Analistas de Sistemas | R\$ 2.967,30 |

Assinaturas manuscritas em azul.



ATENÇÃO: Os valores dos pisos supramencionados que eventualmente tiverem valores menores que o Salário-Mínimo Nacional, por ocasião do reajuste deste em 1º de janeiro de 2024, deverão ser reajustados ao mesmo valor do Salário-Mínimo Nacional.

Parágrafo 1º: O pagamento das diferenças econômicas correspondentes aos meses em atraso à data base será adimplido nas folhas de pagamento de janeiro e fevereiro de 2024.

Parágrafo 2º: Os pisos referenciados no caput, desta cláusula equivalem à jornada normal de cada função. Jornadas reduzidas terão seus pisos reduzidos proporcionalmente, observando-se os termos da lei.

Parágrafo 3º - O piso salarial de atividade meio será aplicável tão somente aos empregados que exerçam atividades de apoio e administrativa, tais como: assistente/auxiliar administrativo, secretária, copeira, servente, vigia, office-boy, almoxarife, auxiliar de produção e congêneres; assim como serviços técnicos diferenciados daqueles entendidos como digitador ou técnico profissional de informática, que para sua execução, necessite de orientação de um técnico, compreendido como atividade meio da empresa.

Parágrafo 4º: Entende-se por digitador e auxiliar de processamento de dados, o profissional que exerça somente as atividades de inserção, transcrição e conferência de dados através de digitação e/ou redigitação em equipamentos de informática, em que o mesmo permaneça durante toda a sua jornada de trabalho, nas respectivas tarefas.

Parágrafo 5º: Entende-se por técnico profissional de informática, o trabalhador que exerça função na qual haja uso de conhecimento e/ou de tecnologia da informação, diretamente ligada às atividades fim da empresa, quais sejam: suporte de software, teleatendimento a software, manutenção técnica de hardware e treinamento em informática e em urnas eletrônicas.

Parágrafo 6º: Entende-se por analista de sistemas, o trabalhador que exerça função na qual especifique e/ou desenvolva projetos de tecnologia da informação, possuindo curso superior específico completo.

Parágrafo 7º: Equipara-se ao piso salarial de técnico profissional de informática todo cargo/função que exija apenas conhecimento técnico ou curso técnico na área de tecnologia da informação.

Parágrafo 8º: Independentemente da denominação do cargo e/ou função ocupado, a todos os trabalhadores alocados nos clientes da empresa, que por força de contratos de terceirização ou prestação de serviços em bancos ou qualquer outro ambiente de instituições financeiras no Estado do Piauí, desenvolvam serviços de tratamento de documentos oriundos de envelopes do caixa rápido, tratamento de imagens, malotes de clientes, digitação de documentos não capturados pelo sistema de automação bancária, conferência de listagens, manuseio e arquivamento de documentos, não poderá ser aplicado piso salarial inferior ao de "digitador" estabelecido no caput da presente cláusula, assegurada à proporcionalidade correspondente a jornada de trabalho diferenciada, e a legislação ordinária vigente.

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

Será aplicada correção salarial, a partir de 1º de outubro de 2023, no percentual de 4,51% (quatro vírgula cinquenta e um por cento) sobre o salário de cada trabalhador em outubro de 2022.

Parágrafo 1º: O pagamento das diferenças econômicas correspondentes aos meses em atraso à data base será adimplido nas folhas de pagamento de janeiro e fevereiro de 2024.

Parágrafo 2º: Serão descontados dos valores retroativos os valores eventualmente pagos pelas empresas a título de antecipação de reajuste salarial desta Convenção Coletiva.

Pagamento de Salário – Formas e Prazos

CLÁUSULA QUINTA – DATA DE PAGAMENTO

O prazo máximo para as empresas efetuarem o pagamento das remunerações será até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao fechamento da folha de pagamento do mês anterior.



Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outras Gratificações.

Adicional de Horas Extras

CLÁUSULA SEXTA - HORAS EXTRAS

A categoria empregadora remunerará as horas extras efetivamente cumpridas pelos seus empregados, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) nas primeiras 2 (duas) horas, e 70% (setenta por cento) nas demais horas.

Parágrafo Único: Nos domingos e feriados porventura trabalhados, as horas extras cumpridas pela categoria profissional serão remuneradas com acréscimo de 100% (cem por cento).

Adicional Noturno

CLÁUSULA SÉTIMA - ADICIONAL NOTURNO

As empresas pagarão sobre as horas trabalhadas entre 22h e 05h, 20% (vinte por cento) de adicional noturno.

Parágrafo Único: No período noturno e prorrogada a jornada de trabalho além do horário previsto no caput, também, será devido o adicional de 20% sobre as horas prorrogadas.

Adicional de Sobreaviso

CLÁUSULA OITAVA - ADICIONAL DE SOBREAVISO

O empregado designado formalmente para escala de sobreaviso, perceberá o adicional de 1/3 da hora devida e conforme a legislação em vigor.

Parágrafo 1º: A partir do momento em que o empregado for convocado para atender a empresa, o sobreaviso cessará, passando a fazer jus tão somente às horas extras efetivamente trabalhadas.

Parágrafo 2º: O empregador fornecerá transporte gratuito ao empregado de sobreaviso convocado a comparecer na empresa aos sábados, domingos e feriados, sendo que, nos demais dias da semana, este será garantido no horário das 22h às 05h.

CLÁUSULA NONA - ASSISTÊNCIA MÉDICA

As empresas com mais de 10 (dez) empregados se obrigam a manter convênio de assistência Médico-Hospitalar, com empresas autorizadas pela ANS (Agência Nacional de Saúde), para atendimento em todo o estado do Piauí e garantindo cobertura para exames, consultas e internação.

Parágrafo 1º: O convênio terá como objeto, unicamente, assistência médica para os empregados, não abrangendo atendimento odontológico.

Parágrafo 2º: O plano oferecido terá cobertura apenas para o empregado devendo ser custeado pela empresa na proporção mínima de 60% (sessenta por cento) e pelo empregado na proporção mínima de 40% (quarenta por cento) do total.

Parágrafo 3º: O empregado poderá solicitar a inclusão de dependentes no plano oferecido pela empresa, desde que os custos com estes sejam pagos integralmente pelo empregado, através de desconto autorizado em contracheque pelo empregado.

Parágrafo 4º: Fica assegurada aos empregados a opção de contratar um plano de saúde não vinculado ao plano da empresa, devendo neste caso ser ressarcido nos mesmos valores que a despesa a ser realizada pela empresa caso estivesse inserido no plano de saúde desta, mediante apresentação do recibo(s) do pagamento(s) efetuado(s).

Parágrafo 5º: As empresas poderão, a seu critério, conceder aos seus empregados, condições mais

2ª SERVENTIA DE NOTAS
E PROTESTO DE TÍTULOS
Bruno Batista de F. Costa
Escrivente
Teresina-Piauí



vantajosas que as definidas no caput da presente cláusula.

Parágrafo 6º: O SINDPD-PI e FENAINFO se comprometem a analisar em conjunto a extensão deste benefício para todas as empresas.

CLÁUSULA DÉCIMA - AUXÍLIO ODONTOLÓGICO

As empresas concederão a todos os funcionários e seus dependentes, Plano Odontológico com abrangência sobre serviços de Ortodontia, com coparticipação dos funcionários no percentual de 10% (dez por cento) sobre a mensalidade e de 30% (trinta por cento) do valor da tabela de procedimentos do Plano sobre os serviços utilizados.

Parágrafo Único: As partes irão se reunir, em qualquer momento, para discutirem assuntos inerentes ao benefício supracitado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SEGURO DE VIDA

As empresas se comprometem a efetuar seguro de vida em grupo para seus empregados com prêmio mínimo no valor de R\$ 6.514,04 (seis mil, quinhentos e quatorze reais e quatro centavos), a partir da folha de pagamento janeiro de 2024.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

As empresas poderão fixar, em caráter voluntário e não obrigatório, em aditamento a presente Convenção, desde que submetido previamente à FENAINFO e ao SINDPD-PI, os critérios relativos à Participação nos Lucros e Resultados, a ser distribuída aos seus empregados, de forma a cumprir o disposto no art. 7º, inciso XI, da Constituição Federal e a Lei nº 10.101, de 30-11-2000, a ser instituído por comissão formada pelos próprios empregados e empresários, com a participação de representante do sindicato laboral, que deverá, obrigatoriamente, ser convidado a integrar a mesma, sob pena de nulidade de todo o processo, onde deverão constar regras claras e objetivas quanto à fixação dos direitos substantivos da antecipação e regras adjetivas, inclusive mecanismos de aferição das informações pertinentes ao cumprimento do acordado, periodicidade de distribuição, período de vigência e prazo para revisão do acordo, bem assim demais critérios e condições, tais como programas de metas, resultados e prazos, pactuados previamente, na forma da legislação pertinente.

Parágrafo Primeiro – A empresa descontará o percentual de 3% (três por cento) sobre o montante total individual do valor da participação nos resultados de que trata o caput, limitado a R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais), de cada empregado associado ou não ao SINDPDPI, em favor do mesmo, a título de Contribuição Negocial.

Parágrafo Segundo – Os valores descontados serão repassados ao SINDPDPI em até 10 (dez) dias a contar da efetivação do desconto, sob pena de atualização monetária, com base nos critérios de correção dos débitos trabalhistas, a partir do 1º dia de atraso e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a partir do trigésimo dia de atraso.

Parágrafo Terceiro – O repasse dos valores deverá ser feito para o SINDPD-PI através da conta 200043-4, agência 0029, operação-003, do Banco – Caixa Econômica Federal. Após recolhimento, as empresas remeterão obrigatoriamente, no prazo de 10 dias corridos ao SINDPD-PI, a relação nominal do colaborador, cargo, valor da participação e valor descontado.

Parágrafo Quarto – Os empregados poderão se opor ao desconto no prazo de 20 (vinte) dias a contar da assinatura do acordo de PLR, através de carta que será entregue pessoalmente na sede do SINDPD-PI. ou envia para o e-mail sindpdpi@terra.com.br.

Parágrafo Quinto – Para implementação da Participação nos Lucros e Resultados – PLR as empresas deverão estar em dia com a contribuição assistencial patronal estabelecida na cláusula 38ª desta CCT.

Parágrafo Sexto: As condições e os critérios relativos à Participação nos Lucros e Resultados devem ser encaminhadas também para análise da FENAINFO que deverá emitir parecer expresso sob a validade das condições.

Parágrafo Sétimo: Caso a PLR seja implementada sem a anuência expressa da FENAINFO será declarada



nula e sem efeito.

Parágrafo Oitavo: As condições e critérios estabelecidos no *caput* desta cláusula serão enviados previamente para o e-mail: cct@fenainfo.org.br e somente após o "de acordo" expresso da FENAINFO passará a ter validade.

Ajuda de Custo

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DESPESAS DE VIAGEM

Quando houver o deslocamento a serviço do empregado para localidade diversa de sua lotação as empresas deverão prover antecipadamente os recursos suficientes para fazer frente as despesas com transporte, alimentação, estadia ou hospedagem sendo tais despesas objeto de comprovação, a fim de propiciar acerto de contas.

Parágrafo Único: Em caso de cancelamento do serviço, o empregado deverá realizar no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas a prestação de contas respectiva com a devolução dos valores antecipados.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

As empresas fornecerão tíquetes para auxílio alimentação, ou em outras formas previstas em lei, no valor mínimo de R\$ 20,00 (vinte reais), a partir da folha de pagamento de janeiro de 2024, por dia trabalhado, aos empregados com jornada diária igual ou superior a 06 (seis) horas, ficando convencionado que este benefício não integrará os salários, em face da sua natureza indenizatória.

Parágrafo 1º: As empresas que praticam valores superiores ao do *caput* da presente cláusula garantirão aos seus empregados a manutenção das condições já praticadas, tanto no que diz respeito aos valores de vales, os quais se recomenda que os valores sejam reajustados em 4,51% (quatro vírgula cinquenta e um por cento) em janeiro de 2023 quanto em relação aos seus descontos, caso o total auferido represente condição mais vantajosa para os empregados, observando o princípio da norma mais benéfica.

Parágrafo 2º: Os tíquetes deverão ser pagos no valor líquido, sendo descontado do empregado, em contracheque, apenas o valor mensal de R\$ 1,00 (um real) como participação no auxílio-alimentação.

Parágrafo 3º: Os créditos correspondentes a diferença dos tíquetes devidos a partir de outubro/2023, poderão ser regularizados pelas empresas em crédito no tíquete nos meses janeiro e fevereiro de 2024.

Parágrafo 4º: O benefício aqui fixado poderá ser concedido, na modalidade de cartões magnéticos ou tíquetes, a critério do empregador, através de empresa administradora especializada. Caso o empregador possua a modalidade de fornecimento de tíquetes nos padrões alimentação ou refeição, será facultada ao empregado a escolha da modalidade.

Parágrafo 5º: A distribuição dos vales aos empregados se dará até o dia 30 de cada mês, da respectiva utilização, ressalvadas as situações mais favoráveis aos empregados.

Parágrafo 6º: Quando for estendida a jornada normal de trabalho, as empresas fornecerão aos empregados 01 (um) tíquete equivalente à jornada normal, por dia trabalhado.

Parágrafo 7º: Os empregados que estiverem de benefício previdenciário não farão jus a este benefício.

Auxílio Transporte

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - TRANSPORTE DOS EMPREGADOS

Na forma da legislação vigente, fica estabelecida a obrigatoriedade do fornecimento de vale-transporte a todos os empregados abrangidos por esta Convenção, inclusive no deslocamento para almoço.

Parágrafo 1º: O fornecimento de vale-transporte no deslocamento para almoço somente será devido quando inexistir restaurante ou outro comércio que forneça alimentação dentro de um raio de 800 metros do local de trabalho.

Parágrafo 2º: Fica estipulado que o vale-transporte é concedido para alimentação também não tem natureza salarial, nem se incorpora à remuneração para quaisquer efeitos legais.

Contrato de Trabalho - Admissão, Demissão, Modalidades
Outros grupos específicos

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS RESCISÕES DOS CONTRATOS DE TRABALHO

As rescisões dos contratos de trabalho se darão conforme a legislação em vigor.

Relações de Trabalho
Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades.

Qualificação/Formação Profissional

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO PERMANENTE

As empresas comprometem-se a aplicar uma Política de Capacitação Profissional, objetivando aperfeiçoar seu quadro de pessoal às atividades técnicas e administrativas, às relações de trabalho, buscando aprimorar sua prestação de serviços ao público em geral.

Parágrafo Único: As despesas com cursos profissionais ministrados por determinação do empregador serão de exclusiva responsabilidade da empresa.

Jornada de Trabalho
Duração, Distribuição, Controle e Faltas.

Duração e Horário

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - JORNADA DE TRABALHO E DE COMPENSAÇÃO DE HORAS

Fica assegurada adoção da jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais para os empregados das Empresas de Informática, com exceção dos casos previstos na presente Convenção.

Parágrafo 1º: Aos digitadores fica assegurada a jornada de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, conforme legislação vigente.

Parágrafo 2º: Os que trabalham em turno ininterrupto de revezamento terão jornada de 6 (seis) horas diárias e de 36 (trinta e seis) horas semanais, na forma do art. 7º, inciso XIV da Constituição Federal.

Parágrafo 3º: Ficam as empresas e/ou empregadores autorizados, através de acordo individual ou coletivo e escrito diretamente com os seus respectivos trabalhadores, prorrogar a jornada de trabalho, em qualquer dia da semana, inclusive o sábado, especificando-os, para compensar dias-ponte de feriados legais ou recessos na empresa, a exemplo de: dias de carnaval, semana santa, natal, ano novo, etc. Neste caso, as respectivas horas suplementares não serão remuneradas e nem consideradas extraordinárias para os efeitos da legislação trabalhista, devendo ser remetida uma cópia do acordo ao Sindicato Profissional.

Parágrafo 4º: As horas compensadas na jornada de trabalho, conforme aqui estabelecidas, não são extraordinárias, portanto, não sofrerão os acréscimos dos adicionais previstos neste acordo, nem qualquer outro acréscimo.

Parágrafo 5º: Quando a empresa adotar o sistema de prorrogação e compensação de horário previsto neste acordo e o feriado recair em um dia de 2ª a 6ª feira, poderá compensar as horas de prorrogação relativas àquele dia de feriado com o trabalho das horas correspondentes no sábado seguinte ou na semana subsequente. Se o feriado, porém, recair em um sábado, a mesma empresa terá que abolir a prorrogação das horas correspondentes na semana que o anteceder, ou, então, pagá-las como se extraordinária fossem.

[Assinatura]



Compensação de Jornada

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - BANCO DE HORAS

Fica instituído para as empresas e trabalhadores representados pelas entidades convenientes, o regime de compensação de horas de trabalho, denominado BANCO DE HORAS, na forma do que dispõem o art. 59 da CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas.

Parágrafo Primeiro: O BANCO DE HORAS somente terá validade após ser submetido previamente à FENAINFO e ao SINDPD-PI que deverão emitir parecer sobre as condições apresentadas.

Parágrafo Segundo: As condições estabelecidas no *caput* desta cláusula serão enviadas previamente para o e-mail: cct@fenainfo.org.br e somente passarão a ter validade após o “de acordo” expresso da FENAINFO e do SINDPD-PI.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - COMPENSAÇÃO DE FALTAS EM RAZÃO DE CAUSAS ACIDENTAIS E/OU DE FORÇA MAIOR

Havendo paralisação total ou parcial das atividades das Empresas ou impedimento dos Empregados em comparecer ao trabalho, ambos em virtude de causas acidentais e/ou de força maior devidamente comprovada, fica facultado às Empresas manter íntegros os salários, mediante compensação das horas/dias não trabalhados por parte dos Empregados.

Parágrafo 1º. Caso optem as Empresas pelo previsto no *caput* desta cláusula, a compensação deverá ser ajustada diretamente com os Empregados, através da qual a jornada normal de trabalho poderá ser excedida em até 2 (duas) horas diárias, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias por ano, com vistas a compensar as horas/dias não trabalhados, sem acréscimo de qualquer adicional, com fundamento do parágrafo terceiro do artigo 61 da CLT.

Parágrafo 2º. Uma vez ajustada à compensação, caso esta não venha a ser integralmente cumprida pelos Empregados, inclusive em decorrência de pedido de demissão ou dispensa por justa causa, as horas/dias não compensados serão descontados nas folhas de pagamento do mês previsto para o término da compensação sob a rubrica faltas injustificadas e/ou nas verbas rescisórias.

Intervalos para Descanso

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - INTERVALO PARA REPOUSO E/OU ALIMENTAÇÃO

Com fundamento no que dispõem o artigo 611-A, inciso III e parágrafo único do artigo 611-B da CLT, as empresas poderão reduzir, de comum acordo com o trabalhador, o intervalo para refeição e descanso, previsto no parágrafo terceiro do artigo 71 da CLT, de 01h00min para 00h30min, em quaisquer setores e/ou turnos de trabalho.

Parágrafo Primeiro. A redução de intervalo para descanso e refeição, na forma prevista na presente cláusula, deverá observar as regras do sistema de fornecimento de alimentação prevista no Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), assegurando aos Empregados, refeição balanceada e sob supervisão de nutricionista e ainda, que possuam refeitórios organizados de acordo com a NR-24, Portaria 3.214/76 e demais legislações aplicáveis à espécie. Alternativamente, as Empresas poderão fornecer Vale-Refeição e/ou Alimentação.

Parágrafo Segundo: A redução do intervalo somente terá validade após ser submetida previamente à FENAINFO e ao SINDPD-PI.

Parágrafo Terceiro: As condições estabelecidas no *caput* desta cláusula serão enviadas previamente para o e-mail: cct@fenainfo.org.br e somente passarão a ter validade após o “de acordo” expresso da FENAINFO e do SINDPD-PI.



Controle de Jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – SISTEMA ALTERNATIVO DE CONTROLE DA JORNADA

As empresas poderão implementar e manter Sistema Alternativo Eletrônico de Controle de Jornada de Trabalho conforme art. 2º da portaria do MTE nº 373/2011 e consoante ao disposto no §2º do art. 74 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Parágrafo 1º. O sistema alternativo não deve admitir:

- a) Restrições à marcação do ponto;
- b) Marcação automática do ponto;
- c) Exigência de autorização prévia para marcação de sobrejornada; e
- d) A alteração ou eliminação dos dados registrados pelo empregado.

Parágrafo 2º. O sistema alternativo adotado deverá reunir as seguintes condições:

- a) Estar disponível no local de trabalho;
- b) Permitir a identificação de empregador e empregado; e
- c) Possibilitar, através da central de dados, a extração eletrônica e impressa do registro fiel das marcações realizadas pelo empregado.

Parágrafo 3º. O registro de ponto poderá ser realizado pelo Empregado de forma presencial biometria ou não) junto ao próprio relógio eletrônico de ponto ou de forma remota, por meio do uso de terminal de computador (desktop ou notebook), ou ainda, através de palms, tablets, celulares ou aparelhos similares, sempre através do uso de senha pessoal e intransferível.

Parágrafo 4º. O comprovante da jornada de trabalho (ponto) deverá ser entregue ao Empregado juntamente com sua folha de pagamento, não havendo a necessidade da impressão diária deste.

Parágrafo 5º. A implementação do Sistema Alternativo Eletrônico de Controle de Jornada de Trabalho somente terá validade após ser submetida previamente à **FENAINFO** e ao **SINDPD-PI**.

Parágrafo 6º - Caso seja implementado sem a anuência expressa do parágrafo 5º será declarado nulo e sem efeito o sistema alternativo.

Parágrafo 7º: As condições estabelecidas no *caput* desta cláusula serão enviadas previamente para o e-mail: cct@fenainfo.org.br e somente passarão a ter validade após o "de acordo" expresso da **FENAINFO** e do **SINDPD-PI**.

Faltas

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - ATESTADOS MÉDICOS

Serão reconhecidos e aceitos, para justificativa de faltas, os atestados médicos registrados no CRM – Conselho Regional de Medicina e CRO – Conselho Regional de Odontologia, emitidos pelo INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social), SUS (Sistema Único de Saúde), ou entidades médicas conveniadas, bem como pelo médico ou dentista que mantenha convênio com a empresa ou com o SINDPD-PI e ainda por médico particular, desde que observada à legislação vigente.

Parágrafo Único: No caso de atestado médico por período superior a 15 (quinze) dias o empregado entrará em período de Auxílio Doença, desde que submetido à perícia médica por médico habilitado pela Previdência Social e/ou pelo serviço médico da empresa.



Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DIA NACIONAL DOS TRABALHADORES EM INFORMÁTICA

Fica eleito como Dia Nacional dos Trabalhadores de Informática no dia 28 de Outubro.

Férias e Licenças
Duração e Concessão de Férias

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – FÉRIAS

O início das férias, individuais ou coletivas, não poderá cair nos sábados, domingos e nem nos feriados.

Parágrafo 1º: Será informado pela empresa, ao empregado, com 30 (trinta) dias de antecedência, o início do gozo de suas férias.

Parágrafo 2º: Quando as férias forem concedidas de forma individual, será facultado à empresa, de comum acordo com o trabalhador, concedê-la em até 03 (três) períodos distintos e conforme preceitua a legislação em vigor.

Licença Maternidade

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - LICENÇA MATERNIDADE

A licença maternidade e o pagamento do respectivo benefício serão em conformidade com a legislação vigente.

Parágrafo Único: Quando o exigir a saúde do recém-nascido, o período da licença maternidade prevista nesta Cláusula poderá ser dilatado, desde que haja determinação médica amparada na lei, que justifica a ampliação.

Outras disposições sobre férias e licenças

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - AUSÊNCIAS LEGAIS

As ausências legais a que aludem os incisos I, II e III do art. 473 da CLT, por força da presente Convenção Coletiva de Trabalho, ficam assim fixadas:

- 05 (cinco) dias úteis, em virtude de casamento;
- 03 (três) dias úteis, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que declarada em sua carteira de trabalho e previdência social, viva sua dependência econômica;
- 03 (três) dias úteis em caso de internação hospitalar de cônjuge, ascendente ou descendente, sendo que em caso de necessidade de mais dias, o empregado poderá ter direito a horário flexível estabelecido de comum acordo com a empresa, devendo compensar as horas ausentes a critério do empregador, não ultrapassando o limite máximo de 10 (dez) horas diárias, inclusive, e não sendo oneradas tais compensações com os acréscimos relativos às horas extraordinárias.

Parágrafo 1º: Entende-se por ascendente o pai e a mãe e, por descendente, os filhos, na conformidade da Lei Civil.

Parágrafo 2º: Para o empregado fazer jus às licenças no caput desta cláusula, terá de apresentar documento comprobatório de até 48 (quarenta e oito) horas após o retorno ao trabalho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DAS LICENÇAS

As empresas concederão ao (à) empregado (a), desde que devidamente comprovado:



- Em caso de adoção de crianças, licença em conformidade com a legislação vigente;
- 05 (cinco) dias corridos de licença paternidade, de acordo com o ato das disposições transitórias, art. 10º, inciso II, § 1º, da Constituição Federal, em caso de adoção de crianças;
- Para amamentar o próprio filho a mulher terá direito, durante a jornada de trabalho, a dois intervalos de meia hora ou será facultado à empregada sair 1 (uma) hora antes ou entrar 1 (uma) hora depois, sendo sua jornada de oito horas, e proporcionalmente nas jornadas menores.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - ABONO ESTUDANTE

Mediante aviso prévio de 48 (quarenta e oito) horas, será compensada a falta do empregado estudante, matriculado em curso regular e curricular, no dia de prova escolar obrigatória, desde que comprovada sua realização em dia e hora incompatíveis com o comparecimento do empregado ao serviço. A compensação desta falta será acordada entre as partes e não será computada como horas extraordinárias para todos os efeitos legais. Contudo, o descumprimento pelo empregado do acordado, na presente cláusula, caracterizará a respectiva ausência ao serviço como falta injustificada.

Parágrafo Único: A comprovação da prova escolar obrigatória deverá ser efetuada por meio de declaração escrita do estabelecimento de ensino. Com relação ao exame vestibular para ingresso em instituição de ensino superior, as faltas serão abonadas segundo dispõe o inciso VII do art. 473 da CLT, cuja comprovação se dará mediante a apresentação da respectiva inscrição e do calendário dos referidos exames, publicados pela imprensa ou fornecido pela própria escola.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Condições de Ambiente de Trabalho

CLÁUSULA TRIGÉSIMA- REDUÇÃO DE ESTRESSE:

Recomenda-se a adoção das seguintes medidas com o fito de reduzir o estresse:

- Música ambiente;
- Plantas nos locais de digitação;
- Posicionamento do equipamento, possibilitando maior integração;
- Reunião com frequência nos setores para discussão dos problemas de cada equipe;
- Cores neutras e evitando-se o branco, o cinza e o preto;
- Adoção de exames de saúde periódicos que levem em conta fatores específicos da função exercida pelo trabalhador, com o objetivo de diagnosticar, previamente, doenças profissionais;
- Proibir do ato de fumar no ambiente de digitação.

CIPA – Composição, Eleição, Atribuições e Garantias aos Cípeiros.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – CIPA

A empresa constituirá a comissão interna de prevenção de acidentes (CIPA), por estabelecimento com número superior a 20 trabalhadores conforme quadro I da NR 05, adotando as medidas legais para sua efetiva implementação, integração e renovação.

Parágrafo 1º: Quando a empresa não se enquadrar no Quadro I da NR5, a empresa designará um responsável pelo cumprimento dos objetivos preventivistas, podendo ser adotados mecanismos de participação dos empregados, por meio de negociação coletiva.

Parágrafo 2º: Aplicam-se aos membros titulares e suplentes, da CIPA, as disposições legais e constitucionais.

Exames Médicos

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - EXAME MÉDICO

Serão reconhecidos e aceitos, para justificativas de faltas, os atestados médicos e odontológicos emitidos, para fins de realização de exame médico, pelo INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social), SUS (Sistema



Único de Saúde) ou pelo convênio médico utilizado pela empresa.

Parágrafo Único: Fica garantida ao trabalhador a obtenção de cópias de seu prontuário médico e dos resultados dos exames complementares realizados, que ficarem em poder da empresa, sejam eles realizados pelos serviços médicos próprios das empresas ou por serviços conveniados.

Profissionais de Saúde e Segurança

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - MÉDICO COORDENADOR

Observando as disposições da Portaria nº. 8 de 08/05/96, que altera a NR-17 – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, no seu item 7.3.11, ficam as empresas ali enquadradas, desobrigadas de indicar e manter a figura do médico coordenador.

Readaptação do Acidentado e/ou Portador de Doença Profissional

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - PROCESSO DE REABILITAÇÃO

O processo de reabilitação profissional do empregado acidentado no trabalho será realizado na própria Empresa, em convênio com entidades especializadas/INSS, caso possível tecnicamente.

Outras Normas de Prevenção de Acidentes e Doenças Profissionais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - DOENÇAS PROFISSIONAIS

Recomenda-se às empresas que adotem as seguintes medidas visando à prevenção de doenças profissionais:

- Fornecimento de cadeira regulável na altura do assento a fim de possibilitar uma posição adequada ao digitador ante a máquina;
- Após o retorno das férias, durante a primeira semana de trabalho, não poderá ser exigida produção dos digitadores superiores aos limites estabelecidos na NR-17;
- Aplicação da NR-17 para todos que trabalham com terminal de vídeo

Outras Normas de Proteção ao Acidentado ou Doente

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - EMISSÃO CAT

Os casos de suspeitas de LER (Lesão por Esforço Repetitivo) e outras doenças ocupacionais serão investigados primeiramente pelo médico do trabalho da empresa, emitindo-se a CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho) ao INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) com cópia a entidade sindical, sendo facultado ao empregador à solicitação de exames complementares visando à emissão de laudo médico conclusivo.

Relações Sindicais

Liberação de Empregados para Atividades Sindicais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES SINDICAIS

As empresas devem assegurar a frequência dos empregados dirigentes sindicais eleitos para cumprirem o mandato sindical.

Parágrafo 1º: As empresas com mais de 100 (cem) empregados se comprometem a liberar 01(um) empregado.



Parágrafo 2º: As empresas liberarão seus empregados da marcação do ponto em todas as suas bases, para participar de assembleias previamente comunicadas à área de Recursos Humanos, e convocados pelo Sindicato regional e/ou FENADADOS, assegurando o pleno funcionamento às seções/departamentos/divisões, sem prejuízo dos salários correspondentes, desde que devidamente comprovado, sendo as horas compensadas a critério das empresas, sem pagamento de adicionais.

Parágrafo 3º: Responsabilizar-se-á empresa, durante o período em liberação, exclusivamente pela manutenção do auxílio alimentação e plano de saúde do empregado; passando a remuneração mensal para a responsabilidade do sindicato.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PATRONAL

As empresas de informática, processamento de dados e tecnologia da informação com atividade no estado do Piauí poderão efetuar anualmente o pagamento de sua contribuição sindical patronal, em favor da FENAINFO, enviando cópia da quitação da guia de pagamento em até 30 (trinta) dias após o seu vencimento.

Parágrafo Único: Após a criação, e emissão de carta sindical por parte do MTE, de sindicato patronal próprio com territorialidade no estado do Piauí esta contribuição passará a ser feita em favor do mesmo.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL

As empresas abrangidas pela presente convenção, ficam obrigadas a recolher a favor da FENAINFO, contribuição assistencial conforme tabela abaixo:

QUANTIDADE DE EMPREGADOS/ VALOR DA CONTRIBUIÇÃO

01 a 10 R\$ 406,47

11 a 20 R\$ 812,95

21 a 50 R\$ 1.219,39

51 a 100 R\$ 4.092,53

ACIMA DE 100 R\$ 6.294,19

Parágrafo 1º: O recolhimento deverá ser efetuado até 15 de janeiro de 2024, mediante guia a ser solicitada ao financeiro da Federação, através do e-mail: financeiro@fenainfo.org.br.

Parágrafo 2º: Fica assegurado o direito de oposição ao pagamento da contribuição assistencial aqui estabelecida, mediante expressa manifestação individual, enviada por carta registrada, com aviso de recebimento (AR), para o endereço sede da FENAINFO, qual seja, rua Buenos Aires, n.º 68, 32º andar, bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.070-022, no período de 02/01/2024 à 08/01/2024.

Parágrafo 3º: Esta contribuição é ônus do empregador e devida por todas as empresas representadas pela FENAINFO nos estados onde não haja representação sindical patronal da categoria, inclusive pelas empresas optantes pelo Simples Nacional; e das que não possuam empregados.

Parágrafo 4º: O não cumprimento da quitação da contribuição assistencial patronal sujeita a empresa às penas previstas no artigo 600 da CLT.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - CONTRIBUIÇÃO PARA FORTALECIMENTO SINDICAL LABORAL

Mediante expressa autorização individual de cada empregado, a empresa descontará o valor de **1% (um por cento)** referente Contribuição de Fortalecimento Sindical Laboral, do primeiro salário após o reajuste salarial previsto nesta Convenção Coletiva de Trabalho e em benefício ao SINDPD-PI.



Parágrafo 1º: O recolhimento será feito através de conta bancária do SINDPD-PI, conta 200043-4, agência 0029, operação-003, do Banco – Caixa Econômica Federal. Após o recolhimento, as empresas remeterão obrigatoriamente, no prazo de 10 corridos ao SINDPD-PI, a relação nominal dos contribuintes, especificando os respectivos salários e contribuição individualizada.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL LABORAL

Mediante expressa autorização individual de cada empregado, a empresa descontará o valor de 3% (três por cento) referente Contribuição de Fortalecimento Sindical Laboral, do primeiro salário após o reajuste salarial previsto nesta Convenção Coletiva de Trabalho e em benefício ao SINDPD-PI.

Parágrafo Primeiro: Fica assegurado o direito de oposição do empregado (a) ao desconto da contribuição assistencial aqui estabelecida, mediante sua expressa manifestação na sede do sindicato ou enviar para o email sindpdpi@terra.com.br no período de 02/01/2024 a 11/01/2024.

Parágrafo Segundo: O recolhimento será feito através de conta bancária do SINDPD-PI, conta 200043-4, agência 0029, operação-003, do Banco – Caixa Econômica Federal. Após recolhimento, as empresas remeterão obrigatoriamente, no prazo de 10 dias corridos ao SINDPD-PI, a relação nominal dos contribuintes, especificando os respectivos salários e contribuição individualizada.

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - DA OBRIGATÓRIA DIVULGAÇÃO DA CCT

As entidades sindicais se comprometem em dar ampla divulgação da presente convenção coletiva em todos os seus canais, bem como de outros assuntos de interesse da categoria, vedada à divulgação de matérias político-partidárias ou ofensivas; devendo recomendar as empresas a divulgação irrestrita aos seus colaboradores.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA – DA RELAÇÃO ENTRE OS ENTES SINDICAIS

O SINDPD-PI compromete-se a fornecer a FENAINFO, sempre que solicitado a relação de empresas sujeitas ao cumprimento da presente CCT, de modo a otimizar os trabalhos de sensibilização que se façam necessários.

Parágrafo Único: Deverá constar na referida relação de empresas os seguintes dados: Quantidade de Empregados, Razão Social, CNPJ, Endereço, E-mail, Telefone.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - RECOLHIMENTO DA MENSALIDADE DOS TRABALHADORES ASSOCIADOS AO SINDPD-PI

As empresas descontarão em folha de pagamento, uma vez autorizado através do preenchimento da ficha de inscrição para o SINDPD-PI, o valor de sua mensalidade, que deverá ser descontado na folha de pagamento e repassado ao Sindicato, no prazo máximo de 3 (três) dias contados da data do recolhimento.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - ENCARGOS SOCIAIS

As Comissões de Conciliação Prévia previstas na Lei nº. 9.958, de janeiro de 2000, somente poderão ser criadas de comum acordo entre as partes.

Disposições Gerais
Mecanismos de Solução de Conflitos

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - AVALIAÇÃO DE CENÁRIOS

Em caso de descumprimento da presente convenção coletiva por empresa do segmento representado pelas entidades laboral e patronal, o SINDPD-PI remeterá expediente para a FENAINFO informando os dados da



empresa infratora e as cláusulas infringidas, para que a FENAINFO diligencie junto a empresa para que realize o efetivo cumprimento da norma e/ou preste os esclarecimentos pertinentes, dentro do prazo de 15 (quinze) dias da notificação.

Aplicação do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - DATA BASE

A data-base da categoria é fixada em 1º de outubro.

Parágrafo Único - As empresas que, na data da assinatura da presente Convenção Coletiva de Trabalho tenham celebrado contrato de prestação de serviços com órgãos públicos, e que praticam piso salarial inferior ao disposto na cláusula (Reajuste Salarial), deverá de imediato iniciar o cumprimento integral desta CCT, bem com os reajustes constantes nas cláusulas (Piso Salarial e Auxílio Alimentação) para as situações descritas na mesma.

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DA CONVENÇÃO COLETIVA

Fica estabelecida uma multa equivalente a um salário mínimo a ser pago por cada trabalhador, em caso de descumprimento de qualquer cláusula constante desta convenção coletiva e respectivamente ao não atendimento por parte da empresa no previsto na cláusula quadragésima quinta, que deverá ser paga pela parte infratora e a reverter em favor de cada uma das partes prejudicadas do trabalhador, conforme vier a ser fixado em sentença judicial.

Rio de Janeiro/RJ, 05 de dezembro de 2023.

Pedro de Sousa Mendes Filho

Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados do Estado do Piauí - SINDPD/PI
PEDRO DE SOUSA MENDES FILHO
Vice-Presidente
CPF: 374.457.583-72

PORTO VIRGÍNIO

Gerino Xavier da Silva Filho
Federação Nacional das Empresas de Informática - FENAINFO
GERINO XAVIER DA SILVA FILHO
Presidente
CPF: 195.981.224-68

CARTÓRIO PORTO VIRGÍNIO - 1º DISTRITO

ROSEANA ANDRADE PORTO - TITULAR
Av. Marquês de Olinda, 296, Recife Antigo, Recife-PE, CEP 50030-000
Fone +55 (81) 4102-4450 / (81) 4141-7990 E-mail: cartorio1distrito@hotmail.com

Reconheço por autenticidade a firma indicada de

GERINO XAVIER DA SILVA FILHO

Recife, 12 de dezembro de 2023 12:42:31.

Em testemunho da verdade.

Lucas Emanuel de Lima Silva (Escrivente Autorizado)

Emol.: R\$ 4,54 TSNR R\$ 1,01 FERC R\$ 0,50 ISS R\$

0,25 FERM R\$ 0,05 FUNSEG R\$ 0,10 total R\$ 6,45

Selo: 0076562.DQM09202301.02139

Consulte Autenticidade em: www.tpijus.br/selodigital



2ª SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DE NOTAS E PROTESTO DE TERESINA-PI
Av. Elias João Tjara, nº 1816, Bairro Jockey
CEP: 64.049-300 Teresina/PI (86) 3029-3564
2cserventia.protestoteresina@gmail.com

RECONHEÇO O SINAL PÚBLICO DE LUCAS EMANUEL DE LIMA SILVA.
EM TEST. DA VERDADE. DOU FÉ. Teresina/PI, 20/12/2023 11:11:54.
SELO AFO22610 - XFB8 CONSULTE EM www.tpijus.br/portalextra.

Diego de Sousa Gomes
DIEGO DE SOUSA GOMES - ESCRIVENTE
Email: diegoattpi@pijus.br / diegoattpi@pijus.br

2ª SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DE NOTAS E PROTESTO DE TERESINA-PI
Av. Elias João Tjara, nº 1816, Bairro Jockey
CEP: 64.049-300 Teresina/PI (86) 3029-3564
2cserventia.protestoteresina@gmail.com

RECONHEÇO POR SEMELHANÇA A FIRMA DE PEDRO DE SOUSA MENDES FILHO QUE ASSINA PELA EMPRESA SINDICATO DOS TRABALHADORES EM PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO PIAUÍ - SINDPD/PI CONTRATO ARQUIVADO EM 06/01/2023. EM TEST. DA VERDADE. DOU FÉ. Teresina/PI, 20/12/2023 11:08:55.
SELO AFO22607 - SN22 CONSULTE EM www.tpijus.br/portalextra.

Diego de Sousa Gomes
DIEGO DE SOUSA GOMES - ESCRIVENTE
Email: diegoattpi@pijus.br / diegoattpi@pijus.br

2ª SERVENTIA DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS
Bruno Batista de F. Costa
Escrivente
Teresina-Piauí

2ª SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DE NOTAS
E PROTESTO DE TERESINA-PI

Av. Elias João Tajo, nº 18 b- Bairro Jóquei
CEP: 64.049-300 Teresina/PI - 36) 3029-3564
2serventia.protesto@teros.ia.2@gmail

RCPJ registrado sob o nº 9180 no LIVRO DE REGISTRO DE PESSOA
JURIDICA nº 8528 to(na)s: 185 a 181V em 08/01/2024 11:48:48
Protocolado sob o nº 4535 no LIVRO DE PROTOCOLO DE PESSOA
JURIDICA nº A3 em 08/01/2024. Selo: APP32443 - H7TU, APP32444 - EQD2
CONSULTE EM www.tjpi.jus.br/portal/extra



Bruno Batista de Freitas Costa - Escrevente

Emp: R\$ 949,01 PERM/JU.PI. R\$ 129,81 MP R\$ 31,52 doc: R\$ 9,32/ dia: R\$ 0,12/2x

Em 08/01/2024 11:48:48

2ª SERVENTIA DE NOTAS
E PROTESTO DE TITULOS
Bruno Batista de F. Costa
Escrevente
Teresina-PI

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2024/2024

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: PI000048/2024
DATA DE REGISTRO NO MTE: 22/03/2024
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR010882/2024
NÚMERO DO PROCESSO: 13168.200337/2024-30
DATA DO PROTOCOLO: 07/03/2024

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DO PIAUI , CNPJ n. 07.399.419/0001-07, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). DANIELA ROBERTA DUARTE DA CUNHA;

E

SIND DOS EMP DE EMP DE ASSEIO E CONSER DO EST DO PIAUI, CNPJ n. 23.626.716/0001-02, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JONATAS MIRANDA DA SILVA;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Empregados de Empresas de Asseio e Conservação**, com abrangência territorial em **Teresina/PI**.

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO
PISO SALARIAL

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL DA CONSERVAÇÃO

Os salários dos empregados de Empresas de Asseio e Conservação serão reajustados em 6,97% (seis virgula noventa e sete por cento), que corresponde ao reajuste do salário mínimo para 2024. Tal índice deverá ser aplicado linearmente para todas as categorias abrangidas por essa convenção a partir da DATA-BASE da categoria, exceto para as categorias: Administrador, Técnico em administração, Contador e Técnico em contabilidade, tendo em vista que possuem piso estabelecido em legislação própria, devendo ficar congeladas para fins de equiparação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O retroativo poderá ser pago em até duas parcelas, a contar da data de registro do presente instrumento.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Segue tabela salarial da categoria:

| | | |
|--|--------------|----------------------|
| ADMINISTRADOR SENIOR | R\$ 3.876,55 | |
| AGENTE DE LIMPEZA AREAS INSTITUCIONAIS | R\$ 1.445,55 | |
| AGENTE DE LIMPEZA HOSPITALAR | R\$ 1.445,55 | 20% de Insalubridade |
| AGENTE DE PORTARIA | R\$ 1.585,95 | |
| ALMOXARIFE | R\$ 1.652,06 | |
| APONTADOR | R\$ 1.445,55 | |
| ARQUIVISTA | R\$ 1.474,43 | |
| ARRUMADEIRA | R\$ 1.429,39 | |
| ASSISTENTE SOCIAL | R\$ 5.831,67 | |
| ATENDENTE | R\$ 1.445,55 | |
| AUXILIAR ADMINIST.NIVELSUPERIOR | R\$ 4.454,84 | |
| AUXILIAR ADMINISTRATIVO | R\$ 1.879,18 | |
| AUXILIAR DE ALMOXARIFADO | R\$ 1.429,39 | |
| AUXILIAR DE BIBLIOTECA | R\$ 1.445,55 | |
| AUXILIAR DE BOMBEIRO HIDRAULICO | R\$ 1.432,78 | |
| AUXILIAR DE CAPATAZ | R\$ 1.429,39 | |
| AUXILIAR DE CARGA E DESCARGA | R\$ 1.486,83 | |
| AUXILIAR DE COZINHA | R\$ 1.445,55 | |
| AUXILIAR DE ESCRITÓRIO | R\$ 1.747,04 | |
| AUXILIAR DE GESTÃO | R\$ 1.747,04 | |
| AUXILIAR DE GESTÃO NIVEL SUPERIOR | R\$ 3.050,62 | |
| AUXILIAR DE INFORMÁTICA | R\$ 1.747,04 | |
| AUXILIAR DE LAVANDERIA | R\$ 1.445,55 | |
| AUXILIAR DE MANUTENÇÃO DE EDIFICAÇÕES | R\$ 1.755,28 | |
| AUXILIAR DE MECÂNICO | R\$ 1.429,39 | |
| AUXILIAR DE NUTRIÇÃO | R\$ 1.433,14 | |
| AUXILIAR DE PRODUÇÃO | R\$ 1.433,14 | |
| AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | R\$ 1.445,55 | |

| | | |
|---|--------------|--|
| AUXILIAR OPERACIONAL | R\$ 1.433,14 | |
| AUXILIAR TÉCNICO | R\$ 1.879,18 | |
| BOMBEIRO CIVIL | R\$ 1.780,17 | |
| BOMBEIRO HIDRÁULICO | R\$ 1.652,06 | |
| BRAÇAL | R\$ 1.429,39 | |
| BRIGADISTA CIVIL | R\$ 1.652,06 | 30% Periculosidade |
| CADASTRADOR FISCAL | R\$ 1.652,06 | |
| CADASTRADOR MOTORIZADO | R\$ 1.652,06 | 30% Periculosidade |
| CAPATAZ | R\$ 1.486,83 | |
| CAPINADOR DE VIAS PÚBLICAS | R\$ 1.429,39 | |
| CARPINTEIRO | R\$ 1.474,43 | |
| CARREGADOR | R\$ 1.433,14 | |
| CARROCEIRO (TRAÇÃO ANIMAL) | R\$ 1.429,39 | |
| CHEFE DE COZINHA | R\$ 2.093,98 | 20% de Insalubridade |
| COLETOR DE RESÍDUOS HOSPITALAR | R\$ 1.429,39 | 20% de Insalubridade |
| CONTADOR NÍVEL SUPERIOR | R\$ 3.876,54 | |
| CONTÍNUO | R\$ 1.429,39 | |
| COORDENADOR DE ESPORTE | R\$ 1.747,04 | |
| COORDENADOR DE EVENTOS | R\$ 1.747,04 | |
| COORDENADOR DE SERVIÇOS GERAIS | R\$ 1.486,83 | |
| COPEIRA | R\$ 1.445,55 | |
| COSTUREIRA | R\$ 1.429,39 | |
| COZINHEIRO | R\$ 1.486,83 | 20% de Insalubridade |
| CUIDADOR SOCIAL | R\$ 1.433,14 | |
| DESPENSEIRO | R\$ 1.429,39 | |
| DEDETIZADOR | R\$ 1.747,03 | 20% de Insalubridade |
| DIAGRAMADOR | R\$ 2.093,98 | |
| DIGITADOR | R\$ 1.747,04 | 36 horas semanais |
| ELETRICISTA DE ALTA TENSÃO | R\$ 1.755,28 | 30% de Periculosidade |
| ELETRICISTA PREDIAL | R\$ 1.474,43 | 30% de Periculosidade |
| EMPILHADOR | R\$ 1.591,53 | |
| ENCARREGADO DE TURMA LIMPEZA | R\$ 1.879,18 | |
| ENCARREGADO DE TURMA LIMPEZA HOSPITALAR | R\$ 1.879,18 | 20% de Insalubridade |
| FAXINEIRO | R\$ 1.445,55 | |
| FERREIRO ARMADOR | R\$ 1.652,06 | |
| FISCAL DE CATRACA | R\$ 1.486,83 | |
| FISCAL DE TERMINAL | R\$ 1.486,83 | |
| FISCAL MOTORIZADO | R\$ 1.486,83 | 30% de Periculosidade |
| GARÇOM | R\$ 1.445,55 | |
| JARDINEIRO | R\$ 1.486,83 | |
| JORNALISTA | R\$ 2.562,90 | |
| LAÇADOR DE ANIMAIS | R\$ 1.585,95 | |
| LAVADEIRA | R\$ 1.429,39 | |
| LAVADOR DE ANIMAIS | R\$ 1.429,39 | 20% de Insalubridade |
| LAVADOR DE CARRO | R\$ 1.429,39 | |
| LEDOR | R\$ 1.429,39 | |
| LIMPADOR DE VIDROS (JAUZEIRO) | R\$ 1.445,55 | 20% de Insalubridade |
| MAQUEIRO | R\$ 1.445,55 | 20% de Insalubridade |
| MARCENEIRO | R\$ 1.652,06 | |
| MECÂNICO | R\$ 1.652,06 | |
| MÉDICO | R\$ 8.900,31 | 20 horas semanais |
| MENSAGEIRO | R\$ 1.429,39 | |
| MESTRE DE OBRAS | R\$ 1.879,18 | |
| MONITOR DE ESPORTES E LAZER | R\$ 1.445,55 | |
| MOTOCICLISTA/MOTOBOY | R\$ 1.474,43 | 30% de Periculosidade ou risco de vida |
| MOTORISTA DE AMBULÂNCIA | R\$ 1.585,95 | 20% de Insalubridade |
| MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE | R\$ 1.585,95 | |
| MOTORISTA VEÍCULO PESADO | R\$ 1.879,18 | |
| MOTORISTA VEÍCULO MUNK | R\$ 2.093,98 | |
| OFFICE BOY | R\$ 1.429,39 | |
| OPERADOR DE AUTOCLAVE | R\$ 2.562,90 | |
| OPERADOR DE CATRACA | R\$ 1.429,39 | |
| OPERADOR DE MICROCOMPUTADOR | R\$ 1.879,18 | |
| OPERADOR DE ROÇADEIRA | R\$ 1.747,04 | |
| OPERADOR DE SOM E IMAGEM | R\$ 2.093,98 | |
| OPERADOR GRÁFICO | R\$ 1.486,83 | |
| OPERADOR MÁQ. COPIADORA | R\$ 1.429,39 | |
| OPERADOR MASTER | R\$ 2.036,12 | |
| OPERADOR PATROL MOTO-MEC. | R\$ 1.879,18 | |
| OUVIDOR | R\$ 1.474,43 | |
| PEDREIRO | R\$ 1.755,28 | |
| PINTOR | R\$ 1.755,28 | |



| | | |
|--|--------------|-----------------------|
| PRODUTOR | R\$ 2.036,12 | |
| PROGRAMADOR | R\$ 2.093,98 | |
| PROTOCOLISTA | R\$ 1.445,55 | |
| PSICÓLOGO | R\$ 3.050,62 | 20 horas semanais |
| RECEPCIONISTA BILINGUE | R\$ 4.068,14 | |
| RECEPCIONISTA | R\$ 1.652,05 | |
| REPOSITOR | R\$ 1.445,55 | |
| SECRETÁRIA NÍVEL MÉDIO | R\$ 1.652,06 | |
| SECRETARIA NIVEL SUPERIOR BILINGUE | R\$ 5.831,67 | |
| SECRETÁRIA NIVEL SUPERIOR | R\$ 3.052,11 | |
| SECRETÁRIA EXECUTIVA | R\$ 4.068,14 | |
| SERVENTE DE PEDREIRO | R\$ 1.429,39 | |
| SERVENTE LIMPEZA ÁREAS INST. | R\$ 1.445,55 | 40% de Insalubridade |
| SERVENTE LIMPEZA - BANHEIRO COLETIVO GRANDE CIRCULAÇÃO | R\$ 1.445,55 | |
| SERVENTE LIMPEZA HOSPITALAR | R\$ 1.445,55 | 20% de Insalubridade |
| SOLDADOR | R\$ 1.474,43 | |
| SUPERVISOR | R\$ 2.036,11 | |
| TÉCNICO AUXILIAR GERAL | R\$ 2.093,98 | |
| TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO | R\$ 1.822,15 | |
| TÉCNICO EM CONTABILIDADE | R\$ 1.822,15 | |
| TÉCNICO EM ESTATÍSTICA | R\$ 2.093,98 | |
| TÉCNICO EM ESTERILIZAÇÃO | R\$ 1.747,04 | |
| TÉCNICO EM INFORMÁTICA | R\$ 2.093,98 | |
| TÉCNICO EM LABORATÓRIO | R\$ 2.055,55 | |
| TÉCNICO EM MANUTENÇÃO | R\$ 2.093,98 | |
| TÉCNICO EM MECÂNICA | R\$ 1.747,04 | |
| TÉCNICO EM OBRAS CIVIS | R\$ 1.747,04 | |
| TÉCNICO EM PATOLOGIA CLINICA | R\$ 2.093,98 | |
| TÉCNÓLOGO EM REDE | R\$ 2.562,90 | |
| TÉCNICO EM REDE (NÍVELMÉDIO) | R\$ 1.585,95 | |
| TÉCNICO EM REDE LÓGICA | R\$ 1.747,04 | |
| TÉCNICO EM REFRIGERAÇÃO | R\$ 1.585,95 | 30% de Periculosidade |
| TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO | R\$ 2.562,90 | |
| TÉCNICO EM SUPORTE DE REDE | R\$ 2.093,98 | |
| TÉCNICO EM TELEFONIA | R\$ 1.747,04 | |
| TÉCNICO OPER.ESPEC.NIVELSUPERIOR | R\$ 5.831,67 | |
| TÉCNICO OPER.ESPECIALIZADO | R\$ 4.894,16 | |
| TÉCNICO OPER.NÍVELMÉDIO | R\$ 2.093,98 | |
| TELEFONISTA | R\$ 1.445,55 | 36 horas semanais |
| TORNEIRO MECANICO | R\$ 1.879,18 | |
| TRADUTOR | R\$ 4.454,84 | |
| TRADUTOR DE LIBRAS | R\$ 3.876,54 | |
| TRATADOR DE ANIMAIS | R\$ 1.585,95 | |
| TRATORISTA | R\$ 1.879,18 | |
| VARREDOR DE VIAS PÚBLICAS | R\$ 1.429,39 | |
| VIDEOFONISTA | R\$ 1.585,95 | |
| VIGIA | R\$ 1.445,55 | |
| ZELADOR | R\$ 1.445,55 | |

REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

CLÁUSULA QUARTA - RECIBO DE PAGAMENTO

As empresas podem optar em realizar o pagamento dos valores remuneratórios de seus empregados mediante depósito bancário, sendo que, se assim fizerem, ficam obrigadas a fornecerem, sempre que solicitado pelos obreiros, o comprovante do último pagamento.

PARÁGRAFO ÚNICO: As empresas que efetuarem os pagamentos de seus empregados em dinheiro ficam obrigadas a demonstrar nos contracheques dos seus empregados o valor de salário-base, vantagens e descontos, discriminando verba por verba, bem como apresentar ao sindicato cópias destes contracheques na proporção de 50% (cinquenta por cento) para as empresas que tenham até 100 (cem) empregados e 20% (vinte por cento) para as que tenham acima deste número, mediante requerimento nominal apresentado pela entidade classista neste sentido.

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA QUINTA - DESCONTO SALARIAL

Comprovado que o empregado causou prejuízo à empresa, e quando houver autorização legal, o empregador terá o limite de desconto de até 30% (trinta por cento) da remuneração do obreiro, na quantidade de parcelas em que for possível a quitação do débito.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Excetuam-se a regra acima os descontos provenientes de decisões judiciais, os referentes às taxas sindicais de cada obreiro, obrigatórias ou não, e os decorrentes de Convênios Médicos, Hospitalares, Odontológicos e Farmácia, além de outros previstos em lei.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica permitido o desconto no valor de até uma remuneração do trabalhador quando do seu desligamento, referente a compensação de cursos, treinamentos ou empréstimos por ele realizados e custeado pela empresa.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS 13º SALÁRIO

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO DO 13º SALÁRIO

As empresas poderão efetuar o pagamento do 13º (décimo terceiro) salário, para todos os seus empregados em única parcela, até o dia 20 de dezembro de 2024, ou em 02 parcelas, conforme disposto na lei nº 4.749/65.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Valores pagos a funcionários decorrentes de gratificações não incorporarão ao salário.

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

CLÁUSULA SÉTIMA - BANHEIRO PÚBLICO E COLETIVO

Fica convencionado por esta Convenção Coletiva de Trabalho, até que sobrevenha regulamentação específica por parte do Ministério do Trabalho e Emprego de forma a se atender o disposto nos artigos 190 e 192 da CLT estabelecendo os critérios para definição de banheiros públicos de uso coletivo e de grande circulação, que as empresas realizarão o pagamento do adicional de insalubridade, em grau máximo, ou seja, no percentual de 40% (quarenta por cento) sobre o salário mínimo, para os trabalhadores que efetivamente realizam a limpeza de banheiros públicos ou de uso coletivo de grande circulação, bem como a respectiva coleta de lixo do banheiro na forma do inciso II da Súmula 448 TST.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Entende-se por banheiro público aquele que tem acesso livre e irrestrito dos usuários à instalação sanitária, ainda que haja cobrança de taxa para acesso.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Entende-se por banheiro de grande circulação aquele de utilização efetiva igual ou superior a 99 (noventa e nove) pessoas por dia e que tenha 5 (cinco) ou mais vasos sanitários por banheiro.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Esta disposição não abrange as demais hipóteses de incidência do adicional de insalubridade descritas em normas reguladoras e na sua ausência será constatado mediante laudo pericial.

PARÁGRAFO QUARTO - Os empregados contratados sob o regime de jornada de trabalho intermitente e a tempo parcial, terão o adicional de insalubridade pago na exata proporcionalidade da jornada laborada.

PARÁGRAFO QUINTO - O adicional aqui previsto será pago enquanto não alterado ou cancelado o inciso II da Súmula 448 do TST.

OUTROS ADICIONAIS

CLÁUSULA OITAVA - DOS ADICIONAIS DE PERICULOSIDADE E INSALUBRIDADE

Em caso de reclamação dos trabalhadores que não percebam adicional de insalubridade ou periculosidade, deverão ser realizadas perícias para verificar o direito a percepção do adicional, bem como o enquadramento do grau de exposição aos agentes nocivos (caso de Insalubridade), sendo, facultativamente, as perícias acompanhadas por assistente indicado pelo Sindicato laboral, inclusive para empregados que laborem em estabelecimentos de saúde.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Caso os trabalhadores reclamem do grau do adicional de insalubridade pago deverão ser realizadas perícias por técnicos do Ministério do Trabalho e Emprego, para verificar o enquadramento do grau de exposição aos agentes nocivos, sendo, facultativamente, as perícias acompanhadas por assistente indicado pelo Sindicato e pelo empregador.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O adicional de insalubridade terá como base de cálculo o salário-mínimo vigente, nos termos do artigo 192 da CLT.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA NONA - VALE ALIMENTAÇÃO

Os empregados abrangidos por esta Convenção terão direito a vale alimentação no valor correspondente a R\$ 440,77 (quatrocentos e quarenta reais e setenta e seis centavos), ou seja, deverá ser aplicado o reajuste de 6,97% ao vale alimentação, devendo a entrega ocorrer até o dia 5º dia útil do mês.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os empregados que laboram em regime de tempo parcial (CLT, art. 58-A), e os que cumpram jornada diária mais de 4h e menos de 6h, terão direito ao vale alimentação pela metade do valor do caput desta Cláusula.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O empregado que trabalha até 04 (quatro) horas por dia não terá direito ao benefício.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Nas faltas ao labor, justificadas e não justificadas e nos feriados, a empresa poderá descontar o valor respectivo no vale alimentação pelo dia não trabalhado, bem como descontar o vale transporte respectivo. Considerando para efeitos de cálculo, o mês composto por 22 (vinte e dois) dias úteis e o valor da unidade R\$ 20,03 (vinte reais e três centavos).

PARÁGRAFO QUARTO - Os obreiros que laborem em escala de 12x36 (doze horas de trabalho por trinta e seis de folga) terão direito ao vale alimentação calculado com base nos dias efetivamente trabalhados, considerando o valor da unidade R\$ 29,38 (vinte e nove reais e trinta e oito centavos).

PARÁGRAFO QUINTO - O empregado não terá qualquer ônus com o benefício, cuja vantagem é concedida sem qualquer natureza salarial.

PARÁGRAFO SEXTO – O reajuste incidirá a partir de janeiro/2024, podendo o retroativo ser pago em até duas parcelas, a contar da data de registro do presente instrumento.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Não terão direito a receber os tickets refeições e/ou alimentação, os funcionários que estiverem em gozo de férias, auxílio-doença e/ou outra forma de não prestação de serviço/afastamento da empresa, sendo que, se já concedido, será descontado no mês seguinte.

PARÁGRAFO OITAVO - O valor referente ao vale alimentação proporcional ao mês de admissão do empregado será pago no mês subsequente.

PARÁGRAFO NONO - Os obreiros que laborem em escala de 24X72 (vinte e quatro horas de trabalho por setenta e duas de folga) terão direito ao vale alimentação calculado com base nos dias efetivamente trabalhados, considerando o valor da unidade R\$ 55,08 (cinquenta e cinco reais e oito centavos).

AUXÍLIO TRANSPORTE

CLÁUSULA DÉCIMA - DO EXERCÍCIO DO DIREITO DO VALE-TRANSPORTE

Conforme disposto na legislação vigente, para o exercício do direito de receber o vale – transporte, o empregado informará ao empregador, por escrito, seu endereço residencial e os serviços e meios de transporte mais adequados ao seu deslocamento residência - trabalho e vice - versa, devendo comunicar ao empregador sempre que ocorrer alteração das informações prestadas, sob pena da suspensão do benefício até o cumprimento dessa exigência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica convencionado, que cada empregador somente está obrigado a fornecer a quantidade de vales – transporte que explicitamente comprovar-se necessários ao efetivo deslocamento residência – trabalho e vice - versa, de seu empregado no mês, o qual será pelo número de deslocamentos diários, multiplicados pelo número de dias úteis no mês e, ocorrendo o trabalho em outros dias, também serão fornecidos os vales – transporte necessários.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Quando o empregador efetuar a entrega dos vales – transporte aos seus empregados, deverá providenciar o competente recibo de entrega, no qual constará a quantidade de vales – transporte entregues, pelos quais, os empregados assinarão o recebimento.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O empregado beneficiário firmará compromisso de utilizar o vale – transporte exclusivamente para seu efetivo deslocamento residência trabalho e vice-versa, constituindo-se em falta grave a declaração falsa ou uso indevido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CUSTEIO DO VALE – TRANSPORTE

As empresas se comprometem a conceder vale – transporte a seus empregados, na forma, condições e critérios estabelecidos na Lei n.º 7418/85 com as alterações da Lei n.º 7619/87, reguladas pelo Decreto – Lei n.º 95.247 de 17.11.87.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - TRANSPORTE PRÓPRIO E/OU PARALISAÇÃO DO SETOR

Desde que previamente pactuado por escrito entre as partes e, com a devida assistência dos convenientes, poderão empresas e empregados, optarem pelo transporte com bicicleta ou outra forma de transporte, em substituição ao vale – transporte previsto em Lei.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Em casos de greve/paralisação do transporte público, fica autorizado que os empregadores repassem aos seus empregados o valor correspondente aos vales a mesma quantia em dinheiro, para possibilitar o deslocamento do trabalhador no momento de crise.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O pagamento em dinheiro deverá durar somente o período de greve/paralisação e não constitui verba de natureza salarial, permanecendo, inclusive, o desconto de 6% do empregador em contra cheque.

AUXÍLIO SAÚDE

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO PLANO DE SAÚDE

As partes acertam a obrigação da instituição de plano de saúde, que deverá ser contratado pelas empresas, com a operadora de plano de saúde e na modalidade sugerida pelo Sindicato Patronal, de modo a permitir que os trabalhadores associados em atividade possam, mediante adesão voluntária e expressa, usufruídos serviços de saúde ofertados pela operadora do plano de saúde.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Do custo mensal do plano de saúde contratado, dentro das propostas apresentadas pela entidade obreira, as empresas arcarão com o importe de 40% (quarenta por cento) sobre o valor do menor plano ofertado pela instituição, independentemente do plano escolhido pelo obreiro, sendo que o restante será pago pelo empregado interessado, mediante desconto devidamente autorizado em folha de pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Caso o empregado venha aderir ao plano de maior cobertura junto a operadora de plano de saúde conveniada, caberá ao mesmo o pagamento do que exceder a modalidade de plano de saúde contratado pelo empregador nos moldes acima, bem como deverá o obreiro arcar com a totalidade do custo se optar em cadastrar dependente (s).

PARÁGRAFO TERCEIRO: As partes terão o prazo de 60 (sessenta) dias para procederem a escolha da operadora de plano de saúde, sendo que, em seguida, as empresas terão prazo de 30 (trinta) dias para realizarem a contratação do plano, e disponibilizarem o plano de saúde a seus empregados.

PARAGRAFO QUARTO: Caberá aos sindicatos patronal e laboral a fiscalização do procedimento.

PARÁGRAFO QUINTO: O padrão da modalidade do plano de saúde a ser contratado pela empresa será conforme dito, ajustado entre os sindicatos no prazo acima indicado, sendo que as empresas são obrigadas a disponibilizar o plano de saúde a todos os seus empregados.

PARÁGRAFO SEXTO: Exceto nas obrigações aqui definidas, as empresas não se responsabilizam pela qualidade do serviço nem pelos termos do contrato de plano de saúde, e tampouco em casos de rescisão contratual motivada pela própria operadora de plano de saúde bem como após a rescisão de contrato do empregado;

PARÁGRAFO SETIMO: Serão beneficiados desta cláusula os associados que estiverem com contrato de trabalho ativo e os que estão em gozo de qualquer tipo de licença;

PARAGRAFO OITAVO: Quando ocorrer quaisquer dos casos de suspensão do contrato de trabalho, o empregado deverá manifestar o seu interesse em dar continuidade ao plano de saúde, hipótese em que deverá mensalmente ressarcir ao empregador o valor correspondente a sua cota parte no custo do plano, sendo que, na inércia do obreiro em pagar o que lhe cabe no plano, passado o prazo de 90 (noventa) dias após a suspensão do contrato de trabalho, poderá o empregador efetuar o cancelamento do plano e descontar o importe correspondente em eventuais salários posteriores ou em ato rescisório (TRCT);

PARÁGRAFO NONO: O custo do empregador com o plano de saúde não tem natureza salarial.

SEGURO DE VIDA

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - SEGURO

As empresas deverão contratar seguro de vida em grupo, cujo benefício deverá importar no valor correspondente em até 26 (vinte e seis) vezes o valor do menor piso da categoria.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Não haverá custo para o empregado em decorrência do presente Seguro.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A empresa não será responsável por inadimplência da Seguradora no pagamento do seguro, salvo se não estiver aquela em dia com a quitação do prêmio correspondente à referida instituição.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DESLIGAMENTO

As empresas obrigam-se, em caso de dispensa por justa causa, à fornecer por escrito ao empregado a causa e o enquadramento do motivo na CLT.

PARAGRAFO PRIMEIRO: Nos casos em que o colaborador não compareça para receber seus haveres rescisórios e documentos, independente da modalidade rescisória, passado o prazo de 10 dias, o sindicato laboral poderá proceder à homologação do TRCT, devendo ser protocolada no Sindicato Laboral uma via do documento rescisório, isentando a Empresas da multa prevista por lei, desde que comprove ter comunicado ao empregado a data, horário e local da homologação do Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho.

PARÁGRAFO SEGUNDO - No caso do aviso prévio trabalhado dado pelo empregador ao empregado, o cumprimento do aviso se dará com a prestação de serviços pelo trabalhador no período previsto no art. 487, acrescidos dos 3 (três) dias por ano de serviço prestado, até o máximo de 60 (sessenta) dias, perfazendo um total de até 90 (noventa) dias, na forma da Lei nº 12.506/2011.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - CONTRATO INTERMITENTE

Os sindicatos convencionam a autorização para que as empresas contratem trabalhadores intermitentes conforme o estabelecido no art. 452-A da CLT.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O trabalhador convocado e que dê seu aceite, chegando ao posto após 15 minutos de tolerância, fica dispensado do evento sem direito à indenização prevista no artigo 452-A, §4º da CLT;

PARÁGRAFO SEGUNDO - O trabalhador da modalidade intermitente terá direito ao vale alimentação no valor de R\$ 18,73 (dezoito reais e setenta e três centavos) por dia trabalhado;

PARÁGRAFO TERCEIRO - O trabalhador contratado no regime intermitente não terá direito ao plano de saúde.

PARAGRAFO QUARTO - Conforme dispõe a legislação que trata sobre salário maternidade da trabalhadora intermitente, fica a cargo direto do INSS o pagamento deste benefício, conforme Decreto 10.410/20: "Art. 100-B. O salário-maternidade devido à empregada intermitente será pago diretamente pela previdência social, observado o disposto no art. 19-E, e o valor da contribuição previdenciária será deduzido da renda mensal do benefício, nos termos do disposto no art. 198, e não será aplicado o disposto no art. 94".

PARÁGRAFO QUINTO - O trabalhador intermitente que não for convocado dentro do período de 6 (seis) meses deverá ter seu contrato rescindido.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES QUALIFICAÇÃO/FORMAÇÃO PROFISSIONAL

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA CAPACITAÇÃO DOS EMPREGADOS

As empresas promoverão no ano de 2024 a qualificação profissional de seus empregados, mediante cursos profissionais para o agente de limpeza e conservação em áreas institucionais.

OUTRAS NORMAS DE PESSOAL**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ALTA PREVIDENCIÁRIA**

É obrigatório ao empregado que receber alta previdenciária apresentar-se a empresa no dia útil imediatamente subsequente à alta, recebendo protocolo de apresentação, sob pena de ter o período de inércia considerado falta injustificada, podendo ser caracterizado o abandono de emprego.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Caso o empregado tenha ingressado com recurso contra a alta previdenciária, deverá comunicar a empresa também no dia útil imediatamente subsequente à alta, que fornecerá contra recibo da referida comunicação, sob pena de ter o período de inércia considerado falta injustificada, podendo ser caracterizado o abandono de emprego.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Caso o empregado não labore durante o processamento do recurso/ação apresentado em face do INSS este deverá declarar de próprio punho ou por outro meio perante a empresa expressamente esta condição, eximindo-a do pagamento dos respectivos salários e demais consectários durante este período.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Quando a empresa efetuar o encaminhamento previdenciário, esta deverá cientificar o empregado do conteúdo da presente cláusula.

PARÁGRAFO QUARTO: Caso a perícia do colaborador seja reagendada ou haja prorrogação/ recurso de benefício, a empresa deverá ser comunicada e informada o número do protocolo/ requerimento da solicitação feita, bem como apresentar atestado para cobertura desde período, caso contrário, esses dias serão descontados.

PARÁGRAFO QUINTO: Nos casos em que o médico particular emita laudo indicando restrição de atividades ou mudança de função, esta só será possível mediante apreciação e laudo do próprio INSS indicando tal condição, haja vista que a reabilitação profissional é uma prestação do Regime Geral de Previdência Social, previsto no art. 18 da Lei 8.213/91.

PARÁGRAFO SEXTO: Nos termos desta cláusula, caso o empregado não trabalhe nos dias de limbo previdenciário (dias entre afastamento e/ou perícia e/ou deferimento de benefício e/ou recurso administrativos), fica estabelecida a obrigação pelo colaborador apresentar atestado médico referente a este a este período, caso contrário, a empresa poderá descontará estes dias a título de faltas injustificadas.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - EMPREGADO SUBSTITUTO

Fica assegurado ao empregado das empresas que por mais de 15 (quinze) dias substituir outro de função superior a sua, o mesmo salário do substituto durante o período em que exercer a função.

**JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS
DURAÇÃO E HORÁRIO****CLÁUSULA VIGÉSIMA - HORISTA**

Ficam as empresas autorizadas a contratar empregados na condição de horista, para laborar somente aos sábados, domingos, feriados, faltas, folgas, férias, eventos específicos, substituição em intervalo intrajornada e em caso de necessidade de prorrogação da jornada superior a 12 horas diárias.

PARÁGRAFO ÚNICO – Fica vedada a utilização dos serviços dos empregados já contratados para realização desta jornada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA JORNADA DE TRABALHO

Afora a possibilidade de realizar a compensação de horários, fica acertada ainda que a jornada máxima a ser desempenhada pelos obreiros será a de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, e 220 (duzentos e vinte) horas mensais, podendo ainda haver a realização das seguintes jornadas:

1. **JORNADA ESPECIAL** - O serviço poderá ser executado em jornada de trabalho de 12hx36h (doze horas de trabalho por trinta e seis horas ininterruptas de descanso), observado ou indenizado o intervalo para repouso e alimentação, considerando-se normais os dias de domingo e feriados laborados, não incidindo a dobra de seu valor.
2. **DIGITADOR** - O digitador terá jornada de trabalho máxima de 6 horas diárias;
3. **JORNADA DE SEGUNDA A SEXTA** - Poderá a empresa executar jornada somente de segunda a sexta-feira, e neste caso poderá haver jornada superior a oito horas por dia, desde que seja respeitado o limite semanal de 44 (quarenta e quatro) horas.
4. **REGIME PARCIAL**, consoante o previsto no art. 58-A da CLT.
5. **ESCALA DE REVEZAMENTO** - Com base no que autoriza o artigo 7º, XIII, da Constituição Federal, fica acordado o regime de escala de 24 (vinte e quatro) horas de trabalho por 72 (setenta e duas) horas de descanso e compensação, estando nela contemplada a fruição do descanso semanal remunerado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Na jornada de trabalho de 12hx36h (doze horas de trabalho por trinta e seis horas ininterruptas de descanso) será utilizado o divisor 220 (duzentos e vinte) para fins de apuração da hora trabalhada e a remuneração mensal pactuada abrange os pagamentos

devidos pelo descanso semanal remunerado e pelo descanso em feriados e serão considerados compensados os feriados e as prorrogações de trabalho noturno, quando houver, de que tratam o art. 70 e o §5º, do art. 73, ambos da CLT.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Nas jornadas em que não for obedecido o intervalo intrajornada, no todo ou em parte, o empregador deverá indenizar o período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A hora-extra será acrescida de 50% (cinquenta por cento) sobre a hora normal.

PARÁGRAFO QUARTO - Fica autorizado à adoção pelos empregadores de Sistema Alternativo de Controle de Jornada de Trabalho, nos termos previstos na Portaria Nº 373/2011 do Ministério do Trabalho e Emprego.

PARÁGRAFO QUINTO – Na jornada de trabalho de 06 (seis) horas diárias será concedido intervalo de 15 (quinze) minutos, não sendo este período computado na duração do trabalho, consoante art. 71, §1º e §2º, da CLT.

PARÁGRAFO SEXTO – Poderá haver alteração de jornada de trabalho para o regime parcial, desde que acordado entre empregado e empregador.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Para aplicação da escala 24 x 72, esta deverá ser definida em documento próprio entre empresa e empregado (s).

PARÁGRAFO OITAVO - Na escala 24 x 72 será utilizado o divisor 220 (duzentos e vinte) para fins de apuração da hora trabalhada e pagamentos decorrentes. Face ao princípio da analogia, na escala 24 x 72 aplicar-se-á o disposto no artigo 59-A da CLT, abrangendo a remuneração pactuada mensalmente os pagamentos devidos pelo descanso semanal remunerado e pelo descanso nos feriados, e serão considerados compensados os feriados e prorrogações de trabalho noturno, quando houver, conforme disposto no artigo 70 e o artigo 73, §5ª da CLT.

PARÁGRAFO NONO - O salário normativo do empregado que trabalha em jornada reduzida, ou seja, inferior a 44h (quarenta e quatro horas) semanais, será obtido através do seguinte cálculo: (jornada semanal contratada / 6) x 30. O produto desta operação se multiplica pelo valor equivalente a 1 (uma) hora de trabalho.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Na escala 12x36 quando exercida pelo Bombeiro Civil, não será considerado horas extraordinárias quando em decorrência dos reflexos da projeção desta escala ultrapassar-se 36 horas semanais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO TRABALHO NOTURNO

Considera-se noturno o trabalho executado entre as 22 (vinte e duas) horas de um dia e as 05 (cinco) horas do dia seguinte.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Na jornada de trabalho de 12hx36h (doze horas de trabalho por trinta e seis horas ininterruptas de descanso), não é devido o adicional noturno sobre as horas laboradas após as 05 (cinco) horas da manhã, consoante art. 59-A da CLT.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Na hipótese de parte da jornada do trabalhador se incluir no horário noturno e outra parte se concretizar antes ou depois dele, em horário diurno, o mesmo somente terá direito ao recebimento do adicional noturno por aquelas horas efetivamente laboradas entre 22h00min e 05h00min.

COMPENSAÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - BANCO DE HORAS

É facultada às empresas abrangidas pelo presente instrumento a implantação de banco de horas, estabelecido no §2º, do art. 59 da CLT, em que o excesso de horas em um dia poderá ser compensado pela correspondente diminuição em outro dia a ser determinado pelo empregador, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

Durante o estado de calamidade pública, a empresa fica autorizada a suspender temporariamente o contrato de trabalho de seus empregados, mediante o pagamento de ajuda compensatória mensal no valor de 30% (trinta por cento) do valor do salário base do empregado;

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A ajuda compensatória mensal de que trata o *caput* da presente cláusula terá natureza indenizatória, não integrará a base de cálculo do imposto sobre a renda retido na fonte ou da declaração de ajuste anual do imposto sobre a renda da pessoa física do empregado, não integrará a base de cálculo da contribuição previdenciária e dos demais tributos incidentes sobre a folha de salários e não integrará a base de cálculo do valor dos depósitos no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

PARÁGRAFO SEGUNDO - Sobre a ajuda compensatória mensal de que trata o *caput* da presente cláusula não incidirão adicionais, como noturno, de periculosidade ou de insalubridade, vez que o empregado não estará exposto aos agentes nocivos;

PARÁGRAFO TERCEIRO - No período da suspensão do contrato de trabalho não ocorrerá pagamento de salário família ao empregado tendo em vista a inexistência de contribuição previdenciária para compensação.

PARÁGRAFO QUARTO - O contrato poderá ser suspenso por até 60 dias, podendo haver prorrogação por igual período ou pode-se manter a suspensão enquanto durar o estado de calamidade pública.

PARÁGRAFO QUINTO - Nos casos dos trabalhadores com contratos de trabalho suspensos, que haja determinação judicial para desconto de Pensão Alimentícia, deve-se observar o comando sentencial, se existe previsão de desconto sobre valores de natureza indenizatória. Havendo a previsão, o mesmo incidirá apenas sobre a verba compensatória de 30%.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DA REDUÇÃO DA JORNADA COM REDUÇÃO PROPORCIONAL DE SALÁRIO

A jornada de trabalho diária, semanal e mensal do EMPREGADO poderão ter redução de proporcional a 25%, 50% ou 70%, a ser definido pelo empregador.

PARÁGRAFO PRIMEIRO— O valor do salário será proporcional ao salário base vigente e à jornada reduzida.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A Jornada de trabalho mensal será utilizada como referência para cálculo do salário base.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os benefícios previstos em Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho ou aqueles concedidos voluntariamente pelo EMPREGADOR serão mantidos durante o período de redução de jornada e salários.

PARÁGRAFO QUARTA – Os benefícios previstos em Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho ou aqueles concedidos voluntariamente pelo EMPREGADOR serão mantidos durante o período de redução de jornada e salários.

**FÉRIAS E LICENÇAS
OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE FÉRIAS E LICENÇAS****CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DAS LICENÇAS**

Fica assegurado a todo empregado seu retorno ao trabalho após licença previdenciária, desde que devidamente liberado e apto ao exercício de suas funções anteriores.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As licenças previstas no artigo 473 da CLT e outras previstas em lei que não tenham prazo e forma de concessão definidos, fica acordado que valem para os dias dentro da jornada de trabalho, ou seja, nas jornadas de segunda a sexta, o fim de semana não conta como parte da licença. Só contará nos casos em que o colaborador tiver jornada de trabalho aos sábados e domingos.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O início da contagem da licença se dará no dia do fato gerador.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Em se tratando das folgas eleitorais (artigo 98 da lei 9.504/97), o colaborador terá que informar ao seu empregador a sua convocação para o serviço eleitoral em até 03 dias úteis após a ciência de sua convocação. Prestado o serviço eleitoral, o empregado deverá apresentar a declaração emitida pelo Tribunal Eleitoral ao seu empregador no prazo de até 10 dias após a emissão, e neste ato deverá acordar com o seu empregador sobre as folgas, ressaltando que devem ser solicitadas e concedidas em até 06 meses a contar de cada serviço eleitoral prestado.

PARAGRAFO QUARTO – Nos casos de licença para provas de exame vestibular, o empregado deverá apresentar para fins de justificação declaração de comparecimento emitida no site e assinada por fiscal competente, no prazo de até 02 dias após a realização da prova.

PARÁGRAFO QUINTO - As férias poderão ser iniciadas em qualquer dia da semana, exceto aos domingos.

PARÁGRAFO SEXTO - Quando da concessão de férias coletivas pela empresa, será possível a redução de 80% do efetivo, com a possibilidade de permanecer trabalhadores responsáveis por manutenção básica, a fim de não deixar completamente vazio o local da prestação dos serviços.

**SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR
UNIFORME****CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - UNIFORMES**

As empresas fornecerão aos seus empregados anualmente dois uniformes completos, compostos de duas camisas, duas calças e um par de sapatos, além de equipamentos de proteção individual do trabalho que a função ou a atividade laboral exigir.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os uniformes serão fornecidos sem nenhum ônus para o empregado, ficando, outrossim, pactuado que caso seja necessária a reposição de novo uniforme antes do prazo previsto no caput desta cláusula e por culpa do empregado, será ressarcido à empresa o valor correspondente da peça reposta.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os empregados deverão manter seus uniformes limpos e íntegros, devendo devolverem as peças recebidas na reposição dos utensílios acima indicados ou quando do seu afastamento, inclusive devolvendo a respectiva identificação funcional.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Se a rescisão do pacto laboral partir do próprio empregado, deverá este compensar a empresa com o custo do uniforme, aqui definido, pelo período em que ainda teria que usá-lo.

CIPA – COMPOSIÇÃO, ELEIÇÃO, ATRIBUIÇÕES, GARANTIAS AOS CIPEIROS**CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - CIPA**

Os membros da CIPA serão escolhidos mediante eleição na forma da lei e na NR 05 do Ministério do Trabalho e Emprego, ficando as atas arquivadas nas empresas e a disposição do ente sindical.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As empresas liberarão os membros da CIPA dos seus expedientes por até 04 (quatro) horas no decorrer do mês, para que os mesmos possam desenvolver suas atividades e responsabilidades inerentes, devendo os mesmos, em 48h após, comprovarem o efetivo desempenho de suas atividades, com o aviso de, no mínimo, 05 (cinco) dias de antecedência.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Com o encerramento do contrato de trabalho do tomador de serviços, em havendo profissional que compõe a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) com estabilidade provisória, esta estabilidade findara-se juntamente com o contrato, em

decorrência da inexistência da função no tomador de serviços.

ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DOS ATESTADOS MEDICOS

Serão reconhecidos e aceitos como justificativa de faltas, os atestados médicos e odontológicos avaliados pelo serviço médico da empresa, desde que fornecidos por credenciados com a Previdência Social, Convênio Médico utilizado pela empresa, plano de saúde do qual o empregado seja associado ou dependente, que deverão ser apresentados em até 2 (dois) dias úteis ao empregador após a falta, sendo que o obreiro ou familiar deverá avisar imediatamente à empresa a sua ausência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A falta de indicação do CID – Classificação Estatística Internacional de Doenças nos atestados médicos não invalida sua eficácia, que deverá ser suprida pelo empregado no prazo de até 2 (dois) dias, sob pena de desconto dos dias de afastamento, desde que a empresa não tenha departamento médico que possa suprir a falta do CID.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As empresas que possuem departamento médico caberá a homologação do atestado para o abono de falta.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os atestados só serão aceitos se constarem o carimbo e endereço da Unidade de Atendimento, bem como o carimbo, CRM e assinatura do médico que realizou o atendimento.

PARÁGRAFO QUARTO – Caso haja suspeita sobre a veracidade de um atestado, a empresa deverá abrir sindicância para apurar os indícios e sendo constatada a fraude, fica configurado ato de improbidade e mau procedimento por parte do trabalhador, nos termos do art. 482, “a” e “b” da CLT.

OUTRAS NORMAS DE PROTEÇÃO AO ACIDENTADO OU DOENTE

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DO ACIDENTE DE TRABALHO

Será garantido o afastamento do empregado em razão de acidente de trabalho com respectiva emissão de Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica garantida ao empregado, após a liberação da licença pelo INSS, a participação em programa de reabilitação através de cursos compatíveis com as atividades que irá desempenhar na empresa.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Após licença, o empregado poderá participar de recrutamento interno e treinamento em igualdade de condições com os demais empregados.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Não haverá discriminação quanto ao empregado que retorne de acidente de trabalho.

RELAÇÕES SINDICAIS REPRESENTANTE SINDICAL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DA SINDICALIZAÇÃO

Assegura-se a liberação de dirigentes sindicais para participarem de reuniões sindicais previamente avisadas. A liberação do dirigente sindical fica limitada a 12 (doze) dias de encontros por ano, entre reuniões e assembleias, não se inserindo neste cômputo as assembleias que se tratarem da Negociação Coletiva. Deverá ser feita comunicação formal com antecedência de 05 (cinco) dias, para a disponibilização do dirigente sindical. E, ainda, fica o dirigente com a obrigação de provar o afastamento em até 05 (cinco) dias, sendo que a não comprovação do motivo do afastamento, aqui abonado, implicará em desconto do respectivo dia de trabalho.

PARAGRAFO PRIMEIRO: Ficam o Presidente e Tesoureiro à disposição integral do SEEACEP, sem prejuízo de seus salários, bem como aos benefícios aos quais suas funções vierem a ter, devendo seus empregadores arcar com as devidas obrigações trabalhistas e sociais, desde que não sejam vinculados à mesma empresa.

PARAGRAFO SEGUNDO: Os membros do sindicato poderão ser lotados pelas empresas empregadoras de acordo com seu interesse e conveniência, nos contratos a que a mesma seja detentora.

ACESSO A INFORMAÇÕES DA EMPRESA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - RELAÇÃO DE ASSOCIADOS E EMPREGADOS

As empresas fornecerão à Entidade Sindical Profissional, por ocasião do recolhimento da contribuição associativa (mensalmente), mediante recibo, uma relação contendo nome e valor das referidas contribuições de cada empregado.

PARÁGRAFO ÚNICO: Fica acordado que até o dia 30 de janeiro de cada ano, o Sindicato laboral deverá apresentar às empresas a ata de assembleia que autorizou as contribuições.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DA CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DOS EMPREGADOS

As empresas procederão, a partir da homologação da presente convenção coletiva, a título de contribuição assistencial, descontos devidamente aprovados pela respectiva assembleia geral da categoria profissional, sobre os salários nominais já reajustados, somente dos empregados NÃO

associados ao Sindicato dos Trabalhadores, em favor deste, e que deverão ser efetuados quando do pagamento do salário na folha de abril de 2024, no percentual de 2% (dois por cento), por empregado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Fica assegurado ao empregado o direito de oposição aos descontos, a ser exercido em uma única vez durante a vigência desta convenção, até 10 (dez) dias após ser efetuado o primeiro desconto, inclusive para os admitidos durante a vigência da presente convenção, para os quais será observado o mesmo prazo, implicando esta oposição na isenção de todos os descontos previstos nesta cláusula. Todavia, quanto os empregados que não puderem exercer a oposição nas condições já mencionadas, por se encontrarem com o contrato de trabalho suspenso na forma da lei, terão os seus descontos postergados até o seu retorno ao serviço, oportunidade a partir da qual poderão ser opor aos descontos até 10 (dez) dias após este retorno.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A oposição deverá ser feita através de carta de próprio punho, em três vias, protocoladas na Secretaria do Sindicato dos Trabalhadores, exceto para o empregado analfabeto, para quem o próprio Sindicato dos Trabalhadores preparará e protocolará, no prazo previsto, as três vias da carta referida, mediante simples manifestação verbal, por parte do empregado, feito pessoalmente na Secretaria do Sindicato dos Trabalhadores.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O empregado deverá entregar uma destas vias à empresa, mediante recibo, no prazo de dois dias úteis, a partir do dia seguinte ao do protocolo no Sindicato dos Trabalhadores.

PARÁGRAFO QUARTO - As partes não criarão quaisquer incentivos ou obstáculos a que o empregado exerça seu direito de oposição aos descontos, sendo nulos de pleno direito o envio pelos correios de abaixo assinados, correspondências ou quaisquer manifestações que não atendam o estipulado nesta cláusula.

PARÁGRAFO QUINTO - Os recolhimentos dos descontos acima deverão ser feitos em conta vinculada, junto ao banco definido pelo Sindicato beneficiário, com vencimento no décimo dia do mês seguinte ao dos descontos, através de depósito na conta indicada pelo Sindicato dos Trabalhadores.

PARÁGRAFO SEXTO - A empresa que descontar e deixar de recolher ao Sindicato dos Trabalhadores as contribuições indicadas nesta cláusula, incorrerá em multa de valor correspondente a 10% do montante não recolhido, por mês de atraso, revertida em favor da entidade sindical.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As empresas fornecerão ao Sindicato dos Trabalhadores, em caráter confidencial e no prazo de 20 dias, contados da data do recolhimento da contribuição assistencial, uma relação contendo os nomes e os valores da referida contribuição dos seus empregados, excluídos os pertencentes a categorias profissionais diferenciadas, bem como liberais que exerçam opção de não terem o percentual descontado.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - DA CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA

As empresas descontarão em folha de pagamento as contribuições de empregados sindicalizados, mediante autorização prévia e expressa destes, no percentual de 2% (dois por cento) sobre o salário normativo, recolhendo o total do montante em favor do sindicato laboral até o 10º dia do mês, juntamente com a relação nominal dos atingidos, mesmo daqueles que tenham se desligado do emprego, ou que estejam com seus contratos suspensos ou interrompidos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A cada dia de atraso no repasse da contribuição associativa será devida uma multa em favor do Sindicato Laboral, no percentual de 1% sobre o valor do recolhimento de cada trabalhador cujo repasse não foi efetuado, limitado ao valor total do recolhimento.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os valores mencionados acima deverão ser pagos exclusivamente através de depósito identificado na Conta do SEEACEP (Agência 0029, operação 003, Conta nº 1.918-9, da Caixa Econômica Federal).

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL LABORAL

De acordo com autorização da Assembleia Geral Extraordinária, conforme art. 8º, IV, da Constituição Federal, resta aprovado, por maioria, o desconto de 2% (dois por cento) dos salários de todos os empregados associados, desde que estejam trabalhando no mês subsequente à homologação da presente Convenção Coletiva, devendo as empresas realizar o respectivo desconto e depositar o total do montante em favor do sindicato laboral em até 10 (dez) dias corridos.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - CERTIDÃO DE REGULARIDADE TRABALHISTA

Por força desta convenção e em atendimento ao disposto no art. 607 da CLT, as empresas para firmarem contratos ou aditivos com órgãos da administração pública, direta, indireta ou contratação por setores privados, **deverão** apresentar certidão de regularidade para com suas obrigações sindicais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Esta certidão será expedida pelos Sindicatos Convenientes, individualmente, assinada por seus Presidentes ou seus substitutos legais, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após a devida solicitação, com validade de 90 (noventa) dias.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Consideram-se obrigações sindicais:

- a) Recolhimento de todas as taxas e contribuições aqui inseridas;
- b) Cumprimento integral desta Convenção;
- c) Certidão de regularidade para com o FGTS, INSS e estaduais;
- d) Cumprimento das normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho previstas na CLT, bem como na legislação complementar concernente à matéria trabalhista e previdenciária.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A não solicitação, por parte do órgão público ou privado, da certidão de que trata a presente cláusula poderá acarretar responsabilidade subsidiária do tomador de serviços, nos termos da Súmula 331, item IV, do Tribunal Superior do Trabalho, modificada pelo

Supremo Tribunal Federal.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - DO INTERESSE DE GARANTIR O FIEL CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

Fica pactuado que as empresas que sucederem outras na prestação do mesmo serviço, em razão de nova licitação pública, ou novo contrato administrativo ou particular e/ou contrato emergencial, poderão contratar os empregados da empresa anterior, sem descontinuidade quanto ao pagamento dos salários e a prestação dos serviços, limitado ao quantitativo de empregados do novo contrato, sendo que as empresas que perderem o contrato comunicarão o fato ao Sindicato Laboral, até 20 (vinte) dias antes do final do mesmo, e ficarão também obrigadas a dispensar os empregados sem justa causa, mediante as seguintes condições:

- I) O Termo de Rescisão Contratual, no campo referente à forma de rescisão, constará "sem justa causa" e deverá constar, obrigatoriamente, a expressa referência a essa cláusula;
- II) As verbas rescisórias a que se refere o item anterior deverão ser quitadas até o décimo dia após a rescisão do contrato de trabalho do empregado, ficando ajustado que o salário base para cálculo das verbas rescisórias é o correspondente ao do último dia do contrato de trabalho, acrescido da média das parcelas salariais variáveis, como horas extras e outras pagas com habitualidade, na forma da lei;
- III) Havendo real impossibilidade de contratação do trabalhador na empresa que está assumindo os serviços, devidamente justificada perante os dois Sindicatos convenentes, o trabalhador será desligado dos serviços com o pagamento de todas as verbas rescisórias devidas, inclusive aviso prévio indenizado.
- IV) Ficam ressalvados os casos que envolvam estabilidade e condições de saúde do colaborador, onde o vínculo com a empresa antiga deve permanecer, salvo o trabalhador faça a opção de renúncia.
- V) Quando o colaborador terceirizado aceitar convite para exercer cargo comissionado, este fica obrigado a se apresentar à sua empresa, exibir a nomeação e pedir o seu desligamento para assumir cargo em comissão, devendo, inclusive, restituir valores que tenha recebido em caráter antecipado/indevido.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - ATUAÇÃO CONJUNTA DOS SINDICATOS PATRONAL E LABORAL

Os sindicatos convenentes assumem o compromisso de atuarem em conjunto e formalmente, a título de notificação, quando o contratante dos serviços não conceder e/ou pagar os reajustes e repactuações dos contratos no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da definição e ultimação negocial da data-base e/ou solicitação da contratada, ou ainda quando houver descumprimento das demais cláusulas desta Convenção Coletiva de Trabalho, mediante solicitação da empresa interessada, desde que esta esteja quite com as obrigações desta CCT.

Parágrafo único: O sindicato que entender necessário a ação conjunta deverá oficiar a solicitação ao outro sindicato, fornecendo as informações acerca da situação denunciada.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - TRINTÍDIO

Fica convencionado que o empregado dispensado, sem justa causa, no período de 30(trinta) dias que antecede a data-base, terá direito à indenização adicional equivalente a 01 (um) salário mensal de que trata o art. 9º, da Lei n.º 7.238/84, exceto no caso de encerramento de contrato entre a empresa empregadora e o tomador dos serviços.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE REPRESENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - AUTOFISCALIZAÇÃO DO SETOR

Em virtude do interesse de garantir o fiel cumprimento da legislação trabalhista previdenciária e deste documento junto opinião pública, aos tomadores e às autoridades públicas e privadas de todas as esferas, especialmente as responsáveis pela preservação da regularidade das relações trabalhistas e previdenciárias, não só pela submissão à obrigatoriedade legal mas também para elidir de vez com o estigma de mau empregador e mau contribuinte que o setor ainda alimenta no seio da sociedade, as partes acordam pela manutenção da autofiscalização do setor, nos seguintes termos:

- I - Fica constituída uma comissão de dois membros indicados pelo Sindicato Patronal, sendo um titular e um suplente, e de igual número de membros indicados pelo Sindicato Profissional, para definir, planejar, executar, controlar e resolver todos os assuntos pertinentes à matéria de acordo com os princípios neste documento, pelo voto da maioria de seus membros titulares, reunindo-os, no mínimo, uma vez por mês;
- II - Cabe à Comissão de Autofiscalização, essencialmente, a apuração de fatos que desabonem ou possam vir a desabonar o setor, no que se refere ao cumprimento da legislação, previdenciária, fundiária, a específica do setor e das Convenções e acordos firmados entre as partes, sejam eles de direito público ou privado;
- III - Compete à Comissão de Autofiscalização: receber denúncia, realizar busca, visitar as empresas e os locais de execução dos serviços; requerer informações e documentos, mediante o prazo de sete dias para resposta; ter acesso aos documentos inerentes ao objeto da presente cláusula; consultar órgãos e valer-se de outros meios legais para obtenção de dados para que sejam tomadas, em conjunto, as hábeis providências, entre elas, a denúncia às autoridades constituídas pertinentes às matérias.

PARÁGRAFO ÚNICO - Obriga-se o sindicato que tenha conhecimento de irregularidade ou fato inerente ao objeto de apuração através da cláusula em questão, a notificar a outro no prazo máximo de cinco dias úteis, independentemente de toda e qualquer providência que venha a tomar, a qual no mesmo prazo e com a mesma cominação deverá ser igualmente cientificada.

DISPOSIÇÕES GERAIS
DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - DA MULTA

Fica estabelecida multa no valor de 02 (dois) pisos salariais vigentes para cada cláusula descumprida, cabendo em qualquer caso o direito de defesa da empresa, excetuando-se as disposições acima que possuam multa própria.

PARÁGRAFO ÚNICO - A multa discriminada no tópico acima será revertida em favor do sindicato prejudicado.

}

DANIELA ROBERTA DUARTE DA CUNHA
PRESIDENTE
SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DO PIAUI

JONATAS MIRANDA DA SILVA
PRESIDENTE
SIND DOS EMP DE EMP DE ASSEIO E CONSER DO EST DO PIAUI

ANEXOS
ANEXO I - CONVOCAÇÃO LABORAL

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO II - ASSEMBLEIA LABORAL

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministerio do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.